

INSTITUTO
HISTÓRICO
DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. LI-LII

1993-1994

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

PATROCINADO E SUBSIDIADO PELA
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

S E D E

Edifício de S. Francisco

DIRECÇÃO (1993-1994)

Presidente - Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino

Secretário - Dr. José Guilherme Reis Leite

Tesoureiro - Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Artº 15º do Regulamento do Instituto)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. LI-LII

1993-1994

ANGRA DO HEROÍSMO

BOLETIM

DO

INSTITUTO

HISTÓRICO

DA

ILHA TERCEIRA

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1994)

SÓCIOS CORRESPONDENTES :

- Dr. Alberto Borges dos Santos
- Doutor Alberto Vieira
- Doutora Ana M^a Ferreira
- Dr. António Santos Pereira
- Doutor Avelino Meneses
- Doutora Carmen Maria Radulet
- Dr. Celestino Sachetti
- Dr^a Clara Sá Pereira da Costa
- Dr. Daniel António Pereira
- Doutor Donald Warrin
- Doutor Douglas Wheeler
- Doutor Eduino de Jesus
- Ermelindo Ávila
- Dr. Fernando Aires
- Doutor Fernando Castelo Branco
- Dr. Fernando Rui Corte Real e Amaral
- Arq^o Francisco Riopardense de Macedo
- Dr. Gonçalo Nemésio
- Dr. Hugo Moreira
- Dr^a Isabel Cid
- Cónego Doutor Isaiás da Rosa Pereira
- Dr. João Afonso Corte-Real
- João Gabriel Ávila
- Dr. Jorge Couto
- Dr. Jorge Felizardo
- Doutor José de Almeida Pavão
- José Leite Pereira da Cunha
- Ten. Cor. Eng^o José Magalhães Cymbron
- Dr. José Manuel Bettencourt da Câmara
- Arq^o José Manuel Fernandes
- Doutor José Martins Garcia
- Doutor José Medeiros Ferreira
- Dr. José Olívio Mendes Rocha
- Dr. José Pereira da Costa
- Almirante Jesus Salgado Alba
- Padre Júlio da Rosa
- Leonel Holmes
- Dr. Luís Manuel Machado Meneses
- Doutor Luís Manuel Vieira Andrade
- Eng^o Luís Ricardo Hintze Ribeiro Jardim
- Doutor Manuel Lobo Cabrera
- General Manuel de Sousa Meneses
- Dr^a Maria Antonieta Soares de Azevedo
- Dr^a Maria Augusta Lima Cruz
- Dr^a Maria Margarida Roque Lalanda Gonçalves
- Doutora Maria Teresa Vermette
- Dr. Mário Mesquita
- Dr^a Mary Lin Salvador
- Dr. Miguel António Jasmins Pereira Rodrigues
- Miguel Figueiredo Corte Real
- Doutor Nereu do Vale Pereira
- Dr. Nestor de Sousa
- Doutora Norberta Bettencourt Amorim
- Doutor Onésimo Teotónio Almeida
- Oriolando Sousa da Silva
- Pedro da Silveira
- Ten-Cor. Dr. Rui Carita
- Dr. Rui Martins
- Doutor Salvador Dias Arnaut
- Dr. Tomás da Rosa
- Dr. Victor Hugo Forjaz
- Dr. Victor Rodrigues

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1994)

SÓCIOS EFECTIVOS :

Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino (Presidente)
Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires
Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes
Emanuel Félix Borges da Silva
Francisco Ernesto de Oliveira Martins
Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias (Tesoureiro)
Dr. Helder Fernando Parreira de Sousa Lima
Arq^o Luis António Guizado Durão
Luis Manuel Conde Vieira Pimentel
Dr^a D. Mariana dos Prazeres Júlio Miranda Mesquita (Directora da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo)
Padre Dr. Jacinto Monteiro da Câmara Pereira
João Dias Afonso
Padre Dr. João Maria de Sousa Mendes
Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz
Dr. José Guilherme Reis Leite (Secretário)
Dr. José Leal Armas
Coronel Alberto Hugo Rocha Lisboa (Governador do Castelo de São João Baptista)
Dr. José Olívio Mendes Rocha (Director do Museu de Angra do Heroísmo)
Dr. José Orlando Noronha da Silveira Bretão
Dr. Rafael Valadão dos Santos
Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meirelles
Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves
Dr. Victor Manuel Pereira Silva Duarte (Director Regional dos Assuntos Culturais)

SÓCIOS HONORÁRIOS :

Dr. Agnelo Ornelas do Rego (Licenciado em Direito)
Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos (Prof. da Universidade Nova de Lisboa)
Prof. Doutor Dante de Laytano (Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)
Dr^a D. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (Prof^a Efectiva do Ensino Secundário)
Arq^o Fernando Augusto Sousa
Prof. Doutor Frederic Mauro (Prof. da Universidade de Paris)
Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues (Prof. Jubilado do Liceu de Ponta Delgada)
Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Presidente da Academia Portuguesa de História)
Prof. Doutor Joel Serrão (Prof. da Universidade Nova de Lisboa)
Sua Ex^a Reverendíssima o Sr. D. José Pedro da Silva (Bispo resignatário de Viseu)
Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (Prof. da Universidade dos Açores)
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (Presidente Honorário do I.H.I.T.)
Prof. Doutor Walter Fernando Piazza (Prof. da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Prof. Doutor Wilhelm Giese (Prof. da Universidade de Hamburgo)

IV COLÓQUIO "OS AÇORES E O ATLÂNTICO" *

Por: Aurélio da Fonseca

Em nome de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional e no meu próprio, na qualidade de Secretário Regional da Educação e Cultura, começaria por vos saudar, congratulando-me com a realização, por parte do Instituto Histórico da Ilha Terceira, deste seu IV Colóquio, subordinado ao tema "Os Açores e o Atlântico", desta feita em comemoração do cinquentenário da vinda das Forças Aliadas para os Açores.

Hoje, volvido meio século, os Açores continuam, como a partir desse ano de 1943, a ser, não só peça fundamental para a política externa e de defesa de Portugal, como ponto chave para as potências continentais, no que toca à segurança do Atlântico Norte.

Foi tremendo o impacto, no quotidiano pacato das gentes destas ilhas, ocasionado pela vinda, nesse período conturbado, de milhares de ho-

* *Discurso proferido pelo Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores na sessão de Abertura do "IV Colóquio os Açores e o Atlântico", realizado em Angra do Heroísmo, de 7 a 9 de Outubro de 1993.*

mens de diferentes nacionalidades, com variadas formas de ser e de estar na vida.

Algumas das suas consequências políticas, económicas, culturais e sociais ainda se projectam até aos nossos dias.

Actualmente, não obstante o desanuviamento internacional decorrente da derrocada dos regimes comunistas do Leste Europeu e da reunificação da Alemanha, com a conseqüente passagem de uma bipolaridade entre os dois grandes gigantes militares encabeçados pelos Estados Unidos da América do Norte e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, para a presente multipolaridade, não se vislumbra, infelizmente, a tão almejada paz e segurança indispensáveis para o progresso dos povos e das nações que enquadram o xadrez político contemporâneo.

As profundas assimetrias de desenvolvimento e os recalcimentos resultantes do especinhar, de muitos anos de raízes étnicas, religiosas e culturais, inquestionavelmente diferentes que voltam de novo a vir à luz do dia, num desejo legítimo de afirmação e de defesa de uma identidade esmagada e ignorada, nalguns casos, de forma trágica e bárbara, durante demasiado tempo, fazem surgir, como cogumelos, conflitos que poderão ser apelidados de regionais, em novas zonas de instabilidade política.

Do apoio à navegação à vela, passando pela hegemonia da propulsão a carvão, com a necessidade do respectivo reabastecimento nesta zona do Atlântico, até à afirmação do poderio aéreo, nas décadas de 30/40, mais as comunicações telegráficas, com todos os cabos que por aqui foram amarrados, com um contributo inegável para o encurtar desse último grande conflito mundial que atormentou então a Humanidade, os Açores têm continuado a estar presentes numa afirmação constante da sua importância geopolítica e geoestratégica. Da Guerra Fria, aos conflitos Israelo-Árabes, do combate nas Falklands à Operação Tempestade no Deserto, para desembarcarmos, mais recentemente, no "Restaurar da Esperança" na Somália, tem sido um nunca mais parar de se tornar evidente, perante a comunidade internacional, que a nossa Região não é só importante como estação meteorológica, como se mantém vital, face ao binómio custos/eficácia e qualidade dos resultados obtidos, como plataforma para intervenção num hemisfério muito alargado.

Com a abertura ao exterior das sociedades do Centro e do Leste

Europeu, com a globalização e internacionalização da economia que leva a uma liberdade de circulação de pessoas, bens, capitais e serviços de há muito desejada, mas que conduz a uma cada vez maior competição e concorrência entre os povos e as nações, impõem-se novas formas de solidariedade e entreajuda tanto nacional como mundial, com especial destaque, no nosso caso, para a europeia.

A melhoria do nível e da qualidade de vida das nossas gentes é demasiado evidente para ser negada. A integração na Comunidade Económica Europeia do nosso País permitiu à Região, com a sua autonomia, desenvolver-se e vir-se progressivamente a afirmar, graças ao disponibilizar de recursos financeiros adicionais, num clima de paz, de estabilidade e de confiança, que se contrapõe à guerra, à fome e à doença que grassam por tantas outras paragens.

Não tenhamos contudo dúvida, até porque ultimamente todos estamos a senti-los na pele, nas nossas casas, na nossa vida colectiva, que todos estes acontecimentos, à escala Mundial, têm reflexos no nosso quotidiano. A crise é generalizada e se até afecta os grandes, onde temos tantos irmãos nossos emigrados, é inevitável que irá sobrar algo para nós, por mais pequeno que seja.

Anima-nos o reconhecimento pelo Conselho Europeu das especificidades insulares e ultraperiféricas de regiões como a nossa.

O nosso País tem, na dimensão que a nossa Zona Económica Exclusiva lhe dá, com a tónica colocada na vertente atlântica, uma posição privilegiada para o diálogo Norte/Sul e com os novos países de expressão portuguesa.

Há que rumar para a frente com a participação e envolvimento de todos e de cada um de nós, para a edificação de um futuro melhor, numa peleja em que os Açorianos, se querem continuar a pugnar e a bater-se pela terra que os viu nascer e amam, têm de dar as mãos e ser os primeiros e mais denodados combatentes em apoio aqueles que democrática e livremente elegeram para serem os timoneiros na actual conjuntura. O dar a volta por cima advirá, sem dúvida alguma, dessa comunhão de esforços.

Parabéns, uma vez mais, na pessoa do nosso distinto amigo Senhor Dr. Álvaro Monjardino, meu ex-professor de História e Direito Comercial, de mui grata memória, na sua qualidade de Presidente do Ins-

12 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

tituto Histórico da Ilha Terceira, a esta instituição cultural por mais este valioso serviço prestado à defesa e valorização do património e da cultura do nosso povo a da nossa terra.

O meu muito obrigado a todos.

Tenho dito.

Angra do Heroísmo, 8 de Outubro de 1993

A ALIANÇA INGLESA E A NEUTRALIDADE COLABORANTE DE PORTUGAL *

Por: Luís Andrade

O relacionamento bilateral entre Portugal e a Grã-Bretanha data de há longa data como se pode facilmente constatar, por exemplo, através da Aliança Luso-Britânica que é, na realidade, a aliança formal mais antiga do mundo. Como é óbvio, esse relacionamento nem sempre foi fácil e sofreu, por diversas vezes, sérias perturbações, algumas delas com graves consequências para o nosso país. Neste contexto, o arquipélago dos Açores tem vindo a desempenhar um papel de grande relevo na medida em que a Grã-Bretanha, nomeadamente nos séculos XIX e XX, sempre manifestou interesse ou em evitar que outra potência tivesse acesso a qualquer tipo de facilidades naquele arquipélago ou, em ela própria, poder utilizar essas mesmas facilidades.

* *Comunicação apresentada no IV Colóquio "Os Açores e o Atlântico", realizado em Angra do Heroísmo de 7 a 9 de Outubro de 1993.*

Portugal, de uma maneira geral, sempre foi importante para a Grã-Bretanha na medida em que, tal como escreveu Lord Rotermer, no *Daily Mail*, tam posições estratégicas que o tornam chave das comunicações marítimas com a Inglaterra. Segundo ele, os Açores eram mais importantes do que Gibraltar, Cabo e Singapura juntos. Descreveu ainda a posição do arquipélago açoriano, dominando a linha marítima inglesa, e afirmou que a teoria de que os Açores podiam ser ocupados por simples acção naval era errada. Uma defesa adequada dos Açores podia destruir uma expedição naval e impedir as comunicações com a Inglaterra ⁽¹⁾.

Por outro lado, o nosso Embaixador em Londres, Armindo Monteiro, num apontamento de conversa com o Secretário de Estado Britânico para os Negócios Estrangeiros, mencionava as posições vitais para o Império Britânico que Portugal tinha no mundo: os Açores, Cabo Verde, o caminho de ferro de Benguela, o Lobito, a Beira, Lagos, toda a costa portuguesa. Na sequência disto, afirmou ainda o seguinte: "(...) A nossa amizade representa para a Inglaterra a segurança do Atlântico, a entrada do Mediterrâneo, a certeza do caminho do Oriente sempre aberto. Porque é que tanta vez e durante tanto tempo VV. se obstinaram, nestas condições, em nos tratar como "quantité négligeable" ⁽²⁾.

Aquele embaixador proferiu estas afirmações na medida em que entendia que os ingleses se deixavam impressionar muito pouco com os interesses de outros, mas que, pelo contrário, a ideia de cederem nos seus interesses os perturbava muito e acima de tudo era-lhes cara a defesa das linhas de comunicação imperiais.

Ainda segundo Armindo Monteiro, existiam três pontos em que não acreditava: na generosidade ou isenção das grandes nações; no seu respeito pelos países pequenos ou fracos e na sua firmeza na palavra dada quando grandes interesses estivessem em jogo. Neste sentido, escreveu o seguinte: "No dia em que os grandes Governos entrarem a conversar sobre colónias creio firmemente que todas as ideias de respeito pela propriedade ou soberania dos outros se irão a pouco e pouco desvanecendo" e, ainda no mesmo documento: "Releia Vossa Excelência, nos documentos diplomáticos bri-

(1) Dez Anos de Política Externa, vol. IV, Doc. n. 749, p. 25.

(2) *Ibid.*, Doc. n. 830, p. 157.

tânicos e nos documentos diplomáticos franceses, os papéis que se referem ao assalto em 1913 preparado contra o vosso domínio ultramarino: e verá como os corvos surgem sucessivamente das capitais europeias, uns atrás dos outros para nada ficar do suposto cadáver português" (3). Entendemos que estas palavras, extremamente significativas, voltam a colocar o problema, da maior importância, que tem a ver com a problemática do relacionamento entre os pequenos estados, por um lado, e os grandes estados, por outro.

Na realidade, na esmagadora maioria das vezes, são os interesses dos grandes estados que prevalecem em detrimento dos dos pequenos estados. Se não tivesse sido do interesse da Grã-Bretanha que Portugal fosse neutral durante a Segunda Guerra Mundial, pensamos que não o teria sido. Para isso, bastaria ter invocado a aliança que a ligava ao nosso país, como o fez para ter acesso às facilidades nos Açores em 1943. Por outro lado, é necessário ter-se em conta que as pressões norte-americanas sobre os ingleses eram, de facto, muito fortes no sentido de estes terem acesso às facilidades no arquipélago açoriano.

O próprio Subsecretário Parlamentar para os Negócios Estrangeiros do Governo Britânico afirmava, em 10 de Novembro de 1938, portanto ainda antes do início da última grande guerra, o seguinte: "(...) our alliance with Portugal dating from the 14 th century, is one of the cardinal principles of our foreign policy and has been of great value to this country" (4). Por outro lado, as garantias britânicas a Portugal foram reafirmadas ainda antes da eclosão daquele conflito. O Embaixador britânico em Lisboa, enviou o seguinte documento ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, no qual, se pode ler o seguinte: "At the same time His Majesty's Government in the United Kingdom wish to take this opportunity of affirming that the integrity and independence of Portugal and her Empire are of the first importance to themselves, and they realize that during the period which may elapse between the placing of arms contracts in the United Kingdom and the actual delivery of the arms in question, it is particularly necessary that the Portuguese Government should be assured that His Majesty's

(3) Dez Anos de Política Externa, vol. IV, Doc. n. 749, p. 25.

(4) Ibid., vol. II, Doc. n. 466, p. 81.

Government in the United Kingdom are ready to assist with all means at their disposal in the event of aggression on Portuguese territory" (5).

Por outro lado, é importante ter presente que, no início do último conflito mundial, a Grã-Bretanha não tinha recursos para ajudar Portugal, caso este país viesse a ser atacado pela Alemanha. O próprio Anthony Eden, nas suas Memórias, escreveu que quando a Comunidade Britânica se encontrava sózinha, Portugal teria sido um impecilho (liability) ao qual não podiam fazer face. No entanto, a invasão da Rússia pela Alemanha e o ataque japonês a Pearl Harbour trouxeram novos elementos à conjuntura que então se vivia (6). Como é sabido, o que estava na base da política externa britânica, não apenas nessa altura, mas praticamente desde o início como estado independente, foi a de se opor à constituição de um país que ameaçasse dominar o continente europeu - a guerra dos Sete Anos, as guerras napoleónicas, a grande guerra, contituem exemplos claros dessa atitude.

Não haja dúvida também de que a Inglaterra lutaria sempre pela vida e pela sua conservação e para isso procurou sempre cobrir-se com uma densa rede de alianças e amizades. E como, nessa altura, não tinha concorrente naval europeu, enquanto dominasse os mares teria do seu lado um importantíssimo, senão mesmo fulcral, factor de vitória. No entanto, tais factos não deviam, em princípio, implicar a anuência em tudo, e de qualquer forma, daquilo que a Grã-Bretanha nos solicitasse. Não nos podemos nem devemos esquecer que o ultimato inglês e as negociações anglo-alemãs acerca das colónias portuguesas, isto é, a brutalidade e a perfídia, envenenaram por muitas dezenas de anos a amizade luso-britânica.

Para agravar ainda mais a desconfiança que os governantes portugueses tinham da Inglaterra, designadamente o Professor Oliveira Salazar, a aliança da Grã-Bretanha à Rússia na Segunda Guerra Mundial, contribuiu ainda mais para aprofundar essa desconfiança (7). Independentemente deste estado de espírito do Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, ele entendia que a aliança luso-britânica tinha que ser respeitada

(5) *Ibid.*, vol. I, Doc. n. 259, p. 335.

(6) *Anthony Eden, The Eden Memoirs - The Reckoning, Cassell, London, 1965, pp. 389-390.*

(7) *Ver Dez Anos de Política Externa, vol. III, Doc. n. 1992, p. 605.*

o que, aliás, referiu várias vezes nos seus discursos. Foi exactamente isso que, como é sabido, esteve na base da concessão das facilidades de natureza militar à Grã-Bretanha nos Açores em 1943.

No que concerne a esta problemática, pensamos que é de realçar o papel extremamente importante desempenhado pelo Embaixador Armindo Monteiro. Aquando do pedido da Grã-Bretanha para ter acesso a essas facilidades, aquele Embaixador, num telegrama endereçado a Oliveira Salazar, escreveu o seguinte: "creio que os mais altos interesses do país, a honra nacional, a dignidade do Governo exigem que se aceda ao pedido aliado de colaboração, sem demora e com simplicidade. Estamos em face do inevitável; é preferível reconhecê-lo usando de grande maneira, tanto mais que a Inglaterra procedeu com inegável correcção (...). Embora através de uma via de sacrifícios, a colaboração com os aliados dada desde já com dignidade pode garantir a independência e a integridade territorial do país e a persistência da situação política por V. Ex. criada. Esta decisão é terrível mas necessária" ⁽⁸⁾.

Este, assim como outros documentos diplomáticos, indicia claramente que o Embaixador Armindo Monteiro entendia perfeitamente o facto que Portugal não tinha outra alternativa senão conceder essas mesmas facilidades. Ao referir-se à atitude tomada pelo Professor Oliveira Salazar de que iria estudar com simpatia o pedido britânico de cooperação nos Açores, entendeu que ele havia procedido na defesa dos mais altos interesses nacionais. Partilhava ainda da opinião de que a correcção e a moderação das diligências inglesas não podiam diminuir aos olhos de Oliveira Salazar a força da realidade que por detrás delas se encontravam. Nas palavras dele: "Americanos e Ingleses precisam de instalar-se nos Açores e tomaram a decisão de os utilizar. Têm por si os tratados, em cujo nome falam e o nosso país não dispõe de elemento de força para evitar a instalação (...). Este é o momento de mostrar boa vontade, escondendo o inevitável debaixo da atitude de grande senhor, como única forma de dar valor ao que não pode ser recusado" ⁽⁹⁾.

Pensamos que estas últimas palavras do Embaixador Armindo

(8) *Ibid.*, vol. XII, Doc. n. 84, pp. 126-127.

(9) *Ibid.*, Doc. n. 88, p. 136.

Monteiro demonstram um realismo político invulgar na medida em que entendia perfeitamente que se as facilidades não tivessem sido concedidas correr-se-ia o risco de Portugal ser colocado subitamente face à violência, isto é, uma vez ocupados os Açores pela força, não só a posição do Governo Português para tratar com os aliados seria desagradável, como também o destino das ilhas depois da guerra seria incerto.

O que estava, obviamente, subjacente ao pedido britânico era o facto de, com a utilização dos Açores, a ameaça submarina alemã podia ser substancialmente diminuída, permitindo, deste modo, que os combóios aliados pudessem atravessar o Atlântico com maior segurança.

No que concerne especificamente às consequências da acção dos submarinos alemães, a análise da publicação britânica intitulada *The Battle of the Atlantic - The Official Account of the Fight Against the U-Boats*, é esclarecedora: "Had the U-Boat war continued for any appreciable period, there is little doubt that it would have imposed an increased and severe strain upon Allied resources. (...) The U-Boat war of 1939-1945 was one of the most vital, protracted and bitterly fought sea and air campaigns in which the British Empire and her Allies have ever been engaged. (...) By far the greatest losses in tonnage, 69% of the total were inflicted by U-Boats, which in the sixty-eight months of the struggle sank 2.775 British, Allied and neutral ships of about 14 1/2 million gross tons out of the total loss of 4,786 vessels of more than 21 million gross tons" (10).

Neste contexto, a utilização dos Açores permitiu aos britânicos e aos aliados em geral, exercerem um controlo mais eficaz no Atlântico Norte. Para além deste aspecto, a utilização dos Açores permitia, na perspectiva de Winston Churchill e dos seus Chefes do Estado Maior, "(...) that a million tons of shipping and many thousands of lives might be saved" (11).

(10) *The Battle of the Atlantic - The Official Account of the Fight Against the U-Boats, 1939-1945, His Majesty's Stationery Office, London, 1946, pp. 5-8.*

(11) *Winston Churchill, The Second World War - The Hinge of Fate, Houghton Mifflin Company, Boston, 1950, pp. 801-802.*

Por outro lado, Augusto de Castro, refere ainda sobre esta matéria o seguinte: "a importância que os Aliados ligavam à posse das nossas bases atlânticas, era tão considerável que, segundo o Sr. Sherwood no seu livro *Roosevelt and Hopkins*, os Açores eram designados no código de guerra pela expressão *Lifebelt*- ou seja "cinto de salvação" (12).

Por outro lado, Llewellyn Woodward no seu livro *British Foreign Policy in the Second World War*, refere o facto de que se os Açores e as ilhas de Cabo Verde corressem o risco de ficarem em poder do inimigo os Chefes do Estado Maior teriam ocupado aqueles arquipélagos (13).

É, pois, podemos afirmá-lo no âmbito da dialéctica entre a potência marítima e a potência continental, que os Açores têm desempenhado um importante papel no que concerne ao apoio prestado à primeira.

Entendemos ainda que é importante referir, neste contexto, e de uma forma necessariamente sucinta, as teorias desenvolvidas por alguns geopolíticos como Alfred Mahan e Halford Mackinder, entre outros, a fim de termos uma percepção, o mais correcta possível, dessa dialéctica e que ajuda a compreender a importância do arquipélago dos Açores nesta matéria. O trabalho desenvolvido por Mahan reveste-se de grande importância para o mundo atlântico particularmente para os Estados Unidos da América. O seu estudo acerca da história marítima, principalmente do crescimento da influência global britânica, levou-o a concluir que o controlo dos mares, e designadamente de pontos de passagem estrategicamente importantes, era fundamental a fim de que um país pudesse alcançar o "status" de grande potência.

Mahan baseou a sua teoria na constatação de que o apogeu do Império Britânico e o seu desenvolvimento como potência naval ocorreram simultaneamente. É exactamente nesta perspectiva que para a Grã-Bretanha,

(12) *Augusto de Castro*, Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra, *Livraria Bertrand, Lisboa, 1954, pp. 25-26. Veja-se, também, Luc Crollen*, Portugal, the US and NATO, *Leuven University Press, Leuven, 1973, p. 38; R. E. Vintras* História Secreta da Base dos Açores (The Portuguese Connection), *Editora Ulisseia, Lisboa, 1975, p. 110; Franco Nogueira*, Salazar, vol. III, As Grandes Crises (1936-1945), *Atlântida Editora, Coimbra, 1978, p. 231.*

(13) *Llewellyn Woodward*, *British Foreign Policy in the Second World War, vol. I, Her Majesty's Stationery Office, London, 1970, p. 443.*

e tendo em vista a implementação da sua política externa e de defesa, era necessário poder contar com a autorização por parte do Governo Português para utilizar os seus portos e bases no Atlântico. Para Mahan, o domínio dos mares era, de facto, imprescindível para que um país dotado de uma longa costa quisesse sobreviver como nação independente⁽¹⁴⁾. Por outro lado, é importante não esquecer que é muitas vezes referido que o Canal da Mancha tem simultaneamente contribuído para separar o Reino Unido da Europa assim como para o ligar a essa mesma Europa. Demonstrando, através da sua história, que não tem tido a intenção de participar de forma inequívoca nos negócios europeus, mas ao mesmo tempo incapaz de os ignorar, a Grã-Bretanha tem vindo a intervir esporadicamente nos assuntos que dizem respeito à Europa com o objectivo específico de aí manter uma balança de poderes que lhe seja favorável, tentando, contudo, e sempre que lhe seja possível, obter a liderança europeia. O resultado desta política tem, na realidade, contribuído para se criar na Europa uma atmosfera de incerteza no que concerne às intenções britânicas⁽¹⁵⁾.

Outros aspectos das aparentes continuidades geohistóricas da política externa britânica incluem a sua acção global (por exemplo, as rotas de navegação marítimas); a sua base comercial; e concomitantemente o facto da Inglaterra ter utilizado a sua formidável marinha como o principal instrumento da sua influência militar no exterior.

É exactamente neste contexto, que o arquipélago dos Açores se revestiu de grande importância para a Grã-Bretanha na medida em que permitiu que as suas ligações marítimas com o exterior, designadamente através do Atlântico Norte, se efectuassem com maior segurança. Neste contexto, como já foi referido, a ameaça dos submarinos alemães à navegação em geral, e Aliada em particular, foi, de facto, muito séria, tendo representado um factor da maior importância a ter em atenção por parte dos Aliados.

(14) *Veja-se Alfred T. Mahan, The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783, Little, Brown and Company, 1903, pp. 281-329; Luis Andrade, Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO, Impraçor, S.A., Ponta Delgada, 1992, pp. 26-27.*

(15) *Veja-se, por exemplo, Christopher Hill "The Historical Background - Past and Present in British Foreign Policy" in British Foreign Policy, Unwin Hyman Ltd, London, 1988, pp. 28-29.*

Por outro lado, como referiu Armindo Monteiro, a vida de Portugal dependia essencialmente do mar; isto é, da potência que dominava o mar nessa altura que era exactamente a Grã-Bretanha, país que controlava o Atlântico. Acerca desta matéria, escreveu o seguinte: "está no seu poder cortar ou manter a ligação da nossa estreita faixa peninsular com os vastos domínios ultramarinos (...)"⁽¹⁶⁾. O Dr. Armindo Monteiro tinha, em nosso entender, uma correcta interpretação da problemática externa portuguesa na medida em que esta última tinha sempre que ter em conta o facto de que quem detinha o controlo dos mares era o Reino Unido.

Aqui coloca-se inevitavelmente o problema das relações bilaterais entre uma grande potência e uma pequena potência, a Inglaterra e Portugal, respectivamente. Neste contexto, entendemos ser importante realçar, no âmbito da teoria das Relações Internacionais, o papel determinante ocupado pela denominada "realpolitik". Isto é, as relações entre estados têm, na esmagadora maioria das vezes, como seu axioma fundamental, o poder. Não queremos agora e aqui entrar nesta problemática mas, tendo em vista o trabalho que estamos a apresentar, pensamos que não nos podemos esquecer que, muitas vezes, no relacionamento entre estados, seja ao nível bilateral seja ao nível multilateral, o mais forte é que tem, geralmente, vantagem. E isto passou-se, queiramos ou não, no relacionamento entre o nosso país e a Grã-Bretanha durante o último conflito mundial.

Existiam, todavia, interesses mútuos a preservar no âmbito do relacionamento entre os dois estados. À Inglaterra interessava sobretudo que Portugal adoptasse aquilo que foi conhecido por neutralidade colaborante, como, de facto, veio a acontecer, e a Portugal, por outro lado, interessava-lhe, designadamente, que a Inglaterra continuasse a controlar os oceanos Atlântico e Indico.

A preocupação do Governo Britânico pela defesa das ilhas do Atlântico, nomeadamente os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, foi evidente desde o início da Segunda Guerra Mundial. No entanto, entendemos ser relevante mencionar o facto de que quando o Governo Português decidiu enviar tropas para os Açores - segundo Augusto de Castro eram

(16) Dez Anos de Política Externa, vol. VII, Doc. n. 1259, p. 543.

cerca de três dezenas de milhar - o seu objectivo era, na realidade, fazer face a qualquer ataque externo independentemente da sua proveniência. E, em nosso entender, uma das principais razões que explicam essa medida residia no facto de que Oliveira Salazar tinha a percepção de que os Açores constituíam pedra essencial da neutralidade peninsular ⁽¹⁷⁾.

Urge referir, neste contexto, que na dialéctica que o Governo Português teve de enfrentar entre, por um lado, manter as melhores relações possíveis com a Grã-Bretanha e, por outro, com a Alemanha, Salazar entendia que este último país, independentemente da posição de Portugal, devia obter algumas vantagens materiais resultantes da neutralidade portuguesa ⁽¹⁸⁾. Por outro lado, Portugal, na opinião do Embaixador em Londres na altura, Armindo Monteiro, não tinha outra alternativa senão "estar de bem com os senhores do mar, estar ao lado de quem comanda o Atlântico (...)", tendo ainda referido o seguinte, que reputamos da maior importância: "olhando o futuro à luz do que ficou dito, a acção política portuguesa no campo internacional, pelo menos na sua concepção e directrizes gerais, assume certa simplicidade. A História ensina e a experiência dos nossos dias confirma, como facto essencial, que os países fracos só têm independência real quando raro conjunto de circunstâncias coloca os seus interesses fora do campo de atracção das grandes potências; de ordinário, são irresistivelmente atraídos para estas por uma lei de gravitação social tão inelutável como a que rege os movimentos dos corpos celestes"⁽¹⁹⁾.

Muito embora, no âmbito das relações bilaterais com a Grã-Bretanha, estas nos tenham sido pouco favoráveis, é necessário ter igualmente em conta que Portugal necessitava do seu apoio, designadamente da sua marinha de guerra.

O primeiro pedido oficial de facilidades por parte do Governo Britânico ao Governo Português ocorreu a 16 de Junho de 1943, em carta

(17) Dez Anos de Política Externa, vol. VIII, Doc. n. 1609, p. 209. Ver igualmente o vol. IX, doc. n. 2247, p. 199, no qual Salazar refere o seguinte: "(...) se Portugal estiver neutral, as forças dos Açores ou de Cabo Verde ripostarão ao ataque da esquadra britânica até ao limite das suas possibilidades ..."

(18) Ibid., vol. VIII, Doc. n. 1610, p. 212.

(19) Ibid., vol. VIII, Doc. n. 1953, pp. 575-576.

do Embaixador da Grã-Bretanha, R. H. Campbell, a Salazar, na qual se solicita ao Governo de Portugal "(...) *em principio* a cedência ou uso de *bases nos Açores* (...)" (20). No apontamento de conversa do Ministro Português dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha, de 18 de Junho de 1943, o primeiro refere o seguinte: "(...) O Governo de Sua Magestade, querendo poupar-nos ao conflito, não tinha porém até agora feito qualquer pedido que pusesse em risco a neutralidade do país. Crendo afastado esse risco pelas circunstâncias actuais da guerra, vinha solicitar do antigo aliado um serviço que para ele tinha grande valor" (21). Salazar entendia ainda que, nessa altura, e independentemente do desenvolvimento do conflito e da posição mais favorável dos Aliados, não se poderia ignorar uma eventual reacção alemã contra Portugal que poderia vir a ter consequências imprevisíveis.

Uma das principais razões, senão mesmo a principal, que está na base do pedido britânico de facilidades no arquipélago dos Açores prende-se fundamentalmente com as consequências da campanha submarina alemã para os envios Aliados no Atlântico Norte, tal como foi referido na altura pelo Embaixador Britânico em Lisboa ao professor Oliveira Salazar: "The German submarine campaign has been developed to a point where it seriously impedes the full deployment on the field of battle of the forces of the United Nations. His Majesty's Government no longer fear that this menace will prevent the final victory of the Allies, but is still capable of seriously delaying that victory" (22). Era ainda do entendimento do Governo Britânico que a utilização de facilidades nas Ilhas Atlânticas Portuguesas, designadamente nos Açores, destinadas às operações tanto de aeronaves como de navios de superfície seria, de facto, um factor decisivo para a derrota da campanha submarina alemã no Atlântico e, conseqüentemente, uma contribuição vital para uma vitória antecipada das Nações Unidas.

O que acaba de ser referido permite-nos, na realidade, concluir que o Governo Britânico era da opinião de que a cedência de facilidades no arquipélago dos Açores às suas forças, tornaria a guerra mais curta.

(20) Dez Anos de Política Externa, vol. XII, Doc. n. 82, p. 117.

(21) Ibid., Doc. n. 82, p. 118.

(22) Ibid., Doc. n. 83, p. 122.

Neste contexto, o Governo de Sua Majestade estaria disposto a negociar com o Governo Português as medidas necessárias a ter em conta face a um possível ataque aéreo alemão ao continente português e a garantir inteira protecção à navegação portuguesa assim como às suas importações. Nestas análise que estamos a desenvolver, e como já foi referenciado anteriormente, a designada "realpolitik", que teve o seu início com Maquiavel e Thomas Hobbes e, mais recentemente, com Hans Morgenthau e Raymond Aron tem, neste contexto, uma importância fundamental. É também aquilo que é conhecido como "power politics".

De igual modo, não podemos dissociar as diretrizes históricas que têm caracterizado o relacionamento de Portugal com a Grã-Bretanha através dos séculos, com este problema específico que estamos a analisar. Neste caso, Portugal não poderia ter outra atitude senão consentir em ceder as facilidades pretendidas pelos Britânicos. E a razão é muito simples, como, aliás, foi referida pelo Embaixador Armindo Monteiro: o nosso país não tinha o poder ou a força, se quisermos, para contrariar os desejos dos Aliados para se instalarem nos Açores. E uma vez que esse era o caso, seria mais benéfico para Portugal fazer a cedência pacificamente mediante negociações⁽²³⁾.

A análise da obra de José de Almada poderá ajudar-nos a tentar chegar a algumas conclusões acerca desta problemática. No seu livro intitulado *Para a História da Aliança Luso-Britânica*, aquele autor, citando Lord Palmerston, refere que este havia-se reportado, num discurso sobre a Polónia, que a Inglaterra não tinha aliados eternos nem inimigos perpétuos. Só os interesses do país eram eternos e perpétuos e eram esses que deviam determinar o procedimento dos governos⁽²⁴⁾.

Por outro lado, depois da guerra franco-prussiana, a Europa ficou sem convicção na força da moral internacional. A força bruta impunha-se como único princípio regulador das relações internacionais. Os pequenos países sentiam-se ameaçados. Citando ainda Palmerston, José de Almada, escreveu o seguinte: "(...) o que seria da esquadra inglesa se todo o litoral

(23) Dez Anos de Política Externa, vol. XII, Doc. n. 88, p. 136.

(24) José de Almada, *Para a História da Aliança Luso-Britânica*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional de Lisboa, 1955, p. 60.

do Atlântico estivesse em mãos inimigas ou indiferentes?"⁽²⁵⁾. Isto apenas para exemplificar que o relacionamento bilateral entre um pequeno país como Portugal e um grande país como a Grã-Bretanha não era fácil e, em última instância, servia para defender os interesses desta última.

Acerca concretamente da Segunda Guerra Mundial, José de Almada escreveu: "quando rebentou a guerra em 1939, Portugal declarava a neutralidade - neutralidade condicional, era evidente. A aliança estava em vigor, e se a colaboração portuguesa fosse solicitada Portugal não a recusaria"⁽²⁶⁾. Como se pode inferir do que foi escrito anteriormente, a posição portuguesa não poderia ter sido outra. Isto é, não poderia ter negado aos Aliados as facilidades que estes pretendiam obter nos Açores.

No entanto, Salazar foi, de facto, muito cauteloso na sua apreciação deste complexo problema. O objectivo fulcral continuava a ser a manutenção de Portugal fora do conflito. Por um lado, o Governo Português tinha de ter em conta a aliança luso-britânica e o pedido inglês para obter a cedência de facilidades nos Açores. Tinha porém de defender os interesses do país, isto é, evitar a todo o custo que Portugal entrasse no conflito. Neste contexto, existia, de facto, a obrigação por parte de Portugal de conversar com o Governo de Espanha se se previsse que a sua neutralidade corresse perigo na sequência da cedência de facilidades militares aos britânicos, pois assim o exigia o Tratado de Paz e Não Agressão e o Protocolo Adicional assinados pelos dois países em 1939 e 1940, respectivamente.

Um outro ponto relevante prende-se com o facto de Salazar, nos contactos que manteve com o Embaixador Campbell, ter chamado a atenção deste para o facto de apenas tropas britânicas serem admitidas nos Açores e não forças de outros países com os quais Portugal não estava ligado por tratados⁽²⁷⁾. (Note-se, contudo, que não se tinha feito a mesma reserva quanto aos navios que deveriam abastecer-se de óleos nos portos açorianos).

No que concerne especificamente ao volfrâmio, Salazar era da opinião de que a Inglaterra não poderia "(...) ter os benefícios da neutrali-

(25) *Ibid.*, p. 81.

(26) *Ibid.*, p. 82.

(27) *Dez Anos de Política Externa*, vol. XII, Doc. n. 94, p. 152.

dade portuguesa e nada pagar por ela" e, no que dizia respeito às relações de Portugal com a Alemanha, o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros entendia que essas relações, assim como os fornecimentos de estanho e de volfrâmio, eram o preço que a Inglaterra pagava pelo sossêgo da Península e até pela neutralidade da Espanha. Para Salazar, apenas um interesse para Portugal se devia considerar naquele momento superior à paz e à neutralidade - o de evitar fosse posto em face da recusa do próprio problema (existência) da aliança ou fosse praticado um acto de força que obrigasse ou a colaborar depois com os violadores do seu território ou a fazer a guerra no campo oposto ao dos interesses permanentes da Nação Portuguesa ⁽²⁸⁾.

NEUTRALIDADE COLABORANTE

Como já foi referido, foi decidido pelo Governo Português, durante a Segunda Guerra Mundial, conceder facilidades nos Açores às democracias ocidentais, ficando entendido que todo o restante território nacional continuaria excluído de qualquer vantagem para os contendores. Acerca desta matéria, o Professor Adriano Moreira escreveu o seguinte: "esta atitude, única na experiência internacional, foi aceite pelos dois lados em conflito e veio acrescentar uma nova e difícil categoria à teoria internacional da neutralidade. Foi uma tardia aplicação de uma doutrina só logicamente concebível para um mundo fragmentado sem unidade com teatros de acção política internacional não comunicantes" ⁽²⁹⁾.

Tal facto representava o envolvimento de uma limitada parte do território nacional numa ajuda selectiva a um dos beligerantes, obtendo o reconhecimento desta atitude por ambas as partes. Por outro lado, o fenómeno da neutralidade colaborante deve ser posto em conexão com dois acontecimentos fundamentais: a Guerra Civil de Espanha e o neutralismo

(28) *Ibid.*, vol XII, Doc. n. 103, p. 166.

(29) Adriano Moreira, "A Comunidade Internacional em Mudança" in *Estudos Politicos e Sociais*, vol. IX, n. 1-4, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1981, pp. 34-35.

posterior à Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, citaremos um discurso proferido por Salazar intitulado Realizações da Política Interna - Problemas da Política Externa. As premissas aí apontadas de não nos envolvermos nas desordens europeias; em manter a amizade peninsular e em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico, devem ser consideradas como um todo funcional cujos elementos foram postos em evidência e dinamizados, um por um, conforme as circunstâncias, "mas sem esquecer nunca a sua ligação estrutural: a posição perante a guerra civil de Espanha, a atitude durante a segunda guerra mundial, a redefinição da Comunidade Luso-Brasileira, são aspectos inseparáveis da atitude definida entre outros naquele pequeno trecho" ⁽³⁰⁾.

Podemos, por conseguinte, constatar que a colaboração com os Aliados no Atlântico, procurando manter a neutralidade no resto dos territórios espalhados pelo mundo, e comerciar por igual com todos na Europa, foi uma manifestação derradeira de uma política só tornada possível por não haver comunicações entre os teatros, numa época em que se assistia à transformação da terra num só teatro de operações: o aparecimento das armas atômicas a colocar um ponto final na conflagração com o bombardeamento do Japão, "(...) também marcou o fim desse mundo em que a neutralidade colaborante representou a mais refinada técnica diplomática do sistema e a agonia do Euromundo em que o sistema se traduzia" ⁽³¹⁾.

Esta actuação no âmbito da política externa portuguesa, isto é, o estabelecimento de uma linha de actuação para uma determinada zona geográfica, originando uma política diferenciada para o restante território português, tinha como elemento novo ser função de um conflito mundial, mas não era novidade para um país com responsabilidades a nível mundial, decorrentes da sua específica estrutura dispersiva.

Esta não identidade de políticas conforme as zonas é um elemento natural da neutralidade colaborante. Acerca deste assunto, o Professor Adriano Moreira escreveu o seguinte: "É um pluralismo de respostas para

(30) *Adriano Moreira, Neutralidade Colaborante, Separata de Estudos Politicos e Sociais, vol. n. 3, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1967, p. 14.*

(31) *Adriano Moreira, "A Comunidade Internacional em Mudança", p. 20.*

um pluralismo de desafios, mas todas unificadas pelo objectivo de assegurar a integridade do Estado, que assim procura assegurar a sua capacidade de exercer a missão, também europeia que lhe pertence. O pluralismo do mundo interdependente e socializado para onde se caminha, pensa-se que só poderá ser utilmente servido por um estado já ele próprio um exemplo de convergência socializante de terras, de gentes e de culturas ⁽³²⁾.

Por outro lado, a neutralidade colaborante haveria de tornar por demais evidente o seu núcleo central - que é o da integridade multicontinental do País - em face do anti-colonialismo posterior à segunda guerra mundial.

Um outro importante aspecto a ter em consideração é que a neutralidade colaborante se considera herdeira e continuadora de certa concepção europeia de ordem no mundo, afasta-se da desordem das grandes potências com o intuito de preservar e servir aquela ordem, e não recusa a luta quando as novas tendências atacam a sua concepção de estar no mundo e de cooperar com o mundo. É lícito, pois, afirmar-se que o conceito operacional da neutralidade colaborante parece ter sido o instrumento orientador do Estado entre a guerra civil de Espanha e o anticolonialismo contemporâneo. Trata-se, assim, de uma atitude de neutralidade perante as desordens do Ocidente, perante "(...) a eventual guerra civil da cristandade; mas trata-se ao mesmo tempo de uma activa intervenção no sentido de defender, desenvolver e consolidar uma certa concepção europeia de estar no mundo, não recuando quando essa concepção está em perigo; a defesa de tal concepção parte do postulado das missões nacionais convergentes, reclamando para isso uma autonomia de juízo que não aceita nem um directório, nem um estado director, regionais ou mundiais" ⁽³³⁾.

É também nessa mesma linha de pensamento que a importância da aliança luso-britânica parece dever inserir-se no conceito de neutralidade colaborante que pareceu começar a desenhar-se com a política seguida na guerra de Espanha.

Por outro lado, ainda antes do início do último conflito mundial, num telegrama enviado a Oliveira Salazar, Armindo Monteiro escrevia

(32) *Adriano Moreira*, *Neutralidade Colaborante*, p. 22.

(33) *Ibid.*, p. 23.

que, em caso de conflito geral, a melhor posição a adoptar por Portugal seria a neutralidade benévola para com a Inglaterra, organizando activamente as nossas forças a fim de que o nosso país tivesse possibilidade de intervenção em Espanha como elemento de equilíbrio e para selar a própria segurança de Portugal.

Luis Teixeira, por seu lado, entendia que a neutralidade portuguesa assentou numa verdadeira compreensão da nossa posição peninsular e europeia e a sua relação ao Atlântico não foi nem fácil, barata nem mesmo confortável, nem foi motivada por factores egoistas ou idealistas.

É necessário ter em conta, porém, que Salazar só concedeu as facilidades aos Aliados após ter a certeza de que a Alemanha não retaliaria contra Portugal. Aliás, da neutralidade, apenas podíamos sair por virtude de acção inimiga. É importante referir também que, durante os primeiros anos do conflito, quando ainda não se desenhava a vitória aliada (1941), Oliveira Salazar, numa conversa com o Embaixador de Espanha em Lisboa, e reportando-se à resposta do Governo Português a uma possível ocupação dos Açores pela Inglaterra e/ou pelos Estados Unidos da América, e muito embora não se acreditasse no pedido, a resposta nessa altura teria sido certamente negativa.

Nessa altura, tinha sido reforçada a guarnição dos Açores, artilhado os portos e executado um plano de defesa para o arquipélago a fim de sustentar essa mesma recusa com a força com que pudessem, pois nesse período, os Açores, como já foi referenciado, constituíam pedra essencial de neutralidade peninsular. Isto quer dizer que se o governo português concedesse facilidades de natureza militar aos Aliados no arquipélago ou se estes o tivessem ocupado pela força, perder-se-ia, inevitavelmente, a neutralidade na Península.

Armindo Monteiro, porém em 1941, entendia que a independência e integridade de Portugal dependiam, em última análise, da vontade dos Aliados⁽³⁴⁾. Também na sua perspectiva, a nossa posição essencial resultava da consideração de que o governo português desejava, ainda que com sacrifício de alguns interesses menores, manter a neutralidade do País em relação ao conflito que decorria, até ao último limite possível. Partilhava

(34) Dez Anos de Política Externa, *vol. VIII, Doc. n. 1860, p. 468.*

ainda da opinião de que toda a responsabilidade do abandono da neutralidade recaísse sobre o eventual atacante.

Num documento enviado por Oliveira Salazar a Armindo Monteiro, a neutralidade portuguesa face à guerra era evidente. Nele, é referida a nossa posição neutral, não devendo Portugal abandonar a sua posição de neutralidade senão por agressão de um dos beligerantes (obviamente que estava entendido que se devia cuidadosamente evitar que esse beligerante fosse a Inglaterra). Aquela posição tinha, de facto, correspondido à melhor defesa dos interesses de Portugal e, com base em declarações do governo inglês na altura, tinha igualmente servido os seus interesses. Neste sentido, o governo da Inglaterra louvou o governo português.

Para Salazar, segurar essa posição de neutralidade, até ao limite extremo das possibilidades do governo, era um dever sagrado, era um dever de consciência. Entendia ainda que Portugal não fora ouvido acerca da guerra, nem esteve nos caminhos que levaram à catástrofe, nem sobre as ideias ou os factos que a provocaram tínhamos sido alguma vez consultados. Na sequência disto, escreveu o seguinte: "À parte o desmoronamento moral alemão, imprevisível, a minha confiança numa vitória rotunda da Inglaterra é fraca, se é que existe, através da visão desapaixonada dos acontecimentos e do interesse português" ⁽³⁵⁾.

Nestas perspectiva, Salazar pensava que já não bastava para a todos afligir o renascimento democrático que os Estados Unidos da América e a Inglaterra haviam de favorecer e provocar "(...) faltava-nos ainda o triunfo do comunismo pelas mãos da Inglaterra" ⁽³⁶⁾. Dadas estas condições, Oliveira Salazar era da opinião de que o apego à neutralidade tinha uma base mais larga do que as estipulações dos tratados ou a força das primeiras declarações do Governo; continuava a ser imposta pelos condicionalismos do momento.

Por outro lado, entendia que "(...) é por isso nosso dever defendê-la quanto possa ser, tendo presente que o abandono da neutralidade não tem para nós efeitos meramente teóricos, pois converterá o território continental e insular em campo de batalha e de miséria. É por tais motivos

(35) *Ibid.*, vol. IX, Doc. n. 2247, p. 197.

(36) *Ibid.*, p. 198.

que devemos considerar contrário ao nosso interesse - e nem sequer aludo ao nosso direito - todo o acto que precipite o País naquela situação. Um dia de paz é um bem apreciável, e sobretudo quando não se sabe se atrás desse se não seguirão outros; e pelas nossas deduções conformemente ao interesse alemão isso é provável" (37).

No entanto, logo no início do conflito, Oliveira Salazar entendia que Portugal queria seguir para com a Inglaterra a neutralidade mais benévola possível, desde que essa situação parecesse ser a de maior vantagem mútua. Por outro lado, entendia que era muito importante o serviço que Portugal prestava à Europa e à América com a nossa atitude de impecável neutralidade e a vantagem tanto para neutros americanos como para beligerantes europeus de não perturbarem o último ponto neutro despido de todas as ambições ou reivindicações, por onde se matinham relações entre a América e a Europa (38).

Para concluir, entendemos que, muito embora o nosso país se tenha mantido neutral durante o último conflito mundial, as solicitações que lhe foram feitas por parte das potências marítimas, não deixaram de ser tidas em conta. Portugal concedeu as facilidades pretendidas pelos Aliados, designadamente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, conseguindo preservar tanto a sua integridade territorial como a sua soberania.

(37) *Ibid.*, p. 198.

(38) *Ibid.*, vol. VII, Doc. n. 941, p. 190.

AÇORES : 50 ANOS DE PRESENÇA
MILITAR ESTRANGEIRA *

Por: Álvaro Monjardino

I - «CIRCA» 1943

A) OS AÇORES DE ENTÃO

1. As ilhas no princípio da guerra
2. Horta
3. Ponta Delgada
4. Angra do Heroísmo
5. O virar da página

B) A GUERRA, OS RISCOS E A DEFESA

6. Expedicionários nos Açores
7. Arrendamentos das Lajes
8. Os comandos
9. Reflexos sociais

* *Comunicação apresentada no IV Colóquio "Os Açores e o Atlântico", realizado em Angra do Heroísmo de 7 a 9 de Outubro de 1993.*

C) AS OSCILAÇÕES

10. Filias e fobias
11. O porto de Ponta Delgada
12. O rádio-farol dos Biscoitos

II - AS AVÓS DO CONDE DE ABRANHOS

D) A PERMANÊNCIA ESTRANGEIRA

13. O desembarque britânico
14. Os primeiros acampamentos
15. U.K. - U.S.A.
16. Os americanos em duas bases
17. Acordos de 1946
18. NATO
19. Acordos de 1951
20. Acompanhamento regional
21. Acordos de 1979 e 1983/84
22. Acordos das Flores

E) CONTRAPARTIDAS E CONSEQUÊNCIAS

23. Lajes: compensações até 1957
24. Lajes: compensações após a Autonomia regional
25. Compensações dos acordos da Flores
26. Infra-estruturas
27. Comércio
28. Relações laborais
29. Mercado habitacional
30. Consequências sócio-culturais
31. Conflitos
32. Confissões religiosas
33. Funções subsidiárias
34. Consequências políticas
35. Independentismo, Separatismo, Autonomismo
36. As «conquistas autonómicas»

F) A EUROPA E A PAZ

- 38. As recessões
- 39. Incógnitas quanto à NATO
- 40. A Europa Comunitária
- 41. A ultra-periferia
- 42. Os méritos passivos

AÇORES : 50 ANOS DE PRESENÇA MILITAR ESTRANGEIRA

I - «CIRCA» 1943

A) OS AÇORES DE ENTÃO

1. No princípio da década de 40, o arquipélago dos Açores vivia a sua condição de zona periférica, que historicamente é a dele, embora só elevada à categoria de conceito político-económico há escassos anos. Dividido em três distritos autónomos, disciplinado pelo Estatuto que Marcelo Caetano expressamente elaborara; com as portas da emigração fechadas pela guerra e, antes, pela crise económica mundial; controlado pela censura e pelos canais de comunicação que ligavam os governos de distrito ao Ministério do Interior; condicionado por uma hierarquia católica tradicionalista, regente indisputada de uma igreja cujo laicado só com timidez - em organismos operários da Acção Católica - levantava pontualmente um ou outro aspecto da questão social; governado por uma "élite" política situacionista e admiradora de Salazar, o «salvador da nação portuguesa»⁽¹⁾, à qual faziam inofensivo contraponto uma oposição burguesa de antigos republicanos, remetida a tertúlias de café, e alguns comunistas com origem operária e

(1) *Após o atentado à bomba que não chegou a vitimá-lo, fez-se a difusão nacional de uma pagela que tinha, no anverso, uma fotografia de Salazar, com o seu capelo de doutor e, no reverso, o texto que se transcreve ipsis verbis: «DOUTOR ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR / SALVADOR DA NAÇÃO PORTUGUESA / No dia da Rainha-Santa Isabel, a 4 / de julho de 1937, pelas 10.h 25.m. foi miraculosamente salvo de um infamis- / simo atentado contra a sua vida. / PRECES / V. - Haja paz, ô Deus, pelo vosso poder / R. E abundância nas nossas casas / V. Pelos merecimentos e preces da / Rainha-Santa Isabel / R. Sede propício, Senhor, ao vosso / povo / V. Oremos pelo nosso Chefe Salazar / V. O Senhor o conserve, e lhe conceda / longa vida, e lhe dê felicidades sôbre a / terra, e não o abandone jámais às ciladas / dos seus inimigos. / P. N. - A. M. - Gl. P. / Concedemos 50 dias de indulgência a / quem recitar devotamente estas preces. - / Podem imprimir-se. / Coimbra, 23 de julho de 1937. / + ANTÓNIO, Bispo de Coimbra».*

sindicalista - a vida corria dentro de limites pouco variáveis desde que, anos antes, houvera a «revolução de 31» e depois, em 1933, chegara a correr sangue nas ruas de Ponta Delgada. A segunda vaga autonomista, do fim da 1ª guerra mundial e princípios da década de 20, fora inteiramente reciclada pelo novo regime ao qual, aliás, se havia rendido, em correspondência com o seu ideário conservador. E a administração pública era disciplinada agora pelo rigor financeiro do Estado Novo, que lhe não permitia quaisquer ousadias sem aprovação superior.

A economia tinha ainda muito de subsistência. A classe rural, amplamente maioritária e de pé descalço, assegurava uma produção de trigo ainda considerável, e algumas culturas industriais, quase exclusivamente reduzidas à ilha de São Miguel. A partir das cooperativas com inspiração católica, curiosamente nascidas nos tempos da 1ª República, os lacticínios começavam a desenvolver-se. E também a pesca do atum. Entre as ilhas havia um sistema de circulação marítima, assegurado pelas escalas quinzenais dos navios da Empresa Insulana de Navegação e por cabotagem local.

Mas o ambiente e o próprio ritmo da vida, nas três cidades do arquipélago, não era verdadeiramente o mesmo. Circunstâncias, em regra não endógenas - como de costume... - explicariam essas diferenças.

2. A Horta, na ilha do Faial, vivia uma época de relativa euforia. O seu porto artificial, começado em 1876⁽²⁾, nos últimos tempos dos Dabney, tinha sido o primeiro dos Açores a ficar completo. A Casa Bensaúde mantinha ali depósitos de carvão. Não obstante, e desde o princípio do século, a crescente importância do porto de Ponta Delgada, muito maior e com melhores apoios, o declínio das escalas baleeiras e a retirada do consulado norte-americano, tudo fora determinando uma relativa decadência da função portuária que só outros factores viriam a contrariar.

Um desses factores tinha a ver com as comunicações telegráficas. Nesse tempo, e na sequência de um interesse internacional que vinha de

(2) A. Teodoro de Matos, «Transportes e Comunicações», 19, p. 346.

trás, amarravam na Horta 15 cabos submarinos e a presença de técnicos ingleses, norte-americanos e alemães, animava a vida da cidade ⁽³⁾.

O outro factor era a coqueluche da época. Durante todos os anos 30, as tentativas de voos transatlânticos, ligando a América do Norte e a Europa, escolhiam a Horta como ponto de escala. Hidroaviões estrangeiros apareciam, sobretudo no Verão. Os alemães, com os «Nord» («meer», «wind» e «stern»), apoiados em um navio-catapulta, frequentavam o porto do Faial. Os norte-americanos, com o novo Boeing 314, haviam inaugurado, em Março de 1939, os voos dos «clippers» da Pan American, transportando passageiros. Quem queria sair dos Açores por via aérea, ou neles entrar, tinha de o fazer pelo Faial ⁽⁴⁾.

3. Ponta Delgada, apesar do seu aspecto embiocado, era, além de maior, a cidade mais dinâmica dos Açores. Naturais de lá ou não, os seus residentes vinham afirmando (e desde o século XVI, quando um cataclismo telúrico subverteu Vila Franca, a capital natural de São Miguel) uma grande apetência desenvolvimentista - como hoje se diria - e hegemónica, em qualquer caso. O regime senhorial das capitánias perdurou em São Miguel até à segunda metade do século XVIII, contrariamente ao que se dera com as demais ilhas do arquipélago. Neste facto radica, segundo creio, a maior intensidade de aspirações autonómicas que nesta cidade se manifesta. Reivindicativa e lutadora, Ponta Delgada arrebatará a Vila Franca destruída a capitalidade da ilha. Contra Angra, optara pela legitimidade filipina em 1581, acolhendo o governador enviado pelo rei espanhol. Renitente em alinhar com o movimento da Restauração na Terceira, fora precisa uma carta de D. João IV para que Rodrigo da Câmara, o capitão, se desvinculasse da obediência a Filipe IV (aliás, seu padrinho de casamento). Suportou sempre mal a Capitania Geral dos Açores, sediada em Angra, e revoltou-se contra ela logo em 1821. Sempre desejosa de um porto capaz, que não possuía, lançou-se em projectos para ele desde muito cedo, conse-

(3) Francis M. Rogers, «The Cable Trail», texto inéd., p. 7.

(4) Carlos M. Ramos da Silveira e Fernando Faria, «Apontamentos para a história da Aviação nos Açores» (Angra do Heroísmo, 1986).

guiu-o começado em 1862 ⁽⁵⁾, e tinha-o praticamente concluído em 1943. Tudo isto era feito a partir da iniciativas locais, que se exerciam num balanço interessante - e instrutivo - entre a reivindicação, ruidosa e mesmo arrogante, e os arranjos silenciosos de gabinete, em Lisboa.

O porto de Ponta Delgada tinha uma tradição exportadora. Naquele tempo, navios estrangeiros escalavam-no para abastecimento de combustível, reparação e mesmo tráfego de passageiros, este assegurado por transatlânticos italianos e muito conotado com as linhas de emigração para os Estados Unidos. Tal movimento fizera nascer uma ideia, algo ilusória, sobre a vocação turística da ilha de São Miguel. No átrio do hotel Terra Nostra, nas Furnas, já então um grande painel mostrava os Açores no centro de um espaço que tinha, a um lado, as costas orientais americanas e, a outro, as costas ocidentais da Europa. Ponta Delgada, por outro lado, não se curara da «viuvez», em que se sentia, da efêmera base naval norte-americana, ali instalada durante a 1ª guerra mundial. E, com uma visão decerto mais clara que a da classe política de Lisboa, fora provavelmente o primeiro lugar de Portugal a aperceber-se de que os Estados Unidos eram a grande potência mundial do século.

4. Angra do Heroísmo, por contraste, vinha arrastando uma longa decadência, perfeitamente nítida desde o triunfo liberal para o qual, aliás, tanto contribuía. O seu porto, que fora o melhor dos Açores no respeito a condições naturais - a ponto de dar mesmo o seu nome à cidade - fora ficando esquecido e vazio à medida que o grande tráfego se desviava dos Açores, e o remanescente procurava os novos abrigos artificiais da Horta e de Ponta Delgada. A proeminência política desaparecera com a extinção da Capitania Geral. A aristocracia terra-tenente esboroara-se com as reformas liberais, e a burguesia mercantil, quase toda adventícia, enxergava pouco para além do seu balcão de vendas. As poucas iniciativas económicas falhavam, em geral, por falta de capacidade gestonária. Angra mantivera a sede da Diocese, com a sua catedral e um seminário, e o Comando Militar dos Açores, resíduo da Capitania Geral, sub-conscientemente dependente

(5) A. Teodoro de Matos, *op. cit.*, 346.

da desmesurada fortaleza filipina do Monte Brasil, que os restauradores de 1641/42 haviam oferecido, rendida por eles, ao novo rei de Portugal, cujo nome lhe foi dado. Lenta e inexoravelmente, os serviços centrais à dimensão do arquipélago iam deslocando suas sedes para Ponta Delgada. E, em 6 de Outubro de 1939, o decreto 29 957 transferira para esta cidade o próprio Comando Militar dos Açores.

Típicas do modo de ser dos cidadãos de Angra foram algumas reacções a mais esta despromoção. Lamentava-se, além do despojamento contínuo - «Levam tudo para São Miguel», como até Nemésio apontou no epílogo do «Mau tempo no Canal» - a perda da... banda regimental. Foi por amor a essa banda que se fizeram, aliás em vão, movimentações de influências em Lisboa. Não sei de outras que tenham acontecido.

Sinais precursores do que seria um eventual papel da Terceira na aeronáutica transoceânica vinham desde o fim dos anos 20. Um estudo sobre a planície das Lajes (Gomes da Silva, 1928), duas missões francesas à procura do terreno adequado para uma pista de aviões (Nomy, Codos, Castex, 1935/36) ⁽⁶⁾, tudo parecia inútil, abortado mesmo, com a aparente opção pelos hidroaviões e a consolidação da Horta como escala para os transatlânticos do ar.

5. Por isso, o dia 8 de Outubro de 1943 apareceu como um virar de página histórico e um safanão no rame-rame de algumas frustrações e poucas ambições em que por muito tempo se vivera. Uma avultada guarnição estrangeira - 3000 homens - fixava-se na ilha Terceira. Trazia dinâmicas próprias e desconhecidas, e logo daria início a obras de engenharia com grande vulto e acelerado ritmo - mercê, diga-se, de outros estrangeiros, os norte-americanos que, quase clandestinamente, iniciavam também uma presença, e esta para ficar -; obras que destoavam amplamente do que fora feito pelos expedicionários portugueses nos dois anos anteriores.

Mais uma vez, o factor externo, e bélico ou para-bélico, fazia acordar a cidade e a ilha do seu letargo.

(6) Cf. Louis Castex, *«Mon tour du monde en avion»* (Paris, 1948); Cândido P. Forjaz, *«Memórias»* (1984), 202/203.

B) A GUERRA, OS RISCOS E A DEFESA

6. A guerra mundial, iniciada em Setembro de 1939, viria encontrar as forças armadas portuguesas em processo de reestruturação, e os Açores praticamente indefesos quanto a uma eventual agressão provinda do exterior. As leis de reorganização do Exército ⁽⁷⁾, devidas ao impulso de Santos Costa, Subsecretário de Estado da Guerra, definiam um quadro para a defesa territorial da metrópole que incluía os arquipélagos dos Açores e da Madeira, as chamadas Ilhas Adjacentes. O decreto 29 957, como se referiu, havia entretanto deslocado para Ponta Delgada o Comando Militar dos Açores, cuja organização, contudo, apenas ficou definida em 8 de Abril de 1940.

Justamente por esta mesma altura vinha a dar-se o colapso da frente aliada, em França. Em 20 de Maio, que se saiba, houve um sinal do governo britânico para o português, instando por uma urgente defesa dos Açores ⁽⁸⁾. Esta defesa, quando reforçada, não se mostrava minimamente credível com a estrutura de comandos criada havia pouco e que era um mero apêndice da estabelecida para o território do Continente, toda orientada para a contenção de uma ameaça provinda de Espanha ⁽⁹⁾. Tal insuficiência apenas veio a ser reconhecida, em termos normativos, pelo decreto 32 190, de 8 de Agosto de 1942, o qual separou o Comando Militar dos Açores do Comando Militar de São Miguel. Foi, assim, ainda com uma estrutura de comandos inadequada que principiaram a chegar tropas expedicionárias a estas ilhas - o primeiro contingente desembarcou no Faial em Outubro de 1940 ⁽¹⁰⁾ -. E fica-se a pensar se nesta movimentação não estaria um efeito das recomendações inglesas de Maio anterior. Mas não só das recomendações... Porque um Junho de 1940 o próprio governo britânico mandara

(7) *Lei 1960, 1/Setº/1937; dec. lei 28 401, 31/Dezº/1937; dec. 29 957, 6/Outº/1939.*

(8) *António J. Telo, «Os Açores no controlo do Atlântico» (1993), 309/310.*

(9) *Manuel A. S. Meneses, «A defesa dos Açores no período da 2ª guerra mundial (1939/45)», in «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira» (BIHIT), XLV, tomo 2º, 1419.*

(10) *Ibid., 1428. Era o Batalhão de Infantaria nº 66.*

preparar uma força para ocupar os Açores, operação que seria comandada por Bernard Montgomery ⁽¹¹⁾.

Todavia, a vinda maciça de forças expedicionárias portuguesas para o arquipélago só teve propriamente lugar desde a Primavera de 1941, ainda com a estrutura de comandos de 1939/40, o que até viria a criar problemas funcionais. Foram quatro vagas, entre Abril e Novembro daquele ano. Aparecia, pela primeira vez, a Força Aérea, sob a forma de caças biplanos «Gloster Gladiator», de construção inglesa e trimotores «Junkers», de origem alemã; e, para eles, se aprontaram pistas de aterragem em Santana, São Miguel, e Lajes, na Terceira ⁽¹²⁾.

Contava-se então que as recepções aos expedicionários haviam variado conforme os sitios. Quando chegaram os batalhões 8, 9 e 10, em Abril de 1941, foram recebidos em Ponta Delgada com indiferença, em Angra com entusiasmo e flores e na Horta com uma hostilidade traduzida em portas e janelas fechadas.

7. O reforço da guarnição dos Açores prolongou-se no tempo, alargando-se até meados de 1942. Envolveu, por junto, um efectivo da ordem dos 32 000 homens, construiu e adaptou obras de defesa, edificou dois hospitais militares - guarnecidos por um corpo médico jovem e de boa qualidade técnica - e terraplanou as pistas de dois aerodromos ⁽¹³⁾.

Destes, o das Lajes utilizou os terrenos que, desde 1928, se haviam assinalado como os mais indicados para esse objectivo e até para muito mais. Esses terrenos ocuparam-se ao abrigo de contratos de arrendamento mais ou menos compulsórios e mediante rendas que, na ocasião, até eram elevadas. Por razões nunca plenamente esclarecidas, estes terrenos não foram, ao tempo, objecto de expropriação, o que seria perfeitamente lógico visto que, possuindo excelente aptidão agrícola, ficavam - como ficaram - inteiramente perdidos para a agricultura. Anota-se que a insegurança das sucessivas administrações portuguesas sobre a consistência daqueles arrendamentos tem sido de tal ordem que por três (3 !) vezes ela

(11) *A. J. Telo, op. e loc. cit.*

(12) *A. J. Telo, op. cit., 274/281; M. Meneses, op. cit., 1442.*

(13) *M. Meneses, op. cit., 1510.*

se achou na necessidade de os fazer declarar válidos, por via legal!... Estas surpreendentes validações «a posteriori» constam dos decretos leis 31 286, de 28 de Maio de 1941; 41 528, de 11 de Fevereiro de 1948; e 380/79, de 14 de Setembro - este último do Conselho da Revolução - e parece revelarem alguma má consciência quanto à correcção jurídica com que se procedera nessa atabalhoada época.

8. O «Plano de Defesa dos Açores» é de 1941 e dirigia-se à prevenção de uma ameaça que, na altura, não se sabia bem se viria da Alemanha, da Inglaterra ou até dos - ainda neutrais - Estados Unidos da América. Hoje, sabe-se que era justamente deste último país que a possibilidade de uma ocupação militar das ilhas se perfilava como mais provável: pela valorização estratégica que delas faziam, pela abundância de meios para a executar e até pelo interesse, a prazo, na sua utilização após a guerra: coisa que, na Europa de então, certamente não era pensado a sério por ninguém.

Se a própria diplomacia portuguesa, deficientemente informada e pobrementemente relacionada, deixava as decisões e as táticas negociais à mercê das instuições de Salazar e do instinto de sobrevivência de Portugal, na sua dimensão europeia-ultramarina, que ele manteve até ao fim - pode imaginar-se o que seria a ideia que deste turbilhão se fazia nas ilhas, a um tempo isoladas do mundo, sujeitas à censura política e, a partir de Janeiro de 1943, à censura militar⁽¹⁴⁾. A correspondência postal era aberta e era lida; tudo o que lá aparecesse ou parecesse suspeito (para o que bastava ser subtil, ou simplesmente não compreendido pelo censor) via-se impiedosamente barrado a tinta preta.

Esta desorientação atingiu os comandos, mesmo ao nível do equilíbrio psicológico. Em 1941, o Comandante Militar dos Açores teve uma crise psicótica e foi substituído. Em 1942, o seu sucessor mostrava-se tão apavorado com a perspectiva de uma invasão, ou de uma rebelião, ou de um golpe de mão, que via em tudo evidências de uma «quinta coluna»: o que levou elementos do seu próprio quartel-general a uma atitude de

(14) *Ibid.*, 1503/1504.

contestação, expressa em um abaixo assinado que se enviou ao Ministério da Guerra ⁽¹⁵⁾. Foi Humberto Delgado, ao tempo homem de confiança desse Ministério, quem veio averiguar o que se passava. Só com a reestruturação dos comandos, em Agosto de 1942, esta situação se alterou verdadeiramente ⁽¹⁶⁾.

9. Eram apenas três as ilhas guarnecidas por forças armadas. A presença de dezenas de milhar de expedicionários fatalmente traria dados novos ao tecido social. Houve namoros, seduções, procriação extra-matrimonial e também casamentos. Sem embargo de nunca terem surgido conflitos verdadeiramente graves, registaram-se humilhações de que a população local se ressentiu. A tropa do Continente não vinha suficientemente informada sobre a terra e os seus habitantes - alguns expedicionários tiveram mesmo a franqueza (ou a fraqueza) de confessar que esperavam encontrar uma população de cor -. E não vinha, sobretudo, preparada para atenuar a agressão psicológica que a sua mera presença de força armada representaria sempre. Houve, por isso, arrogâncias que não se evitaram, e despeitos locais que surgiram. Isto verificou-se a todos os níveis - desde o rural ao governante civil e à «élite» social, sempre suspeitosa de quem, de fora, lhe venha de alguma maneira disputar ou ocupar alguma parcela de poder -. O Governador de Ponta Delgada (que era militar de carreira) tomava atitudes imperiais, que lhe valeram a alcunha de «Príncipe Sérgio» e o boicote das famílias gradas da cidade, quando organizava recepções; e o Presidente da Junta Geral do Distrito, por lhe ser submisso, passou ali a ser conhecido por «o burro do senhor alcaide» ⁽¹⁷⁾. Em Angra, as autoridades civis chegaram a queixar-se a Lisboa de atitudes e condutas de quem exercia o comando militar, tanto na sua residência como em lugares que frequentava ⁽¹⁸⁾.

(15) *A. J. Telo, op. cit., 368/370.*

(16) *Dec. 32 190, de 12/Agosto: M. Meneses, op. cit., 1419.*

(17) *C. Forjaz, op. cit., 79/91.*

(18) *Ibidem. Segundo informação pessoal de M. Meneses, o episódio crucial deste conflito deve ter-se verificado em 1942, e incluiu pormenores picaros, de que foram protagonistas o corneteiro de serviço e uma mulher que lhe dava ordens da janela do palácio dos Capitães-Generais.*

Mas estes conflitos esqueceram, ou pelo menos puseram-se em surdina no fim de 1941. Partido de Lisboa no dia 23, o Presidente Carmona visitou as nove ilhas dos Açores, sendo que a maioria delas jamais recebera, até então, um chefe do estado português. Sucederam-se, por isso, as manifestações patrióticas, sublinhadas pelo «slogan» «Aqui é Portugal !», a que o velho general respondia com uma «surenchère»: «Aqui é que é Portugal !». Foi durante esta visita que uma velhinha, em São Miguel, perguntou a Carmona se ele era «o senhor rei».

C) AS OSCILAÇÕES

10. A neutralidade portuguesa perante o conflito que abrasava a Europa e se estendeu aos outros continentes teve uma evolução conhecida. Essa evolução culminou com a concessão aos aliados de uso territorial dos Açores e, meses volvidos, com o fim da exportação de volfrâmio para a Alemanha ⁽¹⁹⁾. Foi uma evolução condicionada por crescentes pressões dos aliados. Mas parece também claro não lhe ter sido alheia a evidência, a partir de certa altura, de que a derrota das potências do Eixo era já só uma questão de tempo.

Nas ilhas, as simpatias para com os blocos em conflito variavam. Os adversários da situação política portuguesa eram ostensivamente anglofilos e viam na desejada vitória dos aliados uma séria hipótese para o fim do regime vigente em Portugal. Pessoas de mais idade, que haviam aderido à nova situação, mantinham uma anglofilia e uma germanofobia sobreviventes da 1ª guerra mundial. A geração dita «situacionista», nascida já neste século e que apostava no Estado Novo, não escondia a sua simpatia pelos alemães. O facto tinha explicação e a sua origem podia fazer-se remontar aos anos 30 - os da ascensão de Hitler, da aparente superação

(19) A. J. Telo, «Portugal na Segunda Guerra» (1988), I, 230/236; A. Franco Nogueira, «Salazar», III, 533/538.

da crise económico-social na Alemanha, da cruzada franquista em Espanha com os apoios conhecidos, do horror ao comunismo, de que chegavam fragmentariamente notícias assustadoras, de perseguições religiosas, massacres de camponeses e purgas de políticos e militares -. O pacto germano-soviético de Setembro de 1939 dera boa consciência aos anglófilos. A abertura da frente russa em Junho de 1941 trouxera tranquilidade de espírito aos germanófilos. As propagandas de um lado e de outro alimentavam, naturalmente, estas simpatias e estas aversões.

Julgo que ninguém se preocupou ainda em saber o que pensava das forças em conflito o geral da população, que era rural e de poucas letras. O facto de, ao tempo, já a emigração açoriana estar inteiramente voltada para os Estados Unidos da América explicará a simpatia geral pelos aliados, em cujas fileiras combateram mesmo emigrantes das ilhas, ou deles descendentes.

Quanto a presenças estrangeiras, avultavam no Faial as «colónias» dos cabos submarinos - a norte-americana, a inglesa e a alemã -. Na Terceira, essa presença era diminuta, mas ainda assim existia e mostrava-se activa. Em São Miguel havia, com tradições, serviços consulares norte-americanos e ingleses; de origem mais recente, também os havia alemães e italianos; e viviam estrangeiros vários. Interessa referir o que se passava com as obras do porto de Ponta Delgada.

11. Após esboços, estudos, tentativas e projectos que se perdiam no tempo, tinha começado a construir-se um molhe de abrigo em Ponta Delgada, obra a cargo de uma empresa francesa. Estava-se em 1862, nos derradeiros tempos da Regeneração. Os trabalhos deste porto artificial progrediram com exasperante lentidão e estavam parados no início dos anos 30. Em 1932 elaborou-se um projecto para a conclusão do molhe. Alterado em 1935, com o pretexto em economias (o cais contínuo a - 12 metros fora modificado para 5 pontes-cais), a obra foi a concurso em 1936. Apareceu um único concorrente, a Sociedade Construtora e Comercial, Lda, uma empresa com interesses alemães, à qual a empreitada foi adjudicada por 22 635 972\$00. O contrato assinou-se em 31 de Maio de 1937 e os trabalhos iniciaram-se em 16 de Junho seguinte. Não era a sociedade adjudi-

catária que os realizava: era a empresa Philip Holzmann Aktiengesellschaft, de Francfort sobre o Meno ⁽²⁰⁾.

A modificação do projecto inicial, de um molhe contínuo para 5 pontes-cais, suscitara comentários e desconfiança. Certo era que essas pontes-cais restringiam as capacidades de operação do novo molhe que, destinado a navios com maior calado, ficaria praticamente reduzido a petroleiros ou a vasos de guerra, quiçá submarinos... Depois, os técnicos alemães, sobretudo após o início da guerra e no tempo das primeiras vitórias do Eixo, diziam mesmo ao pessoal trabalhador português que estavam «a fazer aquilo para eles». Cada bloco que iria formar um dos postos de acostagem era feito em terra e lançado à água, como um navio do seu estaleiro de construção, numa cerimónia em que avultavam, içadas em mastros, as bandeiras de Portugal e da Alemanha hitleriana. A suspeita de a empresa alemã estar a executar uma obra de interesse extratético para o seu país ganha consistência com o facto de, em 18 de Junho de 1935, a Alemanha haver assinado um acordo com a Inglaterra que lhe permitia um considerável crescimento da sua marinha de guerra ⁽²¹⁾. E ganha também consistência com um episódio sucedido no Verão de 1943. A escavadora marítima que dragava os fundos para assentamento dos caixões de betão, que formariam os postos de atracação, era accionada por um motor cujo bloco principal se partira quando faltava assentar o último desses grandes caixões. Goradas que haviam ficado todas as tentativas de reparação, quatro empregados portugueses foram, certa noite, mandados embarcar em uma lancha, que levava a reboque um batelão, e rumar para fora do porto. Acompanhava-os Heinrich Droell, técnico da empresa. Por volta das duas da madrugada, emergiu ao lado da lancha um submarino alemão, em cuja torre se via um U e o número 39. Quatro marinheiros do submarino, usando um guindaste manual, colocaram sobre o batelão rebocado um novo bloco de motor, armado com a sua cambota. Dentro de dois dias, a escavadora retomara o seu trabalho. Recordar-se que por essa altura a batalha do Atlântico havia atingido o seu auge, e não deixa de suscitar interrogações esta dispo-

(20) «Anuário dos Serviços Hidráulicos» de 1936 (p. 157) e de 1938 (p. 146).

(21) A. J. Telo, «Os Açores...» cit., 392. O valor da empreitada correspondia sensivelmente a 2 200 000 contos, a preços actuais.

bilidade de um submarino para trazer da Alemanha uma peça de motor destinada a uma empresa privada executando uma empreitada no estrangeiro ⁽²²⁾.

12. Outro episódio desse período cheio de ambiguidades ocorreu na Terceira.

Era sabido que submarinos alemães frequentavam águas dos Açores, onde a sua actividade foi particularmente intensa entre Novembro de 1942 e Setembro de 1943, tanto na intercepção de comboios aliados com rumo ao Norte de África, como no sistema de abastecimento, por submarinos-tanque, às unidades de combate que operavam nestas águas ⁽²³⁾.

Em data anterior a Maio de 1943, Manuel Costa, um estudante de 16 anos amador de rádio-electricidade, foi procurado por dois oficiais portugueses. Pediram-lhe ajuda para determinar a origem de um sinal de rádio, detectado pela Capitania do Porto de Angra, mas que não se conseguia localizar. Este jovem possuía um radiogoniómetro, que construíra por suas mãos. Utilizando-o a partir de diferentes pontos da ilha, determinou efectivamente que o sinal de rádio provinha de um emissor instalado junto ao porto dos Biscoitos, num casebre. Era um rádio-farol, com material «Telefunken», e junto dele estava um barco de borracha. Com este serviço prestado à causa dos aliados, Manuel Costa enriqueceu o seu currículo e obteve facilmente um emprego governamental quando, em 1948, emigrou para os Estados Unidos da América, onde se graduou em engenharia, se doutorou em física e atingiu a docência universitária. Na Terceira, contudo, passou alguns dissabores, e foi mesmo recriminado pela sua atitude anti-neutral, evidentemente por germanófilos de então ⁽²⁴⁾.

(22) Devo ao meu amigo Gil de Sousa, que trabalhou para a Philip Holzmann em Ponta Delgada, estas informações, inclusivamente sobre as inconfiâncias dos técnicos alemães, e o episódio do submarino. Na lancha seguiam, além de Heinrich Droell e de Gil de Sousa, Luis Franco, José Anhanha e outro trabalhador, de nome Resendes. Gil de Sousa pensa que o submarino, após o «U» e antes do «39», tinha outra letra pintada na torre, talvez um «Q».

(23) A. J. Telo, «Os Açores...» cit., 361/367.

(24) Manuel Costa, nascido em 1926, confirmou-me este episódio - pelo telefone, e de sua casa em Fresno, California - em 7 de Setembro de 1993. Uma primeira versão deste episódio fora-me dada por Edgardo da Silveira no dia 3 desse mesmo mês.

II - AS AVÓS DO CONDE DE ABRANHOS

E) A PERMANÊNCIA ESTRANGEIRA

13. Sabia-se confusamente nos Açores que decorriam negociações com vista à utilização de território insular pelos aliados. Assim evoluiu o receio de uma ocupação forçada que, oficialmente assumido, tinha justificado o envio maciço de forças expedicionárias e, já em 1942, a reestruturação dos comandos. Quando o brigadeiro João Tamagnini Barbosa, investindo nas funções de Comandante Militar da Terceira, desembarcou em Angra nos fins de Setembro de 1943, sentia-se iminente a chegada de forças estrangeiras⁽²⁵⁾. Na tarde de 7 de Outubro a notícia corria já: era no dia seguinte. Por isso, na manhã de sexta-feira, 8 de Outubro de 1943, isolados os cais de desembarque e as estradas marginais, concentravam-se os mirões, às centenas, nos altos do Corpo Santo e da Rocha, enquanto se aproximava de terra a força de desembarque. No horizonte, a silhueta rectangular de um porta-aviões (o «Fencer»), quatro fragatas, navios de transporte... Não eram só os residentes locais a assistir a esta chegada. Ao largo, imerso e de periscópio apontado, um submarino alemão observava os acontecimentos⁽²⁶⁾. Um navio encostou de proa ao cais do Porto de Pipas, baixou uma espécie de ponte levadiça, e por ela desceram veículos e mais veículos. Dos transportes que pairavam ao largo partiam lanchas de desembarque que abordavam o varadouro, abriam as proas em prancha, e por ali saltavam em terra os contingentes britânicos. Logo tudo aquilo se punha em movimento, subindo o Corpo Santo, descendo a Rua da Conceição, tomando a Rua do Galo e a Guarita, o Desterro e o Lameirinho, a caminho dos primeiros acampamentos, dos entrepostos e do próprio aeródromo a que se destinavam.

(25) *A expedição britânica saíra de Liverpool em 1 de Outubro de 1943: A. J. Telo, «Os Açores...» cit., 424, nota 10.*

(26) *Episódio relatado em Braunschweig, Alemanha, em fins de 1995, ao meu amigo José Gabriel Rodrigues, que mo relatou no ano seguinte e mo confirmou em conversa de 1 de Outubro de 1993.*

Desse memorável desembarque foi rigorosamente proibido, do lado português, fazer fotografias. As que se tiraram, e várias foram, só bastante mais tarde apareceram expostas, e à venda. Aperreados pela censura, os dois jornais locais tiveram de silenciar o acontecimento histórico. No dia seguinte, um deles - «A Pátria» - publicava um editorial que não referia o que se passara na véspera, mas que acabava assim: «Não será demais pedirmos a todos os portugueses prudência, serenidade e reflexão ante o desenrolar dos acontecimentos. Unidos à volta do Governo, dando-lhe toda a nossa inteira confiança, deixemos a ele o pesado encargo de velar pelo bem e pelo interesse de todos nós - de Portugal. A propósito, recordaremos aqui esta passagem do artigo que há dias transcrevemos de "Acção", e com que terminava a análise feita ao caso de Timor: "Todas as coisas, porém, têm os seus processos e têm os seus momentos. Há um homem em Portugal que tem todos os elementos de informação, todo o conhecimento da causa - e que tem também a prudência e a energia necessárias. Continuemos a dar-lhe a nossa confiança, e calemo-nos"»⁽²⁷⁾.

14. Um dos acampamentos britânicos, e um entreposto para combustíveis, localizaram-se logo acima de Angra, em uns terrenos ao lugar da Vinha Brava, sensivelmente onde hoje se implantam os edifícios dos Serviços Agrícolas e do Centro de Formação Profissional. Havia tendas de campanha. E havia milhares de bidons de combustível - gasolina de avião, altamente volátil - empilhados e arrumados em quadrícula, de maneira que se passava entr eles como se fosse pelas ruelas de uma povoação antiga.

A preocupação ecológica e de segurança pública parecia nula. Este enorme entreposto durou meses. A sua localização, em um terreno elevado e que dominava a cidade, e donde a estrada que a ela conduzia tinha sempre um pendor descendente até à zona urbana, deixá-la-ia à mercê de uma catástrofe de dimensões incalculáveis, se ali se desse um incêndio, um derrame, ou uma explosão.

Quanto à vigilância - bem, seria talvez eficaz contra um inimigo

(27) *Jornal «A Pátria» de 9 de Outubro de 1943. Editorial não assinado.*

convencional. O facto é que, nas vésperas de Natal do mesmo ano de 1943, e com dois colegas meus do liceu, entrei nesse entreposto ao princípio da noite, atrás de um novilho que nos fugira quando tentávamos conduzi-lo ao matadouro, e corremos no meio de muralhas desses bidons, enquanto os guardas ingleses fugiam à frente daquele intruso inesperado, que não estavam preparados para repelir. Manifestamente, não conheciam a batalha da Salga.

15. As forças britânicas instalavam-se nos Açores ao abrigo de um acordo finalmente assinado, entre representantes de Portugal e do Reino Unido, em 17 de Agosto de 1943. O acordo concedia direitos de uso sem restrições, no aeródromo das Lajes, para a aviação britânica, bem como de uso dos portos da Terceira; direitos de uso do porto da Horta - para abastecimento e reparações de navios britânicos, ou de seus aliados que os comboiassem, e escalas de hidroaviões, também só britânicos -; em São Miguel, o uso do porto de Ponta Delgada era com restrições, mas o aeródromo de Rabo de Peixe podia ser utilizado como recurso; a defesa próxima das Lajes era deixada aos britânicos; e um cabo submarino, resstrito a uso militar, seria lançado, como foi, entre a Terceira e o Faial ⁽²⁸⁾.

Esta presença britânica durou até meados de 1946, e hoje sabe-se ter sido muito pouco relevante, salvo pelo extraordinário precedente que veio abrir. A batalha do Atlântico estava virtualmente resolvida em Outubro de 1943 - somente 3 submarinos alemães foram afundados a partir das Lajes - e as grandes transformações operadas no aeródromo, ainda no tempo dos ingleses, foram obra da engenharia norte-americana. Norte-americanos eram mesmo os principais aviões que os próprios ingleses utilizaram, quase desde o princípio da sua permanência nas Lajes.

Por isso, a vinda de forças britânicas para a Terceira foi sobretudo um abrir de porta - que o Governo português mantinha fechada de maneira ostensiva, e só franqueou (publicamente) à velha aliada mediante invocação expressa, e exigida, do antigo tratado de aliança celebrado entre os reis de Portugal e de Inglaterra no tempo da Guerra dos Cem Anos -.

(28) R. E. Vintras, *«História secreta da base dos Açores»* (1975), 187/190.

16. Apesar das cláusulas restritivas do acordo de 17 de Agosto de 1943, que não lhes facultava o uso das Lajes, a verdade é que os norte-americanos começaram a fazer ali escala ainda nesse ano. As grandes obras de ampliação e modificação daquele aeroporto correspondiam, aliás, a um projecto norte-americano. Este, das pistas primitivas somente aproveitou uma: a outra viu-se, com o tempo, incorporada no enorme parque de estacionamento que corria ao lado da nova pista principal.

Em 5 de Janeiro de 1944 desembarcavam em Angra, em condições que iam sendo dramáticas, as primeiras tripulações norte-americanas. Justamente ainda por essa altura se arrastavam as negociações com o Governo português para se permitir aos Estado Unidos da América o uso dos Açores como escala aérea. Na impossibilidade de ficarem autonomamente nas Lajes, concedidas aos britânicos com exclusividade, os norte-americanos pediram a obtenção de direitos em Santa Maria. As Lajes, de resto, não aguentavam todo o tráfego aliado que, em termos de transporte aéreo, só simbolicamente se poderia dizer que fosse britânico.

Os trabalhos para a construção do aeroporto de Santa Maria começaram em Junho e aceleraram-se em Setembro de 1944. O acordo - o primeiro sobre os Açores entre Portugal e os Estado Unidos da América - concluiu-se e assinou-se apenas em Outubro seguinte. A desculpa que Portugal dava - a si mesmo e aos estrangeiros, que dificilmente a entendiam - era que tal cedência correspondia ao esforço para a libertação de Timor, ocupada pelos japoneses. Na verdade, este argumento era uma maneira indirecta - mas perfeitamente determinada - de pretender vincular os norte-americanos à manutenção da integridade do império português.

No fim da guerra, as Lajes e Santa Maria estavam no centro e cruzamento das grandes linhas de tráfego aéreo do Atlântico Norte, que as não podiam dispensar, visto o reduzido raio de acção dos aviões, mesmo os mais recentes, que então existiam. Pontes aéreas desde a costa oriental norte-americana estendiam-se para vários lugares do mundo, incluindo a Índia. Depois, finda que foi a guerra, pelos Açores regressou boa parte dos contingentes norte-americanos da Europa.

Em 2 de Junho de 1946, as duas bases eram formalmente devolvidas a Portugal.

17. Agora, sem a capa inglesa para as Lages, sem o pretexto de Timor para Santa Maria, o Governo português teve mesmo de encarar o que desde sempre lhe custara: a negociação directa com os norte-americanos, com quem não tínhamos a aliança medieval, que eram contrários aos impérios coloniais, mas para quem os Açores continuavam imprescindíveis no após-guerra.

Um acordo provisório estabeleceu-se em 30 de Maio de 1946, alargado depois em Setembro desse ano. Em fins de 1947, Portugal aceitou que a presença norte-americana se prolongasse nas Lajes. O acordo formalizou-se em 2 de Fevereiro de 1948, e permitia essa permanência por mais três anos ⁽²⁹⁾. Isto veio a conseguir-se sempre por vias algo sinuosas e com uso de canais paralelos, com os elementos militares a entenderem-se melhor entre si do que os diplomáticos. O saldo, porém, foi que os norte-americanos ficaram.

18. Em 4 de Abril de 1949, o Tratado de Washington dava nascimento à NATO, a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Portugal foi um dos doze signatários deste tratado, sendo o único país subscritor em que não vigorava um regime democrático à ocidental. Além disso, não pertencia às Nações Unidas. As considerações geo-estratégicas, contudo, ultrapassaram os escrúpulos e as prevenções das outras potências. A costa portuguesa e os dois arquipélagos atlânticos eram demasiado importantes para os esquemas defensivos da NATO. Esses esquemas apontavam para uma contenção da ameaça soviética, mas apenas na Europa. Em latitude, os limites geográficos da área coberta pela Aliança não desciam a sul do Trópico de Câncer. Por isso, todos os esforços de Portugal, em anos subseqüentes, para interessar a NATO e mesmo os seus membros numa contenção efectiva do perigo comunista no Atlântico Sul e, decorrentemente, na África Austral - no claro propósito de conseguir um respaldo para a manutenção da presença portuguesa no continente africano - jamais lograram êxito visível.

A adesão originária à NATO teve rápidas consequências na utili-

(29) A. J. Telo, «Os Açores...» cit., 481/496 e 511/526.

zação do espaço português, até com reflexos institucionais. em Oeiras veio a situar-se o Comando-Chefe da Zona Ibero-Atlântica (IBERLANT). No Porto Santo surgiu uma infra-estrutura aeroportuária, em Santa Maria o polígono de acústica submarina e uma estação LORAN. O Comando dos Açores, dependente inicialmente do Comando-Chefe do Atlântico Ocidental (WESTLANT), instalou-se em Ponta Delgada. Este Comando, por recente pressão portuguesa, passou a estar subordinado ao IBERLANT - mas a jurisdição sobre os espaços marítimos manteve-se no WESTLANT, assim se separando o arquipélago, por razões que terão que ver com algum ciúme nacionalista, da sua envolvente oceânica -.

19. O degelo nas relações entre Portugal e os Estados Unidos da América foi manifesto após a assinatura do Pacto do Atlântico e durou sobretudo até à década de 60. Em 1951, assinava-se, entre os dois países, o Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa, de 5 de Janeiro. A 6 de Setembro seguinte, o Acordo de Defesa então celebrado prorrogava até ao mesmo mês de 1956 os direitos norte-americanos relativos aos Açores.

Estas concessões foram novamente prorrogadas até 31 de Dezembro de 1962 pelo Acordo Suplementar de Defesa de 15 de Novembro de 1957. Foi apenas nesta data que se assinaram os chamados «Arranjos Técnicos». Estes «Arranjos Técnicos» incluíam o verdadeiro estatuto das forças dos Estados Unidos no arquipélago, e vigoraram até 1984. Surpreendentemente, estes «Arranjos», apesar do conteúdo que tinham, eram - do lado português - rotulados de secretos.

Em fins de 1962, vivia-se já em cheio o problema da independência dos territórios portugueses de África. A administração Kennedy apoiava abertamente a emancipação desses territórios, e a não prorrogação da vigência do acordo dos Açores foi uma das poucas armas de que Salazar dispôs para conter e, de alguma maneira, fazer inflectir as posições anti-colonialistas norte-americanas⁽³⁰⁾. Assim, aos pedidos de abertura das negociações respondia o silêncio português. Dava-se a entender que a prorrogação poderia não ser concedida, mas também não se dizia aos Estados

(30) J. Freire Antunes, «Kennedy e Salazar, o leão e a raposa» (1991), *passim*.

Unidos da América para se retirarem. Em manifestações públicas, contudo, apareciam sistematicamente cartazes contrários à permanência norte-americana nos Açores. Por outro lado, concedera-se apenas uma prorrogação, declaradamente «de facto», em 29 de Dezembro de 1962, e somente até 1 de Janeiro de 1964... Este jogo diplomático durou até ao fim político de Salazar e ultrapassou mesmo a morte física dele. Na verdade, e sem embargo de uma reabertura das negociações em 1969, só em Dezembro de 1971, num outro contexto de degelo - ia realizar-se, na Terceira, uma reunião cimeira entre o Presidente norte-americano e o Presidente da França - se prorrogou formalmente a vigência do acordo, desta vez até 3 de Fevereiro de 1974 ⁽³¹⁾.

Quando esta data chegou, a situação estava longe de ser simples. Em Outubro anterior, fechadas que se lhes achavam todas as escalas na Europa e nos países árabes, os norte-americanos haviam forçado Portugal a aceitar a passagem, pelas Lajes, da extraordinária ponte aérea que salvou Israel na guerra de Yom Kippur. Por outro lado, o regime político português entrara na agonia. Assim se voltou ao - quase tradicional... - sistema das prorrogações de facto.

Em 17 de Junho de 1974, António de Spínola encontrou-se na Terceira com o Presidente Richard Nixon. O encontro visava principalmente tranquilizar a administração norte-americana quanto às intenções do novo regime português e obter algum suporte para a ala supostamente moderada desse regime. Não se destinava, como é óbvio, a negociar a prorrogação do acordo das Lajes, mas tinha-o certamente como pano de fundo. Este encontro não levou a nada de visível. Ambos os chefes de estado estavam condenados - Nixon renunciou à presidência em Agosto, Spínola em Setembro... -. A prorrogação de facto ia durar por mais 5 anos.

20. Em 1976, a Constituição Portuguesa reconhecia às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, então institucionalizadas, o direito de participarem nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes dissessem respeito (artigo 229, nº 1, I, hoje s)). No progra-

(31) J. Freire Antunes, «Nixon e Caetano, promessas e abandono» (1992), 163/167.

ma do 1º Governo constitucional e no seu próprio discurso de apresentação, o Primeiro-Ministro Mário Soares interpretou este preceito num sentido amplo - o de a participação regional se concretizar em uma presença efectiva de delegados nas próprias comissões negociadoras -. Este entendimento fez carreira e acha-se hoje consagrado no artigo 76 do Estatuto Político-Administrativo dos Açores ⁽³²⁾.

Foi na sequência deste entendimento que o Governo Regional dos Açores pediu à Assembleia Regional a sua confiança para a participação nas negociações que iam começar com vista à renovação do acordo entre Portugal e os Estados Unidos da América sobre as «facilidades» nos Açores. A Assembleia votou favoravelmente este pedido em sua sessão de 25 de Novembro de 1976, com um programa de reivindicações regionais a levar à mesa das negociações ⁽³³⁾. Foi esta mesma Assembleia que, num relatório sobre a situação dos trabalhadores portugueses em serviço na base das Lajes, (23 de Novembro de 1977) divulgou, pela primeira vez, partes substanciais dos «Arranjos Técnicos» de 15 de Novembro de 1957, e aplicações deturpadas que dos mesmos se faziam, em boa parte devidas ao secretismo que os rodeava ⁽³⁴⁾.

A partir dessa altura, as negociações para a alteração ou simples renovação deste acordo passaram a ser acompanhadas por um representante do Governo Regional dos Açores, que nelas participa presencialmente. A Assembleia Legislativa Regional também as segue, e uma das suas comissões, em relatórios periódicos, tem apreciado as vicissitudes do seu cumprimento.

21. Em 18 de Junho de 1979, novamente por troca de notas e ainda sem se mexer nos «Arranjos Técnicos» de 1957, o acordo da Lajes, como há muito vem sendo conhecido, teve mais uma prorrogação, até 4 de Fevereiro de 1984. Em 13 de Dezembro de 1983, ainda por troca de notas, houve nova prorrogação, até 4 de Fevereiro de 1991. Desta vez,

(32) *Programa do (1º) Governo (Constitucional) (1976)*, p. 12.

(33) *Resolução n.º 3/76*, in *BIHIT, XLVI*, 222/223.

(34) *Ibid.*, 224/297.

porém, as negociações prolongaram-se para a revisão dos «Arranjos Técnicos», finalmente substituídos por um novo Acordo Técnico (de 18 de Maio de 1984) e um novo Acordo Laboral (de 9 e 16 de Outubro de 1984). Estes acordos foram, em condições algo controversas, ratificados pela Assembleia da República (Resoluções n.ºs 24/85 e 25/85, de 5 de Julho).

Presentemente decorrem negociações, sempre com acompanhamento regional, de que eventualmente irá resultar a substituição do Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 6 de Setembro de 1951. Esta será a natural consequência dos novos cenários políticos surgidos na Europa, do fim da guerra fria e da emergência de outras situações conflituais que são conhecidas.

Ao longo desta presença de décadas, a base norte-americana das Lajes tem acompanhado, como um barómetro, as grandes crises político-militares do Ocidente, e participado nelas com os seus préstimos logísticos. Desde o bloqueio de Berlim às acções na Somália, passando pela intervenção dos «marines» no Líbano em 1958, pela ponte aérea para Israel em 1973, pela guerra do Golfo de 1990/91 e pelo desmantelamento da Jugoslávia. Com a escala técnica de bombardeiros do «Strategic Air Command» no imediato pós-guerra e até princípios da década de 50. Com a rede de vigilância submarina durante todo o tempo da guerra fria. Em todos os momentos nos quais, através do Atlântico, a presença norte-americana precisou de se afirmar.

22. Em 1964, perante o embargo norte-americano de equipamentos militares de que carecia para as guerras de África, o Governo português voltou-se para as potências europeias com autonomia política e técnica para os poderem fornecer. Conseguiu-os na Alemanha - e a contrapartida foi a base de Beja - . Conseguiu-os em França - e a contrapartida foi a estação de tele-medida das Flores - .

Pelo acordo celebrado em 7 de Abril desse ano (e cujo texto ainda é mantido em segredo, do lado português), os franceses estabeleciam uma estação de rastreio de mísseis naquela ilha, com o direito a usarem as instalações aeroportuárias de Santa Maria como escala técnica. Esta situação foi redefinida pelo Acordo Geral de 24 de Fevereiro de 1977 - a

primeira convenção em que participou, ao abrigo dos direitos constitucionais dos Açores, um delegado do Governo Regional -.

Em 3 de Abril de 1984, este acordo foi revisto. A iniciativa da revisão partira do Governo português mas, na sua génese, estava uma sugestão dos órgãos regionais açorianos. Tinha sido, em boa verdade, na sequência de um relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais da Assembleia Regional (23 de Maio de 1982), que este processo se havia desencadeado ⁽³⁵⁾.

No corrente ano de 1993, os franceses deixaram de se interessar pela manutenção da estação das Flores, que foi abandonada, com entrega dos respectivos edifícios ao Governo português. A presença francesa continuará somente em Santa Maria, como escala de apoio para a estação, agora flutuante, que a França mantém na proximidade dos Açores.

E) AS CONTRAPARTIDAS E AS CONSEQUÊNCIAS

23. Tem sido apontado o papel que os Açores representam como capital negocial português, expressão por vezes aguda de um poder funcional em termos estratégicos, que é um dos poucos trunfos de Portugal no concerto das nações. No seu notável livro «Os Açores no controlo do Atlântico», António José Telo mostrou como, durante toda a primeira metade do século XX, este arquipélago esteve mesmo no centro da política externa portuguesa. Em outros momentos deste colóquio se verá como continuou a estar nesse centro durante os anos seguintes, porventura até - e pelo menos - à adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Uma certa retórica mantida durante o anterior regime, exaltadora da soberania nacional, sugeria que a concessão a estrangeiros do uso de instalações e espaço territorial nos Açores - ou em outro ponto do território português, diga-se - era feita sem compensações materiais ⁽³⁶⁾. Daí não

(35) *Ibid.*, 423/427.

(36) *Quando não garantia mesmo. Ainda em 21 de Julho de 1969 o Mº dos Negócios Estrangeiros afirmava, em nota oficiosa, que «desde 1947 as forças militares norte-americanas beneficiam da base das Lajes a título gratuito, sem que Portugal haja pedido ou recebido qualquer compensação monetária, ou outra».*

ser difícil aos menos informados supor que estes acordos se faziam sem contrapartidas. Nada menos exacto, como já se deixa ver. Segundo o que é próprio em todas as negociações internacionais, mesmo as mais desequilibradas, também aqui se criaram sempre direitos e obrigações recíprocos. O sinalagma existiu, ainda quando alguns dos compromissos assumidos não tinham garantia ou, pelo menos na aparência, lhes faltava conteúdo económico ou expressão pecuniária.

Desta maneira, o acordo entre Portugal e o Reino Unido de 17 de Agosto de 1943 incluía o compromisso britânico de fornecimentos de material de guerra para o exército português, bem como de apoios à defesa do território em caso de agressão externa.

O acordo com os Estados Unidos da América que legitimou a presença deste país em Santa Maria (Outubro de 1944), garantiu somente a construção de um grande aeroporto. Este seria feito, contudo, a expensas de Portugal. Na verdade, o tesouro português contribuiu para esta obra com 3 milhões de dólares. Apenas. E ela custou 30 milhões ⁽³⁷⁾.

A obra do novo aeroporto das Lajes deve-se, fundamentalmente, à engenharia norte-americana. Esta obra foi levada a efeito, em grande parte, sem cobertura jurídica, sabido que o acordo de 17 de Agosto de 1943 tinha como sujeito único, do lado não português, o Reino Unido, e que ele permitia o uso das instalações aeroportuárias somente a aviões deste país. Finda que foi a guerra, os ingleses, acabados como grande potência mundial, insistiam por uma urgente retirada das Lajes. O governo português, psicologicamente bloqueado quanto a uma negociação com os norte-americanos, insistia pelo adiamento dessa retirada... Finalmente, aceitou-se que os norte-americanos ficassem (continuassem...) nas Lajes e mesmo, com presença reduzida, em Santa Maria (30 de Maio de 1946). Em Setembro de 1946 esta solução ficou consolidada após negociações conduzidas por Santos Costa. As contrapartidas existiam: Portugal receberia 5 «fortalezas voadoras» (B-17) e 3 DC 4 «skymasters» (C-54) para a sua Força Aérea ⁽³⁸⁾.

(37) A. J. Telo, «Os Açores...» cit., 446/455.

(38) *Ibid.*, 495.

O Acordo Suplementar de Defesa e os Arranjos Técnicos de 15 de Novembro de 1957 trouxeram novas contrapartidas materiais para a aeronáutica portuguesa: 2 estações de radar pesado, material para missões de busca e salvamento, mais 5 aviões C-54, uma esquadra de caça F-86-F, e treinos para pessoal ⁽³⁹⁾.

24. Foi em 31 de Janeiro de 1974, vésperas do dia em que terminaria mais uma prorrogação do acordo entre Portugal e os Estados Unidos da América sobre os Açores, que levantei na Assembleia Nacional, onde era deputado, o problema da estadia dos norte-americanos nas Lajes, perante os atrasos no desenvolvimento do arquipélago, e o da necessidade e justiça de haver compensações económicas por essa estadia, a aplicar em benefício da região ⁽⁴⁰⁾. A ideia era inteiramente nova, mas os acontecimentos que se lhe seguiram vieram a permitir que desse alguns frutos.

A revolução de 25 de Abril, logo acontecida, abriu a porta a muitas reivindicações regionais. Entre elas estavam a velha aspiração autonómica, por muitos considerada uma garantia de desenvolvimento, desde que com suporte financeiro. Estava também o direito a tirar partido económico dos acordos internacionais, designadamente militares, que envolvessem o território regional. Projectos partidários para um título da futura Constituição, na parte respeitante aos arquipélagos atlânticos, assumiram essa ideia. O projecto de Estatuto da Região, apresentado ao Governo Provisório pela Junta Regional dos Açores em Janeiro de 1976, reiterava-a e fundamentava-a. Este projecto teve influência decisiva no que viria a ser o título VII da parte III da nova Constituição, onde ficaram estabelecidas as bases da Autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira. Foi o artigo 229, nº 1, I), que veio garantir a essas Regiões, além do direito a participar nas negociações das convenções internacionais que lhes respeitassem, o de participar também nos respectivos benefícios.

(39) Cf. «Arranjo Técnico para o fornecimento de material e concessão de facilidades de treino às Forças Aéreas Portuguesas» (secreto) de 15 de Novº de 1957.

(40) «A renovação do acordo sobre as Lajes», in BIHIT, XXV-XXVI, 187/198.

Desta maneira, as negociações com os norte-americanos sobre a base dos Açores havidas após 1976, acompanhadas que foram por delegados do Governo Regional, levaram à fixação de contrapartidas mais substanciais, e contemplando vantagens específicas para a Região. A prorrogação acordada em 18 de Junho de 1979 previa a entrega a Portugal, durante 2 anos, do valor de 60 milhões de dólares em equipamentos militares e, escalonados por 4 anos, 80 milhões de dólares que seriam, conforme intenção declarada pela parte portuguesa, entregues à Região Autónoma dos Açores. A prorrogação acordada em 13 de Dezembro de 1983 estabelecia compensações diferentes: em 1983, 37,5 milhões de dólares a fundo perdido e 45 milhões em empréstimos; tudo destinado à modernização das Forças Armadas portuguesas. Estabelecia ainda uma compensação de 40 milhões de dólares, em ajuda não militar, que o Governo português declarava destinar aos Açores; a continuidade dessa ajuda não ficava, porém, garantida para os anos seguinte, pois dependeria, nesses anos, de aprovação pelo Congresso.

25. Relativamente à estação de tele-medida das Flores, desenvolveram-se em 1976 negociações, com participação regional que culminaram no Acordo Geral de 24 de Fevereiro de 1977. Este acordo previa expressamente contrapartidas financeiras, no modesto montante de 12 000 contos anuais (a valores de 1 de Julho de 1976) para o desenvolvimento regional dos Açores, mas restrito às áreas de energia hidroeléctrica e instalações portuárias na ilha das Flores, melhoramento nas condições sanitárias nas Flores e em Santa Maria, e Oceanologia.

Num relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais da Assembleia Regional dos Açores de 22 de Maio de 1982 foi posta em relevo a exiguidade destas contrapartidas e vivamente recomendada a revisão do Acordo a meio da sua vigência. O que sucedeu. Na decorrência dessa revisão - de 3 de Abril de 1984 - as contrapartidas anuais aumentaram para 500 000 contos (a valores desse ano), sendo 300 000 para a Região Autónoma e 200 000 para o equipamento das Forças Armadas portuguesas ⁽⁴¹⁾.

(41) *BIHIT*, XLV, 432.

26. A presença militar estrangeira nos Açores durante cinco décadas, se bem que com diferentes intensidades ao longo delas, não podia deixar de marcar profundamente a vida social e económica do arquipélago cujo desenvolvimento, no início dos anos 40, não era propriamente caracterizado pelo dinamismo. A guerra sucedera a um período intensamente condicionado pela grande crise de 29/30. A vida económica das ilhas, com população crescente e as portas da emigração fechadas, estava longe de ser próspera, e a auto-subsistência tinha nelas um importante papel, sublinhado pelas carências que a guerra motivara, e que impunham mesmo o racionamento de vários géneros de consumo.

O mais evidente resultado económico dessa presença estrangeira foram as grandes obras de infra-estrutura que, em curto lapso de tempo, se realizaram. Os Açores, cujos primeiros aeródromos haviam sido começados em 1941 pela engenharia portuguesa - que utilizava carros de bois para a movimentação de terras - viram-se em alguns anos dotados de dois grandes aeroportos, o da Lajes e o de Santa Maria, com todos os seus sistemas de apoio que incluíram, na Praia da Vitória, um porto artificial e, na Serra de Santiago, uma autêntica cidade equipada com infra-estruturas físicas e sociais completas, serviços hospitalares e educativos (nomeadamente o universitário), estação de rádio e de TV - a primeira que operou em Portugal -. A rede de depósitos para abastecimento às aeronaves estendeu-se mesmo, nas épocas de movimento maior, por uma área correspondente a um terço da ilha Terceira.

Aliás, estas grandes obras não se limitaram à Terceira e a Santa Maria. Ponta Delgada, já finalmente dotada de um molhe contínuo a - 12 metros, viu-o ampliado a expensas da NATO, quando a sua estação de abastecimentos a navios da Aliança (POL NATO) se instalou naquela cidade. As Flores, por causa do acordo luso-francês, viram-se em pouco tempo dotadas de um, pequeno embora, aeroporto, de novas instalações hospitalares e de uma apreciável rede de estradas e de energia eléctrica.

27. Em 1943, a chegada de contingentes britânicos à Terceira, vindos de uma Inglaterra bloqueada, estimulou o pequeno comércio local. Proliferaram os restaurantes, que serviam imensidade de bifés com ovos, regados com vinho (branco, espumante e português...) O aumento do consu-

mo de bens alimentares levou à criação de um organismo regulador, que centralizava o serviço de compras para os novos consumidores estrangeiros, procurando evitar uma alta de preços que castigaria o consumidor local.

Com a fixação dos norte-americanos, as produções locais tiveram um período de considerável procura. Carne, peixe, vegetais e laticínios eram fornecidos para as cantinas do destacamento. Criaram-se aviários, para produção de ovos e de carne. A passagem do tempo degradou este comércio, que hoje se encontra praticamente desaparecido, em detrimento de produtos externos que são importados com isenção de direitos e oferecem melhores condições de preço e de qualidade.

Se os mercados locais se animaram, a dada altura, em vendas ao consumidor estrangeiro, também o consumidor local despertou para o que o estrangeiro trazia. O fenómeno B.Ex. (Bureau of Exchange), a mítica cantina do destacamento norte-americano das Lajes, abastecida com mercadorias de todo o mundo isentas de direitos de importação, trazia aos portugueses residentes as primeiras tentações da sociedade de consumo. Sobretudo nas décadas iniciais, o mercado paralelo e subentendido funcionou - como ainda, muito atenuado embora, tem continuado a funcionar -. E não eram apenas os residentes a beneficiar dele. Ainda no princípio da década de 50 se falava, com naturalidade, do «avião das cintas» - um dos C-54 das contrapartidas conseguidas pelos «Arranjos Técnicos» - que, semanalmente, trazia para Lisboa não só cintas de senhora (usavam-se e apreciavam-se nessa altura), como ainda uma grande variedade de produtos, desde cosméticos a máquinas fotográficas e de filmar, para revenda. Até há muito pouco tempo, os comerciantes locais insurgiam-se periodicamente contra esta concorrência - desleal, ilegal, mas tentadora e aliada às leis cegas do mercado -.

28. As duas grandes bases estrangeiras constituíram fontes de emprego, tanto em trabalhos de construção e manutenção, como em serviços administrativos. Esta procura de trabalho desencadeou uma oferta que excedeu a da população das ilhas em que a presença militar estrangeira se verificava. Na verdade, o arquipélago foi percorrido por movimentos migratórios internos até então desconhecidos. À Terceira e a Santa Maria afluíram trabalhadores das demais ilhas. A maior parte deles vinha de São

Miguel, a mais populosa de todas, com maior natalidade e também mais intensos problemas sociais. Chegou-se ao ponto de promulgar, com a (inevitável) bênção do Ministério do Interior, medidas administrativas para frenar este fluxo de gente ávida de trabalho. Os trabalhadores micaelenses ganharam mesmo, na Terceira, o epíteto de «japoneses», os invasores do Oriente... Em Santa Maria, menos populosa, o balanço demográfico, consequente desde afluxo, foi notável. A ilha, que tinha 8 067 habitantes em 1940, passou para 11 839 em 1950 e atingiu mesmo os 13 233 em 1960.

Com a direcção norte-americana, surgiram disciplinas e hábitos de trabalho mais eficientes. Diferentes, em qualquer caso. Portanto, a mudança não foi somente quantitativa. Foi também qualitativa, significando, em número apreciável de casos, valorização profissional.

29. Um outro efeito económico da presença estrangeira verificou-se no campo habitacional. Na Terceira, consolidada a presença norte-americana, instalaram-se famílias que não tinham alojamento garantido dentro da base militar, e procuraram casa. Esta procura de habitação estimulou uma resposta local. Cerca de 500 novas moradias foram expressamente construídas ou adaptadas para fins de arrendamento e desempenharam cabalmente esta função durante cerca de 20 anos.

Esta situação de estrangeiros na posse de casas pertencentes a portugueses, ao abrigo de contratos de arrendamento, deu origem a uma situação que merece ser recordada. O congelamento de rendas de prédios urbanos imposto pelo decreto-lei 217/74, de 27 de Maio, aplicava-se - pois nada dizia em contrário - a esses contratos com cidadãos norte-americanos; o que, manifestamente, não correspondia aos intuitos, sociais, daquele decreto-lei. Em 24 de Novembro de 1976, a Assembleia Regional dos Açores aprovou um diploma que declarava esse decreto-lei inaplicável, quanto ao congelamento de rendas, a esses contratos. Após passar, incólume, pelo crivo da Comissão Constitucional e do Conselho da Revolução⁽⁴²⁾, o diploma veio a ser publicado, como o decreto regional 6/74-A - e, curiosamente, por duas vezes: em 14 de Março e em 21 de Abril de 1977 - . Os

(42) «Pareceres da Comissão Constitucional», 1º 89/99.

norte-americanos não gostaram. Mas passaram a olhar com atenção, e mesmo com respeito, as instituições autonómicas regionais.

30. O impacte sócio-cultural das presenças militares estrangeiras começou, logo no tempo da guerra, com uma liberação sexual ostensiva, que a simples presença de elementos masculinos, jovens e desinibidos, explicava e que aliás começara por razões semelhantes, com a anterior vinda de expedicionários do Continente Português. Na Terceira, a prostituição, ao tempo não proibida e sujeita a controlo sanitário, precisou de ser regulamentada, e o seu acesso repartido, conforme os dias da semana, pelas três nacionalidades presentes em termos de forças armadas ⁽⁴³⁾.

Mas o amor lícito e abençoado conheceu também novas oportunidades, e os casamentos internacionais (e bi-raciais) multiplicaram-se, com o inevitável e desejável passaporte - praticamente sempre norte-americano - para a noiva açoriana.

Não se verificou, em qualquer caso, uma mistura entre a comunidade portuguesa residente e a estrangeira. Essas recém-casadas locais assumiam rapidamente os hábitos nacionais do marido e com eles o modo de viver norte-americano, por que geralmente aspiravam.

Por outro lado, a disciplina das forças estrangeiras mostrou-se em geral eficaz ao longo deste meio século. Foram raros os conflitos, tanto de natureza civil como criminal, e é de assinalar a quase total ausência de crimes violentos envolvendo - activa ou passivamente - membros dessas mesmas forças. Em contrapartida, a presença estrangeira, com a abundância de bens e comodidades que a acompanhava e até o aparente desperdício quanto a muitos deles, de alguma maneira estimulou uma incidência especial em crimes de furto, desacompanhada de censura social significativa, quando as vítimas eram as forças estrangeiras ou mesmo os seus elementos.

Foram os norte-americanos quem introduziu, nos Açores, há mais de 30 anos - no tempo da guerra do Vietname - o consumo da droga, que hoje se generalizou sobretudo nas camadas jovens e urbanizadas. A eles

(43) *M. Meneses, op. cit., 1515/1516.*

se deve também a introdução de outra praga, esta puramente económica, que foi o escaravelho japonês.

31. Os norte-americanos nunca foram hostilizados pela população. O já antigo «slogan» da guerra fria «Yankees, go home !» foi sempre desconhecido nos Açores. Parece evidente que a simpatia implícita nesta simples omissão correspondia a um consenso geral: o de que a presença estrangeira se conotava com uma convivência pacífica, e até com bem-estar económico. Esta noção encontrava-se com outra, que vinha da segunda metade do século XIX, quando a emigração açoriana se orientou para os Estados Unidos: a de que este país era uma terra de prosperidade e de oportunidades, premiadora do trabalho e desejada pela Europa pobre e socialmente reprimida.

A revolução portuguesa, com a carga ideológica que a acompanhou nos primeiros tempos, e o aparecimento de um movimento sindical subitamente liberto, deram azo aos primeiros conflitos laborais envolvendo trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento norte-americano nas Lajes. Dificuldades de duas ordens ficaram então patentes nesses desentendimentos laborais. Por um lado, os norte-americanos eram militares - e os militares, com a sua estrutura autoritária e conservadora, admitem muito mal o sindicalismo e as suas formas de luta -. Por outro lado, os norte-americanos não concedem sequer que o direito laboral português possa ser superior ao deles e - num entendimento porventura subconsciente do que seja o próprio sentimento do interesse e ordem pública - mostram-se totalmente renitentes em lhe obedecer. Esta dupla dificuldade ilustra-se com a prática interpretativa que eles têm feito das normas vigentes e, ultimamente, com certas regras do próprio Acordo Laboral de 1984 no qual, por pressão negocial norte-americana, se inseriram cláusulas que vieram a revelar-se praticamente impeditivas de uma completa protecção jurídica aos trabalhadores portugueses ⁽⁴⁴⁾.

32. A presença militar estrangeira trouxe formas de comemorar

(44) Cf. *Relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais*, in *BIHIT*, XLV, 400/407.

o Natal que destoavam das tradicionais portuguesas. Para além de um incremento no consumismo próprio da quadra - em que o contágio do mundo capitalista ocidental já de antes se comaçara a sentir - foi decerto o aspecto ornamental que mais deu e dá nas vistas, até porque a isso mesmo se destina. Mormente na ilha Terceira, raras serão as casas que não iluminam as suas janelas com luzes intermitentes e de cores várias durante praticamente todo o mês de Dezembro.

Mais substanciais, porém, foram outras consequências.

Na verdade, a presença militar estrangeira trouxe também com ela novas confissões religiosas ao seio de uma população maciçamente católica, tridentina, e com os tiques de anti-clericalismo que são próprios da Europa meridional. A proliferação dessas confissões antecipou, nas ilhas, um fenómeno que hoje está generalizado nos países do Ocidente. Por seu turno, estas novas confissões trouxeram o que lhes era próprio em senso de organização, regras de eficácia e ímpetos de proselitismo que lhes permitiram, sem entraves, o funcionamento de pequenos núcleos com fiéis recrutados principalmente na classe média baixa e urbanizada.

33. Deverá assinalar-se uma função subsidiária que, ao longo dos anos, as forças norte-americanas têm exercido em benefício da população residente. As carências de apoios técnicos, nas ilhas, eram perfeitamente visíveis em áreas que iam dos serviços de saúde até ao combate aos incêndios. Durante muitos anos, o hospital norte-americano deu assistência pontual a recém-nascidos prematuros. Os serviços de bombeiros da base americana coadjuvaram, em emergências, os voluntários locais. Os seus sistemas de combate à poluição marítima ainda são hoje chamados a intervir. O antigo, paternalista e hoje abandonado programa «People to People», em contextos que presentemente até seriam inadmissíveis, prestou alguns apoios a comunidades rurais e instituições de solidariedade social, e ainda à aquisição de conhecimentos técnicos no sector agro-pecuário por serviços da antiga administração distrital.

34. A presença militar estrangeira nos Açores teve ainda um peso que não é negligenciável, tanto na evolução política portuguesa como na própria evolução política do arquipélago.

A revolução portuguesa, e o seu processo sob a hegemonia crescente do Partido Comunista, foram atentamente acompanhadas pela NATO e pela administração norte-americana. A posição geo-estratégica de Portugal, que justificara a sua entrada na mesma NATO, e a existência da base dos Açores, explicam este cuidado e esta atenção. Não foi por acaso que um homem com a ténpera, o currículo - passado e futuro - e a operacionalidade de Frank Carlucci, esteve em Lisboa, como embaixador, nos anos cruciais de 1975 a 1977. É conhecida a acção deste embaixador, embora certamente não em todos os seus pormenores; e o ascendente que ele soube ganhar junto da classe político-militar e lhe permitiu um diagnóstico do que se passava, que ele defendeu perante o Congresso dos Estados Unidos, e que contrariava as próprias previsões pessimistas do Departamento de Estado.

Nos Açores, a consciência do que representava a presença militar norte-americana fora-se sedimentando com o tempo, e estava muito presente quando a revolução portuguesa se desencadeou. Mantendo sempre um perfil baixo, os militares norte-americanos constituíam ainda assim uma como que última garantia subentendida de que uma tomada do poder pelos comunistas dificilmente aconteceria no arquipélago. Alguns desses elementos, em articulação com sectores conservadores norte-americanos, mantiveram mesmo contactos com líderes separatistas, sobretudo no «Verão quente» de 1975. A vertigem separatista - que chegou a ter eco em um discurso de Jesse Helms, no Senado norte-americano - abriu a porta aos entusiasmos irrealistas de alguns. Em 1975, responsáveis pela Frente de Libertação dos Açores (FLA) garantiam que o arquipélago podia separar-se de Portugal e sustentar-se com o rendimento da base das Lajes que, negociada directamente com os Estado Unidos, deixaria um rendimento anual de 4 biliões de dólares... Esta ideia foi transmitida a comunidades açorianas da Nova Inglaterra, e fui encontrá-la aí, ainda piamente acreditada, na Primavera de 1978 ⁽⁴⁵⁾.

(45) A. Monjardino, *«Os Açores no mundo de hoje»* (1979), 207.

35. Se esta ideia maximalista - e infundada - não era de tomar a sério, o risco de uma separação dos Açores, com tudo o que representaria (inclusivamente em desvalorização geo-estratégica nacional) pesou nos responsáveis político-militares de então. Foi este estado de espírito que, a meu ver, abriu o passo para a aceitação das mais significativas e ousadas reivindicações autonomistas dos açorianos.

Convém distinguir os autonomistas dos separatistas e dos independentistas.

O Independentismo não tem quaisquer tradições no pensamento político açoriano, no sentido da obtenção, para o arquipélago, de uma plena independência política o que supõe, como é sabido, capacidade de auto-governo, de interlocução internacional e de auto-subsistência económica. O fabuloso rendimento imaginado para as utilizações militares do território insular poderia assegurar algo disso. Só que era uma fantasia sem a menor base real.

O Separatismo tem uma tradição que remonta aos princípios do século passado e que evoluiu no sentido de uma aproximação aos Estados Unidos - como se dera com as últimas colónias espanholas da América, mormente Porto Rico - conducente a uma integração política além-Atlântico mais ou menos completa. É, assim, um movimento desencadeado pela força centrípeta norte-americana.

O Autonomismo tem raízes mais antigas, as quais sem dificuldade se podem fazer remontar ao regime senhorial das capitánias que durou, nos Açores, até ao século XVIII - nessa altura reduzido praticamente à ilha de São Miguel: justamente aquela em que a autonomia ainda hoje mostra uma força motivadora mais intensa -. As pretensões autonómicas ligaram-se sempre a uma ideia de maior e melhor desenvolvimento económico, para o que tinham a seu favor os próprios antecedentes históricos das capitánias, todavia aos poucos e poucos comprometidos, na fase posterior à do povoamento, quando as vantagens do sistema se foram reduzindo aos privilégios de uma minoria ⁽⁴⁶⁾.

(46) Cf. A. Monjardino, «Raízes da Autonomia Constitucional», in «Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira» (1989), 896/900.

36. A classe política que a revolução fez emergir nos Açores tinha, nos seus elementos mais lúcidos, ideias razoavelmente claras sobre estas três realidades. Projectando-as no cenário contemporâneo, facilmente compreendeu que o Independentismo era completamente absurdo. Que o Separatismo não encontraria o indispensável acolhimento da potência apetecida, além de vir a colocar delicados problemas de índole cultural. E que o Autonomismo seria, de longe, a grande solução, na medida em que lhe fossem assegurados meios financeiros, para se realizar e até para ser acreditado como bom para o comum das gentes. Justamente, haviam sido esses meios que sempre lhe tinham faltado desde que, no regime constitucional, a autonomia administrativa dos distritos açorianos, como «possibilidade», tivera consagração legal.

Para se conseguirem as formas políticas e os meios financeiros que as garantissem, foram duas as vias exploradas: a racional e a irracional.

A via racional procurou demonstrar que os Açores não eram um peso morto, pois que até geravam, ou podiam gerar, receitas públicas suficientes para se manterem e conseguirem mesmo algum desenvolvimento auto-sustentado. Para tanto, haveria de contar com os rendimentos fiscais neles cobrados ou gerados e com as desejáveis contrapartidas económicas decorrentes das negociações internacionais que os tivessem por objecto. Reconhecia-se, ainda assim, a insuficiência - ao menos momentânea - desses meios. E daí a ideia de que a solidariedade nacional devia supri-la. Era evidente que as «negociações internacionais» significavam, em primeiríssima linha, a percepção de compensações pecuniárias pelas «facilidades» militares, mesmo sem a loucura dos 4 biliões de dólares imaginados em 1975.

A via irracional explorada, e esta por mera tática, foi o medo, por parte da classe política portuguesa, de uma secessão das ilhas, fosse para a independência pura e simples - Cabo Verde, São Tomé, estavam à vista... - fosse por simples separação e troca por outra adjacência. Esta tática produziu frutos. O documento de trabalho sobre que se forjou a autonomia constitucional das ilhas portuguesas foi o projecto de Estatuto apresentado pela Junta Regional dos Açores ao VI Governo Provisório em Janeiro de 1976, apoiado nos projectos constitucionais do Partido Popular Democrático e do Partido Socialista, e logo imitado, quase literalmente,

pelo da Junta Regional da Madeira. Num cenário de suspeitas e temores, os constituintes defenderam-se mais do que criaram, cederam com reservas mais do que construíram. O resultado foram os artigos 227 a 236 da Constituição de 1976.

F) A EUROPA E A PAZ

37. A presença militar estrangeira nos Açores, nestes 50 anos, teve épocas de crescimento, de alta e de recessão. As cinco décadas que agora se completam apenas foram excedidas pela permanência nas ilhas da guarnição militar espanhola, entre 1583 e 1642. Aquela presença representa, desta maneira, um facto com que lidaram, e com uma naturalidade crescente, já duas gerações.

Atrás se referiu a «viuvez» de Ponta Delgada relativamente à base naval norte-americana que ali existiu no fim da 1ª guerra mundial. Santa Maria sofreu de uma situação análoga, embora com a retirada militar atenuada, nos seus efeitos imediatos, por uma importância aeroportuária comercial que, todavia, a era dos motores a jacto, a partir dos anos 60, viria a fazer desaparecer. A população de Santa Maria caiu de 13 233 habitantes, em 1960, para 5 858, segundo os números, ainda provisórios, do censo de 1991. As instalações do antigo aeroporto militar estão hoje obsoletas. Os edifícios da estação LORAN, em ruínas. O centro de controlo aéreo, em vias de desaparecer. O Governo Regional dos Açores pretendeu activar uma zona franca em Santa Maria, à semelhança do que os irlandeses haviam feito com a antiga base aérea de Shannon. Fê-lo com 30 anos de atraso, e foi um fracasso.

A estação francesa de tele-medida das Flores encerrou no corrente ano de 1993. As novas técnicas dispensam a estação fixa, e contentam-se com uma flutuante, cujo único apoio em terra se reduz a escalas aéreas em Santa Maria.

38. O fim da guerra fria, evidente com o colapso do império soviético, deixa de pé as maiores interrogações quanto à sobrevivência, e até à razão de ser, da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Esta,

pela primeira vez lutando pela sua própria sobrevivência - o que permite perguntar se não andarão aqui algo de uma acção de índole corporativa ou sindicalista, um pouco como a dos trabalhadores de uma empresa em crise, empenhados na própria justificação e viabilização dela - apressou-se a definir um novo conceito estratégico. Foi em Roma, logo na reunião de Novembro de 1991 do Conselho do Atlântico Norte. Aí se acentuaram o «novo ambiente estratégico», os «novos desafios e riscos para a segurança» e se fez a definição incipiente de um «novo conceito de defesa», voltado agora para o controlo dos armamentos, para as comunicações e até para a coadjuvação das Nações Unidas ⁽⁴⁷⁾. O ano que finda não é exemplar de nada disso, à vista do que se passa nos Balcãs, e do que não se passa no resto da Europa. Uma coisa parece certa. Se a NATO não existisse, nada justificaria a sua criação neste momento, considerando as necessidades que a ela levaram - as da ameaça, maciça e iminente, do poder soviético, após a vitória aliada, no fim da década de 40 -.

Este período de indecisão quanto ao presente e o futuro da NATO ainda não levou à desactivação das suas estruturas, mas essa é uma hipótese e não excluir. Tal hipótese constitui uma ameaça para a vida da Organização, para os serviços que ela implica e para as bases em que se apoia. O porto de Ponta Delgada, com a sua estação de abastecimentos, é uma delas.

39. Durante muitos anos, o destacamento norte-americano das Lajes assegurou, fundamentalmente, duas importantes tarefas: o controlo aéreo - integrado em uma rede estendida desde a Islândia a Ascensão - do movimento, no Atlântico, de submarinos do Pacto de Varsóvia; e uma estação, ainda largamente ampliada na última década, para abastecimento das rotas de intervenção dos Estado Unidos da América, mormente no Médio Oriente, no Norte de África e na Europa do Sul. Destas funções, a primeira extinguiu-se há mais de um ano. O esquadrão de U. S. Navy desapareceu das Lajes. A segunda mantém-se e tem dado recente suporte às intervenções no Golfo Pérsico, na Somália e na antiga Jugoslávia. São do

(47) «Notícias da OTAN», #1, 1992, 24/31.

conhecimento público, por outro lado, a redução já em curso do contingente de trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento norte-americano, e até a baixa de categoria no seu comando, que deixou de estar confiado a um oficial-general.

Não é esta a primeira vez que se coloca, em surdina e do lado português, a interrogação sobre os norte-americanos poderem abandonar as Lajes, ou virem mesmo a fazê-lo. Ninguém aqui, no seu íntimo, o deseja, ainda quando dê a entender o contrário ou manifeste indiferença pelo facto. Os norte-americanos sabem isso, até com a experiência mundial destas coisas que já é a deles. E usam-no como arma negocial. Apesar da guerra fria, fizeram-no em 1978, e fizeram-no em 1983. Por maioria de razão, estão a fazê-lo agora. Têm-no feito na Grécia. Fizeram-no nas Filipinas, e daí saíram mesmo, com desespero de quem dizia querê-los fora de lá.

40. Em 1985 Portugal aderiu formalmente às então ainda chamadas Comunidades Europeias, na decorrência de uma opção histórica que reorientou os interesses portugueses em função de centros de gravidade que não estavam, própria e prioritariamente, nas tradições nacionais.

A perspectiva europeia, por menos continental que seja - e sobretudo era-o no início da vigência do Tratado de Roma - não deixará provavelmente nunca de considerar Portugal como uma periferia.

Nestes condicionalismos de visão geográfica vem a encaixar a concepção pacífica, e mesmo mercantil, da Europa comunitária, forma encontrada para tentar a superação política das tendências hegemónicas ou simplesmente conflituais que estigmatizaram o dever europeu até à última guerra mundial.

Uma concepção destas dificilmente encarará os Açores segundo a visão geo-estratégica que marcou muito dos cinco séculos da sua história. Não parece ser para já uma dinâmica europeia que precise de apoiar-se nas ilhas, seja como trampolim de uma expansão, seja como elemento de uma defesa - duas preocupações que estão longe de parecer prioritárias, ou talvez mesmo presentes, no espírito e na prática dos órgãos comunitários -.

41. Fora da visão geo-estratégica, os Açores aparecem a uma luz algo esmorecida, com nove pequenas ilhas, dispersas e afastadas dos

continentes, com problemas de acesso e comunicação e com recursos naturais bastante limitados, que permitem a sobrevivência e mesmo o auto-sustento, mas decerto muito abaixo dos padrões de conforto e de resposta às necessidades que são correntes nas sociedades ocidentais desenvolvidas.

Sucedem-se os textos convencionais decorrentes da adesão portuguesa à Europa comunitária. O arquipélago figura em uma «declaração comum» anexa ao Tratado de Adesão de Portugal, em que são postas em relevo as «desvantagens destas regiões» (os Açores e a Madeira) «decorrentes da sua situação geográfica afastada do continente europeu, da sua orografia particular, das graves insuficiências de infra-estruturas e do seu atraso económico».

Os Açores aparecem também qualificados como «ultra-periferia», o que não é propriamente um atributo exaltante; e considerados, na sua totalidade, como «zonas de montanha», justificadoras de ajudas especiais. São, presentemente, beneficiários de programas específicos que visam minimizar o seu estatuto de região pobre e desfavorecida pela Natureza. Estes programas propõem-se a valorização dos recursos naturais das suas ilhas em termos de produção qualitativa, que lhes permita em grau aceitável de competitividade. Não está demonstrado que a sua execução corresponda inteiramente a estes objectivos. Propõem-se também a minimização de «handicaps» e o suprimento de deficiências: a melhoria de defeitos que se aceita, porventura não muito explicitamente, serem, na maior parte deles, incuráveis.

42. Não surpreenderá, por isso, a evocação que ainda se continua a fazer, na opinião pública local - e com ecos na nacional - da importância estratégica dos Açores. É nítida a ansiedade com que se pergunta a peritos militares estrangeiros e, à falta deles, nacionais, se essa importância se mantém. E, como há gente para tudo, brilham os olhos dos interrogantes quando alguém lhes diz que essa importância até aumentou... As desgraças que vão pelo mundo, o crime organizado, os pobres às portas da Europa do Sul, os desesperados sociais na Europa do Leste, o fundamentalismo islâmico, as redes terroristas, tudo isso vai alimentando algumas esperanças, mais ou menos perversas, de uma convulsão, de intervenções de força, de

novos Iraques, novas Somálias, novas tensões bélicas, que dêem ao arquipélago um lampejo da antiga indispensabilidade.

E nem está excluído que isto aconteça mesmo, embora decerto em cenários diferentes dos de há 50 anos e dos que se sucederam de então para cá. Seja como for, esta visão de grandes méritos passivos, ainda assim gulosamente mantida por alguns, traz-me irresistivelmente ao espírito aquele sarcasmo de Eça de Queirós, sob a forma do panegírico empolado feito por Z. Zagallo, quando este exaltava, com um deleite servil, as qualidades de uma avós do Conde de Abranhos: célebres - e celebradas - pela sua beleza, a que deviam o «alto favor» de haverem sido amantes de dois reis de Portugal.

Aliás, a ostentação dos méritos geo-estratégicos por forma nenhuma se limita ao pequeno arquipélago açoriano. De uma maneira ou de outra, esses méritos - existentes, mas também sempre lembrados - marcam, marcaram sempre, das cruzadas às descobertas, do bloqueio continental ao Tratado do Atlântico Norte, o pequeno e pobre território português do Continente. Eles condicionaram - e condicionam - as ambições económicas, as preocupações de defesa, as coordenadas diplomáticas, o pensamento político, enfim, aquilo a que ultimamente se começou a chamar o projecto e os objectivos nacionais. Esta situação, algo patética, que ora se vive nas ilhas face ao desarmamento e a um cenário que deixou de ser de guerra global, fosse ela quente fosse fria, não é, por isso mesmo, privativa dos insulares. Os Açores são uma miniatura, para não dizer uma caricatura, de Portugal.

OS AÇORES E A NATO *

Por: António José Telo

I - OS AÇORES E A CRIAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DA "GUERRA FRIA"

A mudança do sistema internacional no fim da Segunda Guerra obriga a rever as estratégias pensadas para o Atlântico e, logo, para o espaço português. Os Açores, dentro do novo contexto político, técnico e estratégico, cumprem uma função diferente no controlo do Atlântico. Para compreender qual ela é, temos de previamente referir, muito de passagem, as principais vertentes das mudanças verificadas.

Os anos de 1945 a 1949 são um período de transição entre dois sistemas internacionais, onde se molda a pouco e pouco um novo equilíbrio estável, num processo que tem como centro a Europa Ocidental e o espaço atlântico. As mudanças apressadas pela guerra são imensas: a Europa

* *Comunicação apresentada no IV Colóquio "Os Açores e o Atlântico", realizado em Angra do Heroísmo de 7 a 9 de Outubro de 1993.*

Central desapareceu em termos geo-políticos, a Europa Ocidental ficou fortemente enfraquecida, o poder soviético alargou-se substancialmente e os impérios europeus da Ásia esboroam-se, num processo muito rápido, que consome os principais recursos e energia de países como a França e a Holanda.

Os EUA são chamados, pela mera falta de alternativas com o vazio do poder criado na Europa, a um papel de charneira na criação da nova ordem internacional. O único desafio sério que identificam parte da URSS, país que George Kennan define desde 1945 como sendo o centro de um projecto de domínio mundial e o único adversário possível dos EUA no novo sistema. A partir do momento em que esta noção básica é aceite pelos EUA - o que acontece em 1946/1947 -, o grande perigo é ver a URSS atrair para a sua esfera, de forma gradual, as zonas estratégicas do planeta. É a perspectiva de um processo de lenta alteração da relação de forças, que só pode culminar ou num colapso da vontade americana, ou num conflito geral em condições desfavoráveis. Vários casos, como a Polónia, Checoslováquia, China e Indochina servem para alimentar este temor básico e confirma a noção que a URSS é um poder agressivo e expansionista, que visa o domínio global através de um avanço gradual, que se pode transformar num conflito geral se surgirem as condições adequadas.

Os documento iniciais do NSC ⁽¹⁾ são já marcados pela ideia de um confronto global e prolongado entre sistemas, onde o essencial é preservar as condições de manutenção do sistema ocidental.

O NSC identifica duas zonas vitais para os EUA, zonas que terão de ser defendidas a todo o custo, pois a sua perda provoca uma alteração substancial da relação de forças, dando a supremacia ao bloco comunista: a Europa Ocidental e a cadeia de ilhas do Pacífico, onde se inclui o Japão. Enquanto estas zonas se mantiverem dentro do sistema ocidental, três dos quatro grandes centros industriais do planeta pertencem-lhe e, logo, a relação de forças geral é-lhe favorável. Nesta perspectiva, uma guerra

(1) *National Security Council. entidade que se torna a partir de 1946 o principal centro de elaboração da estratégia americana, através da definição de políticas globais e regionais, oficiais desde que aprovadas pelo Presidente. Os documentos do NSC são a base de planeamento dos JCS - Joint Chiefs of Staff.*

acabará sempre com a vitória do ocidente, mesmo que comece por derrotas significativas.

Das duas zonas, a Europa Ocidental é considerada a mais importante. Em primeiro lugar, o seu peso relativo em todas as vertentes é ainda superior ao dos arquipélagos do Pacífico. Em segundo lugar, e mais importante, a Europa Ocidental é a única zona que a URSS pode ocupar com os seus meios políticos e militares. Neste aspecto, basta recordar que não existem partidos comunistas significativos nos arquipélagos do Pacífico, ao contrário do que acontece na Europa Ocidental, e a URSS não dispõe ainda das consideráveis forças aeronavais necessárias para constituir uma ameaça a uma zona de ilhas, nem as pode improvisar a curto prazo.

A prioridade americana é assim a Europa Ocidental, considerada nesta altura a zona nevrálgica, onde se decidirá o conflito com a URSS e a única que corre um risco real de cair sob o seu controlo. Os EUA identificam três perigos potenciais para a Europa. A cada um deles corresponde uma resposta diferente e um diferente papel do espaço português. Vamos examinar mais em pormenor estes três perigos.

O primeiro, é a hipótese de um ataque directo soviético, possível graças à grande superioridade russa em meios de guerra terrestre convencionais. Segundo os planos americanos, uma ofensiva da URSS resultaria na ocupação de toda a Escandinávia em 50 dias, no avanço até aos Pirinéus, efectuado por 50 divisões, em 65 a 90 dias, na ocupação de toda a Itália, por 15 divisões, em 100 a 130 dias e na perda de todo o Médio Oriente e do Irão por 56 divisões, em 130 a 173 dias⁽²⁾. Previam-se que estes ataques fossem simultâneos e os EUA sabiam que, isolados ou com os potenciais aliados, não tinham meios para os deter, apesar o monopólio das armas nucleares⁽³⁾.

O plano geral americano para se opor a um tal ataque prevê

(2) *Avaliação das capacidades e planos soviéticos feita pelo Joint Intelligence Group a pedido do NSC, em Fevereiro de 1949. NA JIC 435/21.*

(3) *Segundo uma avaliação de Abril de 1948, a URSS podia empenhar numa ofensiva geral na Europa e Médio Oriente cerca de 2.600.000 homens em 154 divisões, com 34 já na Europa Oriental. Nesta altura, tudo que os aliados ocidentais podiam opor, em termos convencionais, eram cerca de 15 a 20 divisões na Europa.*

uma guerra prolongada, com duas fases distintas. Na primeira, era inevitável a perda da quase totalidade da Europa e Médio Oriente, com a excepção da Inglaterra e - possivelmente - da Península Ibérica. Havia, no entanto, uma diferença fundamental entre estas duas zonas nos planos de guerra anteriores à formação da NATO: a Inglaterra podia ser defendida numa segunda fase e era vital como base de contra-ofensiva, enquanto se pensava que a Península estava condenada a ser ocupada na segunda investida, não sendo possível criar um dispositivo eficaz para a sua defesa, nomeadamente tendo em conta a real fraqueza militar e o atraso tecnológico dos poderes ibéricos.

Os EUA tinham assim a perspectiva de uma guerra prolongada, onde, na primeira fase, a única coisa possível era defender as bases da futura contra-ofensiva e desgastar o inimigo. O desgaste era feito principalmente através de uma ofensiva aérea estratégica a lançar desde o primeiro momento, com meios nucleares e convencionais, que partia de bases avançadas na Inglaterra, Egipto, Índia e Japão ⁽⁴⁾. Esperava-se que a ofensiva aérea prolongada, somada à resistência que os países da Europa e Médio Oriente pudessem opor, diminuiria a força e a capacidade industrial do atacante, permitindo o esgotamento do ímpeto ofensivo e a sua derrota na segunda fase da guerra.

Assim, a força americana tinha por detrás a maior capacidade técnica e económica do ocidente. No entanto, sabia-se que era necessário tempo para que esta se desenvolvesse e, durante o período crítico inicial era vital garantir a segurança das bases avançadas. O elemento essencial nesta equação era o poder aéreo, a principal forma de projectar poder, que se tinha de exercer desde o primeiro momento para garantir a vitória final.

(4) *A ofensiva estratégica é coberta pelo plano "Broiler" até fins de 1947, substituído pelo "Frolic" e "Halfmoon" depois. A ofensiva aérea era completada pela defesa das bases avançadas com meios convencionais. Para tal, começam em meados de 1948 reuniões com a Inglaterra e Canadá, de onde sai o chamado plano ABC-300, onde os três países estudam a hipótese de tentar defender a Europa na linha Reno-Alpes-Piave, bem como o petróleo do Médio Oriente, mas admitem como provável que tal não seja possível. NA P&O 092 TS, memorando de resumo dos planos estratégicos americanos, em Outubro de 1948.*

O grande problema americano, que obrigava a pensar numa guerra prolongada apesar do monopólio das armas nucleares, era o facto do arsenal nuclear ser muito reduzido ⁽⁵⁾. As poucas bombas disponíveis só podiam ser lançadas, até 1949, por aparelhos como o B-29 ou o B-50, que, operando a partir das bases avançadas previstas, não conseguiam alcançar toda a URSS. Os planos de guerra americanos destes anos, consideram "absolutamente vital" que as zonas das bases avançadas, especialmente a Inglaterra e o Egipto, sejam reforçadas desde o primeiro momento e usadas para a ofensiva aérea estratégica com meios atómicos e convencionais, única forma efectiva de reduzir as capacidades ofensivas da URSS. Os planos de guerra até 1949 são um bom exemplo do velho princípio de que "os generais preparam sempre a guerra que passou", pois no essencial seguem o esquema estratégico geral da segunda guerra, ao qual se acrescentam as armas nucleares como elemento auxiliar.

A execução dos planos americanos dependia da existência de várias pontes aéreas intercontinentais desde o primeiro momento. Era a única forma de reforçar de imediato a Inglaterra e o Norte de África/Médio Oriente, onde já havia algum material pré-posicionado, e começar a ofensiva aérea a partir destas zonas. Tal como tinha acontecido na segunda guerra, o uso dos Açores era considerado absolutamente indispensável para qualquer destas pontes, mas especialmente para o Egipto e Médio Oriente ⁽⁶⁾. Assim, dentro dos planos de guerra americanos, a obtenção de bases nos Açores em tempo de paz é classificada de "vital", pois só estas permitem o uso das ilhas desde o primeiro momento do conflito. Os Açores são o mais importante pilar das gigantescas pontes aéreas das quais dependem os planos de guerra americanos. Sem elas, não é possível a ofensiva aérea estratégica ou a defesa das zonas de onde a contra-ofensiva deve partir e,

(5) *Os EUA só tinham 2 bombas A em fins de 1945, 9 em Julho de 1946, 13 em Julho de 1947 e 50 em Julho de 1948. Eram bombas equivalentes às lançadas no Japão, que pesavam mais de 3 toneladas. Cf. David Alan Rosenberg, The Origins of overkill, Houston, 1983, pp. 10-11.*

(6) *O NSC 2, um dos primeiros documentos aprovados pelo National Security Council, define a Gronelândia, Islândia e Açores como as três bases vitais dos EUA no Atlântico. Destas, os Açores são considerados "o ponto mais importante do mundo, logo a seguir aos EUA" no que diz respeito ao transporte aéreo.*

logo, todo o plano de guerra fica seriamente comprometido. Na realidade, é difícil exagerar a importância dos Açores para os EUA nestes anos, quando o transporte aéreo intercontinental ainda depende fundamentalmente de aviões como o C-54, que não leva uma carga útil para o Norte de África sem escala.

O segundo perigo que os EUA temem em relação à Europa, é um crescimento gradual do peso e influência comunista em países como a França, a Itália ou a Grécia, que os possa levar a abandonar o sistema ocidental, alterando significativamente a relação de forças no continente. O principal factor que alimenta este perigo é a grave crise económica, moral e de identidade da Europa do após-Guerra, agravada pelo choque do esboroar dos impérios europeus e pelas políticas desastrosas de países como a França neste campo. É principalmente este receio que leva os EUA a lançarem o plano Marshall, dirigido prioritariamente para as zonas onde a crise é maior.

O terceiro perigo é a hipótese de ver a Europa Ocidental, ou uma parte importante dela, refugiar-se numa estratégia de neutralidade perante o conflito que se desenha entre os EUA e a URSS. Não se trata de modo nenhum de uma hipótese remota, pois é proposta em 1946-47 por significativos sectores políticos, em zonas como os países escandinavos, a França ou a Europa do sul. Na realidade, na Europa ocidental continental só a Península Ibérica não corre este perigo, na perspectiva americana, mas aí, a existência do regime espanhol, condenado internacionalmente, e os conhecidos preconceitos anti-americanos do regime português, impedem uma colaboração mais firme.

A grande dificuldade em combater este terceiro perigo é que ele tem várias vertentes, sendo quase impossível responder a uma sem comprometer a outra. Assim, por exemplo, Dean Acheson afirma desde 1947 que, se a Alemanha não for plenamente integrada a médio prazo no sistema ocidental, mais tarde ou mais cedo acaba por se aproximar da URSS, Simplesmente, a integração da Alemanha encontrava a forte oposição da França e outros países menores. Algo de semelhante, mas numa escala bastante menor se passava em relação à Itália, onde a principal oposição partia da Inglaterra.

A resposta americana a qualquer destes três potenciais perigos

não pode ser directa, até porque o que se pretende é conquistar "as almas e as vontades" da Europa para o sistema ocidental em formação. De forma simplificador, podemos dizer numa primeira abordagem, que os EUA responderam no essencial ao primeiro perigo com os planos de guerra próprios, ao segundo com o Plano Marshall e ao terceiro com a NATO, num processo interligativo, no qual Portugal se viu envolvido. Por outras palavras, numa primeira fase a NATO cumpre um importante papel político do ponto de vista dos EUA, mas o seu papel no campo de defesa é meramente auxiliar em relação aos planos de guerra americanos, os únicos que são um real dissuasor ⁽⁷⁾.

O carácter unitário, global e coordenado da estratégia americana nestes anos não foi devidamente entendido e apreciado na Europa, até porque os seus vários elementos identificadores se sucedem ao longo do tempo, sem uma aparente ligação entre eles. No entanto, queremos salientar e sublinhar que se alguma vez uma grande potência teve uma estratégia coordenada e global, foram os EUA em 1945-49. O seu centro político era o NSC e o seu centro militar os JCS (Joints Chiefs of Staff - Estado-Maior Conjunto), sendo a coordenação por vezes difícil, mas efectiva. O "plano Marshall", a NOTA, as negociações bilaterais para bases, a política financeira ou o uso da ONU, para citar só alguns exemplos, mais não são do que aspectos parciais de uma estratégia global.

A atitude americana destes anos em relação à Europa pode ser classificada como a "estratégia do rio". O objectivo central - enquadrar a Europa no sistema ocidental - está claro desde o primeiro momento, mas tal como o rio, os obstáculos sérios não podem ser afastados pela força no caminho para o mar; é necessário aguardar que o acumular do caudal leve o rio a contornar o obstáculo e continuar o seu sinuoso e lento percurso.

(7) *É usual resumir o papel da NATO nos primeiros anos na famosa frase de um inglês: "a NATO serve para manter os EUA na Europa, a URSS fora da Europa e a Alemanha em baixo". Na realidade, esta frase, é em grande parte falsa no que diz respeito à Alemanha e não menciona o grande objectivo político da organização do ponto de vista americano: trazer a Europa continental para o sistema ocidental, cortando as pernas às várias estratégias da neutralidade propostas um pouco por todo o continente; tal passa pela necessidade política de combater a grave crise moral e de credibilidade das políticas de defesa propostas até aí para a Europa.*

O que vamos procurar fazer, é ilustrar como esta estratégia foi aplicada em relação aos Açores. Portugal é um excelente exemplo do que acontece a uma pequena potência periférica e fortemente relutante, que ocupa posições geográficas essenciais para a estratégia de uma grande potência numa altura de confronto global.

II - A VISÃO PORTUGUESA DO MUNDO

A forma como os responsáveis portugueses encaravam o mundo alterou-se significativamente desde o fim da segunda guerra. Portugal aproximou-se do lado vencedor na parte final do conflito, graças em grande medida ao pedido inglês de bases nos Açores. A Inglaterra ocupa as Lajes em fins de 1943, mas Portugal recusa inicialmente os pedidos para os aviões anti-submarino dos EUA operarem a partir das ilhas. Só é aceite o seu uso pelos aviões de transporte americanos em trânsito.

A razão desta atitude está na forma como os EUA são encarados por Lisboa. Há, antes do mais, a ideia que o mundo do após-guerra será dominado por três grandes poderes - a Inglaterra, EUA e URSS -, tendo diferentes filosofias políticas. Portugal identifica-se sobretudo com a Inglaterra, encarada como o poder europeu e imperial tradicional, à volta do qual se pode refazer a Europa no após-guerra, sempre em ligação aos impérios. Neste aspecto, Lisboa nada aprendeu com as imensas mudanças verificadas durante o conflito e continua a acreditar que é possível manter a África e a Ásia indefinidamente. É justamente neste campo que surgem as maiores reservas em relação aos EUA. A forma como os americanos usaram a fraqueza europeia durante a guerra para penetrar no Médio Oriente ou na Argélia e Marrocos, é encarada com receio. Lisboa teme sobretudo o facto de Washington parecer encorajar as autonomias, não duvidando que por detrás desta atitude está a ambição de substituir o papel dos poderes europeus, através da promoção da independência dos seus impérios.

Salazar percebe muito cedo que o colapso da Europa Central será um resultado inevitável da forma como os aliados conduzem a guerra e que o vazio de poder beneficia a URSS, propiciando o seu avanço para Ocidente. Percebe igualmente que os EUA serão o poder mais forte do

mundo ocidental e que a Inglaterra precisa da sua ajuda para conter a URSS. Na sua visão, tal desloca o "centro político" para o Atlântico, dando uma nova importância aos países limítrofes desse oceano. No entanto, esta visão é paralela à da necessidade de manter um papel tradicional da Europa imperial, o que só pode ser feito mantendo a distância em relação aos EUA e com o apoio da Inglaterra. Isto levava-o a resistir, tanto quanto pode, ao avanço dos EUA para ocidente, recusando sistematicamente os muitos pedidos para bases americanas nos Açores. Nas suas palavras de 1945, há duas alianças no Atlântico: uma entre a Inglaterra e os EUA e outra entre Portugal e a Inglaterra, mas nunca uma entre Portugal e os EUA.

Foi só depois da Inglaterra ter, por várias vezes, repetido que não apoia este conceito e que deseja um crescente envolvimento dos EUA na Europa que, em 1945, Portugal aceita relutantemente ceder a base de Santa Maria, nos Açores. Em troca, recebe sobretudo garantias políticas em relação à devolução de Timor, ocupado pelos Japoneses.

No fim do conflito, Portugal tem assim uma atitude essencialmente de desconfiança em relação aos EUA, embora reconheça que a sua força é indispensável para que o Ocidente Europeu se defenda da ameaça soviética. Na sua visão, a Europa Ocidental deve renascer à volta dos impérios, com a ajuda da Inglaterra e o apoio distante dos EUA, em relação aos quais é necessário manter a autonomia. Para conciliar estes dois aspectos, Portugal procura aproximar-se da Inglaterra, o poder intermédio na relação com os EUA. Esta política altera-se rapidamente nos anos do pós-guerra, sob o efeito de uma série de acontecimentos não previstos.

Em primeiro lugar, a Europa Ocidental é "irreconhecível" para os responsáveis portugueses. O liberalismo e a democracia renascem das cinzas do conflito, depois do regime lhes ter já passado múltiplos atestados de óbito nos anos trinta. Pior que isso, a França e a Itália parecem prestes a ser dominadas pelo comunismo e mantêm relações frias e distantes com os regimes peninsulares, enquanto na própria Inglaterra os trabalhistas vencem as eleições. Toda a Europa ocidental inflecte fortemente para a esquerda, numa altura de crise económica e política. A visão dos responsáveis de Lisboa é a de um continente em profunda crise moral, indevidamente afastado dos valores tradicionais, sem o desejo de se defender e prestes a cair nos braços do comunismo.

Estes receios aumentam com o acontecimentos na Europa Oriental, onde, um a um, todos os países vão passando para os comunistas, com a única excepção da Grécia. Mesmo a Espanha enfrenta uma grave crise económica e política, vendo-se isolada internacionalmente e atacada pela Europa ocidental. Os responsáveis lisboetas temem que a guerra civil renasça no país vizinho, o que será quase inevitável se a França cair para a esquerda.

Em segundo lugar, e também de forma inesperada para Lisboa, a crise dos impérios europeus é imediata, especialmente na Ásia. Pior que isso, nas perspectiva portuguesa, é o facto de vários países europeus aceitarem esta evolução e não se oporem às independências asiáticas. Tal facto, conjugado com o avanço comunista na China, Coreia do Norte e Indochina, reforça a ideia de um ocidente europeu minado pelo "liberalismo" e o esquerdismo, prestes a ser engolido, sem uma efectiva vontade de se defender.

Em terceiro lugar, torna-se evidente o colapso do poder britânico a todos os níveis, do mesmo modo que se torna evidente que a única alternativa são os EUA. A evolução da Grécia é considerada por Lisboa muito significativa, enquanto não se pode ignorar o significado do colapso da libra no sistema económico internacional. Tudo demonstra que a Inglaterra não é o grande poder que se imaginava.

Estes factores conjugados levam a que o governo português perceba, a partir de 1947, que a sua visão inicial sobre o mundo do pós-guerra não corresponde à realidade. Tal facto, conjuga-se com uma série de perigos considerados iminentes, desde o reacender da guerra civil espanhola, à evolução da Europa Ocidental, passando pela possibilidade de um ataque frontal russo, ou pelas reais pressões que se começam a exercer sobre Timor, Macau e a Índia portuguesa. Para qualquer destes perigos, é evidente que a Inglaterra já não oferece as garantias a que o país está habituado e que a única alternativa são os EUA, justamente o poder em relação ao qual Portugal procurou manter as distâncias e evitar relações bilaterais firmes desde 1939.

Há assim uma base objectiva para o afastamento de Lisboa em relação aos EUA, do mesmo modo que há uma base para falar de uma tentativa de aproximação a partir de 1947, na véspera da formação da NATO.

Devemos acrescentar que a estes motivos, que se prendem aos objectivos estratégicos do regime, se juntam outros no campo das mentalidades. Assim, por exemplo, os representantes americanos em Lisboa reconhecem unanimemente que os preconceitos que Salazar tem contra os EUA são partilhados pela esmagadora maioria da classe dirigente do regime, ou mesmo da antiga aristocracia. Salazar neste aspecto não é uma excepção: é a personificação da regra. A mentalidade dominante portuguesa encara com desconfiança instintiva esse povo "iluminado, não por Deus, mas pela lâmpada eléctrica" - como Salazar diz -, dominado pelo materialismo, crente nas possibilidades da técnica e sem respeito pela filosofia fortemente hierárquica, corporativa, católica e tradicional do regime português. Os EUA são a personificação de tudo a que o regime virou as costas na tradição do ocidente e, por isso mesmo, são um sério risco de "contágio" para as novas gerações, pelo que é aconselhável manter as distancias como medida profiláctica.

Os responsáveis de Lisboa tem nas vésperas da formação da NATO uma ideia fortemente pessimista da evolução previsível da Europa que saiu da guerra. Temem o seu colapso interno, acompanhado do avanço dos exércitos sociéticos até aos Pirinéus. Na realidade, a maior parte dos dirigentes do Estado Novo considera a guerra como quase inevitável a curto prazo, sendo difícil de conceber para eles que a Rússia não aproveite o "colapso moral" do ocidente e o efectivo vazio do poder na Europa para avançar até aos Pirinéus ⁽⁸⁾.

A Península é, para o governo de Lisboa, uma das poucas ilhas de "sanidade" política, um baluarte dos valores tradicionais do ocidente numa Europa em grave crise moral. Desta visão, resultam três movimentos paralelos: uma aproximação em relação à Espanha a todos os níveis; um

(8) *Das muitas fontes que podíamos citar para justificar esta afirmação, referimos somente duas. Em Março de 1948, a embaixada americana em Lisboa informa que os "círculos governamentais" consideram a guerra "quase inevitável" depois do golpe checo e falam repetidamente da "linha dos Pirinéus", como a única defesa efectiva da Europa (NA 853.00/3-1648). Tal ideia está igualmente patente nos discursos públicos dos responsáveis. Por exemplo, Caeiro da Matta, defende a 24 de Março de 1948, num discurso em Paris, a aceitação da Espanha na CEEC, pois não faz sentido a sua exclusão numa altura em que "a agressão russa é iminente".*

afastamento em relação aos movimento da união europeia, para os quais Portugal não é, nem quer ser, convidado; uma tentativa inicial de aproximação em relação à Inglaterra e, quando esta falha, uma tentativa semelhante em relação aos EUA. Vamos ilustrar um pouco melhor estas tendências, pois elas são essenciais para o enquadramento do problema dos Açores.

A aproximação em relação à Espanha, traduz-se no apoio diplomático e económico ao regime franquista, sobretudo quando este é condenado na ONU e os embaixadores ocidentais se retiram de Madrid. Em 1948, é assinado um segundo protocolo ao Pacto Ibérico, que o prolonga por mais dez anos. Paralelamente decorrem demoradas conversações de Estado-Maior, nas quais se fazem planos para a defesa mútua dos regimes em caso de perturbações internas e, sobretudo, para a defesa da "linha dos Pirinéus". Santos Costa em particular pensa que Portugal, ou é defendido nos Pirinéus, ou não tem defesa. Das reuniões dos Estados-Maiores ibéricos resulta a atribuição ao país de um sector perto de S. Sebastian, que devia ser guarnecido por uma força de 2 a 3 divisões em caso de guerra.

Santos Costa é o principal defensor da necessidade urgente de completar o rearmamento português, iniciado em 1935 e nunca levado até ao fim. O objectivo é criar uma força imensa - à escala nacional - de 10 divisões de infantaria e 1 blindada. O problema é que, apesar do fluxo de armas alemãs e inglesas desde 1940, só é possível no após-guerra armar de forma incompleta 3 a 5 divisões e, mesmo estas, dentro dos conceitos então pre-valetentes em Portugal, o que significa que pouca utilidade tem para uma guerra na Europa. Esta fraqueza é muito sentida numa altura em que se pensa que a guerra pode estalar a qualquer momento, pelo que o rearmamento surge como prioritário. Portugal faz, em 1947, um pedido formal à Inglaterra para equipar mais 5 divisões, numa das maiores encomendas de armas que o país alguma vez fez. A resposta britânica demora, mas, quando chega, é reveladora e constitui um choque tremendo: Londres diz que não pode fornecer o material pedido e sugere que se contacte com os EUA ⁽⁹⁾.

(9) *Esta evolução está justificada e documentada no livro do autor "Os Açores e o Controlo do Atlântico", Edições Asa, Lisboa, 1992. Aqui fazemos somente um resumo, necessário para compreender a evolução futura.*

O facto, juntamente com muitos outros, prova finalmente que a ideia da existência de três grandes poderes não corresponde à realidade, e leva a que se aceite a necessidade de uma aproximação aos EUA. O problema está em encontrar um enquadramento político conveniente. Washinton desde há muito que manifestava o desejo de estreitar as relações com Portugal, não excluindo a hipótese de uma aliança formal - o que era um caso único antes de 1948.

Por detrás das iniciativas americanas está a importância muito especial atribuída aos Açores. Logo em 1945, os EUA pedem a manutenção de Santa Maria como base permanente e das Lajes como ponto de apoio auxiliar. A resposta portuguesa é negativa, tendo-se exigido, e conseguido, a completa retirada de Santa Maria, transformada em aeroporto civil. A Inglaterra esclarece que não pretende manter as Lajes em tempo de paz, pelo que esta passa para a direcção nominal dos portugueses. Como única concessão, aceita-se a permanência de um grupo de técnicos e militares americanos nas Lajes, para assegurar o trânsito de aviões de transporte para a Alemanha por um período curto ⁽¹⁰⁾. Do ponto de vista de Lisboa, é o "mínimo possível". Este "mínimo" é apresentado como uma concessão unilateral e excepcional, sem qualquer pagamento formal ou vínculo político, pois pensa-se que este pode criar obrigações que o país não deseja.

Washington pede repetidamente o direito de manter de forma prolongada forças próprias nos Açores e de desenvolver as instalações, dizendo sempre que está disposto a encarar qualquer contrapartida razoável.

Depois de 1947, Portugal apercebeu-se já dos erros da sua visão inicial e resolve experimentar uma aproximação política com os EUA usando os Açores para tal. Nos contactos havidos, Lisboa pede amplas garantias políticas, que na prática correspondem a um compromisso de defesa permanente que abrange o continente, ilhas e império. Os americanos vão tão longe quanto podem, acabando por propor uma fórmula de defesa em relação ao continente e ilhas que é quase tão ampla como a adoptada futuramente na NATO, mas esclarecendo que não podem assumir nenhum compromisso em relação ao império. As negociações prolongam-se por

(10) *Numa primeira fase até fins de 1947 e, depois, por mais três anos, até fins de 1950.*

vários meses, mas são bruscamente interrompidas quando Portugal esclarece que, mesmo que se encontre uma fórmula política satisfatória, nunca se cedem bases permanentes em tempo de paz. Os responsáveis portugueses repetem este ponto à exaustão, dizendo que o país não quer "gibraltares no território". Perante isto, os EUA cortam as negociações e resolvem aguardar pela evolução das relações mais gerais com a Europa antes de retomar o assunto.

É esta a situação nas vésperas da formação da NATO. As negociações para a manutenção de bases americanas nos Açores falharam e o governo esclarece que nunca aceita bases em tempo de paz. Salazar, em particular, acha que os EUA pedem demasiado, pois "os compromissos que pode legalmente tomar o Governo Americano não têm constância ou valor compensador dos sacrifícios da nossa parte" ⁽¹¹⁾.

Do ponto de vista americano a situação exige medidas anormais, pois os JCS classificam os Açores como uma das mais importantes bases do ultramar. este facto leva a que seja colocado em Lisboa, logo em Fevereiro de 1948, o embaixador MacVeagh, o homem que coordenou a "crise da Grécia em plena guerra civil. MacVeagh é considerado um dos melhores diplomatas para resolver situações "impossíveis" e complexas ⁽¹²⁾.

III - A FORMAÇÃO DA NATO

A ideia da NATO surge muito cedo. Na sua origem está a preocupação inglesa de envolver os EUA na defesa da Europa, que data pelo menos de 1943, juntamente com a consciência por parte da França e do

(11) *A frase é dita numa conversa com Nicolau Franco, o embaixador espanhol em Lisboa, a 17 de Março de 1948. Nesta mesma troca de impressões, Salazar esclarece que a aliança inglesa se mantém, mas já não é considerada um "instrumento ou garantia suficiente dos nossos interesses no mundo. Por este motivo reconhecemos ser necessário um apoio suplementar - e este só pode vir dos EUA". ANTT AOS/CO/NE-7.*

(12) *O General Marshall, então secretário de Estado, diz isso mesmo no memorando que envia ao presidente Truman a propor a deslocação de MacVeagh de Atenas para Lisboa. Memorando de 24 de Fevereiro de 1948. HSTPL, Official File, Box 1559.*

Benelux da sua fraqueza relativa. O estímulo é tanto maior quanto os poderes europeus sabem que vão ter de dedicar uma parte substancial dos respectivos recursos à crise nos impérios e o principal poder continental ocidental - a França - se envolve muito cedo numa prolongada guerra na Indochina. A Inglaterra, por seu lado, tem mesmo de abandonar pequenos esforços em zonas estratégicas, como a Grécia.

Assim, a França e a Inglaterra estão interessadas num qualquer acordo de defesa que envolva os EUA na Europa, por razões diferentes, mas coincidentes. Na realidade, a única alternativa a um envolvimento americano é a estratégia da neutralidade europeia, como amplos sectores da França propõem. As primeiras sugestões de uma aliança defensiva Europa-América surgem logo em 1945, mas será Bevin que, em Dezembro de 1947, sob pressão de Georges Bidault, sugere formalmente ao secretário americano Marshall que se forme uma "espécie de federação do Ocidente", virada para a defesa da Europa. Os EUA recebem esta iniciativa sem surpresa, mas não se apressam a tomar uma posição, por dois motivos. Em primeiro lugar um compromisso de defesa permanente na Europa é algo que vai contra toda a tradição americana e exige um cauteloso e demorado trabalho de preparação interna. Como 1948 é ano de eleições, é aconselhável deixar passar estas antes de tentar uma inflexão tão significativa da política americana.

Em segundo lugar, e mais importante, os círculos superiores da administração compreendem que é do seu interesse rearmar a Europa e favorecer a sua recuperação económica e moral, mas a forma de o fazer é vital. Para alcançar os seus objectivos políticos fundamentais, os EUA combatem desde o começo a visão europeia de um rearmamento feito país a país, de forma não coordenada e, colocam a tónica na constituição de um dispositivo de defesa comum e de mecanismos políticos integrados. A sua preocupação é sempre a de desenvolver os factores de interdependência, de modo a favorecer a união num continente fraco e com uma longa tradição de rivalidades e guerras, base da futura tentativa de aproximar a França da Alemanha.

Neste sentido, a resposta inicial americana é cautelosa. Washington limita-se a dizer que, antes de assumir qualquer compromisso, quer ver o que os europeus "podem fazer por si", através da colaboração mútua.

Com este estímulo, a Inglaterra e a França propõem aos países do Benelux a constituição de um pacto defensivo, iniciativa de onde sai o Tratado de Bruxelas, em Março de 1948. O facto de só estes países terem sido contactados é significativo. Por um lado, mostra que a preocupação principal anglo-francesa é obter o essencial apoio americano ao rearmamento, sendo conveniente reduzir o número de países abrangidos ao mínimo; por outro, mostra que a ideia da França é obrigar os EUA a defenderem o Reno, algo que os militares americanos nesta altura sabem ser impossível, mas não o dizem. Do ponto de vista americano, o planeamento feito pelos países do Tratado de Bruxelas cumpre a importante função de desenvolver a cooperação europeia, convencer os países participantes que estão indefesos - se dúvidas houvesse - e fazer passar o tempo até às eleições.

Os EUA participam desde o começo como observadores nas actividades do Tratado de Bruxelas. Tal como esperavam, os planos desenvolvidos concluem que qualquer esquema de defesa efectiva da Europa, por mais optimista que seja, exige a participação americana e um longo período de rearmamento e de aumento das forças convencionais. É muito significativo que ao mesmo tempo os EUA mantêm contactos com a Inglaterra e o Canadá para elaborar planos próprios de defesa da Europa.

A razão de ser destes circuitos paralelos é, ao fim ao cabo, o grande problema da NATO nos seus anos iniciais, de um ponto de vista meramente lógico. A verdade é que os EUA e a Inglaterra sabem que toda a Europa continental - inclusive a linha dos Pirinéus - não é defensável em caso de ataque soviético. Os planos americanos reais partem todos desse pressuposto. Neste sentido, o essencial, de um ponto de vista exclusivamente militar, é assegurar as bases da futura contra-ofensiva e do ataque aéreo estratégico, ou seja, essencialmente a Inglaterra, Norte de África e Egipto. Simplesmente, os únicos países que podem aceitar politicamente esta tese são a Inglaterra e o Canadá, razão porque os EUA desenvolvem planos paralelos com eles, excluindo a França e o Benelux.

Se futuramente os EUA fazem planos para a defesa da Europa continental é por razões políticas: estão a pagar o preço mínimo para conseguir a colaboração da França e a conquistar as "almas e as vontades" de um continente vital no confronto global. Por outras palavras, estão a formar o núcleo central de um bloco ocidental, coordenado e dirigido pelos EUA,

mesmo que para tal sejam obrigados a desenvolver planos irrealistas e até mesmo a enviar forças para a Alemanha que, conforme sabem, serão sacrificadas em caso de guerra. Só a partir de 1952/54 esta situação se altera, quando o crescimento das forças convencionais permite encarar com algumas hipóteses de sucesso a ideia de uma defesa do continente.

Passadas as eleições americanas, o processo decorre muito rapidamente. Em Junho de 1948, a administração consegue já fazer aprovar no Senado a resolução Vandenberg, que abre o caminho para a sua entrada num pacto de defesa permanente. Em Julho, são os EUA que propõem que os contactos até aí existentes ente os países do Pacto de Bruxelas e o Canadá, sejam alargados, de modo a cobrir os flancos atlânticos, as vitais zonas de comunicação de qualquer futuro plano de defesa, teórico ou real.

Washington propõe que os contactos abarquem os países que tem bases consideradas vitais pelos JCS, mas onde ainda não foi possível obter direitos permanentes: a Islândia, a Dinamarca (por causa da Gronelândia), a Noruega (em parte para facilitar a adesão da Dinamarca), a Irlanda e Portugal (por causa dos Açores) ⁽¹³⁾. A iniciativa permite aos EUA usarem a NATO para obter direitos de bases consideradas vitais nos seus planos reais, fazendo-o de forma que não pode ser recusado pelos parceiros europeus.

A França e os países do Benelux são muito relutantes em relação ao alargamento proposto, não só porque tal representa uma maior divisão da limitada ajuda militar americana, mas sobretudo porque sabem que tal vai contra o que é o seu objectivo central: atrair os EUA para uma estratégia de defesa da Europa continental e afastá-los de uma estratégia marítima, que sacrifique o continente numa primeira fase. No entanto, a França não consegue apresentar um único argumento válido para fazer recusar o alargamento, enquanto os EUA e a Inglaterra não tem dificuldades em provar que os novos países são essenciais para manter as linhas de comunicação América-Europa, base de qualquer plano da NATO.

(13) *A 22 de Setembro de 1948, o SD envia um primeiro telegrama a informar desta evolução ao embaixador MacVeagh, em Lisboa. Sugere-se que o MNE português seja informado do sentido geral das negociações em curso, mas sem propostas concretas, pois os EUA ainda não conseguiram o acordo para o alargamento. FRUS, 1948, vol. III, pp. 1005-1006.*

Assim, em começos de Outubro a proposta americana é aprovada. É decidido que, no caso de Portugal, o contacto formal será feito pela Inglaterra, com os EUA em segundo plano.

As potencias europeias continentais conseguem, no entanto, uma importante vitória: impedem que o convite seja alargado à Espanha, tal como os EUA gostariam de fazer logo em 1948. Esta questão é vital para a França ou os países do Benelux, pelo simples motivo que a adesão da Espanha significaria que o planeamento futuro da NATO se poderia de alguma forma basear no conceito de defesa da linha dos Pirinéus, o que, diga-se, os planos americanos também não consideram ser uma hipótese realista, embora fosse mais lógico do que pretender defender o Reno com as forças existentes em 1948. A exclusão da Espanha afasta esta hipótese à partida e obriga os EUA a basearem os planos NATO na linha do Reno. As futuras insistências portuguesas sobre a adesão directa ou indirecta da Espanha não tem qualquer hipótese de ser aceites. Os EUA podem simpatizar com a ideia - porque querem bases aeronavais na Península e não para defender os Pirinéus - mas sabem que insistir neste ponto é afastar os países da Europa e abrir o flanco a fortes críticas internas.

IV - A ADESÃO RELUTANTE DE PORTUGAL

A Inglaterra faz um primeiro contacto formal com Portugal em começos de Outubro de 1948. A 4 desse mês, um representante inglês entrega um memorando a respeito das reuniões que decorrem desde Julho entre os EUA, Canadá e países do Pacto de Bruxelas, ao ministro Caeiro da Matta. Nele se informa da intenção de alargar os contactos a Portugal, Noruega, Islândia e Dinamarca. O representante britânico esclarece que não se trata ainda de um convite formal, mas meramente de uma informação, que visa chamar a atenção para o assunto e conhecer a opinião portuguesa. MacVeagh esclarece pouco depois - 7 de Outubro - que concorda com a diligências. Na realidade, nesta altura os EUA e a Inglaterra ainda não obtiveram o acordo da França e dos países de Benelux ao alargamento das negociações.

A iniciativa britânica não encontra uma resposta adequada por parte de Caeiro da Matta. Tudo indica que o ministro português não se apercebe da importância do assunto, ou não concorda com a ideia, pelo que não transmite o memorando a Salazar. É preciso que, em meados de Outubro, o FO faça uma nova diligência junto do embaixador António de Faria para que o memorando saia da pasta do ministro e seja estudado pelo Governo ⁽¹⁴⁾.

Os responsáveis portugueses dividem-se sobre uma eventual adesão à NATO, não tardando a definir-se duas posições. Uma, favorável, é muito bem resumida por um memorando de António de Faria, o primeiro documento oficial português que examina o problema. O hábil embaixador faz uma análise propositadamente moderada, de modo a contornar as reservas que sabe existirem a respeito da participação em organizações internacionais, especialmente quando orientadas pelos EUA. Assim, começa por dizer que a eventual adesão "poderá oferecer certos perigos", como seja a reacção espanhola ou as tentativas dos EUA de, "à sombra do Pacto", procurarem obter bases permanentes, mas, logo acrescenta que Portugal pode sempre esclarecer que nos Açores não se pode ir mais longe que os direitos de trânsito já cedidos; em contrapartida, são realçados os aspectos positivos de uma eventual adesão, como sejam o acesso às facilidades de rearmamento, a aproximação às potências do Atlântico e, inclusive, as vantagens em relação ao império.

Este documento de António de Faria serve para lançar um limitado debate interno. Tal como o seu autor esperava, a ideia da entrada na NATO encontra fortes reservas. O próprio Salazar, por exemplo, retoma a questão dos Açores e, numa nota à margem do memorando do embaixador, diz que nem sequer se pode prometer aos americanos a continuação dos direitos de trânsito, pois "o acordo dos Açores tem um prazo limitado que não há qualquer intenção de alargar" ⁽¹⁵⁾. Chega-se mesmo a enviar uma nota

(14) *Este significativo episódio foi referido pelo embaixador António de Faria em entrevista com o autor, sendo posteriormente confirmada pelas datas dos documentos do AMNE. AMNE, Proc. 70, p. 150.*

(15) *A nota à margem está registada no memorando do embaixador António de Faria, com a menção que se trata da opinião de "S. Ex.^a o Presidente do Conselho". AMNE.*

oficial para os jornais que, pelo seu estilo, ninguém duvida que foi escrita por Salazar. Nela, tomando-se uma posição prematura, afirma-se que a eventual adesão ao Pacto em formação é "supérflua", pois o país já é abrangido pela aliança inglesa ⁽¹⁶⁾.

Esta estranha nota causa surpresa na diplomacia anglo-saxônica, a pontos de MacVeagh ter perguntado se ela se deve entender como uma resposta negativa ao memorando inglês. Caeiro da Matta esclarece que não, mas logo acrescenta que o governo não vê "utilidade" num pacto de defesa que não inclui a Espanha.

Estes primeiros documentos e afirmações definem as duas posições, dentro do estilo português da altura onde as políticas de fundo não são discutidas abertamente e as posições se deduzem pelo que está nas entrelinhas. Caeiro da Matta e o próprio Salazar são as principais vozes de um bloco que vê poucas vantagens na NATO e teme as suas consequências a outros níveis. Salazar, em particular, percebe desde o começo que o principal interesse americano no convite a Portugal consiste em obter bases permanentes nos Açores e não esconde a sua oposição. O Presidente do Conselho, por exemplo, numa significativa entrevista que dá em fins de Novembro, esclarece que Portugal não precisa de aderir "urgentemente" à NATO, pois já faz parte dela por "inerência" através da aliança inglesa; aproveita para recordar que tinha sido o primeiro a falar num bloco defensivo da Escandinávia à Espanha, mas condena a "cegueira" francesa e britânica ao excluir a Espanha ⁽¹⁷⁾.

Em oposição a esta corrente define-se outra, que considera que as vantagens da adesão excedem os eventuais pontos negativos. Dela fazem parte importantes nomes da diplomacia portuguesa, como os embaixadores António de Faria, Bianchi e Pedro Teotónio Pereira, mas talvez o seu elemento mais importante seja o ministro Santos Costa, que sabe que só a adesão permite receber a ajuda militar americana. Nesse campo, a alta hierarquia

(16) *Nota publicada nos jornais portugueses em começos de Novembro e objecto do telegrama de MacVeagh de 8 desse mês. FRUS, 1948, vol. III, pp. 1008-1010.*

(17) *Conversa de Salazar com o jornalista Cyrus Sulzberger, do New York Times, resumida num telegrama da embaixada americana de 22 de Novembro de 1948. NA 853.002/11-2248.*

militar cerra fileiras praticamente em bloco atrás de Santos Costa, por razões fáceis de entender: para os militares, a ajuda militar americana representa a diferença entre terem uma força que pouco mais é que uma polícia interna, ou desenvolverem uma força moderna, capaz de intervir num conflito europeu. Esta perspectiva é tanto mais real quanto a própria Inglaterra já esclareceu que não se pode contar com ela para completar o rearmamento. Assim, Santos Costa, apesar de ser o grande defensor da aproximação à Espanha em termos da defesa, torna-se igualmente o advogado da adesão à NATO e a sua voz representa a opinião da esmagadora maioria dos militares, pelo que tem um peso muito considerável. Salazar sabe que praticamente a única coisa que não pode fazer é enfrentar os militares em bloco, num assunto que eles consideram vital, e onde não há fortes e claros argumentos contrários do ponto de vista do interesse nacional.

O compromisso inicial que sai destas opiniões divergentes está patente no pró-memória elaborado por Caeiro da Matta em fins de Dezembro ⁽¹⁸⁾. Nele diz-se que Portugal vê como vantajoso um "instrumento diplomático" que coordene os esforços de defesa no espaço atlântico em caso de agressão, mas que exclui à partida qualquer ideia de "fusão económica e política"; logo se acrescenta que a defesa da Europa tem de contar com a "África dela dependente" e a ajuda da América, apontando para a ideia de um bloco Europa-África ajudado pela América, mas autónomo e não coordenado ou dirigido pelos EUA, o que corresponde ao conceito básico de Salazar; finalmente é excluída explicitamente a criação de bases permanentes em território português e defende-se a ideia de que um sistema defensivo da Europa só é possível com a participação espanhola.

A discussão interna do problema é demorada e prolonga-se pelos primeiros meses de 1949, enquanto em Washington se ultima o texto da NATO. Em parte a demora justifica-se pelas dificuldades em ultrapassar as reticências espanholas, que inicialmente são no sentido de pretender que Portugal recuse o convite. É o embaixador Antrónio de Faria que recebe a espinhosa missão de negociar com Madrid, o que faz como um mestre formado na escola da diplomacia inglesa.

(18) *Pró-memória de 31 de Dezembro de 1948, assinado por Caeiro da Matta. AMNE.*

Finalmente, e só em Março de 1949, Portugal apresenta uma resposta oficial aos EUA, numa altura em que as negociações da NATO estão completas. São levantados 4 pontos que se pretendem esclarecer antes de dar uma resposta final. O primeiro, diz respeito ao prazo previsto de 20 anos, pois, segundo se afirma, num horizonte de dez anos o único inimigo previsível é a Rússia, mas a maior distância abrem-se outras hipóteses - dando-se a entender que, por exemplo, poderia renascer a rivalidade Franco-alemã, perante a qual Portugal não quer tomar posição; um segundo é a Espanha, defendendo Portugal a ideia de que a Península "é uma unidade geográfica e estratégica", pelo que é necessário um "entendimento militar com a Espanha para a defesa dos Pirinéus"; um terceiro diz respeito às colónias, pedindo Portugal nomeadamente esclarecimentos sobre o pensamento americano neste campo; um quarto é uma sugestão de incluir no tratado uma garantia de integridade territorial dos países aderentes, que era uma forma de abranger os colónias ⁽¹⁹⁾.

Este memorando é muito revelador sobre a posição portuguesa, bem diferente da dos países anglo-saxónicos. Em primeiro lugar, ressalta a preocupação prioritária com o império e, em segundo lugar, um conceito de defesa do território essencialmente continental, virado para a linha dos Pirinéus, sem se aceitar a visão marítima dos poderes anglo-saxónicos e sem se valorizar o espaço atlântico português. Portugal mostra que pensa sobretudo numa defesa da Península, feita por um exército de massas em colaboração com a Espanha, visão que traz vantagens políticas evidentes aos regimes ibéricos. Nesta visão, os Açores pouca importância têm.

Todo o processo, aliás, decorre com certa confusão do lado português, onde o MNE é o primeiro a confessar que não percebe muito bem o que se passa. Pedro Teotónio Pereira, em Washington, queixa-se, por exemplo, que não o deixam participar nas negociações que decorrem na capital americana durante o primeiro trimestre de 1949, justamente na altura em que a posição portuguesa poderia ter alguma importância. Caeiro da Matta responde com um telegrama, onde garante que os diplomatas em Lisboa "tudo ignoram" do que se está a passar, confessando nomeada-

(19) *Memorando português entregue aos EUA, a 8 de Março de 1949. AMNE, Proc. 70.*

mente que não percebe ainda a ligação entre o Pacto e a União da Europa Ocidental, à qual Portugal não pretende aderir. O ministro português expõe a posição de fundo do governo e de Salazar, quando diz que se receia que o convite não passe de uma forma indirecta de obter bases nos Açores, tendo já sido decidido que "não se pode transigir no uso de bases estratégicas em tempo de paz", pois "há que não deixar consolidar servidões em território nacional" - frase de Salazar. Na realidade, do ponto de vista de Caeiro da Matta, todo o processo é "precipitado", pelo que Portugal não tem revelado "pressa nem empenho para tomarmos parte nas negociações e aderirmos como fundadores do Pacto" ⁽²⁰⁾.

Pedro Teotónio Pereira recebe este telegrama com o desânimo que facilmente se imagina. Pacientemente, e com o ar de quem dá lições diplomacia a meninos da instrução primária, esclarece que, na sua opinião: "as pressões futuras acerca dos Açores não dependem de estar-mos ou não no Pacto do Atlântico. Mas a minha dúvida reside em saber se estamos melhor fora dele para nos defendermos de pretensões alheias, do que aderindo sob reserva de recusa incondicional sobre possíveis Gibraltares, mencionada por V. Exa" ⁽²¹⁾. Era uma bofetada sem mão que, para além de Caeiro da Matta, atingia Salazar, mostrando uma grande evolução do pensamento e da audácia política de Pedro Teotónio Pereira desde que tinha saído de Madrid.

O argumento é perfeitamente válido e será repetido pelos diplomatas americanos em Lisboa, bem como sugerido mais discretamente por Theo Xanthaky a Santos Costa e outras figuras chave entre os militares. Os EUA entretanto, respondiam oficialmente às reservas portuguesas de forma hábil e conciliatória. Referiam, em primeiro lugar, que tinham sido os EUA os primeiros a defender que as decisões na NATO fossem tomadas por unanimidade e a excluir do texto do tratado qualquer obrigação efectiva de entrar em guerra automaticamente. Acrescentavam que, obviamente, Portugal continuava a dispor soberanamente dos Açores e a entrada na NATO nada alterava nesse campo. Em relação à Espanha, diziam - em

(20) *Telegrama do MNE à embaixada em Washington, a 11 de Março de 1949. AMNE.*

(21) *Telegrama de Pedro Teotónio Pereira ao MNE, a 13 de Março de 1949. AMNE.*

"confidência" - que eles próprios gostariam de ver uma maior participação desse país na defesa do ocidente, mas que eram os países europeus que se opunham frontalmente a tal ideia - o que era verdade, mas não era toda a verdade. Em relação à duração do Pacto, os EUA garantiam que também eles preferiam um prazo menor, mas acabaram por aceitar os 20 anos por insistência da Europa. Finalmente, os EUA e a Inglaterra acrescentavam que o texto do tratado estava concluído, tendo sido ultimado nas negociações onde Portugal não participou, não sendo possível introduzir nesta fase alterações de fundo, pelo que a opção era somente a de aderir ou ficar de fora.

Todos estes argumentos são muito fortes e têm a simpatia dos militares portugueses. O problema é examinado numa série de reuniões do gabinete, entre 19 e 23 de Março de 1949, numa altura em que o texto do Pacto já foi tornado público e as negociações de Washington estão concluídas desde 15 desse mês, sem que o infeliz Teotónio Pereira tenha tido ocasião de participar. A Inglaterra, temendo uma recusa, adopta grandes meios: no próprio dia 19, Bevin chama o embaixador português em Londres e faz "um apelo instantâneo em seu nome pessoal para a assinatura do Pacto", numa diligência repetida em Lisboa.

A discussão no gabinete é prolongada. No fim, a convicção de Santos Costa, apoiado por Américo Tomaz e pelos restantes militares, consegue fazer aprovar a adesão perante um Salazar que se mantém não comprometido quase até ao fim. A posição do Presidente do Conselho é, aliás, muito bem resumida numa curta frase do discurso com que justifica a posição do governo perante a Assembleia Nacional: "pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes". Não se pode ser mais claro, "em tais circunstâncias"...

A 4 de Abril de 1949, Caeiro da Matta desloca-se a Washington e assina o Pacto, transformando Portugal num dos 12 países fundadores.

Todo este processo é revelador e repleto de ensinamentos. Mostra, em primeiro lugar, a habilidade que os EUA adquiriram nas suas relações com a Europa, onde nomes como Marshall ou Acheson se revelam verdadeiros mestres na complexa arte da diplomacia, que nada tem já a aprender com Londres. Verificamos que foram os EUA os principais interessados em estender o convite inicial a Portugal, podendo a sua motivação resumir-

-se numa única palavra: Açores, foi com grandes dificuldades, e só ao fim de vários meses, que os EUA e a Inglaterra venceram a compreensível resistência dos países da Europa continental. Salazar compreende este facto e a relutância que mostra desde o começo não é "teimosia", mas sim a expressão de uma divergência estratégica, bem como o receio que os americanos acabem por dividir, com os seus métodos suaves, os responsáveis do regime, como veio justamente a suceder nos próximos anos.

As reservas portuguesas são ultrapassadas com grande tacto: os EUA evitam sempre a discussão à volta dos pontos onde não há acordo e reduzem tudo a uma "questão de pormenor", onde dizem simpatizar com a posição portuguesa, mas estarem de braços amarrados por causa da oposição da maior parte dos países da Europa; ao mesmo tempo, acenam com a perspectiva de uma ajuda substancial e uma aceitação política plena pela comunidade ocidental, importante para o regime. No fim, os métodos americanos compensam e são um prenúncio do que se seguiria.

Salazar, segundo tudo indica com grande relutância e fortes reservas, acaba por concordar com a adesão como o "menor dos males". O processo, contudo, deve ter servido para chamar a atenção do hábil político para uma dimensão nova e inesperada da NATO: os seus efeitos indirectos nos militares portugueses. Na realidade, tinha começado um processo de bola de neve, uma das típicas situações de "aprendiz de feiticeiro" em que história é pródiga.

V - OS AÇORES NO CONTEXTO DO NSC 68

A formação da NATO coincide com uma alteração das estratégias definidas para o Atlântico e os Açores. No período inicial da NATO dão-se dois acontecimentos que mudam os planos de guerra americanos: a perda do monopólio nuclear, com a primeira explosão soviética, e o fim da fase em que o arsenal nuclear americano era muito reduzido.

Os EUA passam em 1949/1950 de uma estratégia de monopólio de um reduzido arsenal nuclear, para outra de supremacia absoluta. O crescimento do arsenal nuclear americano em 1949/1950 leva a que, pela primeira vez, os JCS possam pensar numa ofensiva estratégica inicial

que provoque estragos muito sérios no potencial inimigo, sem que este possa responder da mesma maneira. No entanto, esta vantagem é de curta duração e dá-se numa altura em que o sistema ocidental continua a perder posições.

A visão do conjunto da situação não é optimista. O problema é a evolução previsível a curto prazo. Dentro de um período que é calculado em 4 a 5 anos, a Rússia adquire a capacidade de também ela infligir sérios estragos nos EUA em caso de guerra ⁽²²⁾. A agravar a situação, o sistema comunista continua empenhado num processo de crescimento dos meios convencionais, que aumenta ainda mais a sua supremacia já evidente neste campo. Por outras palavras, os EUA não duvidam da sua capacidade de dissuadir ou conter uma eventual ofensiva comunista até 1954, graças à supremacia nuclear, mas a partir dessa data a situação muda.

A resposta americana a este problema, é a aprovação do NSC 68, em meados de 1950. Trata-se de um documento complexo, base da estratégia americana para a próxima década. A sua perspectiva é a de um confronto político entre sistemas diferentes, onde o essencial para o ocidente é manter a adesão das populações e consolidar o controle das zonas estratégicas do planeta, através de um sistema de alianças formal de que a NATO é o melhor exemplo. O NCS 68 constata que a URSS tem um PNB de cerca de 1/4 do americano, mas possui um nível de despesas militares que não anda muito longe do ocidente. Tal significa que o sistema soviético implica uma mobilização de recursos muito significativa em tempo de paz, o que implica uma reduzida capacidade de crescimento em caso de conflito. Pelo contrário, o sistema ocidental baseia-se num elevado nível de consumo, com um mínimo dos recursos dedicado ao armamento em tempo de paz. Esta relação básica não pode ser alterada, sob pena de mudar a natureza do próprio sistema ocidental, mas o NSC 68 defende que é possível aumentar

(22) *Segundo a avaliação do NSC 68, a URSS podia dispor de 10 a 20 bombas atômicas em 1950, 25 a 45 em meados de 1951, 45 a 90 em meados de 1952 e cerca de 200 em 1954. Considerava-se que com 200 bombas e os novos meios para as transportar, dadas pelo TU-16 e TU-20 entretanto colocados em serviço, era possível infligir sérios estragos nos EUA. A previsão americana era que a URSS adquiria essa capacidade a partir de 1954.*

a percentagem dos recursos económicos empregues na defesa sem fortes efeitos negativos.

Esta é a única forma de reduzir o crescente desequilíbrio de forças que, segundo se pensa, atinge o ponto crítico em 1954, quando a URSS pode aliar uma esmagadora superioridade em meios convencionais à capacidade de provocar sérios estragos nos EUA numa guerra nuclear. O NSC 68 conclui que a URSS não está interessada num conflito até 1954, mas pode ser tentada a iniciar um depois. Até lá, é de esperar a continuação de uma política expansionista nas periferias onde se detectarem condições favoráveis.

O documento examina em seguida as várias respostas possíveis, desde a provocação da guerra antes de 1954 até à submissão à URSS. A conclusão é que o objectivo fundamental da estratégia americana continua a ser a manutenção de um clima favorável ao sistema ocidental nas zonas estratégicas do planeta, com a contenção do comunismo e a dissuasão de um conflito geral. Não se considera possível aplicar uma política ofensiva de provocar a guerra, até porque tal representaria o afastamento dos aliados a curto prazo e, logo, o desfazer da essência do sistema ocidental. Isto significa que o ocidente tem de manter a capacidade de vencer uma guerra prolongada depois de 1954, única forma de assegurar a dissuasão. É ponto assente que um confronto geral implica o uso de armas atómicas desde o primeiro momento e dá-se mesmo a entender que, caso se preveja um ataque russo de forma segura, seria bom que os EUA se antecipassem ⁽²³⁾.

O NSC 68 considera essencial um maior equilíbrio de meios convencionais, pois deixa de se contar com uma supremacia nuclear absoluta a partir de 1954. O documento aponta para um vultuoso programa geral de rearmamento do ocidente a partir de 1950, que será quantificado e desenvolvido em vários anexos. O começo da guerra da Coreia reforça esta conclusão e aumenta a urgência do rearmamento. Nesta perspectiva, um

(23) *"As vantagens militares de dar o primeiro golpe tem aumentado de importância com as armas modernas e este facto obriga-nos a estar-mos atentos, de modo a dar-mos um golpe com todo o nosso poder assim que for-mos atacados e, se possível, antes de receber o primeiro golpe soviético". NSC 68 e actas da 55ª reunião do NSC, a 14 de Abril de 1950. HSTPL, NSC, box 207.*

dos programas mais importantes é a ajuda militar americana orientada para as zonas consideradas estratégicas. A prioridade vai para a Europa.

O NSC 68 conclui também que o crescimento das forças convencionais tem de ser acompanhado pelo aumento da força nuclear americana, única forma de assegurar a manutenção da supremacia relativa a partir de 1954. O SAC recebe a fatia mais grossa do orçamento de defesa americano e o seu crescimento coincide com a introdução de importantes inovações tecnológicas, que criam novas capacidades e alteram a forma como os Açores são encarados.

A partir de 1951, o SAC cria uma força efectiva de bombardeiros a jacto (os B-47) capazes de penetrar nas defesas soviéticas de então. Os B-47 só podem atingir os principais alvos potenciais com o uso de bases avançadas, ou com a utilização do reabastecimento em voo, técnica que começa a ser aplicada operacionalmente desde 1949 ⁽²⁴⁾.

Os planos de guerra do SAC são revistos em 1950, de modo a adaptarem-se ao facto de pela primeira vez existir um arsenal nuclear significativo a novas capacidades para a sua utilização. Nesse ano é aprovado o plano "offtackle". Na prática, o SAC pensa em termos de uma ofensiva aérea essencialmente atómica em caso de guerra. A espinha dorsal da nova força passa a ser o B-47 ⁽²⁵⁾, apoiado pelo KC-97 de reabastecimento em voo.

Os planos do SAC implicam o uso de uma rede de bases avançadas e de bases intermédias, a partir das quais possam operar as centenas de aviões cisterna, essenciais para os B-47 cumprirem a sua missão. Em 1954, o SAC conta com 30 bases nos EUA e 11 no ultramar, mas pode ser apoiado por uma imensa rede de 84 bases aéreas no ultramar, das quais só controla 11 em tempo de paz. As principais bases avançadas estão na Inglaterra, Marrocos, Egipto e Líbia, às quais se juntam as bases da Espanha,

(24) *O primeiro avião cisterna americano é o KB-29, uma conversão do bombardeiro B-29 da segunda guerra. Em 1949, estão operacionais dois esquadrões de KB-29 e outros dois começam a receber aviões, criando uma nova capacidade que cresce muito rapidamente.*

(25) *Em 1954, existe já uma frota de 795 B-47 e 209 B-36, apoiados por cerca de 700 aviões-tanque para reabastecimento em voo - 91 KB-29 e 592 KC-97.*

a partir de 1954. As bases intermédias, de onde opera a frota de aviões cisterna, estão principalmente no Canadá, Gronelândia, Islândia, Inglaterra, Açores e Norte de África. Em resumo, nos novos planos, a importância dos Açores mantém-se em termos da ofensiva aérea estratégica, embora agora a sua utilização seja pensada de forma diferente. Os Açores passam a ter uma nova função: importante base de aviões cisterna. Mais uma vez a evolução técnica mudou a forma de usar os Açores, mas sem uma diminuição do seu peso relativo.

O crescimento das forças convencionais na Europa é muito rápido a partir de 1950, na aplicação das decisões do NSC 68. Nesta perspectiva a importância dos Açores também aumenta, pois embora os novos aviões de transporte - como o C-124 ou o C-97 - possam levar uma carga útil para a Europa sem escala, as ilhas portuguesas continuam a dar flexibilidade às pontes aéreas para a Europa e são ainda essenciais para as pontes aéreas para o Norte de África.

Finalmente, na primeira metade dos anos cinquenta os Açores readquirem significado em termos de base anti-submarina, aspecto que pouco importava desde 1944. A URSS cria, entre 1950 e 1955, uma efectiva capacidade de desenvolver uma guerra submarina no Atlântico. O esforço russo é imenso, numa escala nunca antes ensaiada em tempo de paz. Basta aqui referir, que as novas classes de submarinos oceânicos começam a aparecer em 1950 e, passados 6 anos, já cerca de 250 unidades foram lançadas à água ⁽²⁶⁾. Devido a este esforço, a marinha americana considera os Açores a partir de 1953 como uma base anti-submarina de primeira importância, vertente que estava esquecida desde a segunda guerra.

Em resumo, podemos afirmar que, na altura da formação da NATO, a importância dos Açores:

- se mantém pelo seu contributo para a ofensiva aérea estratégica, essencialmente como base de aviões cisternas;
- se mantém enquanto placa giratória das essenciais pontes aéreas, que materializam o sistema logístico dos planos de guerra;
- aumenta substancialmente em termos da luta anti-submarina.

(26) São os famosos "Whiskey" - 236 unidades em 1950-1957 - e "Zulu" - 26 unidades em 1953-1955, classes capazes de operar no Atlântico.

Os JCS continuam a classifica-los como base essencial ⁽²⁷⁾ e atribuem a prioridade máxima à obtenção de direitos nas ilhas em tempo de paz.

VI - A NOVA APROXIMAÇÃO AMERICANA À EUROPA

Com a NATO, muda a tática de aproximação dos EUA em relação à Europa, em geral, e a Portugal, em particular. Os objectivos essenciais dos americanos na primeira fase da NATO são dois: usar a organização para criar um sistema integrado da Europa Ocidental, o que implica ultrapassar as divergências francesas em relação ao rearmamento alemão; obter com a sua ajuda a rede de bases essencial para os seus próprios planos estratégicos. Ambos os objectivos são alcançados em quatro anos.

Devemos esclarecer que este facto não se deve a um especial maquiavelismo ou habilidade dos EUA. Deve-se sim à lógica interna dos sistemas globais criados na guerra fria, com uma complexidade, nível técnico e dimensão que os coloca acima dos recursos disponíveis dos poderes europeus. Os EUA, neste campo, limitam-se a aplicar esta lógica no desenvolvimento de uma dissuasão crível para o ocidente. Quando o fazem, como repetem muitas vezes, estão a beneficiar a Europa e a suportar um nível de despesas com a defesa superior; no entanto, como nunca dizem, estão também a impedir o desenvolvimento das estratégias autónomas da Europa. Até 1956, o processo é conduzido sem provocar conflitos de maior. A partir daí, os atritos multiplicam-se a todos os níveis e chegam a pontos de rotura parcial no caso da França e de Portugal.

O processo é lento e passa por várias etapas. Os EUA começam

(27) *Como exemplo, citamos somente um documento do Março de 1949, onde o Office of European Affairs do SD refere que os militares classificam as bases nos Açores de "primary importance", e o SD considera que a obtenção dos direitos de longo prazo é o aspecto principal das relações com Portugal. Memorando interno do SD, a 31 de Março de 1949. NA 711.53/3-3149.*

por fazer aprovar a tese de que é necessária uma organização militar permanente da NATO, não sendo suficientes as garantias políticas ou a preparação de planos; em Maio de 1950, na cimeira de Londres, conseguem já levar para diante a ideia da existência de "forças nacionais desequilibradas", desde que tal contribua para a formação de "forças da NATO equilibradas", bem como a criação de um "standing group" permanente, que coordena a actividade de planeamento dos 5 grupos regionais; na cimeira de Nova York, em Setembro de 1950, fazem aprovar a formação de um comando militar unificado permanente e a necessidade de um grande aumento das forças convencionais, o que é a aplicação das conclusões dos NSC 68 à NATO; na cimeira de Bruxelas, em Dezembro desse ano, é criado o SHAPE, como comando aliado supremo da Europa, dirigido pelo general Eisenhower, ao qual se devem subordinar as forças nacionais ligadas à NATO.

Tal como os EUA esperavam, os primeiros planos provam aos relutantes países europeus que uma defesa convencional minimamente crível exige o rearmamento da Alemanha. Mais tarde, os EUA, conseguem fazer aceitar a ideia de um rearmamento alemão independente e integrado na NATO, quando a noção francesa de um exército europeu comum não consegue ser aplicada. A única tese que os EUA não conseguem que seja aceite pelos aliados europeus, é a entrada da Espanha na NATO, mas o facto perde importância a partir de 1953, quando Washington assina um conjunto de acordos bilaterais com Madrid, através dos quais obtém as bases aéreas e navais de que necessita.

A NATO é um veículo ideal para aplicar as conclusões do NSC 68, pois os países europeus reconhecem a fraqueza própria e estão desejosos de aproveitar a ajuda militar americana. Para compreender melhor a pequena margem de manobra europeia quando da formação da NATO, basta recordar que as forças convencionais à sua disposição na Europa em 1949/1950 equivalem a cerca de 12-15 divisões. Obviamente, com estes meios materiais, o único plano possível é uma retirada gradual para as penínsulas periféricas, o que é justamente contemplado no chamado "Short Term Defence Plan", elaborado em 1950. Já o "Medium Term Defence Plan", então preparado, aponta para a defesa da Alemanha e da linha do Reno, mas tal só é possível com o crescimento das forças convencionais possibilitado pela ajuda americana através do MDAP.

VII - O FALHANÇO DA APROXIMAÇÃO DIRECTA A PORTUGAL

A forma como os militares americanos encaram, em 1949, o contributo de Portugal para a NATO fica patente na reunião dos adidos militares dos EUA na Europa, realizada em Frankfurt, onde cada um apresenta um relatório sobre a situação do respectivo país no que diz respeito à defesa. O coronel Frank Miter refere que o único valor real de Portugal é a sua posição geográfica, pois as forças armadas "estão no geral mal treinadas, mal dirigidas e com equipamento obsoleto, pelo que é de esperar que só sejam capazes de manter a ordem interna ou de apresentar uma resistência meramente simbólica" ⁽²⁸⁾.

A tendência natural dos militares americanos é para, assim que se forma a NATO, renovarem de imediato o pedido de bases nos Açores. São os diplomatas que moderam estes instintos. William Dunham, sub-secretário do SD, sublinha nomeadamente que não é a altura de abandonar a aproximação cautelosa em relação às Lajes, pois os efeitos da NATO ainda não se fizeram sentir. A recomendação dos diplomatas é que na fase inicial não se faça qualquer pedido que possa mostrar as intenções de permanecer nos Açores por um prazo longo, pois os portugueses vão estar especialmente atentos a essa aproximação ⁽²⁹⁾.

A moderação dos militares não dura muito. Em Agosto, os JCS tornam a insistir junto do SD sobre a necessidade urgente de obter direitos para bases permanentes na Gronelândia, Açores, Marrocos e Islândia, bem como de melhorar e alargar as bases cedidas pela Inglaterra no Egipto e Aden. Por detrás desta pressão está a revisão dos planos de guerra do SAC. Os JCS recomendam em especial que se devem aproveitar os programas de ajuda militar aos países da NATO para obter os direitos pretendidos e pedem que os casos especialmente urgentes, entre os quais se contam os

(28) *Relatório do coronel Frank Miter na reunião de adidos militares americanos na Europa, a 27 de Maio de 1949. NA P&O 092 Europe F/W 17/2.*

(29) *Memorando interno de William Dunham, a 25 de Maio de 1949. NA Correspondence of William Dunha, RG 84.*

Açores, sejam cobertos por acordos bilaterais imediatos ⁽³⁰⁾. Pela primeira vez, é igualmente sugerido que se use o próprio texto do Pacto para obter o enquadramento político, nomeadamente o seu artigo III, onde se refere que os países signatários tem a obrigação de se ajudarem mutuamente a cumprir as missões de defesa.

Na realidade, o programa de ajuda militar americano é substancial. A verba inicial é de mais de 1 bilhão de dólares, que não tarda a ser aumentada para 4 bilhões, quando estala a guerra da Coreia. O MDAP é criado para gerir o programa. O secretário da Defesa, numa altura em que ainda está em estudo um acordo tipo para o MDAP, torna a referir num memorando interno que é útil negociar simultaneamente com cada país os direitos militares especificados no JCS 570/120, o documento onde se descreve a rede de bases americanas pretendidas no ultramar ⁽³¹⁾.

O SD concorda com a tática geral proposta, mas acha que se tem de estudar cuidadosamente a situação país a país. Os dois departamentos decidem, em Outubro de 1949, criar uma equipa conjunta para as negociações, devendo ser ela a elaborar as táticas particulares.

Os diplomatas duvidam que um esforço directo deste tipo, feito numa altura em que a NATO nem sequer tem organização permanente, possa ser bem sucedido. No entanto, a forte pressão dos militares em relação aos Açores leva-os a fazer uma tentativa imediata, possivelmente para convencer o Departamento da Defesa que é necessária alguma paciência. Em Outubro de 1949, o SD faz uma sondagem experimental junto de Pedro Teotónio Pereira, embaixador em Washington. Com alguma habilidade, Achilles começa por referir a "grande importância" que os militares americanos dão aos Açores, para depois lançar a vaga ideia de um "novo acordo", abrangido pela "filosofia da NATO"; ao mesmo tempo, pede a instalação de uma nova estação de rádio na Terceira e de um sistema de navegação Loran nos Açores. A resposta de Pedro Teotónio Pereira é cautelosa, pois conhece as opiniões firmes de Salazar neste delicado campo. O embaixador limita-se

(31) *Anexo ao relatório do Departamento da Defesa sobre o programa de ajuda militar - MDAP. FRUS, 1949, vol. I pp. 258-261.*

(31) *Memorando do Secretário da Defesa a 3 de Outubro de 1949. NA CCS 360 Sec. 40.*

a referir que seria útil que se formasse um sub-grupo no grupo do Atlântico Norte (o único grupo regional de planeamento da NATO em que Portugal participa) para discutir esta questão e diz preferir negociações bilaterais com os EUA, sem envolver países como a França ou o Canadá ⁽³²⁾.

As afirmações do embaixador português são a defesa da política seguida pelo país na NATO, na altura em que a jovem organização prepara os planos de defesa da Europa. Lisboa adopta a política de procurar o alargamento do standing group, de modo a que este tenha uma representação rotativa dos pequenos países, e só aceita participar na actividade do grupo regional do Atlântico Norte. Simplesmente, este grupo é o mais vasto de todos com 10 países, só deixando de fora a Itália e o Luxemburgo. Portugal tenta promover a formação de um sub-grupo que se ocupe exclusivamente da zona da Península e ilhas atlânticas. Esta tática tem dois objectivos: levar a NATO a fazer planos específicos para a defesa da Península e esperar que estes provem que é necessária alguma forma de participação da Espanha, de modo a vencer a resistência dos países europeus.

Os EUA, obviamente, só parcialmente aceitam a tática portuguesa. Por um lado, interessa-lhes abarcar nos planos o espaço atlântico português, de modo a que estes provem que são necessárias as bases nos Açores; por outro, não querem desenvolver planos específicos para a defesa da Península, até porque sabem que estes concluiriam que a participação da Espanha era necessária e iriam provocar um conflito interno na NATO.

Na segunda reunião do Comité Militar da NATO, feita em Paris, em Novembro de 1949, os EUA aceitam formar um sub-grupo de planeamento no grupo de Atlântico Norte que desenvolva planos para áreas não cobertas, nomeadamente Portugal (Açores e Madeira incluídos), coordenado por eles. Simplesmente, a posição americana no sub-grupo será a de defender que a NATO estabeleceu como prioridade desenvolver planos para a defesa da Europa perto da fronteira, pelo que não faz sentido estudar em separado a defesa de uma zona continental da retaguarda, como é o caso da Península; o que tem de se fazer, é estudar a inserção do espaço português nos planos

(32) *Relato de Pedro Teotónio Pereira da conversa no SD, a 12 de Outubro de 1949. ANTT AOS/CO/NE-17-1. O relato de Achilles é ligeiramente diferente.*

para a Europa, e é aqui que as ilhas surgem com uma especial importância. Por outras palavras, os EUA aceitam formalmente a proposta portuguesa e, argumentando com as obrigações gerais da NATO, transformam-na no seu contrário.

É esta a situação quando os diplomatas americanos resolvem fazer uma tentativa directa de obter bases nos Açores, num momento concreto que não é dos mais felizes, até porque Portugal já se apercebeu que os EUA não vão preparar planos para a Península. MacVeagh pede o prolongamento do acordo de 1948 enquanto durar a NATO, colocando-o num âmbito exclusivamente bilateral, como Pedro Teotónio Pereira tinha referido.

A tentativa é prematura e a resposta portuguesa é negativa. A verdadeira razão desta é explicada numa carta pessoal de Salazar a Pedro Teotónio Pereira, escrita sem preocupações de protocolo. Segundo o presidente do Conselho, tinha-se deixado claro que não se permitia o estabelecimento de bases em tempo de paz; na sua opinião, a formação da NATO devia levar os americanos a dispensarem as facilidades nos Açores, passando-as exclusivamente para os portugueses; mesmo a estação de rádio e o posto Loran, só podem ser aceites se forem operados por pessoal português; ora os EUA não só querem eternizar a sua presença, como mostram desejar excluir qualquer outra potência dos Açores, o que é um ataque directo à Inglaterra, atitude que já se detectava durante a segunda guerra. Finalmente, o dirigente máximo português mostra-se ressentido porque as discussões havidas no sub-grupo regional E-1 (o sub-grupo do Atlântico Norte atrás referido) provam que os EUA não pensam em Portugal continental e só se preocupam com os Açores ⁽³³⁾.

Com a recusa formal portuguesa, todo o assunto volta à estaca zero. Os diplomatas americanos mostraram que tinham razão e podem agora obrigar a aplicar à tática de aproximação indirecta, mais lenta, mas mais segura. Curiosamente, é a Inglaterra que - por iniciativa própria ou em resposta a um pedido americano - procura desfazer a má impressão

(33) *Carta pessoal de Oliveira Salazar a Pedro Teotónio Pereira, datada de 26 de Dezembro de 1949. ANTT AOS/CO/NE-18-1.*

inicial, de modo a que o processo possa recomeçar noutra base. É Sir Nigel - o embaixador da Inglaterra em Lisboa - que faz uma diligência nesse sentido, numa conversa com o embaixador António de Faria, onde aplaude o que considera ser a decisão portuguesa de não aceitar contactos bilaterais sobre os Açores, colocando todo o problema no sub-grupo da NATO, onde a Inglaterra está representada; acrescenta, que a Inglaterra não queria levantar a questão dos Açores na NATO desde já, tendo sido por causa da pressão dos militares que tal se fez, tudo no tom de quem apresenta uma desculpa não-oficial ⁽³⁴⁾.

Quase na mesma altura Caeiro da Matta, numa carta ao embaixador americano MacVeagh, afirma que Portugal prefere que a questão dos Açores seja tratada no âmbito dos organismos da NATO num plano multilateral, excluindo a aproximação bilateral, ao contrário do que Pedro Teotónio Pereira defendeu ⁽³⁵⁾. De qualquer modo, sublinha o MNEP, Portugal não aceita "em tempo de paz a existência de bases militares estrangeiras em território nacional", frase que deve ser repetida pela milionésima vez.

VIII - DO "IMPENSÁVEL" AO NATURAL - AS NOVAS CONDIÇÕES APLICADAS AOS AÇORES

Falhada a aproximação directa, os EUA vão tentar outra, utilizando desta vez uma actuação coordenada entre os organismos próprios e os criados pela NATO. É Theo Xanthaky - personagem chave em todo este processo - que faz o movimento inicial dentro da nova táctica. A iniciativa surge quando Santos Costa é convidado para um almoço na embaixada americana. No fim, Xanthaky chama-o de parte e, num tom de grande confiança, defende uma série de teses que sabe coincidirem com o pensamento de Santos Costa: a guerra "pode estalar de um momento para o outro";

(34) *Relato do embaixador António de Faria, relativo à conversa com Sir Nigel, a 30 de Janeiro de 1950. ANTT AOS/CO/NE-18-1.*

(35) *Carta de Caeiro da Matta a MacVeagh, a 10 de Fevereiro de 1950. AMNE RNP P. 33.221.*

os EUA tem que manter a aliança da Europa, pelo que não podem aceitar as propostas portuguesas sobre os planos para a Península e a Espanha, embora, no fundo, concordem com elas; na guerra que vai estalar, a Rússia ataca por cima do pólo, enquanto os EUA retaliam a partir do Norte de África, o que torna os Açores especialmente importantes; passado o perigo de guerra, Portugal pode ter a certeza absoluta que os EUA não tem qualquer ambição em relação aos Açores ⁽³⁶⁾.

A aproximação de Xanthaky é muito hábil, não só pelo que diz, mas por ter escolhido Santos Costa, como canal directo para os militares e Salazar, com exclusão dos diplomatas. Quase na mesma altura, o ministro da defesa português mantém uma outra conversa com Nicolau Franco, que é relatada a Salazar na mesma carta, mostrando como ambas formam uma unidade na mente de Santos Costa. O embaixador espanhol acredita também que a guerra está para breve e diz que a Espanha gostava de explorar a hipótese de um acordo de defesa a três - Portugal, Espanha, EUA - para a Península; acrescenta que é interesse da Península não se envolver na primeira fase do conflito - que consistiria no inevitável avanço russo até aos Pirinéus - guardando-se para depois avaliar a situação e "estabelecer o preço" para uma eventual participação. "Esta ideia não me parece insensata", conclui Santos Costa.

é este enquadramento que explica a atitude futura dos militares portugueses. A maior parte deles, a começar por Santos Costa, acredita na perspectiva de uma guerra a curto prazo, pelo que o rearmamento é essencial. A ideia vigente, em 1950, é a da defesa da Península numa segunda fase da guerra na linha estática nos Pirinéus. A aproximação americana em relação aos Açores, tal como foi exposta por Xanthaky e as ideias defendidas por Nicolau Franco, abrem duas possibilidades nesta perspectiva, interligadas na mente de Santos Costa: a de conseguir simultaneamente o rearmamento e um acordo a três para a defesa da Península, em troca da cedência de bases nos Açores, que tinha de estar associada à permanência americana em tempo de paz durante mais uns anos. É normal que o problema

(36) *Carta de Santos Costa de 10 de Fevereiro de 1950, enviada em mão a Salazar. ANTT AOS/CO/NE-18-1.*

tenha sido discutido directamente entre Santos Costa e Salazar, no seguimento da carta pessoal do primeiro acima referida, mas não encontramos documentos que o provem. O que sabemos sem margem para dúvida, é que Salazar muda de atitude em relação aos Açores a partir de meados de 1950 e dá grande margem de manobra a Santos Costa na condução do processo, permitindo e facilitando um verdadeiro curto-circuito dos diplomatas. A tática de Salazar é fácil de compreender: se os contactos dos militares - ou antes, de Santos Costa - junto dos americanos e de Madrid conduzirem a alguma coisa de útil, óptimo; caso contrário, é sempre possível dizer que se tratava de uma iniciativa pessoal não vinculativa.

Os americanos, quando se apercebem da nova tendência, que Xanthaky muito bem fomentou, exploram a oportunidade, embora, obviamente, a última coisa que pretendam seja preparar planos a três para defender a Península. Todo o problema se prende com a política americana em relação à Espanha, assunto que não podemos desenvolver aqui. Basta referir que é justamente nesta altura que a política dos EUA em relação à Espanha se altera. O NSC concorda que a política até aí seguida de tentar provocar mudanças internas no país vizinho não leva a nada de útil. O Departamento da Defesa passa a conduzir contactos directos com os militares espanhóis, tendo em vista um eventual acordo de defesa fora do âmbito da NATO. A Espanha, por seu lado, há muito que deseja uma aproximação com os EUA e uma das vias que procura explorar é a de um acordo a três com Portugal, tal como Nicolau Franco referiu a Santos Costa. Simplesmente, assim que se concretiza a aproximação inicial com os EUA, a Espanha é a primeira a dizer que prefere um acordo a dois. Portugal serviu meramente para facilitar o primeiro passo.

Os militares portugueses entretanto envolvem-se no planeamento da NATO, nomeadamente no âmbito do sub-grupo E-1. Os representantes dos EUA no sub-grupo, no cumprimento das suas instruções, salientam a importância dos Açores na defesa geral da Europa, mas referem que as ilhas só são significativas como base aeronaval, não exigindo grandes forças para a defesa local, pois a URSS não pode lançar um ataque directo contra elas. Os militares portugueses defendem, pelo contrário, um reforço dos meios de defesa próprios das ilhas e procuram fazer aceitar a ideia de que a URSS pode tentar um golpe de mão contra a Península logo na primeira

fase da guerra. O seu objectivo, é fazer aprovar o aumento dos meios de defesa locais das ilhas e da Península, bem como o envolvimento da Espanha, de modo a valorizar os vectores que são controlados por Portugal. A perspectiva mais geral portuguesa é dada por Santos Costa, quando afirma numa carta a Salazar, que não acredita na capacidade de resistência da França, pelo que os russos devem chegar aos Pirinéus em poucas semanas, sendo necessário preparar urgentemente o rearmamento das forças portuguesas⁽³⁷⁾. O ministro resume a sua visão numa frase curta: "A guerra pode realmente estalar de um momento para o outro. Se os russos a não fizerem antes de 1954, podem os anglo-saxões desejar faze-la". Santos Costa mostra também ter consciência da total falta de preparação das forças portuguesas para uma guerra, como refere noutra carta: "não haja ilusões. O que está não serve para a hipótese. O Ministro da Guerra, pelo menos este Ministro da Guerra, não pode mais"⁽³⁸⁾.

Os EUA apercebem-se da mudança verificada no sentimento português e adoptam uma nova táctica, coordenada através de reuniões entre os diplomatas e os militares em começos de Abril de 1950. Nelas, em primeiro lugar, os JCS reafirmam que consideram a obtenção de direitos de longo prazo nos Açores como "essencial para a segurança dos EUA". Em segundo lugar, é constatado que Portugal parece preferir contactos bilaterais no âmbito da NATO. A situação exige uma aproximação multifacetada e são tomadas várias decisões nesse sentido: manter os contactos com os militares portugueses no âmbito dos planos de defesa da NATO; os representantes dos EUA no grupo de planeamento regional que abarca os Açores devem preparar planos que apontem para a necessidade de desenvolver as facilidades dos Açores; deve-se salientar que os planos da NATO são a única forma de defender Portugal continental, nomeadamente porque não é possível explorar no âmbito da NATO um envolvimento da Espanha, ao contrário do que os EUA gostariam de fazer; no entanto, os portugueses serão informados dos contactos paralelos com a Espanha, de modo a cobrir essa sua preocupação, mas afastando-a do cenário NATO; deve-se procurar ligar os Açores à concessão de ajuda militar, podendo-

(37) *Carta de 13 de Fevereiro de 1950. ANTT AOS/CO/NE-17.*

(38) *Carta de Santos Costa a Salazar, a 24 de Março de 1950. ANTT AOS/CO/NE-17-1.*

-se ser "generoso" neste campo; finalmente, deve-se sempre sublinhar que os Açores são "um contributo inestimável para a defesa e segurança, não só de Portugal e dos EUA, mas também dos outros membros da NATO", sem nunca esquecer que os portugueses são muito sensíveis no seu orgulho ⁽³⁹⁾.

Verificamos assim que, por razões e circuitos muito diferentes, Portugal e os EUA chegam a conclusões comuns em Abril de 1950. Ambos aceitam que a questão dos Açores deve passar principalmente para discussões de carácter militar, num conjunto complexo onde se misturam os receios de uma guerra a curto prazo, o planeamento da NATO, o rearmamento português e o envolvimento da Espanha.

A partir deste momento, todo o processo é previsível e quase automático. Decorre principalmente no âmbito militar e está dependente de três actuações paralelas, que só vamos referir de forma resumida: o amadurecimento dos planos da NATO, a preparação da ajuda militar a Portugal e os contactos entre os EUA e a Espanha.

Os EUA começam por aguardar que os planos regionais da NATO para o Atlântico estejam aprovados antes de tornar a levantar o problema dos Açores. Os JCS recordam aos representantes americanos na NATO que os planos militares conjuntos devem reproduzir as necessidades previstas nos planos de guerra dos EUA, de modo a facilitar as negociações bilaterais que entretanto se desenvolvem com os vários países ⁽⁴⁰⁾. Na realidade, esta repetição de instruções anteriores era inútil e foi seguida demasiado à letra. Mais tarde, os próprios JCS tem de lembrar aos representantes americanos na NATO que, nos planos a desenvolver, deve haver a preocupação de seguir o espírito e a terminologia geral da NATO, sem se reproduzir meramente a lista dos direitos pretendidos pelos EUA, como aconteceu em certos casos ⁽⁴¹⁾.

(39) *Memorando resumo das decisões das reuniões conjuntas Defesa-Departamento de Estado, a 19 de Abril de 1950. NA CCS 360 Sec. 42.*

(40) *Memorando dos JCS para o Secretário da Defesa de 17 de Outubro de 1950, onde se reproduz a rede de bases pretendida pelos EUA, de acordo com JCS 570/120. NA JCS 570.*

(41) *Memorando dos JCS de 20 de Dezembro de 1950. NA JCS 570.*

Paralelamente, os EUA criam um MAAG ⁽⁴²⁾ em Lisboa e iniciam o programa de ajuda militar ao país. Uma primeira missão militar americana segue para Lisboa em Agosto de 1950, passando antes por Londres para coordenar a sua acção com o MDAP para a Europa. Portugal é um dos 9 países abrangidos pela ajuda militar do ano fiscal de 1951.

A missão americana fica em Lisboa até fins de Setembro. Acaba por propor um programa de ajuda militar onde se valoriza sobretudo a marinha e a força aérea, ao contrário do que os portugueses pretendem: a proposta inicial é para uma ajuda de 40 milhões de dólares para o exército, 65 para a marinha e 40 para a força aérea. Do lado português, é Santos Costa que dirige as negociações, tendo garantido que Portugal podia fornecer 5 divisões prontas a combater, mas acrescentando que, devido aos acordos com a Espanha, as forças nacionais não podem ser deslocadas para fora da Península até ser clarificada a relação entre a Espanha e a NATO ⁽⁴³⁾. Os americanos devem-se ter rido com a afirmação de que Portugal podia fornecer 5 divisões prontas a combater, quando sabiam que nem sequer uma divisão moderna se consegue formar, mas nada dizem, do mesmo modo que não contestam a afirmação de Santos Costa sobre as obrigações em relação à Espanha. Nesta fase inicial, limitam-se a aprovar um plano potencial de ajuda militar que favorece principalmente a marinha e a força aérea, sectores algo esquecidos por Santos Costa, deixando a questão da Espanha para ser esclarecida futuramente. Claro, que a concretização efectiva da ajuda americana está dependente dos planos da NATO e, em particular, da questão dos Açores...

Nestas duas iniciativas americanas paralelas temos exemplificada

(42) *O MAAG era a equipa do MDAP em cada país. Teoricamente competia-lhe verificar que o armamento cedido pela ajuda americana era utilizado de forma efectiva. Na prática, especialmente no caso dos pequenos países, o MAAG era o verdadeiro centro de modernização e reestruturação das forças armadas, desempenhando também uma função muito importante no enquadramento político da alta hierarquia militar.*

(43) *Memorando do MDAP sobre Portugal, a 15 de Outubro de 1950. NA 753.5-MAP/ /9-1450. Mais uma vez se verifica que a táctica portuguesa subordina de forma real e efectiva as relações entre Portugal e aos EUA às relações entre os EUA e a Espanha, de uma forma que beneficia claramente o país vizinho.*

a flexibilidade que o novo sistema permite. Os EUA podiam desenvolver uma política no âmbito multilateral (NATO) e outra exclusivamente bilateral, visando o mesmo objectivo, mas por caminhos diferentes. Para a sua coordenação, forma-se em fins de 1950 um grupo encarregado de estudar a tática para os Açores, com representantes do SD, do Office do Secretary of Defence e do Special Assistant of the Secretary para assuntos de segurança nacional. A nível de Lisboa, a responsabilidade pelos contactos com os militares em toda a primeira fase pertence à equipa do MAAG, ajudada por Theo Xanthaky⁽⁴⁴⁾.

O processo decorre rapidamente. Em primeiro lugar, os EUA fazem aprovar pelo *Military Committee* e o *Standing Group* da NATO que há uma necessidade para bases nas Lajes e em Santa Maria. Depois, é aprovado no planeamento regional que qualquer acordo bilateral feito no âmbito da NATO se mantém válido até que o Conselho determine que as facilidades previstas já não são necessárias. em terceiro lugar, é o North Atlantic Planning Group que aprova igualmente que os planos de defesa para a zona aconselham a abertura de negociações bilaterais entre Portugal e os EUA para as bases nos Açores. Finalmente, forma-se oficialmente o MAAG de Lisboa em começos de 1951, tendo o brigadeiro-general Frank Camm como primeiro director, com a missão oficial de acompanhar o programa de ajuda militar a Portugal, mas a real missão de moldar as forças armadas portuguesas às necessidades dos planos de guerra, abandonando as pretensões irrealistas de Santos Costa em relação ao "exército de massas".

Perante esta máquina coordenada e bem informada, o aspecto do lado português não é famoso. A coordenação é assegurada por Salazar, que permanece nos bastidores, mas se mantém informado directamente de tudo que diz respeito aos Açores⁽⁴⁵⁾. No entanto, abaixo de Salazar, o

(44) *Theo Xanthaky é um dos representantes da "intelligence" americana em Portugal, com o cargo oficial de "special assistant" do embaixador. Domina perfeitamente o português e é o único americano que acompanha todo o processo de negociações dos Açores, tanto na fase militar como na diplomática. É difícil dizer em que medida a tática americana aplicada em Lisboa se deve a ele ou a MacVeagh, o diplomata "das grandes crises", mas é certo que Theo Xanthaky tem uma importante participação.*

(45) *Muitas vezes através de pequenos cartões manuscritos de Santos Costa, quando não havia ocasião para um contacto directo.*

que prevalece é a rivalidade e a divisão, com visões muito diferentes e informações parciais e mal coordenadas.

Santos Costa contacta em fins de 1950 com MacVeagh e é ele que propõe que, no âmbito dos planos aprovados pela NATO, se iniciem conversações para um novo acordo "bilateral" a respeito dos Açores. Oralmente, e numa atitude que é uma demonstração de poder pessoal, Santos Costa dá mesma autorização para que se construam mais 400.000 pés quadrados de pista nas Lajes, bem como para novos depósitos, armazéns e obras nos portos dos Açores, tudo coisas há muito pedidas pelos EUA, mas até aí recusadas. O ministro pede ainda explicitamente que toda a correspondência relativa às Lajes lhe seja enviada directamente, sem passar pelo MNE ⁽⁴⁶⁾.

Mais tarde, Santos Costa vai mais longe e, numa carta pessoal ao secretário de Estado George Marshall, sugere que os EUA lhe mandem sempre, e a título particular, as propostas referentes aos Açores, de modo a ele dar uma opinião antes de estas serem apresentadas oficialmente ⁽⁴⁷⁾. A iniciativa de Santos Costa transfere toda a fase inicial das negociações sobre os Açores para o seu exclusivo âmbito, pondo de parte o MNE. Na realidade, no fim do processo, Paulo Cunha manda uma carta ao poderoso ministro onde confessa que "nada sabe" sobre o que se passa em relação aos Açores ⁽⁴⁸⁾. Esta evolução é muito curiosa, pois não há dúvidas que os mais pequenos passos de Santos Costa são combinados com Salazar. Tudo se passa como se o responsável máximo português, tendo decidido mudar a política em relação aos Açores, resolvesse ele próprio fazer o curto circuito dos diplomatas.

As negociações decorrem rapidamente, com um acompanhamento directo de Santos Costa. Começa por se decidir que a primeira questão a tratar seriam os aspectos da defesa, de modo a só se chamarem os diplomatas depois de haver um acordo. Em Fevereiro de 1951, chega a Lisboa

(46) *Relato de MacVeagh, a 8 de Novembro de 1950. NA Correspondence of William Dunham.*

(47) *Memorando do SD de 6 de Fevereiro de 1951. NA RG 84.*

(48) *Carta de 28 de Junho de 1951. AMNE RNP P.33.221.*

a equipa americana, dirigida pelo brigadeiro James Selser ⁽⁴⁹⁾ e composta por representantes dos vários serviços militares.

Do lado português, a política a seguir é determinada pelas instruções de Salazar a Santos Costa. Segundo estas, o enquadramento geral deve ser dado por um acordo político, que remete para os princípios e filosofia geral da NATO; dentro deste contexto, os pontos concretos serão cobertos por um acordo de defesa bilateral, com anexos secretos. Aceita-se um alargamento muito substancial das instalações da força aérea e da marinha nos Açores, bem como a continuação da presença americana em tempo de paz, embora esta seja entendida como uma solução de curto prazo, que acaba teoricamente quando os técnicos portugueses estiverem formados.

A proposta de texto do acordo de defesa foi aparentemente redigida pelo próprio Salazar e profusamente emendada por ele nas negociações conduzidas por Santos Costa ⁽⁵⁰⁾. O que surpreende os americanos é que as concessões iniciais portuguesas são muito mais amplas do que eles esperavam e seguem à letra as recomendações dos organismos de planeamento da NATO, mostrando as vantagens da aproximação indirecta. Portugal concede à partida o uso de bases nos Açores em caso de guerra em que estejam envolvidos, durante a vigência da NATO (art. 1) e enquadra todo o acordo dentro da filosofia da organização multilateral. Concede ainda o armazenamento de materiais (art. 7) e o trânsito pelas Lajes de "aviões militares dos EUA que executem missões nos quadros da OTAN" (art. 10), tudo enquanto durar a NATO. O que é mais surpreendente é que não se prevê nenhum mecanismo de denúncia que possa ser usado por Portugal - para além da eventual saída da NATO. Só os EUA podem "em qualquer momento renunciar às concessões" (art. 8).

Esta formulação cobre a existência de bases americanas nos Açores em tempo de guerra, bem como o seu uso em tempo de paz nas

(49) *James Selser é significativamente um oficial do SAC - Strategic Air Command. A sua escolha revela a principal preocupação americana em relação aos Açores nesta altura é o seu uso pelas forças nucleares estratégicas, em caso de guerra.*

(50) *No arquivo Salazar existe um manuscrito com a proposta de texto inicial em versões posteriores dactilografadas e emendadas na margem pela original letra do Presidente do Conselho.*

missões previstas pela NATO, inclusive o treino combinado - subordinado a um acordo prévio entre os ministros da Defesa. Fica em aberto a permanência americana nos Açores em tempo de paz, embora se torne evidente que as funções previstas a exigem de um ponto de vista meramente lógico. O prazo em que se autoriza a permanência em tempo de paz é justamente um dos pontos mais discutidos.

Santos Costa mostra-se disposto a concessões, mas Salazar exige um prazo inicial curto. A sua proposta é que só se aceite a permanência americana até 1954, ano chave no planeamento da NATO - na realidade é o ano de transição previsto no NSC 68, como já vimos. A partir de 1954, segundo Salazar afirma, ou eclode a guerra, ou existe um acordo conducente à pacificação, sendo em qualquer dos casos necessário rever a presença americana nos Açores. É neste ponto que mais se insiste nas instruções para Santos Costa: "Em principio, não repugna que no acordo se reconheça a possibilidade de utilização da base das Lajes para o caso de guerra que surja no período de validade do Pacto do Atlântico e dentro do quadro defensivo encarado por ele (...) Mas não se deveria fazer aquela concessão senão através da aceitação do regime em que a base ficasse insofismavelmente entregue a pessoal português e fosse insofismavelmente evacuada de todo o pessoal americano no prazo convencionado" ⁽⁵¹⁾. É o velho problema, mas agora com uma concessão portuguesa fundamental: permitir o alargamento da base e a presença americana nos próximos anos.

Este é um ponto essencial para os negociadores americanos. Os JCS sabem que a base tem de ser usada assim que estalar um conflito - até antes, no caso de ser necessário um ataque preventivo, que teria de ser apoiado por aviões cisternas -, o que implica duas coisas: as obras de alargamento e instalação de equipamento - que os portugueses aceitam - e a ocupação permanente - que os portugueses só querem autorizar até 1954. O acordo de defesa em si, onde se incluí a quantificação de uma parte do apoio militar americano, não levanta grandes problemas. Na realidade, os pontos mais discutíveis, como seja o de saber se as armas a fornecer

(51) *Nota manuscrita de Salazar para as negociações dos Açores, datada de 29 de Março de 1951. ANTT AOS/CO/NE-18-1.*

podem ou não ser usadas em África, são ultrapassados com formulações vagas, susceptíveis de várias interpretações. Os EUA, por exemplo, nada referem explicitamente nos acordos ou anexos sobre a eventual utilização do armamento fora da zona NATO, mas numa carta oficial dizem que, "evidentemente", se houvesse uma emergência, os EUA não se opunham ao uso do armamento. Ambos os lados aceitam esta formulação, embora "evidentemente" façam leituras diferentes do que está escrito.

É a questão da duração da presença americana em tempo de paz que levanta maiores problemas. Santos Costa parece ter sido uma importante influência junto de Salazar, pois está genuinamente empenhado em que o rearmamento vá para a frente, base da consolidação do seu poder pessoal. O ministro defende a opinião que 1954 é um prazo demasiado curto para as obras planeadas, tudo indicando que sabe perfeitamente que nunca será possível formar os necessários técnicos portugueses para o complexo equipamento instalado pelos americanos, mas prefere não o dizer. Santos Costa mais uma vez assume, com declarado prazer, o papel de "pessoa razoável" nas negociações, dando autorização para as obras nas Lajes começarem mesmo antes destas estarem concluídas, enquanto compete a Salazar fazer o papel de "inflexível".

Concluídas as negociações da "parte técnica" do "Acordo de Defesa", em Julho de 1951, começam então as da "parte política", que envolve os diplomatas. Paulo Cunha ainda tem ocasião de provar que não está dentro das novas realidades, ao repetir a MacVeagh o já muito batido discurso sobre a "soberanas portuguesa" e as "bases em tempo de paz". O embaixador americano percebe o que se passa, e limita-se a explicar pacientemente o novo enquadramento "teórico" do problema: os EUA não queriam uma "base em tempo de paz"; o que queriam, era aplicar as decisões da NATO, onde Portugal participava, que apontavam para os EUA assinarem um acordo bilateral com Portugal de modo a desenvolver bases nos Açores para os fins comuns ⁽⁵²⁾.

Nas discussões finais entre os diplomatas, o único ponto impor-

(52) *Relato de MacVeagh da conversa com Paulo Cunha, datado de 23 de Julho de 1951.*
NA RG 84.

tante em aberto é o da duração da presença americana em tempo de paz. A contra-proposta americana neste campo é uma permanência inicial até 1958. Na fase final das negociações, conduzida por Paulo Cunha, acaba por chegar a uma solução de compromisso, perto da data avançada pelos EUA: Setembro de 1956, com uma tolerância de quatro meses até Janeiro de 1957. Os EUA aceitam este facto como um mal menor, embora saibam perfeitamente que nessa data os técnicos portugueses não estão formados e que entretanto se criaram novas necessidades que vão justificar o pedido de prolongamento do prazo. Concordam, no entanto, com a formulação exigida por Portugal, até porque ela lhes dá tudo o que esperam a curto prazo e mais do que esperam a longo prazo.

IX - PORTUGAL, OS AÇORES E A NATO

Ao longo deste texto procuramos explicar o papel central dos Açores na formação de uma estratégia portuguesa nesta altura e a forma como o país, com o acordo de 1951, acaba por conceder o que tinha repetido à exaustão ser "impossível". Explicamos que esta atitude se tem de enquadrar na alteração da relação estratégica entre os EUA e a Europa nos anos 1948-1951. Dentro desta perspectiva mais ampla, a evolução portuguesa é semelhante à da França, Noruega, Islândia ou Dinamarca. Há no entanto duas importantes diferenças: uma material e de pormenor; outra estratégica e de fundo. Vamos referi-las brevemente.

De um ponto de vista material, pequenos países com dimensões e recursos semelhantes a Portugal, como a Noruega, Islândia ou Dinamarca, assinam igualmente acordos bilaterais com os EUA quase na mesma altura e através de um processo semelhante, mas com contrapartidas claramente expressas. Estes países estão, aliás, entre os mais beneficiados pela ajuda económica e militar americana em termos relativos. Portugal, no entanto, recebe uma das mais pequenas ajudas económicas ou militares no âmbito do plano Marshall e do MDAP. Como o próprio adido militar americano em Lisboa verificaria com surpresa, em meados dos anos cinquenta, o montante da ajuda militar americana a Portugal é inferior ao da Irlanda,

para já não falar da Dinamarca ou da Noruega, apesar dos Açores serem uma das mais importantes - se não a mais importante - base americana no Atlântico. Mesmo a própria Espanha, sem participar na NATO, beneficia de uma ajuda americana superior à portuguesa, em termos absolutos e relativos.

Não há dúvida que esta realidade se deve em grande parte à forma como os responsáveis portugueses encararam o acordo dos Açores de 1951. Este, por um lado, dá importantes direitos a bases em tempo de guerra por um período ilimitado - enquanto durar a NATO -, criando riscos para Portugal e incluindo a sua zona atlântica no dispositivo militar americano de forma "insofismável", como diria Salazar. No entanto, por outro lado, o acordo de 1951 só autoriza uma presença em tempo de paz até Setembro de 1956, sendo todo ele redigido de modo a não criar nenhuma contrapartida directa, que possa ser invocada em termos de "direitos adquiridos" para prolongar essa data. Há assim uma evidente contradição entre as importantes concessões e a falta de um enunciado claro de contrapartidas directas ou indirectas. Esta situação é tanto mais estranha quanto qualquer militar competente sabe em 1951 que, mesmo num prazo de dez anos, não é fisicamente possível criar uma capacidade efectiva portuguesa de gerir os complexos sistemas instalados nos Açores, ligados aos aspectos centrais do aparelho militar americano, desde a guerra nuclear estratégica, até ao apoio às pontes aéreas intercontinentais ou à segurança das vias de comunicação Atlânticas.

Houve, sem dúvida, a preocupação dos responsáveis portugueses de não criar nenhum "pagamento directo" ou a ideia de que se estava a "vender" a soberania nacional. Simplesmente, a forma como isto foi feito, foi a de se adoptar formalmente a fraseologia de uma espécie de tratado de cooperação entre poderes equivalentes, o que não corresponde à realidade. Como consequência, a ajuda concreta americana para a economia e as forças armadas passou a depender essencialmente da boa vontade, ou das decisões de organismos multilaterais. O resultado final, é que Portugal foi dos países europeus que, neste campo, mais deu e menos recebeu.

Este aspecto material esconde um outro, mais significativo, pois tem a ver com uma diferença importante de estratégias: o não aproveitamento do acordo de 1951 para esclarecer a relação política com os EUA,

como os próprios americanos nos propuseram várias vezes. Na realidade, toda a formulação do acordo de 1951 remete directamente para a filosofia da NATO, ou seja de uma ampla organização multilateral de que Portugal é uma pequena parte, e isto apesar de ser um acordo bilateral com os EUA.

Para compreender a opção dos responsáveis portugueses, temos de recordar várias coisas. A primeira, é que a NATO representa o real e efectivo apagar das estratégias autónomas europeias e a sua subordinação às necessidades da criação de um amplo sistema ocidental. De forma gradual e lógica, os EUA conseguem em poucos anos inserir a Europa Ocidental no bloco próprio e desfazer qualquer veleidade de política autónoma. Este processo político é o requisito prévio para a criação de uma força militar efectiva, bastante superior à existente inicialmente, sob a coordenação e direcção dos EUA.

A grande função da NATO na perspectiva americana, não é tanto a de armar a Europa, mas sim a de impedir que ela se refugie numa estratégia autónoma que, mais tarde ou mais cedo, pode desembocar na submissão política à URSS. Os EUA, no entanto, tiveram a preocupação expressa de dar à Europa a autonomia necessária para manter uma atitude própria e diferente fora da zona geográfica da NATO, nomeadamente através de uma política colonial não apoiada - nem combatida nos anos cinquenta - pelos americanos.

Foi esta aproximação complexa que assegurou o sucesso da NATO, permitindo que todos os seus participantes recebessem alguma coisa substancial em troca de concessões significativas. Portugal, neste aspecto, é um caso típico de um país europeu que acaba por ceder o que inicialmente dizia ser impensável, de modo a obter vantagens noutros campos. Algo de semelhante se passa numa escala maior, por exemplo, com a França, que acabará por aceitar as bases no Marrocos e o rearmamento alemão, coisa que dizia ser "impensável" em 1949.

Portugal, não só acaba por ceder ainda mais direitos do que os americanos pediam inicialmente, como muda por completo a lógica da sua política de defesa e a própria estrutura das forças armadas, tudo através de um processo gradual de estímulos sucessivos, onde acabam por se seguir as opções "lógicas". O resultado final é a inserção de Portugal numa estratégia muito diferente do pensamento inicial, embora tal não seja claro

quando se dão isoladamente os pequenos passos que conduzem a esse fim. Examinamos por alto este processo meramente no caso das bases dos Açores, mas não podemos deixar de referir, sem desenvolver aqui o tema, que há uma outra dimensão em que ele é também válido: a política de defesa portuguesa como um todo.

Repetimos que não fazemos um juízo moral sobre este processo e que ele não é bem sucedido por causa de uma especial habilidade ou maquiavelismo americano; é bem sucedido pelo simples, mas inapelável motivo que as estratégias autónomas parciais europeias propostas em 1949 não são críveis. Qualquer militar competente e minimamente conhecedor sabe, por exemplo, que a defesa da fronteira dos Pirinéus numa segunda fase da eventual guerra, com forças mal armadas, treinadas e apoiadas e em posições estáticas, está condenada a um desastre certo. Os EUA limitaram-se a tornar este facto evidente, através principalmente da lógica do planeamento conjunto da NATO.

Simplemente, é preciso não esquecer que há duas outras perspectivas para encarar as políticas ibéricas, para além do duvidoso cenário de uma guerra geral.

Por um lado, a manutenção da noção de exércitos de massa numerosos e, necessariamente, mal equipados, é fundamental para manter um corpo profissional significativo, pouco instruído e com contactos mínimos com o exterior. Este era um dos principais apoios do aparelho político e, logo da manutenção das ditaduras ibéricas. A NATO, ao permitir uma evolução no sentido de criar exércitos menos numerosos, mais técnicos e abertos ao exterior, provocou um verdadeiro processo de bola de neve, alterando significativamente a mentalidade e organização do corpo militar profissional. As consequências deste facto não tardam a ser visíveis na pressão para a alteração de todo o sistema político e social que parte dos próprios militares profissionais, como acontece em Portugal a partir da segunda metade dos anos cinquenta. Neste aspecto, os regimes ibéricos são "aprendizes de feiticeiro", que descobrem à sua custa que a procura da eficácia em qualquer campo tem associada a si um preço mais amplo do que parece à primeira vista.

No caso português, a principal causa para a falta de esclarecimento do enquadramento político da relação com os EUA no acordo de

1951 é a efectiva e real divergência de estratégias no que diz respeito ao império. A posição portuguesa coincide com a americana na necessidade de desenvolver um sistema crível de defesa da Europa, mas diverge noutros campos, especialmente na política em relação aos impérios. Os EUA ultrapassam a dificuldade afastando os impérios do âmbito da NATO. A tática funciona numa primeira fase, pois é útil para ambos os lados e permite alcançar os objectivos essenciais do NSC 68. Os pontos de divergência estratégicos em aberto pura e simplesmente não são mencionados, o que é possível porque não existe nenhuma crise grave neste campo. A única excepção é a guerra da França na Indochina, mas, neste caso, os EUA dão um substancial apoio directo e indirecto, devido em grande parte à conjuntura da guerra da Coreia.

Portugal segue meramente a evolução geral até 1956, quando se dão alterações significativas em termos da Europa e do país. Simplesmente, as divergências de estratégia em relação ao império podem ser esquecidas, mas são especialmente importantes para Portugal por duas razões. A primeira, é que o regime é, neste aspecto, o exemplo mais acabado de uma mentalidade tradicional europeia, que não aceita qualquer evolução significativa ou a noção básica de que o sistema internacional se alterou. A segunda, intimamente ligada à primeira, é que Portugal é um país pequeno, de fracos recursos, com pouca maleabilidade ou capacidade de adaptação e com um dos maiores impérios europeus. Esta situação anormal só foi possível porque, ao longo dos séculos, o país contou com o apoio diplomático, económico e político do principal poder marítimo para manter o império. No após-guerra esta situação está profundamente alterada e Salazar sabe, pelas falhadas experiências anteriores, que os EUA nunca aceitarão um compromisso de defesa do império. Esta é a principal razão porque se procura uma relação com base numa formulação incompleta, baseada na filosofia da NATO, que cobre só um aspecto da relação estratégica mais geral esquecendo os outros.

Era como se ambos os países, por um acordo tácito, criassem uma relação com base no maior divisor comum, deixando propositadamente de lado, o amplo campo onde sabem que não há acordo. Simplesmente, era inevitável que esta duplicidade favorecesse mais a potência maior e com mais amplos recursos que, ao fim ao cabo, obtinha tudo o que a Inglaterra

sempre tinha encontrado em Portugal, sem dar em troca nem contrapartidas materiais directas num nível equivalente, nem um acordo político geral que cubra os aspectos mais importantes para Portugal. É um resultado inevitável das opções estratégicas feitas por Portugal no novo sistema internacional, numa altura em que a situação internacional mudou muito e os objectivos portugueses permaneceram os mesmos.

Esta é a razão da ambiguidade do acordo dos Açores de 1951, uma solução de compromisso que não é nem um acordo político geral, nem um mero acordo de vantagens e contrapartidas claramente expressas. Fica a meio caminho entre as duas formulações, de uma forma tal que Portugal nem recebe as garantias políticas que deseja, nem o nível de contrapartidas materiais que correspondem às efectivas cedências. O único ponto que lhe é favorável é que os EUA precisam de tornar a negociar a permanência em tempo de paz a partir de 1957, pelo que se compreende a insistência de Salazar no curto prazo, apesar dos argumentos usados - o famoso período para a formação dos técnicos portugueses - serem ridículos. O que preocupa os responsáveis portugueses não é a lógica interna dos argumentos, mas os seus resultados efectivos.

Os Açores estão assim mais uma vez no centro da complexa teia de opções que é a presença portuguesa no mundo. É este aspecto que torna especialmente significativo e rico o estudo do acordo de 1951, embora seja ele que, simultaneamente, exige uma exposição necessariamente complexa e, infelizmente, demasiado longa.

ABREVIATURAS USADAS

- ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
- AMNE - ARQUIVO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
- AOS - ARQUIVO OLIVEIRA SALAZAR
- DDEPL - DWIGHT D. EISENHOWER PRESIDENTIAL LIBRARY
- EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
- FO - FOREIGN OFFICE
- FRUS - FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES
- GB - GRÃ-BRETANHA
- HSTPL - HARRY S. TRUMAN PRESIDENTIAL LIBRARY
- JCS - JOINT CHIEFS OF STAFF (EUA)
- MAAG - MILITARY ASSISTANCE ADVISORY GROUP
- MDAP - MUTUAL DEFENCE ASSISTANCE PROGRAM
- MNE - MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
- MNEP - MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS PORTUGUÊS
- NA - NATIONAL ARCHIVES (DOS EUA)
- NATO - NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (OTAN)
- NSC - NATIONAL SECURITY COUNCIL
- OTAN - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (NATO)
- PRO - PUBLIC RECORD OFFICE
- SAC - STRATEGIC AIR COMMAND
- SHAPE - SUPREME HEADQUARTERS ALLIED POWERS EUROPE
- SD - STATE DEPARTMENT
- URSS - UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
- WU - WESTERN UNION

CINQUENTENÁRIO DA VINDA
DE FORÇAS BRITÂNICAS PARA OS AÇORES

Exposição organizada por: Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

* *Comunicação apresentada no IV Colóquio "Os Açores e o Atlântico", realizado em Angra do Heroísmo de 7 a 9 de Outubro de 1993.*

AGRADECIMENTO:

Centro de Estudo, Conservação e Restauro dos Açores

Gabinete do Ministro da República para os Açores

Museu de Angra do Heroísmo

FICHA TÉCNICA

Orientação técnica e selecção: Mariana Mesquita, Vanda Belém

Pesquisa: António Cecílio, Irene Fontes, Nilda Matos, Vanda Belém

Catálogo: Fátima Marília Simas, Maria Goretti Borges, Vanda Belém

Montagem: António Cecílio, Carlos Silos, Mariana Mesquita, Vanda
Belém

Reprografia: Maria Emília da Luz, Natália de Fátima Medeiros, Raquel
Maria Sousa

[1]

FM / J-172

**A PROPÓSITO DA COMEMORAÇÃO DA CHEGADA A ESTA ILHA
DAS FORÇAS MILITARES BRITÂNICAS**

A propósito da comemoração da chegada a esta ilha das Forças Militares Britânicas / C. M. S.

In: A pátria: jornal da manhã de grande informação. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1754 (19 de Out. 1944), p. 1, col. 4-5; p. 2, col. 4. - Fotocópia ampliada

[2]

J / A-16

A PROPÓSITO DO "LIVRO BRANCO"

A propósito do "Livro Branco": ligações aéreas

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15265 (1 de Ago. 1946), p. 1, col. 1-2; p. 4, col. 1

[3]

José

Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 18

À ÚLTIMA HORA

À última hora: o primeiro ministro britânico, a base aérea dos Açores, patrulhando o Atlântico em volta das ilhas, paraquedistas, Londres resiste, salvou-se um piloto, comando costeiro: comentados em português. [Angra do Heroísmo]: Marcelo Pamplona, 1944 (União Gráfica Angrense, 18-3-944). - [1] f.

In: Diversos: apontamentos soltos, cadernos, questionários, gravuras, etc.

[4]

FM / J-171

O ACORDO ENTRE PORTUGAL E A INGLATERRA

O acordo entre Portugal e a Inglaterra / E. N.

In: A pátria: órgão da União Nacional. - Angra do Heroísmo. - A. 13, 4ª sér., nº 1457 (14 de Out. 1943), p. 2, col. 4. - Fotocópia

[5]

FG / B-3953

ACORDO RELATIVO AO USO DE FACILIDADES NOS AÇORES

Acordo relativo ao uso de facilidades nos Açores

In: Uma velha aliança / por Eduardo Brazão. - Lisboa: [s. n.], 1955. - p. 191-195

[6]

J / A-16

O ACTO DA ENTREGA DAS BASES AÉREAS DOS AÇORES TEVE LARGA REPERCUSSÃO

O acto da entrega das bases aéreas dos Açores teve larga repercussão

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15219 (5 de Jun. 1946), p. 1, col. 4-5. - Fotocópia

[7]

J / A-17

O AERODROMO DAS LAJES FOI REINTEGRADO NA PLENA SOBERANIA DE PORTUGAL, O MESMO SUCEDENDO COM O AERODROMO DE SANTA MARIA

O aerodromo das Lajes foi reintegrado na plena soberania de Portugal, o mesmo sucedendo com o aerodromo de Santa Maria

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 86 (4 de Jun. 1946), p. 1-2, col. 1-3

[8]

J / A-17

[AERODROMO DAS LAJES]

[Aerodromo das Lajes]

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 190 (9 de Out. 1946), p. 1, col. 2-4. - Fotocópia

[9]

J / A-17

AEROPORTO DAS LAJES

Aeroporto das Lajes: operários e outros serventes

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 207 (29 de Out. 1946), p. 1, col. 4. - Fotocópia

[10]

J / A-16

O AEROPORTO DAS LAJES É UM DOS MAIORES DO MUNDO

O aeroporto das Lajes é um dos maiores do mundo

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15101 (12 de Jan. 1946), p. 1, col. 4-6. - Fotocópia

[11]

J / A-17

AFONSO, João, 1923-

História passada...: como Churchill recebeu da câmara da Praia da Vitória uma caixa de charutos açorianos / J. A.

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 36 (31 de Mar. 1946), p. 1, col. 1-3; p. 2 col. 4-5. - Fotocópia

[12]

José

Agostinho / 1.2.2.3.1.,
mç. 02

AGOSTINHO, José, 1888-1978

[Cópia de carta escrita de Angra do Heroísmo a Rafael de Azevedo]. - 1945-09-25. - [1] f.

In: Correspondência, 1945-1959.

136 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[13] José
Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 27

AGOSTINHO, José, 1888-1978

[Cópia de carta escrita em Angra do Heroísmo sem destinatário]. - 1945-10-02. - [1] f.

In: Lajes: plantas das instalações e pista do aerodromo, correspondência (1943-1945), estudos, fotografias, "Atlantic Echo" (20 de Jan. 1945)

[14] José
Agostinho / 1.2.2.1.,
50

AGOSTINHO, José, 1888-1978

O que teria dito "A União", se não houvesse a censura

[Texto dactilografado]. - 25, 26 e 27 de Out. 1943. - [2] f., 4 f. desenhos

[15] José
Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 27

ÁGUA CORRENTE

Água Corrente [Material gráfico]: Teatro Angrense: Domingo, 6 de Agosto de 1944: espectáculo dedicado a S. Ex^a. o Vice-Marechal do ar Bromet e às tropas do seu comando. - [Angra do Heroísmo]: Tip. Angrense, 1944.

- 1 cartaz: col.

In: Lajes: plantas das instalações e pista do aerodromo, correspondência (1943-1945), estudos, fotografias, "Atlantic Echo" (20 de Jan. 1945)

[16] J /A-16

AIR COMMODORE H. F. G. SOUTHEY

Air Commodore H. F. G. Southey

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15117 (1 de Fev. 1946), p. 1, col. 3-5. - Fotocópia

[17]

FM / J-171

A ALIANÇA INGLESA

A aliança inglesa: faz hoje 44 anos que se assinou o tratado secreto de aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha

In: A pátria: órgão da União Nacional. - Angra do Heroísmo. - A. 13, 4ª sér., nº 1457 (14 de Out. 1943), p. 1, col. 3

[18]

J /A-16

AMANHÃ FOOT-BALL A FAVOR DA CRUZ VERMELHA BRITÂNICA

Amanhã foot-ball a favor da Cruz Vermelha Britânica

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14544 (26 de Fev. 1944), p. 2, col. 1. - Fotocópia

[19]

FG / B-27654

ANDRADE, Luís

Alguns tópicos sobre as relações entre os Açores e a Grã-Bretanha: (durante a segunda guerra mundial) / por Luís Andrade

In: Arquipélago: revista da Universidade dos Açores. - Ponta Delgada. - Nº especial 1988, p. 195-200

[20]

J /A-16

ASSISTÊNCIA PÚBLICA

Assistência pública: um gesto gentil do Comando das Forças Britânicas

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14747 (31 de Out. 1944), p. 1, col. 3. - Fotocópia

138 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[21]

J /A-16

ATERRARAM, EM DOIS ANOS, NO AEROPORTO DAS LAJES VINTE E UM MIL AVIÕES

Aterraram, em dois anos, no aeroporto das Lajes vinte e um mil aviões / E. N.

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15127 (13 de Fev. 1946), p. 1, col. 4-5. - Fotocópia

[22]

RES

THE ATLANTIC ECHO

The atlantic echo / ed. R. Kenneth Cooke. - Lajes: R.K. Cooke, [194]-. - Il.; 39 cm. - Descrição baseada em: vol. 2, nº 1 (10 de Fev. 1944). - Existência a partir de: vol. 2, nº 1 (10 de Fev. 1944). - (Encadernado). - Semanal

[23]

J /A-17

A BANDEIRA PORTUGUESA VOLTA A FLUTUAR HOJE NO AEROPORTO DAS LAJES

A bandeira portuguesa volta a flutuar hoje no aeroporto das Lajes, o maior Aerodromo do Atlântico

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 85 (2 de Jun. 1946), p. 1, col. 1-3; p. 6, col. 5

[24]

FM / J-255

AS BASES AÉREAS DOS AÇORES

As bases aéreas dos Açores: Santa Maria e Lajes foram entregues a Portugal

In: Correio dos Açores. - Ponta Delgada. - A. 27, nº 7620 (4 de Jun. 1946), p. 1; p. 4, col. 7-8

[25]

FG / B-31985

BAUER, Eddy

História polémica da Segunda Guerra Mundial / Eddy Bauer. - Lisboa: Europa-América, 1968. - 467, [4] p.: il.; 22 cm. - vol. 5: 1943. - (Encadernado)

[26]

J / A-17

BEVIN FALOU NOS "COMUNS" SOBRE OS AÇORES

Bevin falou nos "Comuns" sobre os Açores

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 88 (6 de Jun. 1946), p. 4, col. 4-5. - Fotocópia

[27]

J / A-17

[BIDÕES DE ESSÊNCIA]

[Bidões de essência]

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 191 (10 de Out. 1946), p. 1, col. 3-4. - Fotocópia ampliada

[28]

FG / B-3953

BRASÃO, Eduardo, 1907-

Uma velha aliança / Por Eduardo Brasão. - Lisboa: [s. n.], 1955. - 199 p.; 24 cm. - (Brochado)

[29]

José
Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 27

BROMET, Geoffrey

British Forces in the Azores: [cartão de Boas Festas mandado pelo Air Vice-Marshal Bromet]. - Xmas 1943

In: Lajes: plantas das instalações e pista do aerodromo, correspondência (1943-1945), estudos, fotografias, "Atlantic Echo" (20 de Jan. 1945)

140 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[30]

J/A-16

BRUM, Ângelo

Preito de gratidão ao Excelentíssimo Comandante Militar Inglês na Terceira / Ângelo de Brum

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14734 (16 de Out. 1944), p. 1, col. 5-6; p. 2, col. 1. - Fotocópia

[31]

FG / A-28751

CAETANO, Marcelo, 1906-1980

Minhas memórias de Salazar / Marcelo Caetano. - 3ª ed. - Lisboa: Verbo, imp. 1985. - 597 p.; 21 cm. - (Brochado)

[32]

J/A-16

CAMPBELL, R. H.

O 1º livro branco português / R. H. Campbell

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15249 (13 de Jul. 1946), p. 1, col. 1-3; p. 4, col. 1-2

[33]

J/A-16

CAMPO DE JOGOS

Campo de jogos

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14544 (26 de Fev. 1944), p. 2, col. 2. - Fotocópia

[34]

J/A-16

CAMPO DE JOGOS DA CIDADE

Campo de Jogos da Cidade: hockey em campo

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14624 (3 de Jun. 1944), p. 2, col. 1. - Fotocópia

[35]

José
Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 27

CAMPO DE JOGOS DA CIDADE

Campo de Jogos da Cidade: grande festival desportivo em comemoração do 1º aniversário da chegada das tropas britânicas à ilha Terceira: programa. - Angra do Heroísmo: Tip. Andrade, 1944. - [2] f.

In: Lajes: plantas das instalações e pista do aerodromo, correspondência (1943-1945), estudos, fotografias, "Atlantic Echo" (20 de Jan. 1945)

[36]

José
Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 27

CAMPO DE JOGOS DA CIDADE

Campo de Jogos da Cidade [Material gráfico]: Sábado 30 de Outubro de 1943: grandioso desafio de foot-ball entre os teams Royal Army Service Corps e Royal Air Force Regiment. - [Angra do Heroísmo]: Tip. Angrense, 1943. - 1 cartaz: col.

In: Lajes: plantas das instalações e pista do aerodromo, correspondência (1943-1945), estudos, fotografias, "Atlantic Echo" (20 de Jan. 1945)

[37]

FG / B-13393

CASTEX, Louis

L'âge de l'air: 25 ans d'aviation commerciale dans le monde 1920-1945 / Louis Castex; préface de Henri Farman. - Paris: Etienne Chiron, 1945. - 155, [2] p. il., 36 f. grav.; 22 cm. - Contém ded. aut. a José Agostinho. - Brochado

[38]

J / A-17

COISAS QUE SE REVELARAM NA ASSEMBLEIA NACIONAL

Coisas que se revelaram na Assembleia Nacional: tanto o Aerodromo das Lajes como o de Santa Maria foram feitos com o dinheiro do Estado Português
In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 23 (15 de Mar. 1946), p. 1, col. 3-5; p. 2, col. 3-5. - Fotocópia

142 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[39]

J /A-16

COMÉRCIO DE OVOS

Comércio de ovos

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 50, nº 14452 (3 de Nov. 1943), p. 1, col. 5. - Fotocópia

[40]

FG / B-35769

DELGADO, Humberto, 1906-1965

Memórias de Humberto Delgado / coordenação de Iva Delgado e António de Figueiredo. - Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. - 616 p.: il., 46 p. de fot.; 24 cm. - (Caminhos da Memória; 1).- (Brochado)

[41]

J /A-17

DESPEDIDA DAS FORÇAS BRITÂNICAS DO AEROPORTO DAS LAJES

Despedida das Forças Britânicas do Aeroporto das Lajes

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 181 (27 de Set. 1946), p. 1, col. 2. - Fotocópia

[42]

FM / J-171

DESPERTOU INTERESSE MUNDIAL O ACORDO CONCLUÍDO ENTRE PORTUGAL E A INGLATERRA

Despertou interesse mundial o acordo concluído entre Portugal e a Inglaterra / E. N.

In: A pátria: órgão da União Nacional. - Angra do Heroísmo. - A. 13, 4ª sér., nº 1457 (14 de Out. 1943), p. 1, col. 3

[43]

FM / J-172

DESPORTOS

Desportos: a selecção de Angra em football irá possivelmente deslocar-se para se bater com um grupo da R. A. F.

In: A pátria. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1638 (26 de Maio 1944), p. 2, col. 1. - Fotocópia

[44]

Raul D. Forjaz

[DIVERSOS ASPECTOS DA PISTA DO AERODROMO DAS LAJES]

[Diversos aspectos da pista do aerodromo das Lajes]

[Material gráfico]. - [s. l.: s. n.], [194-?]. - 7 fotografias: p. & b.; 13X22 cm

In: Envelope: "Tipos de aviões aliados no aerodromo das Laje no período de 1943 a 1946". - Reproduções ampliadas

[45]

FM / J-172

O DOMINGO DESPORTIVO

O domingo desportivo: em Angra portugueses 3 - Britânicos 3

In: A pátria. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1809 (27 de Dez. 1944), p. 1, col. 3-4. - Fotocópia

[46]

J /A-17

É NECESSÁRIO QUE O AEROPORTO DAS LAJES SEJA FULCRO VITAL DO FUTURO DA NOSSA TERRA

É necessário que o aeroporto das Lajes seja fulcro vital do futuro da nossa terra

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 94 (14 de Jun. 1946), p. 1, col. 1-2. - Fotocópia

144 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[47]

J / A-17

ECONOMIA TERCEIRENSE

Economia terceirense: dados interessantes sobre os fornecimentos às Forças Britânicas nesta ilha

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 72 (16 de Maio 1946), p. 1, col. 1-2; p. 4, col. 3

[48]

FG / B-38492

EICHHORN, Bernt

Açores: ilhas ainda quase desconhecidas no Atlântico / Bernt Eichhorn, Dieter Zingel. - Freiburg im Breisgau: Schillinger Verlag GmbH, 1992. - 173 p.: il. color.; 25x27 cm. - (Encadernado)

ISBN 9481-03-2

[49]

FM / J-172

EM SÃO MIGUEL APLICOU-SE PELA PRIMEIRA VEZ A PENICILINA PARA SALVAR UMA VIDA

Em São Miguel aplicou-se pela primeira vez uma penicilina para salvar uma vida

In: A pátria: jornal da manhã de grande informação. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1717 (1 de Set. 1944), p. 1, col. 5. - Fotocópia

[50]

Raul D. Forjaz

[ENTREGA DO AERODROMO DAS LAJES ÀS AUTORIDADES PORTUGUESAS]

[Entrega do aerodromo das Lajes às autoridades portuguesas]

[Material gráfico]. - [s. l.: s. n.], [1946]. - 3 fotografias: p. & b.; 13*22 cm

In: Envelope: "Cerimónia de entrega do aerodromo das Lajes aos Portugueses no dia-". - Reproduções ampliadas

[51]

J/A-17

O ESFORÇO DOS TERCEIRENSES NA CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DAS LAJES

O esforço dos terceirenses na construção do aeroporto das Lajes constitui uma bela ajuda para a engenharia

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 149 (21 de Ago. 1946), p. 1, col. 2-4

[52]

José

Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 02

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Army Map Service

Lajens Airdrome [Material cartográfico]: Terceira, Azores - 27°05'W. 38°45'N. - Washington D. C.: Army Map Service, [1945?]. - 1 carta rº-vº; 29x52 cm

In: "Açores. Mapas, plantas, etc.". - No vº: Terceira. - 3rd ed.

[53]

FG / A-9484

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente da República, 1932-1945 (Franklin Delano Roosevelt)

Mensagem altamente secreta e pessoal do Presidente Roosevelt e do Primeiro-Ministro senhor Churchill ao Marechal Estaline

In: Correspondência de guerra III: Churchill, Estaline, Roosevelt: 1941-1945 / trad. de Jorge Feio. - Lisboa: Arcádia, imp. 1971. - (BAB. Documentos e Estudos Diversos)

[54]

PP / A-1172

FERREIRA, José Medeiros, 1942-

Reflexões sobre a importância estratégica das Ilhas Atlânticas: sua permanência e evolução histórica / José Medeiros Ferreira

In: Nação e defesa. - Lisboa. - A. 5, nº 13 (Jan./Mar. 1980), p. 135-144

146 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[55]

J /A-16

O FESTIVAL DE AMANHÃ NO CAMPO DE JOGOS

O festival de amanhã no campo de jogos

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14727 (7 de Out. 1944), p. 1, col. 2-3. - Fotocópia

[56]

J /A-16

FIGUEIREDO, Mário de, 1890-1969

O aeroporto da Lajes foi a expressão máxima da nossa neutralidade colaborante

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15152 (15 de Mar. 1946), p. 1, col. 1-3; p. 2, col. 4

[57]

FG / B-24193

FORJAZ, Cândido Pamplona, 1901-1987

Memórias / Cândido Pamplona Forjaz. - Angra do Heroísmo: C. P. Forjaz, 1984. - 384, [33] p.: il.; 25 cm. - Brochado

[58]

RES

FOX, W. A. L.

Terceira / W. A. L. Fox

In: The atlantic echo. - Angra do Heroísmo. - Vol. 2, nº 5 (9 Mar. 1944), p. 2, col. 3-4. - Cópia

[59]

FM / J-172

UM GESTO GENTIL DO COMANDO DAS FORÇAS BRITÂNICAS

Um gesto gentil do Comando das Forças Britânicas

In: A pátria: jornal da manhã de grande informação. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1764 (31 de Out. 1944), p. 1, col. 5. - Fotocópia

[60]

J / A-17

GOMES, Augusto, 1921-

O regresso do inglês / Augusto Gomes

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 47, nº 13910 (9/10 de Jan. 1993), p. 9-12, col. 2

[61]

PP / C-895

HISTÓRIA DA BASE AÉREA Nº 4

História da Base Aérea nº 4 / coordenação de Floripes

In: Ilha Terceira. - Angra do Heroísmo. - A. 10, nº 103 (Abr./Maio/Jun. 1989), p. 10-11; a. 10, nº 104 (Jul./Ago./Set. 1989), p. 7-8; a. 11, nº 105 (Out. 1989 a Jun. 1990), p. 3-8

[62]

FG / B-10675

HOWORTH, A. H. de Araújo Stott

A Aliança Luso Britânica e a segunda guerra mundial: tentativa de interpretação do seu funcionamento / A. H. D'Araújo Stott Howorth. - Lisboa: E.N.P., 1956. - 203 p.: il.; 22 cm. - (Brochado)

[63]

J / A-16

AS IMPRESSÕES DOS AVIADORES INGLESES DA SUA ESTADA NOS AÇORES

As impressões dos aviadores ingleses da sua estada nos Açores

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14754 (9 de Nov. 1944), p. 1, col. 6. - Fotocópia

148 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[64]

J /A-16

A INGLATERRA E OS ESTADOS UNIDOS HONRAM OS SEUS COMPROMISSOS

A Inglaterra e os Estados Unidos honram os seus compromissos

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15239 (2 de Jul. 1946), p. 2

[65]

PP / C-895

INGLESES NAS LAJES

Ingleses nas Lajes

In: Ilha Terceira. - Angra do Heroísmo. - A. 4, nº 36/37 (1 Out. 1981), p. 8-17. - Sobretudo reproduções fotográficas

[66]

PP / C-895

LAJES

Lajes: o que eras... o que és!...

In: Ilha Terceira. - Angra do Heroísmo. - A. 3, nº 28 (1 Dez. 1980), p. 26.
- 2 fotos

[67]

José

Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 27

LAJES. Royal Air Force Station

Concerto de música pela R. A. F. Dance Orchestra e R. A. F. Male Voice Choir: Teatro Angrense: [programa]. - 25 de Abril 1945. - [2] f.

In: Lajes: plantas das instalações e pista do aerodromo, correspondência (1943-1945), estudos, fotografias, "Atlantic Echo" (20 de Jan. 1945)

[68]

J/A-16

LIVRARIA EDITORA ANDRADE

Livraria Editora Andrade

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 50, nº 14450 (30 de Out. 1943),
p. 2, col. 2. - Fotocópia

[69]

FG / B-12531 A

MARQUES, António H. de Oliveira, 1933-

História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do
sr. General Eanes: manual para uso de estudantes e outros curiosos por
assuntos do passado pátrio / A. H. de Oliveira Marques. - 6º ed. - Lisboa:
Palas Editores, 1981. - Vol. 3, 694 p.: il.; 25 cm. - (Encadernado)

[70]

FG / C-3670

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, 1930-

António José Leite: artista fotógrafo / Francisco Ernesto de Oliveira
Martins; crónicas do Jornal "Estrela d'Alva" por Vitorino Nemésio;
prefácio de José Guilherme Reis Leite. - Lisboa: Imprensa Nacional-Casa
da Moeda, 1984. - 434, [3] p.: todo il.; 28 cm. - (Presenças da Imagem).
- (Brochado)

[71]

FG / A-33570

MARTINS, José Henriques Borges, 1947-

Francisco Rodrigues de Lima (O Gaitada)

In: Improvisadores da Ilha Terceira: (suas vidas e cantorias) / J. H. Borges
Martins. - Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais,
Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1989. - P. 295-298. - (Col.
Gaivota; 66)

150 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[72]

FG / B-24235

MATIAS, Marcelo, 1903-

Correspondência Marcelo Mathias, Salazar, 1947-1968 / pref. do prof. Joaquim Veríssimo Serrão; selecção, organiz. e notas de Maria José Vaz Pinto. - Lisboa: Difel, 1984. - 675 p.: il.; 23 cm. - (Brochado)

[73]

FG / B-26987

MENESES, Manuel de Sousa

A defesa dos Açores durante a II Guerra Mundial: (1939-1945) / pelo General Manuel de Sousa Meneses. - Lisboa: Estado-Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988. - 133 p.: il., mapas; 23 cm

[74]

FG / B-23743

MERELIM, Pedro de, pseud., 1913-

Lajes

In: Freguesias da Praia: Vol. 1: Agualva, Biscoitos, Cabo da Praia, Casa da Ribeira, Fonte do Bastardo, Fontinhas e Lajes / Pedro de Merelim. - Angra do Heroísmo: Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura, 1982. - p. 229-295

[75]

J / A-16

NA CONFERÊNCIA DE DUBLIN PORTUGAL FOI PARTICULARMENTE DISTINGUIDO

Na conferência de Dublin Portugal foi particularmente distinguido pela alta importância das suas posições nos Açores e na Portela de Sacavém / E.N.

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15164 (30 de Mar. 1946), p. 1, col. 4-5. - Fotocópia

[76]

J/A-17

NA PRAIA DA VITÓRIA O SOL É INTENSO E O MAR ATRAI
Na Praia da Vitória o sol é intenso e o mar atrai numerosos grupos de Ingleses e Americanos.

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 94 (14 de Jun. 1946), p. 1, col. 4; p. 4, col. 1. - Fotocópia

[77]

Raul D. Forjaz

NASCE ÁGUA

Nasce Água [Material gráfico]. - [s. l.: s.n.], [1943?]. - 2 fotografias: p. & b.; 13X22 cm. - Reproduções ampliadas

[78]

FG/ A-7701

NEMÉSIO, Vitorino, 1901-1978

Cantigas ao campo das Lages

In: Festa Redonda: décimas e cantigas de terreiro oferecidas ao povo da Ilha Terceira / por Vitorino Nemésio. - Lisboa: Livraria Bertrand, 1950. - p. 103-106

[79]

J/A-16

NO AEROPORTO DAS LAJES

No aeroporto das Lajes

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15217 (3 de Jun. 1946), p. 1, col. 1-4

152 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[80]

J/A-17

NO COMANDO BRITÂNICO DO AEROPORTO DAS LAJES

No Comando Britânico do Aeroporto das Lajes

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 146 (17 de Ago. 1946), p. 1, col. 3-5; p. 4, col. 1.

[81]

J/A-16

NO COMANDO MILITAR

No Comando Militar: homenagem prestada pelo Brigadeiro Alfredo Cintra às Forças Inglesas e Americanas.

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15222 (8 de Jun. 1946), p. 1, col. 5-6: p. 3. - Fotocópia

[82]

FG / B-24940

NOGUEIRA, Franco, 1918-

Salazar / Franco Nogueira. - Coimbra: Atlântida Editora, 1978. - 590 p.; 22 cm. - Vol. 3: As grandes crises (1936-1945). - (Brochado)

[83]

FG / OC-1271

NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Nova História de Portugal / direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. - Lisboa: Editorial Presença, 1992. - 571 p.: il., fot.; 25 cm. - vol. 12: Portugal e o Estado Novo (1930-1960) / coordenação de Fernando Rosas; por César de Oliveira... [et al.]. - (Brochado)

ISBN 972-23-1558-7

[84]

J/A-17

O QUE SE DIZIA...

O que se dizia... : a questão das bases permanentes nos Açores

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 101 (23 de Jun. 1946), p. 1-2, col. 4-5. - Fotocópia

[85]

Raul D. Forjaz

[A OCUPAÇÃO DO SOLO]

[A ocupação do solo] [Material gráfico]. - [s. 1.: s.n.], [194-?]. - 2 fotografias: p. & b.; 13X22 cm. - Reproduções ampliadas

[86]

J /A-16

UM OFÍCIO DE AGRADECIMENTO

Um ofício de agradecimento

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14747 (31 de Out. 1944), p. 1, col. 2. - Fotocópia

[87]

J /A-16

UM OFÍCIO HONROSO PARA A POPULAÇÃO TERCEIRENSE

Um ofício honroso para a população terceirense

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14743 (26 de Out. 1944), p. 1, col. 5. - Fotocópia

[88]

Raul D. Forjaz

[PANORÂMICA DA BASE DAS LAJES]

[Panorâmica da base das Lajes] [Material gráfico]. - [s. 1.: s.n.], [194-?]. - 1 fotografia: p. & b.; 13X22 cm.

In: Envelope "Fotografias dos Ingleses - Base -". - Reprodução ampliada

[89]

J /A-17

PARTE ESTA SEMANA PARA LISBOA A MISSÃO INGLESA DE AVIAÇÃO

Parte esta semana para Lisboa a missão inglesa de aviação que está reunida nesta Ilha.

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 119 (16 de Jul. 1946), p. 1, col. 4-5.

154 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[90]

J /A-17

PARTIRAM DA TERCEIRA COM SAUDADES AQUELES A QUEM FOI DADO EMBARCAR

Partiram da Terceira com saudades aqueles a quem foi dado embarcar
In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 17 (8 de Mar. 1946),
p. 1, col. 3-4; p. 4, col. 1-2. - Fotocópia

[91]

FM / J-172

A PÁTRIA

A pátria: jornal da manhã de grande informação / dir. e ed. G. Gomes Filipe. - A. 14, 4ª sér., nº 1744 (7 de Out. 1944). - Angra do Heroísmo: G. G. Filipe, 1944. - Il.; 48 cm. - Diária

[92]

J /A-16

PERSONALIDADES PORTUGUESAS AGRACIADAS PELO REI DA INGLATERRA

Personalidades portuguesas agraciadas pelo rei da Inglaterra
In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15180 (16 de Abr. 1946),
p. 1, col. 6. - Fotocópia

[93]

J /A-17

PORTUGAL E OS ALIADOS

Portugal e os aliados: Randolph Churchill numa entrevista concedida em Lisboa ao "Diário da manhã"
In: Diário Insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 10 (27 de Fev. 1946),
p. 4, col. 3. - Fotocópia

[94]

FG / B-30473

PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Portugal na segunda guerra mundial: contributos para uma reavaliação / Maria Carrilho... [et a.l.]. - Lisboa: Dom Quixote, 1989. - 244 p.; 24 cm. - (Brochado)

ISBN 972-20-0755-6

[95]

José
Agostinho / 1.2.2.2.,
mç. 27

PORTUGAL. British Military Attaché

The British Military Attaxhé and his assistants...: [cartão de Boas Festas mandado de Lisboa]. - Christmas, 1943

In: Lajes: plantas das instalações e pista do aerodromo, correspondência (1943-1945), estudos, fotografias, "Atlantic Echo" (20 de Jan. 1945)

[96]

FG / OC-2

PORTUGAL. Ministério da Guerra

Plano: para a colaboração portuguesa e britânica em caso de emergência / Ministério da Guerra

In: Dez anos de política externa (1936-1947): a nação portuguesa e a segunda guerra mundial / Ministério dos Negócios Estrangeiros. - Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. - Vol. 12, p. 62-67

[97]

FG / B-17925

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros

Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres: ofício: Lisboa, 1 de Novembro de 1941 / Oliveira Salazar

In: Dez anos de política externa (1936-1947): a nação portuguesa e a segunda guerra mundial / Ministério dos Negócios Estrangeiros. - Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974. - Vol. 9, p. 478-482

156 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[98]

FG / C-849

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros
Documentos relativos aos acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América para a concessão de facilidades nos Açores durante a guerra de 1939-1945. - Lisboa: Imprensa Nacional, 1946. - VII. 65, p.; 29 cm. - (Brochado)

[99]

J / A-16

PORTUGAL. Presidência do Conselho
Nota oficiosa: com base na secular aliança Luso-Britânica Portugal concedeu à Grã-Bretanha facilidades nos Açores / E. N.
In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 50, nº 14435 (13 de Out. 1943), p. 1, col. 1-2. - Fotocópia ampliada

[100]

FM / PP-1107

PORTUGAL. Presidência do Conselho
Portugal e a sua posição perante a guerra
In: O século ilustrado. - Lisboa. - A. 6, nº 302 (16 Out. 1943), p. 9

[101]

FM / A-4633

PORTUGAL. Presidência do Conselho, 1932-1968 (António de Oliveira Salazar)
Discursos e notas políticas IV: 1943-1950 / Oliveira Salazar. - Coimbra: Coimbra Editora, 1951. - 584 p.; 20 cm. - (Brochado)

[102]

FM / J-171

PORTUGAL. Presidência do Conselho, 1932-1968 (António de Oliveira Salazar)

O notável discurso do Presidente do Conselho Senhor Doutor Oliveira Salazar A pátria: órgão da União Nacional. - Angra do Heroísmo. - A. 13, 4ª sér., nº 1511 (20 de Dez. 1943), p. 1, col. 1-2

[103]

J/A-16

A POSIÇÃO DE PORTUGAL NA GUERRA

A posição de Portugal na guerra: foi publicado o «Livro Branco» sobre a cedência de bases nos Açores

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15244 (8 de Jul. 1946), p. 1, col. 1-3; p. 4, col. 1-2

[104]

PP / C-1514

QUANDO OS INGLESES DESEMBARCARAM NOS AÇORES

Quando os ingleses desembarcaram nos Açores

In: Vida mundial ilustrada. - Lisboa. - A. 5, nº 231 (18 Out. 1945), p. 19

[105]

J/A-16

A QUESTÃO DO AERODROMO DAS LAJES

A questão do aerodromo das Lajes: uma nota do Governo do Distrito

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15236 (27 de Jun. 1946), p. 1, col. 3. - Fotocópia

158 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[106]

J /A-16

A REAL FORÇA AÉREA AUXILIA BALIEIROS PORTUGUESES EM PLENO ATLÂNTICO

A Real Força Aérea auxilia balieiros portugueses em pleno Atlântico

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14724 (3 de Out. 1944), p. 1, col. 1-2. - Fotocópia

[107]

FM / J-172

REALIZOU-SE NO "IMPERIAL" UMA SIGNIFICATIVA FESTA LUSO-BRITÂNICA

Realizou-se no "Imperial" uma significativa festa Luso-Britânica promovida pelo Luzitania

In: A pátria. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1792 (5 de Dez. 1944), p. 1, col. 2-3

[108]

FM / J-172

RECEBEU MAIS UMA GRANDE REMESSA DE WHISKY

Recebeu mais uma grande remessa de Whisky da afamada marca perferida [sic] pelos ingleses e americanos Long-John

In: A pátria. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1769 (7 de Nov. 1944), p. 2, col. 4-5. - Fotocópia

[109]

J /A-17

REPORTAGEM GRÁFICA DA CERIMÓNIA DA ENTREGA DA BANDEIRA NACIONAL

Reportagem gráfica da cerimónia da entrega da Bandeira Nacional à Base Aérea 4 (Lajes)

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 135 (3 de Ago. 1946), p. 1, col. 3-4

[110]

J /A-17

REVELAÇÕES DE SIR SAMUEL HOARE SOBRE A PASSADA GUERRA

Revelações de Sir Samuel Hoare sobre a passada guerra

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 95 (15 de Jun. 1946), p. 1, col. 5; p. 4, col. 2. - Fotocópia

[111]

FG / C-Sala Garrett

ROSAS, Fernando

Os anos da guerra e a primeira crise do regime / Fernando Rosas

In: Portugal Contemporâneo / dir. António Reis. - Lisboa: Alfa, 1991. - Vol. 4, p. 33-74

[112]

J /A-17

SANTOS, A. Borges dos, 1920-

Na hora da despedida Vitorino Nemésio fala ao Diário insular / A. Borges dos Santos

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 196 (16 de Out. 1946), p. 1, col. 1-2; p. 4, col. 1-2. - Fotocópia

[113]

J /A-16

UM SENSACIONAL DOCUMENTO SECRETO

Um sensacional documento secreto: Portugal evitou a invasão das Canárias pela concessão de facilidades à Grã-Bretanha

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15109 (22 de Jan. 1946), p. 1, col. 1-2; p. 2, col. 2. - Fotocópia

[114]

SILVA, José Guedes da, 1955-
[Lápide comemorativa da chegada das Forças Britânicas] [Material gráfico]:
[Castelo de São Sebastião] / fotografia de Guedes da Silva. - [Angra do
Heroísmo: Centro de Estudo, Conservação e Restauro dos Açores], [1993].
- 1 fotografia: p. & b.; 24X16 cm

[115]

FG / B-26275

SILVEIRA, Carlos Ramos da,
Apontamentos para a história da aviação nos Açores / Carlos Ramos da
Silveira e Fernando Faria. - Angra do Heroísmo: Secretaria Regional dos
Transportes e Turismo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1986.
- 77, [2] p.: il.; 24 cm. - (Brochado)

[116]

FG / B-Res.-1148

SOUVENIR OF BRITISH FORCES AZORES

Souvenir of British Forces Azores. - London: British Forces, 1944. - 55
p.: il.; fot.; 21 cm. - (Brochado)

[117]

FM / J-172

O SPORT EM TARDE DE CHUVA

O Sport em tarde de chuva consentiu uma vitória da R.A.F. e o Benfica
fez grande resultado na final da "Taça de Portugal" / pelo Reporter da
Bola

In: A pátria. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1641 (31 de Maio
1944), p. 1, col. 2-3. - Fotocópia

[118]

J /A-17

SYFRET, Neville

As bases nos Açores permitiram salvar muitos navios e muitas vidas inglesas: declarações do almirante da Home Fleet, Syfret, aos jornalistas portugueses

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 44 (10 de Abr. 1946), p. 1, col. 1-2; p. 2, col. 3-4. - Fotocópia

[119]

FG / B-24729

TADEU, Viriato

Quando a marinha tinha asas...: anotações para a história da aviação naval portuguesa (1916-1952) / Viriato Tadeu. - Lisboa: Ed. Culturais da Marinha, 1984. - XXXIII, 520 p.: il.; 23 cm. - (Brochado)

[120]

FM / PP-1104

TAVARES JÚNIOR

Como a histórica e maravilhosa Ilha Terceira se transformou na grandiosa Base Aérea nº 100 a maior do Atlântico / por Tavares Júnior; fotos Armando Bettencourt

In: Vida mundial ilustrada: semanário gráfico de actualidades. - [Lisboa]. - A. 5, nº 246 (7 de Fev. 1946), p. 12-13

[121]

FM / J-172

TEATRO ANGRENSE

Teatro Angrense: sábado, 25 de Março de 1944

In: A pátria. - Angra do Heroísmo. - A. 13, 4ª sér., nº 1587 (24 de Mar. 1944), p. 2, col. 3-5

162 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[122]

FG / A-42684

TELO, António José, 1952-

Os Açores e o controlo do Atlântico (1898/1984) / António José Telo. - Porto: ASA, 1993. - 557 p.: il.; 21 cm. - (Textos de Apoio; 1). - (Brochado) ISBN 972-41-1202-0

[123]

FG / A-31962

TELO, António José, 1952-

Portugal na segunda guerra / António Telo. - Lisboa: Perspectivas & Realidades, [D. L. 1987]. - 499 p.; 22 cm. - (Brochado)

[124]

FG / B-39864-5

TELO, António José, 1952-

Portugal na Segunda Guerra (1941-1945) / António Telo. - Lisboa: Vega, 1991. - 2 vol.; 23 cm. - (Documenta Histórica; 19, 20). - (Brochado) ISBN 972-699-699-270-2

[125]

946.9"1939/1945"
TEL.

TELO, António José, 1952-

Propaganda e guerra secreta em Portugal : (1939-45) / António José Telo. - Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1990. - 181 p.: il.

[126]

J / A-17

A TERCEIRA

A Terceira: baluarte do Atlântico / C. C.

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 116 (12 de Jul. 1946), p. 1, col. 1-2; p. 2, col. 4-5

[127]

J/A-16

TERCEIRA. Comando Militar. Serviço de Censura Militar Postal e Telegráfica

Principais disposições da Portaria nº 10,542 a que convém das publicidades
In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 51, nº 14503 (7 de Jan. 1944), p. 1, col. 4-5; p. 2, col. 2. - Fotocópia

[128]

FM / J-172

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Últimas notícias: no dia 8 realiza-se um grandioso festival desportivo no campo de jogos

In: A pátria: jornal da manhã de grande informação. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1739 (30 de Set. 1944), p. 4, col. 4-5. - Fotocópia ampliada

[129]

FM / J-172

UM ANO DE ACTIVIDADE MILITAR BRITÂNICA NOS AÇORES

Um ano de actividade militar britânica nos Açores

In: A pátria: jornal da manhã de grande informação. - Angra do Heroísmo. - A. 14, 4ª sér., nº 1745 (9 de Out. 1944), p. 1, col. 3-4; p. 2, col. 1-2. - Fotocópia ampliada

[130]

J/A-17

VAI SER ESTABELECIDO UM ACORDO SOBRE AS BASES AÉREAS DOS AÇORES

Vai ser estabelecido um acordo sobre as Bases Aéreas dos Açores

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 73 (17 de Maio 1946), p. 1, col. 2-3. - Fotocópia

164 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[131]

J /A-16

VENDA DE BARCOS E EQUIPAMENTO PARA FUNDEAR

Venda de barcos e equipamento para fundear

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15174 (11 de Abr. 1946), p. 2, col. 5-6. - Fotocópia

[132]

J /A-16

VENDA DE BARCOS SALVA-VIDAS AÉREOS E EQUIPAMENTOS DOS MESMOS

Venda de barcos salva-vidas aéreos e equipamentos dos mesmos

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15181 (17 de Abr. 1946), p. 2, col. 5. - Fotocópia

[133]

J /A-17

VENDA DE CAMIÕES E MOTOCICLETAS

Venda de camiões e motocicletas

In: Diário insular. - Angra do Heroísmo. - A. 1, nº 53 (21 de Abr. 1946), p. 2, col. 4. - Fotocópia

[134]

J /A-16

VENDA DE METAIS

Venda de metais

In: A união. - Angra do Heroísmo. - A. 53, nº 15102 (14 de Jan. 1946), p. 2, col. 4-5. - Fotocópia

[135]

355.40 VIN.

VINTRAS, R. E.

História secreta da base dos Açores / R. E. Vintras; [trad. de Rafael G. Gomes Filipe]. - Lisboa: Ulisseia, imp. 1975. - 196 p., [8] f. il. - (A História que vivemos; 2)

FOTOGRAFIAS E PEÇAS CEDIDAS

[136]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

[AVIÃO INGLÊS]

[Avião inglês] [Material gráfico]. - [194-?]. - 1 fotografia: p. & b.; 35X49
cm

[137]

Espólio do Gabinete
do Ministro da
República para os
Açores

BANDEIRA DA GRÃ-BRETANHA

Bandeira da Grã-Bretanha [Objecto]

[138]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

BINÓCULO

Binóculo com respectivo estojo de coiro de origem inglesa [Objecto]. - 1940

[139]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

CAPACETE INGLÊS

Capacete inglês [Objecto]: (para utilização nas peças de artilharia anti-
-aérea M/940)

166 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[140]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

A CORPORAL OF THE R.A.F. REGIMENT ON GUARD IN THE AZORES

A corporal of the R.A.F. Regiment on guard in the Azores [Material gráfico]. - 1943. - 1 fotografia: p. & b.; 30X38 cm

[141]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

[DESEMBARQUE E ASPECTOS DO QUOTIDIANO DAS TROPAS BRITÂNICAS NA ILHA TERCEIRA]

[Desembarque e aspectos do quotidiano das tropas britânicas na ilha Terceira] [Material gráfico]. - [1943?]. - 4 fotografias: p. & b.; 30X38 cm

[142]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

JERRICAN

Jerrican (transporte de combustível) utilizado pelos ingleses durante a sua permanência na ilha Terceira no período de 1943-1946 [Objecto]

[143]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

PETROL CANS CAPTURED FROM THE GERMANS USED BY THE R.A.F. IN THE AZORES

Petrol cans captured from the Germans used by the R.A.F. in the Azores [Material gráfico]. - 1943. - 1 fotografia: p. & b.; 30X38 cm

[144]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

PLACA METÁLICA

Placa metálica utilizada pelos ingleses na construção da pista das Lajes, a fim de poder suportar o peso de aviões mais pesados [Objecto]

[145]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

R.A.F. SUPPLY DUMP

R.A.F. Supply Dump [Material gráfico]: Angra. - Dec. 1943. - 5 fotografias: p. & b.

[146]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

[RELÓGIO UTILIZADO PELA R.A.F.]
[Relógio utilizado pela R.A.F.] [Objecto]

[147]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

A ROYAL ENGINEER, WORKING ON AIRFIELD CONSTRUCTION

A royal engineer, working on airfield construction in the Azores, gets a drink from a local boy who appointed himself a modern "Gunga Din" to Army and R.A.F. men [Material gráfico]. - Jan. 1943. - 1 fotografia: col.; 30X38 cm

[148]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

SPORTS DAY, BANK HOLIDAY

Sports day, bank holiday [Material gráfico]. - Aug. 6th 44. - 6 fotografias: p. & b.

168 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

[149]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

U.S.A. TRANSIT A'C AT R.A.F. STATION LAGENS

U.S.A. transit A'C at R.A.F. Station Lagens [Material gráfico]. - 2nd
Aug. 44. - 1 fotografia: p. & b.

[150]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

[UTILIZAÇÃO DA PISTA DAS LAJES POR AVIÕES INGLESES]

[Utilização da pista das Lajes por aviões ingleses] [Material gráfico]. -
[194-?]. - 1 fotografia: p. & b.; 30X38 cm

[151]

Col. do Museu de
Angra do Heroísmo

[VISTAS DA ILHA TERCEIRA NA DÉCADA DE 40]

[Vistas da ilha Terceira na década de 40] [Material gráfico]. - [194-?]. -
6 fotografias: p. & b.

ÍNDICE DE AUTORES E TÍTULOS DE OBRAS ANÓNIMAS

A PROPÓSITO DA COMEMORAÇÃO DA CHEGADA A ESTA ILHA DAS FORÇAS MILITARES BRITÂNICAS 1	AEROPORTO DAS LAJES 9
A PROPÓSITO DO "LIVRO BRANCO" 2	O AEROPORTO DAS LAJES É UM DOS MAIORES DO MUNDO 10
A ÚLTIMA HORA 3	AFONSO, João, 1923- 11
O ACORDO ENTRE PORTUGAL E A INGLATERRA 4	AGOSTINHO, José, 1888-1978 12, 13, 14
ACORDO RELATIVO AO USO DE FACILIDADES NOS AÇORES 5	ÁGUA CORRENTE 15
O ACTO DA ENTREGA DAS BASES AÉREAS DOS AÇORES TEVE LARGA REPERCUSSÃO 6	AIR COMMODORE H. F. G. SOUTHEY 16
O AERODROMO DAS LAJES FOI REINTEGRADO NA PLENA SOBERANIA DE PORTUGAL, O MESMO SUCEDENDO COM O AERODROMO DE SANTA MARIA 7	A ALIANÇA INGLESA 17
[AERODROMO DAS LAJES] 8	AMANHÃ FOOT-BALL A FAVOR DA CRUZ VERMELHA BRITÂNICA 18
	ANDRADE, Luís 19
	ASSISTÊNCIA PÚBLICA 20

170 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

ATERRARAM, EM DOIS ANOS, NO AEROPORTO DAS LAJES VINTE E UM MIL AVIÕES 21	BINÓCULO 138
THE ATLANTIC ECHO 22	BRASÃO, Eduardo, 1907- 28
[AVIÃO INGLÊS] 136	BROMET, Geoffrey 29
BANDEIRA DA GRÃ-BRETANHA 137	BRUM, Ângelo 30
A BANDEIRA PORTUGUESA VOLTA A FLUTUAR HOJE NO AEROPORTO DAS LAJES 23	C, C. 23, 126
AS BASES AÉREAS DOS AÇORES 24	CAETANO, Marcelo, 1906-1980 31
BAUER, Eddy 25	CAMPBELL, R. H. 32
BETTENCOURT, Armando 120	CAMPO DE JOGOS 33
BEVIN FALOU NOS "COMUNS" SOBRE OS AÇORES 26	CAMPO DE JOGOS DA CIDADE 34, 35, 36
[BIDÕES DE ESSÊNCIA] 27	CAPACETE INGLÊS 139
	CARRILHO, Maria 94
	CASTEX, Louis 37

COISAS QUE SE REVELARAM NA ASSEMBLEIA NACIONAL 38	DESPORTOS 43
COMÉRCIO DE OVOS 39	[DIVERSOS ASPECTOS DA PISTA DO AERODROMO DAS LAJES] 44
COOKE, R. Kenneth 22	O DOMINGO DESPORTIVO 45
A CORPORAL OF THE R.A.F. REGIMENT ON GUARD IN THE AZORES 140	É NECESSÁRIO QUE O AEROPORTO DAS LAJES SEJA FULCRO VITAL DO FUTURO DA NOSSA TERRA 46
DELGADO, Humberto, 1906-1965 40	ECONOMIA TERCEIRENSE 47
DELGADO, Iva 40	EICHHORN, Bernt 48
[DESEMBARQUE E ASPECTOS DO QUOTIDIANO DAS TROPAS BRITÂNICAS NA ILHA TERCEIRA] 141	EM SÃO MIGUEL APLICOU-SE PELA PRIMEIRA VEZ A PENICILINA PARA SALVAR UMA VIDA 49
DESPEDIDA DAS FORÇAS BRITÂNICAS DO AEROPORTO DAS LAJES 41	[ENTREGA DO AERODROMO DAS LAJES ÀS AUTORIDADES PORTUGUESAS] 50
DESPERTOU INTERESSE MUNDIAL O ACORDO CONCLUÍDO ENTRE PORTUGAL E A INGLATERRA 42	O ESFORÇO DOS TERCEIRENSES NA CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DAS LAJES 51

172 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Army Map Service
52
- ESTADO UNIDOS DA AMÉRICA, Presidente da República, 1932-1945 (Franklin Delano Roosevelt)
53
- FARIA, Fernando
115
- FARMAN, Henri
37
- FEIO, Jorge
53
- FERREIRA, José Medeiros, 1942-
54
- O FESTIVAL DE AMANHÃ NO CAMPO DE JOGOS
55
- FIGUEIREDO, António de
40
- FIGUEIREDO, Mário de, 1890-1969
56
- FILIFE, G. Gomes
91
- FILIFE, Rafael G. Gomes
135
- FLORIPES
61
- FORJAZ, Cândido Pamplona, 1901-1987
57
- FOX, W. A. L.
58
- UM GESTO GENTIL DO COMANDO DAS FORÇAS BRITÂNICAS
59
- GOMES, Augusto, 1921-
60
- GRÃ-BRETANHA, Primeiro Ministro, 1940-1945 (Winston Churchill)
53
- HISTÓRIA DA BASE AÉREA Nº 4
61
- HOWORTH, A. H. de Araújo Stott
62
- AS IMPRESSÕES DOS AVIADORES INGLESES DA SUA ESTADA NOS AÇORES
63

- A INGLATERRA E OS ESTADOS UNIDOS
HONRAM OS SEUS COMPROMISSOS
64
- INGLESES NAS LAJES
65
- JERRICAN
142
- LAJES
66
- LAJES, Royal Air Force Station
67
- LEITE, José Guilherme Reis
70
- LEITE, Manuel Correia
25
- LIVRARIA EDITORA ANDRADE
68
- MARQUES, António H. de Oliveira, 1933
83
- MARQUES, António H. de Oliveira, 1933-
69
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, 1930-
70
- MARTINS, José Henrique Borges, 1947-
71
- MATIAS, Marcelo, 1903-
72
- MENESES, Manuel de Sousa
73
- MERELIM, Pedro de, pseud., 1913-
74
- NA CONFERÊNCIA DE DUBLIN PORTUGAL
FOI PARTICULARMENTE DISTINGUIDO
75
- NA PRAIA DA VITÓRIA O SOL É INTENSO
E O MAR ATRAI
76
- NASCE ÁGUA
77
- NEMÉSIO, Vitorino, 1901-1978
70, 78
- NO AEROPORTO DAS LAJES
79
- NO COMANDO BRITÂNICO DO AERO-
PORTO DAS LAJES
80
- NO COMANDO MILITAR
81
- NOGUEIRA, Franco, 1918-
82

174 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL 83	PERSONALIDADES PORTUGUESAS AGRA- CIADAS PELO REI DA INGLATERRA 92
O QUE SE DIZIA... 84	PETROL CANS CAPTURED FROM THE GERMANS USED BY THE R.A.F. IN THE AZORES 143
[A OCUPAÇÃO DO SOLO] 85	PINTO, Maria José Vaz 72
UM OFÍCIO DE AGRADECIMENTO 86	PLACA METÁLICA 144
UM OFÍCIO HONROSO PARA A POPULA- ÇÃO TERCEIRENSE 87	PORTUGAL E OS ALIADOS 93
OLIVEIRA, César de 83	PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA MUN- DIAL 94
[PANORÂMICA DA BASE DAS LAJES] 88	PORTUGAL, British Military Attaché 95
PARTES ESTA SEMANA PARA LISBOA A MISSÃO INGLESA DE AVIAÇÃO 89	PORTUGAL, Emissora Nacional de Radiodi- fusão 4, 21, 42, 75, 99
PARTIRAM DA TERCEIRA COM SAUDADES AQUELES A QUEM FOI DADO EMBARCAR 90	PORTUGAL, Ministério da Guerra 96
A PATRIA 91	PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estran- geiros 97, 98

- PORTUGAL, Presidência do Conselho
99, 100
- PORTUGAL, Presidente do Conselho, 1932--
1968 (António de Oliveira Salazar)
72, 101, 102
- A POSIÇÃO DE PORTUGAL NA GUERRA
103
- QUANDO OS INGLESES DESEMBARCA-
RAM NOS AÇORES
104
- A QUESTÃO DO AERODROMO DAS LAJES
105
- R. A. F. SUPPLY DUMP
145
- A REAL FORÇA AÉREA AUXILIA BA-
LIEIROS PORTUGUESES EM PLENO
ATLÂNTICO
106
- REALIZOU-SE NO "IMPERIAL" UMA SIGNI-
FICATIVA FESTA LUSO-BRITÂNICA
107
- RECEBEU MAIS UMA GRANDE REMESSA
DE WHISKY
108
- [RELÓGIO UTILIZADO PELA R. A. F.]
146
- REPORTAGEM GRÁFICA DA CERIMÓNIA
DA ENTREGA DA BANDEIRA NACIONAL
109
- REVELAÇÕES DE SIR SAMUEL HOARE
SOBRE A PASSADA GUERRA
110
- ROSAS, Fernando
83, 111
- A ROYAL ENGINEER, WORKING ON AIR-
FIELD CONSTRUCTION
147
- S., C. M.
1
- SALAZAR, António de Oliveira, 1889-1970
97
- SANTOS, A. Borges dos, 1920-
112
- UM SENSACIONAL DOCUMENTO SECRETO
113
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo
72
- SERRÃO, Joel, 1919-
83
- Serviço de Censura Militar Postal e Gráfica
127

176 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

SILVA, José Guedes da, 1955- 114	TERCEIRA, Comando Militar 127
SILVA, Sérgio Alves da 48	U.S.A. TRANSIT A/C AT R.A.F. STATION LAJENS 149
SILVEIRA, Carlos Ramos da 115	ÚLTIMAS NOTÍCIAS 128
SOUVENIR OF BRITISH FORCES AZORES 116	UM ANO DE ACTIVIDADE MILITAR BRI- TÂNICA NOS AÇORES 129
O SPORT EM TARDE DE CHUVA 117	[UTILIZAÇÃO DA PISTA DAS LAJES POR AVIÕES INGLESES] 150
SPORTS DAY, BANK HOLIDAY 148	VAI SER ESTABELECIDO UM ACORDO SOBRE AS BASES AÉREAS DOS AÇORES 130
SYFRET, Neville 118	VENDA DE BARCOS E EQUIPAMENTO PARA FUNDEAR 131
TADEU, Viriato 119	VENDA DE BARCOS SALVA-VIDAS AÉREOS E EQUIPAMENTOS DOS MESMOS 132
TÁVARES JÚNIOR 120	VENDA DE CAMIÕES E MOTOCICLETAS 133
TEATRO ANGRENSE 121	VENDA DE METAIS 134
TELO, António José, 1952- 122, 123, 124, 125	
A TERCEIRA 126	

VINTRAS, R. E.

135

[VISTAS DA ILHA TERCEIRA NA DÉCADA
DE 40]

151

ZINGEL, Dieter

48

ÍNDICE DE TÍTULOS

O 1º LIVRO BRANCO PORTUGUÊS 32	O ACTO DA ENTREGA DAS BASES AÉREA DOS AÇORES TEVE LARGA REPERCUS- SÃO 6
A PROPÓSITO DA COMEMORAÇÃO DA CHEGADA A ESTA ILHA DAS FORÇAS MILITARES BRITÂNICAS 1	O AERODROMO DAS LAJES FOI REIN- TEGRADO NA PLENA SOBERANIA DE PORTUGAL, O MESMO SUCEDENDO COM O AERODROMO DE SANTA MARIA 7
A PROPÓSITO DO "LIVRO BRANCO" 2	[AERODROMO DAS LAJES] 8
A ÚLTIMA HORA 3	O AEROPORTO DAS LAJES É UM DOS MAIORES DO MUNDO 10
O ACORDO ENTRE PORTUGAL E A IN- GLATERRA 4	O AEROPORTO DAS LAJES FOI A EXPRES- SÃO MÁXIMA DA NOSSA NEUTRALIDA- DE COLABORANTE 56
ACORDO RELATIVO AO USO DE FACILI- DADES NOS AÇORES 5	AEROPORTO DAS LAJES 9
AÇORES 48	O AEROPORTO DAS LAJES É UM DOS MAIORES DO MUNDO 10
OS AÇORES E O CONTROLO DO ATLÂN- TICO (1898/1984) 122	L'AGE DE L'AIR 37

ÁGUA CORRENTE

15

THE ATLANTIC ECHO

22

AIR COMMODORE H. F. G. SOUTHEY

16

[AVIÃO INGLÊS]

136

ALGUNS TOPICOS SOBRE AS RELAÇÕES
ENTRE OS AÇORES E A GRÃ-BRETANHA

19

BANDEIRA DA GRÃ-BRETANHA

137

A ALIANÇA INGLESA

17

A BANDEIRA PORTUGUESA VOLTA A
FLUTUAR HOJE NO AEROPORTO DAS
LAJES

23

A ALIANÇA LUSO BRITÂNICA E A SE-
GUNDA GUERRA MUNDIAL

62

A BANDEIRA PORTUGUESA VOLTA A
FLUTUAR HOJE NO AEROPORTO DAS
LAJES, O MAIOR AERODROMO DO ATLÂN-
TICO

23

AMANHÃ FOOT-BALL A FAVOR DA CRUZ
VERMELHA BRITÂNICA

18

OS ANOS DA GUERRA E A PRIMEIRA
CRISE DO REGIME

111

AS BASES AÉREAS DOS AÇORES

24

ANTÓNIO JOSÉ LEITE

70

AS BASES NOS AÇORES PERMITIRAM
SALVAR MUITOS NAVIOS E MUITAS VI-
DAS INGLESA

118

ASSISTÊNCIA PÚBLICA

20

BEVIN FALOU NOS "COMUNS" SOBRE OS
AÇORES

26

ATERRARAM, EM DOIS ANOS, NO AE-
ROPORTO DAS LAJES VINTE E UM MIL
AVIÕES

21

[BIDÕES DE ESSÊNCIA]

27

180 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

BINÓCULO 138	COMO A HISTÓRICA E MARAVILHOSA ILHA TERCEIRA SE TRANSFORMOU NA GRANDIOSA BASE AÉREA Nº 100 A MAIOR DO ATLÂNTICO 120
BINÓCULO COM RESPECTIVO ESTOJO DE COIRO DE ORIGEM INGLESA 138	CONCERTO DE MÚSICA PELA R. A. F. DANCE ORCHESTRA E R. A. F. MALE VOICE CHOIR 67
BRITISH FORCES IN THE AZORES 29	[CÓPIA DE CARTA ESCRITA DE ANGRA DO HEROÍSMO A RAFAEL DE AZEVEDO] 12
THE BRITISH MILITARY ATTACHÉ AND HIS ASSISTANTS... 95	[CÓPIA DE CARTA ESCRITA EM ANGRA DO HEROÍSMO SEM DESTINATÁRIO] 13
CAMPO DE JOGOS 33	A CORPORAL OF THE R.A.F. REGIMENT ON GUARD IN THE AZORES 140
CAMPO DE JOGOS DA CIDADE 34, 35, 36	CORRESPONDÊNCIA MARCELO MA- THIAS, SALAZAR, 1947-1968 72
CANTIGAS AO CAMPO DAS LAJES 78	A DEFESA DOS AÇORES DURANTE A II GUERRA MUNDIAL 73
CAPACETE INGLÊS 139	[DESEMBARQUE E ASPECTOS DO QUO- TIDIANO DAS TROPAS BRITÂNICAS NA ILHA TERCEIRA 141
COISAS QUE SE REVELARAM NA ASSEM- BLEIA NACIONAL 38	
COMÉRCIO DE OVOS 39	

DESPEDIDA DAS FORÇAS BRITÂNICAS
DO AEROPORTO DAS LAJES

41

DESPERTOU INTERESSE MUNDIAL O
ACORDO CONCLUÍDO ENTRE PORTU-
GAL E A INGLATERRA

42

DESPORTOS

43

DISCURSOS E NOTAS POLÍTICAS IV

101

[DIVERSOS ASPECTOS DA PISTA DO
AERODROMO DAS LAJES]

44

DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRAN-
GEIROS AO EMBAIXADOR DE PORTU-
GAL EM LONDRES

97

DOCUMENTOS RELATIVOS AOS ACOR-
DOS ENTRE PORTUGAL, INGLATERRA E
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA A
CONCESSÃO DE FACILIDADES NOS AÇO-
RES DURANTE A GUERRA DE 1939-1945

98

O DOMINGO DESPORTIVO

45

É NECESSÁRIO QUE O AEROPORTO DAS
LAJES SEJA FULCRO VITAL DO FUTURO
DA NOSSA TERRA

46

ECONOMIA TERCEIRENSE

47

EM S. MIGUEL APLICOU-SE PELA PRIMEI-
RA VEZ A PENICILINA PARA SALVAR
UMA VIDA

49

EM S. MIGUEL APLICOU-SE PELA PRIMEI-
RA VEZ A PENICILINA PARA SALVAR
UMA VIDA

49

[ENTREGA DO AERODROMO DAS LAJES
ÀS AUTORIDADES PORTUGUESAS]

50

O ESFORÇO DOS TERCEIRENSES NA CONS-
TRUÇÃO DO AEROPORTO DAS LAJES

51

O ESFORÇO DOS TERCEIRENSES NA
CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DAS
LAJES CONSTITUI UMA BELA AJUDA
PARA A ENGENHARIA

51

O FESTIVAL DE AMANHÃ NO CAMPO DE
JOGOS

55

182 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA (O GAIADA) 71	JERRICAN 142
UM GESTO GENTIL DO COMANDO DAS FORÇAS BRITÂNICAS 59	JERRICAN (TRANSPORTE DE COMBUSTÍ- VEL) UTILIZADO PELOS INGLESES DU- RANTE A SUA PERMANÊNCIA NA ILHA TERCEIRA NO PERÍODO DE 1943-1946
HISTÓRIA DA BASE AÉREA Nº 4 61	142
HISTÓRIA DE PORTUGAL 69	LAGENS AIRDROME 52
HISTÓRIA PASSADA.. 11	LAGES 66
HISTÓRIA POLÉMICA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 25	LAJES 66, 74
HISTÓRIA SECRETA DA BASE DOS AÇO- RES 135	LAGENS AIRDROME 52 [LÁPIDE COMEMORATIVA DA CHEGADA DAS FORÇAS BRITÂNICAS] 114
AS IMPRESSÕES DOS AVIADORES INGLESES DA SUA ESTADA NOS AÇORES 63	LIVRARIA EDITORA ANDRADE 68
A INGLATERRA E OS ESTADOS UNIDOS HONRAM OS SEUS COMPROMISSOS 64	MEMÓRIAS 57
INGLESES NAS LAJES 65	MEMÓRIAS DE HUMBERTO DELGADO 40

MENSAGEM ALTAMENTE SECRETA E
PESSOAL DO PRESIDENTE ROOSEVELT E
DO PRIMEIRO-MINISTRO SENHOR CHUR-
CHIL AO MARECHAL ESTALINE

53

MINHAS MEMÓRIAS DE SALAZAR

31

NA CONFERÊNCIA DE DUBLIN PORTU-
GAL FOI PARTICULARMENTE DISTIN-
GUIDO

75

NA CONFERÊNCIA DE DUBLIN PORTU-
GAL FOI PARTICULARMENTE
DISTINGUI-DO PELA ALTA
IMPORTÂNCIA DAS SUAS POSIÇÕES NOS
AÇORES E NA PORTELA DE SACAVÉM

75

NA HORA DA DESPEDIDA VITORINO
NEMÉSIO FALA AO DIÁRIO INSULAR

112

NA PRAIA DA VITÓRIA O SOL É INTENSO
E O MAR ATRAI

76

NA PRAIA DA VITÓRIA O SOL É INTENSO
E O MAR ATRAI NUMEROSOS GRUPOS DE
INGLESES E AMERICANOS

76

NASCE ÁGUA

77

NO AEROPORTO DAS LAJES

79

NO COMANDO BRITÂNICO DO AERO-
PORTO DAS LAJES

80

NO COMANDO MILITAR

81

NOTA OFÍCIOSA

99

O NOTÁVEL DISCURSO DO PRESIDENTE
DO CONSELHO SENHOR DOUTOR OLI-
VEIRA SALAZAR

102

NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL

83

O QUE SE DIZIA...

84

O QUE TERIA DITO "A UNIÃO", SE NÃO
HOUVESSE A CENSURA

14

[A OCUPAÇÃO DO SOLO]

85

184 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

UM OFÍCIO DE AGRADECIMENTO 86	PLACA METÁLICA 144
UM OFÍCIO HONROSO PARA A POPULAÇÃO TERCEIRENSE 87	PLACA METÁLICA UTILIZADA PELOS INGLESES NA CONSTRUÇÃO DA PISTA DAS LAJES, A FIM DE PODER SUPORTAR O PESO DOS AVIÕES MAIS PESADOS
[PANORÂMICA DA BASE DAS LAJES] 88	144
PARTE ESTA SEMANA PARA LISBOA A MISSÃO INGLESA DE AVIAÇÃO 89	PLANO 96
PARTE ESTA SEMANA PARA LISBOA A MISSÃO INGLESA DE AVIAÇÃO QUE ESTÁ REUNIDA NESTA ILHA 89	PORTUGAL E A SUA POSIÇÃO PERANTE A GUERRA 100
PARTIRAM DA TERCEIRA COM SAUDADES ÀQUELES A QUEM FOI DADO EMBARCAR 90	PORTUGAL E OS ALIADOS 93
A PATRIA 91	PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA 123
PERSONALIDADES PORTUGUESAS AGRACIADAS PELO REI DA INGLATERRA 92	PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA (1941-1945) 124
PETROL CANS CAPTURED FROM THE GERMANS USED BY THE R.A.F. IN THE AZORES 143	PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 94
	A POSIÇÃO DE PORTUGAL NA GUERRA 103

PREITO DE GRATIDÃO AO EXCELENTÍSSIMO COMANDANTE MILITAR INGLÊS NA TERCEIRA

30

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 10,542 A QUE CONVÉM DAR PUBLICIDADE

127

PROPAGANDA E GUERRA SECRETA EM PORTUGAL

125

QUANDO A MARINHA TINHA ASAS...

119

QUANDO OS INGLESES DESEMBARCAM NOS AÇORES

104

A QUESTÃO DO AERODROMO DAS LAJES

105

R.A.F. SUPPLY DUMP

145

A REAL FORÇA AÉREA AUXILIA BALIEIROS PORTUGUESES EM PLENO ATLÂNTICO

106

REALIZOU-SE NO "IMPERIAL" UMA SIGNIFICATIVA FESTA LUSO-BRITÂNICA

107

REALIZOU-SE NO "IMPERIAL" UMA SIGNIFICATIVA FESTA LUSO-BRITÂNICA PROMOVIDA PELO LUZITANIA

107

RECEBEU MAIS UMA GRANDE REMESSA DE WHISKY

108

RECEBEU MAIS UMA GRANDE REMESSA DE WHISKY DA AFAMADA MARCA [SIC] PELOS INGLESES E AMERICANOS LONG-JOHN

108

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS ILHAS ATLÂNTICAS

54

O REGRESSO DO INGLÊS

60

[RELÓGIO UTILIZADO PELA R.A.F.]

146

REPORTAGEM GRÁFICA DA CERIMÓNIA DA ENTREGA DA BANDEIRA NACIONAL

109

REPORTAGEM GRÁFICA DA CERIMÓNIA DA ENTREGA DA BANDEIRA NACIONAL À BASE AÉREA 4 (LAJES)

109

186 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

REVELAÇÕES DE SIR SAMUEL HOARE SOBRE A PASSADA GUERRA 110	SPORTS DAY, BANK HOLIDAY 148
ROYAL AIR FORCE SUPPLY DUMP 145	TEATRO ANGRENSE 121
A ROYAL ENGINEER, WORKING ON AIR- FIELD CONSTRUCTION 147	TERCEIRA 58, 126
A ROYAL ENGINEER, WORKING ON AIR- FIELD CONSTRUCTION IN THE AZORES, GETS A DRINK FROM A LOCAL BOY WHO APPOINTED HIMSELF A MODERN "GUN- GA DIN" TO ARMY AND R.A.F. MEN 147	U.S.A. TRANSIT A/C AT R.A.F. STATION LAGENS 149
SALAZAR 82	ÚLTIMAS NOTÍCIAS 128
UM SENSACIONAL DOCUMENTO SECRETO 113	UM ANO DE ACTIVIDADE MILITAR BRI- TÂNICA NOS AÇORES 129
SOUVENIR OF BRITISH FORCES AZORES 116	UNITED STATES OF AMERICA TRANSIT A/C AR R.A.F. STATION LAGENS 149
O SPORT EM TARDE DE CHUVA 117	[UTILIZAÇÃO DA PISTA DAS LAJES POR AVIÕES INGLESES] 150
O SPORT EM TARDE DE CHUVA CONSEN- TIU UMA VITÓRIA DA R.A.F. E O BENFICA FEZ GRANDE RESULTADO NA FINAL DA "TAÇA DE PORTUGAL" 117	VAI SER ESTABELECIDO UM ACORDO SOBRE AS BASES AÉREAS DOS AÇORES 130
	UMA VELHA ALIANÇA 28

VENDA DE BARCOS E EQUIPAMENTO
PARA FUNDEAR

131

VENDA DE BARCOS SALVA-VIDAS AÉ-
REOS E EQUIPAMENTOS DOS MESMOS

132

VENDA DE CAMIÕES E MOTOCICLETAS

133

VENDA DE METAIS

134

[VISTAS DA ILHA TERCEIRA NA DÉCADA
DE 40]

151

IV COLÓQUIO "OS AÇORES E O ATLÂNTICO"*

Por: Mário Pinto

Minhas Senhoras e meus Senhores.

É justo que comece as minhas palavras, neste acto de encerramento, por um cordial cumprimento de felicitações ao Instituto Histórico da Ilha Terceira, por este IV Colóquio «Os Açores e o Atlântico».

Neste pequeno mas maravilhoso pedaço da Nação Lusitana, que é a ilha Terceira, e mais localizadamente nesta cidade histórica portuguesa que o mundo perfilhou como património também seu, Angra do Heroísmo, um grupo de ilustres personalidades, reduzido em número mas grande em ciência, em denodo e em clarividência, tem vindo a fiar, puxando da história aqui vivida, fios maiores da trama da nossa história pátria, da história do Atlântico e da história do mundo todo.

Não exagero. E o Colóquio que hoje encerramos, a acrescentar aos que o antecederam, bem o demonstra. Pela selectiva escolha dos temas

* *Discurso proferido pelo Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores na sessão de Encerramento do IV Colóquio "Os Açores e o Atlântico", realizado em Angra do Heroísmo, de 7 a 9 de Outubro de 1993.*

tratados, e sua interconexão à luz de uma pré-compreensão interpretativa e valorativa, pela ideal convergência de cientistas dos mais excelentes e empenhados, entre nós e no estrangeiro, fica logo evidenciado o desígnio de uma procura que dê sentidos profundos e fecundos para o passado, para o presente e para o futuro.

Nessa temática, subjaz e sobrejuz constantemente a trama de relações internacionais que tem a ver com a posição geográfica dos Açores.

Os Açores, e mais especialmente a Ilha Terceira e a cidade de Angra do Heroísmo, estiveram, e estarão ainda, no enfiamento de linhas geo-estratégicas nacionais e mundiais, desde há séculos. Por isso, não será milagre que nasça daqui uma pontual interpelação acerca da mais exacta interpretação dessas linhas, e dos correspondentes sentidos. O que dá a iniciativas como esta, que se carregam com essa intencionalidade, uma transcendência nacional universal.

A influência da posição geo-estratégica foi pesadamente influente durante toda a história de Portugal. Na decisão modelar da preservação da sua identidade e independência histórica, só o lastro da alma portuguesa do povo foi capaz de fazer pender a seu favor esse factor, que foi sempre motivo de interesses vitais de outros povos.

Deste modo, a servidão geo-estratégica pôde ser um factor determinante da nossa autonomia de ser. E, na preservação da identidade nacional do povo português, pesou e pesa, sem dúvida, a perifericidade ibérica, continental e atlântica.

O ser atlântico implica, portanto, carregar um longo passado histórico, e por consequência uma natureza. Não é, pois, sem razão que simbolicamente se situou aqui, neste coração atlântico, a sede do projecto da história do Atlântico, a que estão especialmente ligados o prof. Borges de Macedo e do Dr. Álvaro Monjardino, aqui presentes. E que fazem todo o sentido estes Colóquios sobre os Açores e o Atlântico, promovidos pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Gostaria de pedir a vossa benevolência para algumas considerações que me são inspiradas, talvez assaz livremente, pela temática deste Colóquio e seus fecundos debates.

Perdoar-me-ão que insista sobre o que hoje vai constituindo evidência

preocupante, a saber, a procura de sentidos e de referências universais para o que fazer, na história dos nossos dias. E se os tempos são sempre novos, o carro da história humana que os percorre vem da sua própria trajetória, e carrega consigo lastros que são renováveis, mas a ritmos que resistem misteriosa e talvez transcendentalmente ao nosso querer imediato, e não raro superficial e caprichoso.

E assim, da história se passa à filosofia, no melhor e mais rico proveito da experiência do labor intelectual humano.

hoje, como sempre mas numa concreta e vivida experiência actual, é urgente o retorno à filosofia e às razões de viver. É verdade que a vida não espera pela filosofia («primum vivere, deinde filosofare»). Como o cavalo desenfreado não espera pelo cavaleiro derribado. Mas pobre vida, que não tenha a alma de uma nobre sabedoria.

Não há, porém, sabedoria que se não refira ao exame de consciência, como exame de vida, pessoal e colectivo.

Prescrutar os escondidos motivos e sentidos da nossa história, é vir a este exame, e com ele tocar no mistério e nas razões de viver.

A geo-estratégia, enquanto estratégia, pede um designio; e qualquer designio pede um sentido de viver, explícito e senhor de si, para ser digno do homem.

Porque penso assim, o modesto tributo que posso oferecer a este Colóquio é o de um reconhecido agradecimento. Aos seus organizadores, em primeiro lugar, e com justo destaque para o Dr. Álvaro Monjardino, e a todos os ilustres conferencistas e demais participantes.

Se me permitissem, gostaria de dirigir uma especial saudação, de muito cordial apreço e amizade, ao Senhor Professor Borges de Macedo, a quem me ligam já largos anos de laços de colaboração universitária, para mim muito honrosa e gratificante.

Minha Senhoras e meus Senhores.

«Os Açores e o Atlântico». sim, os Açores e este Atlântico, que Pessoa, na lucidez inultrapassável da intuição poética, nomeou como futuro do passado.

E já que refiro Pessoa, permitam-me que, para concluir as minhas palavras, dele recite, a propósito, alguns versos do seu conhecido poema:

«A Europa jaz, posta nos cotovelos:
(assim começa; e depois termina)
Fita, com olhar esfingico e fatal,
o Ocidente, futuro do passado.
O rosto com que fita é Portugal.»

Comentando esta bellissima intuição poética, apetecia-me dizer que, de Portugal (rosto com que, sobre o Atlântico, a Europa fita o Ocidente, futuro do passado), os Açores são o olhar mais penetrante, porque precisamente pousado no meio do Atlântico.

Os Açores foram gerados, na história pátria, como a projecção de um olhar mais fundo e penetrante de Portugal (e da Europa) no mar Atântico. Porque de modo nenhum outro melhor, um continente olha, reflectindo-se, no mar, que não seja através de uma continuação arquipelágica.

Num tempo de nevoeiro para a tarefa da definição das grandes estratégias mundiais, como já ouvi dos ecos deste Colóquio, em que faz falta que se alevantem luzeiros guiadores e exaltantes, talvez que daqui se possa de certo modo dizer, no tom e no modo devidamente ajustados, voltando a Pessoa, mas alargando ao mundo todo (porque não?) o seu grito de incitamento e de esperança:

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso nada é inteiro.
Ó Portugal (ó Mundo) hoje és nevoeiro...
É a hora!

Deus o queira.

Tenho dito.

UMA REFLEXÃO SOBRE PORTUGAL *

Por: Álvaro Monjardino

1. O Centenário da Autonomia Açoriana

Culminando uma campanha desencadeada em 1892, mas cujos antecedentes eram bem anteriores, o decreto de 2 de Março de 1895 veio tornar possível, às Juntas Gerais dos Açores que assim o desejassem, o acesso a uma modalidade de autonomia administrativa. Às Juntas que tal pretendessem eram então conferidas algumas competências e correlativamente atribuídas certas receitas fiscais.

Decidiu a Assembleia Legislativa Regional dos Açores que o período que vai de Março de 1994 a Março de 1995 fosse dedicado às comemorações do primeiro centenário deste decreto o qual, quebrando uma certa propensão centralista que o regime constitucional em derradeira análise havia reforçado, se reencontrava com antigas tradições da governação insular, afinal presentes - embora em diferente contexto social - desde os primeiros tempos do Povoamento do arquipélago.

* *Texto de apresentação do Colóquio sobre o mesmo tema, realizado em Angra do Heroísmo, de 22 a 24 de Setembro de 1994.*

O colóquio que agora iniciamos é uma das formas institucionais por que o Instituto Histórico da Ilha Terceira participa nestas comemorações.

Não será este o lugar nem, certamente, esta a ocasião própria para assinalar o que existe de comum, mas também de profundamente diferente, entre a autonomia administrativa facultada aos distritos açorianos em 1895 - da qual, note-se, apenas dois desses distritos se valeram - e a autonomia político-administrativa que a Constituição de 1976 reconheceu e concedeu aos dois arquipélagos portugueses do Atlântico.

Esses são, aliás, assuntos que têm vindo, e decerto continuarão a ser, abordados ao longo deste ano comemorativo.

Preferimos trazer aqui e agora uma matéria que se nos afigura um pouco esquecida nestas comemorações e todavia nos parece, a qualquer luz, fundamental. Porque se refere ao quadro geral e mesmo ao pressuposto da própria autonomia insular. Esse quadro e esse pressuposto, nunca será demais lembrá-lo, correspondem à própria realidade portuguesa, no seio da qual as ilhas atlânticas nasceram para a História, e nela se continuam.

É dessa realidade - social, económica, política, vista de dentro e vista de fora, encarada no seu dever e na sua expressão actual - que se irá tratar neste colóquio. Com isso se trazendo um elemento, que julgamos essencial, para as comemorações que agora decorrem.

Reflectir sobre Portugal é coisa que em mais de uma ocasião se tem levado a efeito. E que, como também já sucedeu, corre o risco de saldar-se por um exercício inútil em que, por vezes, se tem comprazido um certo pensamento português.

Não é justo, como já se deixa ver, o pretendido com o presente colóquio. E desde logo por ele se inserir na lógica daquela reflexão específica que atrás se mencionou. Lógica essa conducente, em última análise, a uma melhor compreensão do fenómeno autonómico-regional português, a propósito do centenário de um sistema autonómico-distrital: um e outro insulares, um e outro conquistados, um e outro com os seus frutos próprios, um e outro marcando a geração que, respectivamente, o promoveu.

É que o fenómeno regional surge, desenvolveu-se mesmo com luta, a ponto de obter consagração legal e até constitucional, dentro de

uma realidade mais ampla. Esta realidade mas ampla é a do próprio fenómeno nacional. Como acentuou recentemente Borges de Macedo, aliás pensando no todo português, *a consciência da região e a forma tangível da consciência da nacionalidade sendo o regionalismo uma vivência e a nacionalidade uma necessidade indispensável à sua valorização* (cf. "Unidade de poder e diversidade de situação nas áreas regionais em Portugal - consequências metodológicas", in "Primeiras jornadas de história local e regional" - FLUL, 1993, pp. 15-16).

Iremos pois, com esta motivação, sob diversas perspectivas e em inteira liberdade, reflectir sobre Portugal. É este o contributo que queremos deixar no processo comemorativo que decorre.

2. Reflectir sobre Portugal

Portugal...

Fernando Pessoa chamou a Portugal «rosto da Europa». Mas seria (seria?) o rosto de uma certa Europa - a que olhava o Ocidente, «futuro do passado», com «ar esfingico e fatal» -. O poema, com que se inicia a «Mensagem», é de Dezembro de 1928. Ou seja, contemporâneo daquele último fervilhar norte-americano dos chamados anos loucos, que fascinava muitos e não explodira ainda na grande crise mundial de 1929.

Como tantas coisas giraram depois disso!

Não obstante, ainda hoje há, em Portugal, espíritos condicionados pela guerra fria e por uma Aliança Atlântica em *stand by* para intervir algures com o seu braço armado (aliança de que nos vimos sócios fundadores quase sem dar por isso, graças a méritos estratégicos decorrentes de uma mera localização geográfica). Estes atlantistas persistem em basear Portugal numa vocação ocidental e marítima. Mais até do que marítima: oceânica. Porventura sem ponderarem que quem hoje pesca são os espanhóis, os franceses e os escandinavos, e que quem estuda e visa explorar os fundos marinhos também não são propriamente os portugueses.

Em boa verdade, a Europa deste fim de milénio apresenta-se-nos de maneira algo diferente da dos anos 20 e muito da dos anos 50 a 80.

Certamente deixará inadequada e esquecida aquela, mesmo então controversa, figuração antropomórfica de Pessoa. Ainda partida em duas, a Europa de hoje surge-nos desenhada na cola - ou simplesmente a par - de sensacionais acontecimentos, havidos durante o presente século. Porém, note-se, vários desses acontecimentos já não podem dizer-se em seu seio gerados. E quais foram ou não eles? Foram uma revolução energética, foram progressos outrora insuspeitados nos transportes e nas comunicações, foram duas guerras mundiais devastadoras, foi o surgimento de instituições supra-nacionais, foi a extinção da bipolaridade político-militar com a derrocada comunista, é uma afirmação nova de dinamismo e poder económicos em países do Oriente, é a explosão demográficas entre os povos desfavorecidos pela fortuna e pelo progresso, é a emergência de redes internacionais de crime e de tráfico internacional de armas, até mesmo nucleares.

Com tais cenários, será duvidoso que esta Europa ainda olhe, como queria Pessoa, para o tal «Ocidente, futuro do passado». A menos que faça para um *Far West* alargado que, na redondeza cada vez mais pequena da Terra alcance - como pretendiam Toscanelli e Colombo - o Oriente, no outro lado do mundo... Seja como fôr, o rosto com que a Europa o fita não é, certamente, Portugal - é o dos agentes financeiros e económicos, atentos às flutuações dos mercados, às cotações das grandes bolsas e aos noticiários da CNN...

3. Uma insegurança histórica

Foi na metade rica desta Europa que Portugal entrou, institucionalmente, em Janeiro de 1986. Entrou *desinfectado* - isto é, sem colónias e com uma democracia formalmente estabelecida - e algo timidamente, como o imigrante que aborda a sociedade desenvolvida onde, doravante, irá trabalhar. Trazia feridas ainda abertas, vícios proteccionistas, uma sociedade pouco desenvolvida, um produto interno relativamente baixo e uma persistente História de 8 séculos e meio, desenvolvida a partir de fronteiras muito antigas e de uma aventura mundial algo mitificada. Começou então o progresso de adaptação, num misto de apetite de

pobre e de desconforto por uma relativa insignificância, tudo ancorado porém num teimoso orgulho de aristocrata decaído, só desaperecebido de alguns portugueses.

...Francisco de Faria Severim, jovem de 19 anos que embarcou na Armada das Ilhas entre Julho e Outubro de 1598, deixou um «diário de viagem» publicado por A. Teodoro de Matos no Boletim do IHIT. Nesse diário ficaram umas impressões sobre os lugares que a Armada ia abordando. Algumas dessas repetam à Ilha Graciosa, que tem uma área de 61 km² e uma diminuta população. São observações que ainda mantêm actualidade, porque os graciosenses continuam a ser, de entre os açorianos, os que apresentam mais baixos índices de bem-estar de par com uma muito prezada de se afirmarem: «(...) *muitas das casas são de telhados de palhissa, casas pobres mal concertadas*». Mas não só...: «(...) *a gente da terra todos são fidalgos e dizem serem descendentes de furtados, mendonças e outras fidalguias de portugal ainda que pobre no tratto e traje (...)*» (fls. 148 v^o do códice 6368 da B.N., in Bol. cit., XLIII, tomo 2^o, 444/445).

É-me difícil dissociar a ideia colhida na ilha Graciosa pelo jovem Severim, da deste Portugal caloiro da União Europeia, misturando o pretensionismo de Lisboa/94, *capital europeia da cultura* com as barracas das suas periferias, ou com o esforço para falar estrangeiro - até com quem os entenderia em português - em que se afadigam alguns representantes políticos nacionais, quase nisso esgotando os seus talentos. É, por outro lado, o nosso antigo complexo de pequeno perante os grandes que nos angustia, nos limita e nos leva a buscar refúgio protector em discutíveis glórias passadas ou, ultimamente, em algum fugaz êxito desportivo ou atlético. E talvez por isto tudo não deixa de nos ocorrer uma analogia com aquele autêntico grito de alma de Luís de Camões, no canto X dos *Lusíadas*:

*Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses
Possam dizer que são para mandados
Mais que para mandar, os Portugueses!*

Não obstante, esta comunidade pequena, acanhada e pobre, im-

plantada em um território diminuto e pouco fértil, subsiste com identidade política, fronteiras definidas e língua própria, há um invejável número de séculos. Integrou uma população de forte rusticidade, mas com características regionais não rigorosamente idênticas. Criou um império marítimo (nem outro poderia ser...) o qual se foi penosamente perdendo, ao longo de gerações. Porventura com olhos neste devir se definia a história de Portugal com referência a três tópicos - fronteira, expansão, decadência -. E nisto se terá de alguma maneira esquecido - ou esbatido pelo menos - a consideração daquilo que, certamente mais que o prestígio externo, a proeminência internacional, quiçá uma liderança imperial que em boa verdade jamais tivemos, define, estrutura e dá conteúdo à essência de uma nação: a coesão interna, baseada numa comunidade histórica de cultura (mesmo com problemas de autarcia económica), em contributos regionais não idênticos, mas convergentes graças a uma acção unificadora que, em geral, o estado sobre todos eles exerceu.

4. Uma persistência solidária.

Reduzido às dimensões territoriais do século XV, mas em processo de uma integração pacífica - económica e de certo modo política - na União Europeia, Portugal defronta-se com problemas novos, um dos quais é a imigração. A promoção comunitária granjeou-lhe um prestígio diferente por parte de antigas colónias (aqui se incluindo, seja dito, mesmo a que no século passado se emancipou). E os portugueses - agora também cidadãos europeus aparentemente dispensados das antigas cruzadas ultramarinas - vêm ganhando, por assim dizer, uma consciência mais densa da sua própria implantação territorial, dos problemas que de perto os envolvem e mesmo do seu poder reivindicativo. Esbatidos os limites incertos ou precários do império acabado, redefine-se a fronteira histórica, agora porém aberta e permeável aos vizinhos. Foi todavia essa antiga fronteira, também no dizer de Broges de Macedo, que *impôs, estimulou, exigiu e desenvolveu um estado. Foi a fronteira que deixou nascer uma língua, tomou consciência da evolução das qualificações naturais dos seus povos, relativamente às formas literárias e artísticas que conduzem*

ou permitem um processo específico de criação humana, numa área bem delimitada e politicamente comunitária. Acrescentaremos que terá sido também essa fronteira, praticamente definida desde o Tratado de Alcañices (1297) que determinou os portugueses a voltarem-se para o mar.

O Estado aceita o regional que nele se abrigava, sem deixar de defender a vantagem da existência de elementos com generalidade adequada e que decorriam das instituições centralizadas, de uma cultura nas mesmas condições, assim como de uma espiritualidade própria e uma língua comum: factores instrumentais dominantes para a unidade e o exercício do poder, nessas melhores condições. Mas não podiam ser compressivos! A necessidade do regional nunca desapareceu (op. cit., pp. 19-20).

É, pois, dentro do enquadramento nacional que o fenómeno regional ou local encontra a sua razão de ser. Mais, é ordenado àquele enquadramento que esse fenómeno regional ou local *também* existe, como factor integrador e enriquecedor, para além dos seus problemas privativos.

De resto, recordar-se-á que em alguns momentos especiais de crise portuguesa, foi até nas regiões, não na capital, que o próprio sentido nacional se manifestou, na sua autenticidade e profundidade. A história dos Açores é rica em momentos desses, surgidos nomeadamente em 1581/1583, em 1641/1642, no século XIX (mormente quando o separatismo de 1870 apareceu em reacção ao Iberismo) e até em 1975. Do Norte saiu a originária definição portuguesa, como saíram a reforma liberal e a Regeneração oitocentista. Do coração do Alentejo e do Algarve as primeiras revoltas contra a administração filipina. Do Porto, de Bragança, das Beiras, a rebelião contra os franceses em Junho de 1808.

Mas é também dentro do contexto nacional, e graças a ele, que as regiões podem ter acesso a benefícios que de outra maneira as ignorariam. Não há defesas regionais, há defesas nacionais. Por isso se diz, e com forte razão, que quando, a seguir à Restauração portuguesa, os brasileiros expulsaram os holandeses do seu Nordeste e depois de Angola, essas foram as primeiras afirmações de um novo poder nacional que surgia do lado de lá do Atlântico. As novas relações comunitárias processam-se por intermédio dos estados, sem embargo da voz consultiva das regiões,

mesmo daquelas com história, personalidade vincada, dimensão territorial e humana e poder económico - que as há na Europa, com grandes e poderosas tradições; mas certamente não em Portugal...-.

5. Uma função unificadora.

Assim, pois, se estrutura socialmente o estado - integrando as suas partes, delas dependendo mesmo em ocasiões cruciais; e assegurando-lhes o que, por si, elas não podem conseguir, na complexidade crescente de necessidades comuns e face a pressões com componente exterior - o problema da água e o dos detritos nucleares são alguns deles - que implicam negociações e tomadas de posição a nível internacional ou, pelo menos, uma arbitragem interna que supere os conflitos inter-regionais.

Não só, mas também com esta inter-acção, se foi a realidade nacional construindo, consolidando, refazendo reorientando. Esta realidade subsistiu mesmo quando teve a independência comprometida, mesmo com a fronteira permeável, mesmo com políticos - que os tem havido - sem, ou com um menor, sentido de estado. Dos quatro cantos do território, continental ou insular, saiu quem efectivamente tem governado Portugal, assumindo - sem embargo da sua origem - a *função unificadora* das diferenças, regionais ou meramente locais, que *naturalmente* cabe aos verdadeiros responsáveis da nação constituída em estado. Função unificadora que não se limita a juntar, mas antes a aglutinar, para lhes responder, aquelas necessidades que, isoladas, apenas imperfeitamente poderiam encontrar resposta. É assim que, no seio do estado se cria a solidariedade organizada.

Mas é por isso também que a realidade nacional se coloca acima dos particularismos sociais que ela integra. Há, pois, degraus que definem uma hierarquia.

Penso que esta hierarquia, em Portugal - país pequeno e com modesta projecção além-fronteiras - se encontra naturalmente *assente*; e até que isso se exprime em um respeito básico, cuja existência é difícil de negar, pelo estado e pelo seu poder. Em Portugal criticam-se os homens de estado, em nome do respeito que ao estado se tem. Podem não se tomar

a sério os políticos. Pode lamentar-se a fraqueza ou a ineficácia da diplomacia portuguesa. Pode achar-se que Portugal merece mais ou merece melhor. Daí um perigo - o perigo dos homens providenciais, que recorrentemente surgem na nossa história -. Mas não o perigo para aquela unidade fundamental e com raízes seculares.

Vale a pena assinalar que a Constituição portuguesa aponta como uma das tarefas fundamentais do estado - sintomaticamente a primeira delas - *garantir a independência nacional*. Dessas tarefas, a Constituição omite qualquer referência à preservação da unidade. Decerto por considerá-la óbvia e não ameaçada ou frágil. Curiosamente, já a Constituição espanhola por seu turno ignora a defesa da independência nacional, provavelmente por não a sentir posta em causa. Em contrapartida, porém, inscreve na primeira linha dos deveres do estado a *preservação da unidade*: cujo risco de perda é uma das vulnerabilidades históricas da Espanha.

6. Sequência.

Não me compete adiantar mais. A nossa reflexão sobre Portugal vai começar, e dela esperamos um mosaico de opiniões e de pontos de vista - desejavelmente não apenas dos oradores convidados - que melhor esclareça o que é, em verdade, o fenómeno português; e que, dentro deste, ajude a situar a realidade político-administrativa em que se traduz a autonomia regional dos arquipélago dos Açores e da Madeira.

Portugal, em seu todo e suas partes, sempre e só foi feito pelos portugueses; e é só destes que legitimamente se espera a acção de o continuar e de o desenvolver. Mas agir é uma coisa, entender é outra. Por isso as visões que aqui irão apresentar-se não vão ser unicamente de compatriotas nossos. Pedimo-las, também e por isso, a personalidades estrangeiras que, de uma maneira ou de outra, têm olhado a nossa própria realidade e reflectido sobre ela. Seja por vizinhança histórica, seja por um mais ou menos longíquo parentesco político-cultural.

O primeiro desses contributos vem-nos de Espanha. E é-nos trazido por Nicolás Sánchez-Albornoz.

UMA REFLEXÃO SOBRE PORTUGAL - UM OLHAR AFRICANO SOBRE PORTUGAL - *

Por: Inocência Mata

O primeiro comentário que esta proposta me sugere é que esta proposição - « *um olhar africano sobre Portugal* » - remete para uma relação de alteridade que, talvez, eu ainda mantenha com Portugal. É que assim dimensionada esta questão, desse equacionamento releva que eu farei um discurso sobre um Outro que é Portugal: sujeito - eu; objecto - o outro, Portugal. **Invertem-se os termos nesta histórica relação de alteridade.** Não queria deixar de assinalar o facto.

As migrações coloniais, a dispersão e as guerras pós-coloniais, a miragem da Europa e a tecnologia das comunicações têm vindo a alterar a **feição** - mais do que a **composição**: os imigrantes em Portugal, a maior parte dos quais é de origem africana, constituem apenas 1% da população portuguesa - dizia, têm vindo a alterar significativamente a **feição urbana** deste país. De facto, a reunião de culturas e comunidades faz-se sentir a

* *Comunicação apresentada ao Colóquio "Uma Reflexão sobre Portugal" realizado em Angra do Heroísmo, de 22 a 24 de Setembro de 1994.*

um ritmo acelerado, sobretudo nas zonas urbanas, embora ainda não se tenha processado o seu amalgamento. Porém, porque ainda não existem estudos sociológicos (mas apenas abordagens estatísticas e ensaios) sobre o perfil das mutações da identidade cultural portuguesa e o papel das comunidades imigrantes nesse processo, torna-se temerário dizer onde se situam as margens dessa alteridade, onde um "outro" possa existir. Primeiro, porque salvo raras bolsas, eu não falaria, em termos culturais, em Portugal, de um "outro" radicalmente diferente. Isso porque a cultura da maior parte dos africanos em Portugal, já num processo derivativo, comporta, por **razões históricas e em processos primitivamente conflituosos** na maior parte dos casos, experiências modeladas por interação, apropriação e sincretismo com a cultura portuguesa. De tal maneira que, hoje, a africanização de certos espaços urbanos começa a ser uma realidade, embora não exista, ainda, **um mercado africano realmente instituído** - como existe, por exemplo (e para só citar os "santuários" desse mercado) em Londres (Brixton, Holloway ou Finsbury Park) ou em Paris (o célebre "marché africain", em Chateau Rouge). Do que, porém, tenho receio é que a absorção do impacto da experiência cultural africana em Portugal se resuma à comercialização do "outro": discotecas africanas, cabeleireiros afro, música africana, restaurantes africanos...

Neste contexto, **o da etnicidade⁽¹⁾ e o modo de vida**, é importante referir a **natureza das configurações étnicas nos processos de mutação das estruturas sociais, económicas e produtivas**, no fazer quotidiano e transculturativo da sociedade portuguesa. Desse processo releva a dupla significação do sintagma "meias cor de carne", da maior facilidade de uma mulher negra comprar os produtos de beleza ou um

(1) *Subjacente ao conceito de etnicidade está, como é óbvio, o de etnia que o sociólogo guineense Carlos Lopes define como "entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, ocupando um dado território, tendo uma mesma religião e, sobretudo, a consciência de pertencer a essa comunidade." (Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau, Lisboa/Bissau, INEP, 1988, p. 37). E os indicadores de pertença a uma comunidade podem variar amplamente de raça até a certos traços socioculturais específicos (o vestuário, os rituais, a história do quotidiano, a culinária, a música, etc.).*

africano já não precisar de importar, de África ou de uma capital europeia mais cosmopolita, os produtos que fazem parte da sua dieta alimentar. Outrossim, esse sentimento e essa consciência levam à mobilização em torno de certos valores que configuram e que subjazem ao *modus operandi* dos africanos em Portugal e não, necessariamente, ao *modus vivendi*, ainda que para tal esses valores tenham de ser reinterpretados (reinterpretação que é aqui entendida como processo de aculturação): os angolanos em Portugal, os indianos, os são-tomenses e, se eu quiser entrar em pormenores de valores, posso até falar dos balantas em Portugal, dos manjacos ou dos hindus. Neste contexto ainda, o que muitas vezes acontece, eventualmente não só entre os africanos, é que elementos da cultura social e popular são repensados: injectam-se-lhes novas significações e são integrados na dinâmica social da sociedade portuguesa, embora permanecendo os **símbolos valorativos do grupo**. Será essa interpretação que explica que os africanos tenham "transformado" a Praça da Figueira em local de encontro, o aeroporto em correio (cartas encomendas), as feiras dominicais em passeios? E outros aspectos do *modus operandi* para reconstituir o *modus vivendi*? Essa tentativa de reconstituição do "modelo original", que passa também pelo sentimento de complicidade, solidariedade e cooperação, pode resultar perversa: pode levar à consciência de exterioridade e/ou alteridade, o que, por sua vez, por originar o isolamento, a *guettização*, a inferiorização sociocultural (e, atente-se, não utilizaria aqui a expressão "inferioridade sociocultural").

Este excursus sobre os africanos em Portugal, para indiciar as marcas de alteridade, subvertendo os termos da relação de alteridade que, ironicamente, propunha no início da minha fala, foi propositado. Porque em Portugal, por razões de vária ordem (que não apenas pela evidência da razão numérica), os africanos são os "outros".

O discurso psicanalítico define o "outro" como parte de uma construção numérica e não como entidade com uma referência. Em debates "multiculturais", isso não pode ser interpretado ao pé da letra por que não me parece tão traumático o processo através do qual o sujeito minoritário é forçado a ver-se e a perceber-se como "outro", seja esse "outro" uma minoria qualitativa, como no caso do sujeito colonizado ou uma minoria quantitativa, como no caso de uma minoria étnica. No entanto,

penso que em Portugal a alteridade indicia - e anuncia, na maior parte das vezes - uma mensagem perversa porque ainda se baseia (quase) exclusivamente na raça e, até, às vezes, na cor da pele - embora haja indícios de que esta questão venha a equacionar-se, grandemente, num futuro não próximo, em termos culturais, sobretudo com a proposta para criteriarização da naturalização. Assim, creio que a atitude inteligente numa fase mais avançada de integração, a diferença cultural deveria ser abordada como uma estrutura politicamente motivada - integração, que não deve funcionar como sinónimo de **assimilação**, que considero um **desvanecimento psicocultural**. Quero dizer: os discursos culturais de resistência ou as associações que "defendam" as minorias, no caso africanas, só poderão adquirir força desenraizando os termos dos discursos políticos que, de certo modo, marginalizam alguns grupos. Porque a resistência à discriminação não significa não assumir uma identidade diversa (da maioria), nem aceitar uma posição de "alteridade", mas sim - ai terá de residir a eficácia de tais projectos - **ser capaz de manobrar vários códigos para sobreviver**. Assim agindo, afasta-se um perigo (enquanto permanecem outros, claro!): por um lado, evita-se a *guettização*; por outro, afasta-se a tendência para construir e projectar um "outro" estático e mitificado que convide a uma análise antropológica - porque tudo o que o Outro faz se relaciona com alteridade, tudo o que Outro faz é objecto antropológico, matéria de estudos de *africanistas*. Veja-se como já há tentativas de análise antropológica da situação atrás referida (os africanos terem transformado a Praça da Figueira em ponto de encontro: reconstituição do "modelo original" comunitário, diz-se. Não será, somente, desemprego e procura de emprego (sendo aquele o local de possível contratação), aliada ao facto de a Praça da Figueira ser um local central? Ou o facto de os africanos terem transformado o Aeroporto da Portela em entrega de correio. Não será, tão somente, para se poupar a essa despesa? Ou, em alguns casos, por falta de um endereço postal do destinatário? Ou ainda por inoperância dos serviços postais no país natal?

Portugal, de há algum tempo a esta parte, começa a olhar-se com "olhos interculturais". Primeiramente através de um discurso sobre o "outro", o que não sendo a estratégia acertada para a harmonização de contrários e do diverso, parece ser o primeiro passo. Debates, documen-

tários televisivos (alguns assaz preconceituosos), literatura, exposições de artes plásticas, programas radiofónicos ilustram essa apetência harmonizadora. Não que eu seja particularmente suspeita mas inquietam-me obsessivos debates sobre o "outro" porque podem constituir apenas uma versão da estratégia da pseudoigualdade (de tanto se insistir na afirmação do diferente, certas realidades, apenas diversas correm o risco de se tornarem diferentes). De facto, o "outro", as minorias, são designações que podem encobrir um discreto código para outros conteúdos e contra as actuais pressões da filosofia da liberdade, de normas multiculturais, que encorajaram a busca de provas quanto à identidade sociocultural. Porque me parece existir um perverso olhar sobre os africanos em Portugal, **sobretudo o olhar dos africanos sobre si próprios**: a implicação segundo a qual todas as formas de diversidade são iguais. Isso permite a confluência da marginalidade auto-imposta e a marginalização socialmente estabelecida.

O que se exige das instituições não será propriamente uma atitude caritativa para com todos os cidadãos que, indiscriminadamente, "aterrem" no aeroporto internacional, mas que saiba distinguir e que respeite o cidadão de origem africana, português ou não, que vive em Portugal. Para que uma cidadania plena seja, de facto, um direito adquirido em Portugal. **A existência de uma pluralidade de culturas não deve estar em relação directa com a realidade política e económica da sua desigualdade.** Essa correspondência linear, que parece legitimada pela experiência empírica, desresponsabiliza a sociedade e pode dar origem a um duplo fenómeno a longo prazo potencialmente pouco harmonizante: integração, com laivos assimilacionistas, da minoria pela consciência minoritária e a tolerância de um uso privado, clandestino até, da cultura e da língua. Isso, embora em Portugal, à excepção visível dos cabo-verdianos e dos guineenses e pequenas bolsas de outros africanos, a maior parte da comunidade africana não se diferencie pela língua mas por um conjunto de valores, comportamentos individuais e colectivos, modos e estruturas sociais, relações com o meio, enfim, pela sua Cultura.

Portanto, em Portugal, a percepção e a assunção do/pelo "outro" como entidade étnica e cultural é recente. Até há poucos anos, as únicas associações de africanos eram meramente recreativas. Dos países da União

Europeia, é Portugal onde ainda não se implantou com eficácia o Forum Internacional dos Migrantes da União Europeia; poucas associações estão inscritas, contra as quinhentas e tal da França. E dessas, por nacionalidades... e até pela cor política dos países de origem, imagine-se! Não se desfizera - e ainda não se desfez - o elo psicológico colonizador/colonizado. Mesmo porque até há pouco tempo não havia a assunção da **condição de imigrante**, nem por parte das instituições nem pelo próprio imigrante africano. Havia, somente, "estudantes", "cidadões das antigas colónias", muitos dos quais reivindicavam, quando conviesse o estatuto de (ex-)portugueses, e cuja presença em Portugal estava amiúde associada a questões de ordem política. Não é irrelevante o facto de, não raramente, se assumirem como exilados ou opositores aos diferentes regimes dos respectivos países.

Numa sociedade de futuro multicultural penso ser tão importantes a adaptação dos africanos ao meio onde vivem e onde interagem diversos grupos sociais e culturais assim como a vinculação (ou a reaproximação, como agora se prefere) das segunda e terceira gerações às suas culturas de origem. Cabe à sociedade a criação de condições para a implementação de uma **pedagogia intercultural** para que os africanos possam reorganizar o seu processo de construção de si, em interacção com a realidade portuguesa. Uma das estratégias talvez seja apostar na **educação intercultural**, isto é, na consideração da pluralidade de experiências de vivência, de pensamento, do *modus vivendi* e do *modus operandi*, proporcionando aos cidadãos portugueses a aquisição de competências (capacidades) que lhes permitam viver em/entre culturas diferentes, harmonizando os diferentes legados (*apports*). Para tal, há necessidade de uma atitude pedagógica, cujo destinador tem de ser plurívoco (o Estado e as suas instituições, o cidadão, a rádio, a televisão, os jornais), que permita a **aprendizagem da paz e do respeito pela diferença**, mais do que da tolerância (noção que, no contexto, me sugere sempre excepcionalidade) - da paz e do respeito como sendo valores fundamentais para a vivência numa sociedade multicultural. Todavia, não entendo a paz apenas como ausência de conflitos armados, mas também, essencialmente, como **eixo dinâmico em torno do qual surgem e se desenvolvem formas de olhar um quotidiano (que já é) de muitas cores** (situações da vida pessoal

e social), como valores fundamentais da humanidade. Outrossim, há ainda que pôr em prática uma autêntica "pedagogia da abertura", que tenha por objectivo a assimilação desses valores pela sociedade. São necessárias estratégias concertadas que sejam assumidas como preocupações e objectivos nacionais:

- Escola: programas, iniciativas e actividades de extensão curricular;
- Família;
- Cidadãos e Instituições;
- Meios de comunicação social.

E destaco estes últimos porque apesar da guerra das audiências, com resultados nefastos na rádio e na televisão, os meios de comunicações continuam a ser um instrumento privilegiado de explicação de realidades, podendo assumir-se, por isso, como **instrumento de pacificação social**. Porque a comunicação social, para além da sua "função primitiva", que é a informação, é também um **poderoso amplificador de realidades e um eficaz gerador de realidades**. Mas a grande questão reside no vazio quanto ao destinador (entendido como aquele que origina a acção): por exemplo, a comunicação social nem sempre assume o papel de formador, enquanto as instituições, agindo mais como "agente policiador", reivindicam o estatuto de "pessoa colectiva"; os visados, isto é, os africanos (designação que em 99% dos casos é sinónima de negro) remetem a questão para a esfera do social, cuja solução os ultrapassa. Retenhamos, aqui, a perversidade deste último raciocínio: a resolução da questão depender quase exclusivamente do sujeito da discriminação, os portugueses, os brancos. Creio existir nesta preposição uma auto-exclusão, mesmo que inconsciente, ainda que a intencionalidade deste pensamento seja de mera denúncia ou acusação da situação e de assunção da impotência.

A identidade cultural portuguesa caminha irressistivelmente para uma cooperação cultural condicionada (ou determinada?) pela dinâmica da actual realidade histórica da interdependência, ainda que só afectiva (afectividade que muitas vezes impede a reflexão isenta e científica) dos povos dos países de língua oficial portuguesa. Nunca é demais resgatar a problemática do **recontro/encontro de culturas**, de forma eficiente, portanto, de modo a rectificar desvios ideológicos, promovendo a coexistência

harmoniosa e de modo a escapar a verberação ou glorificação estéril de um passado sem remissão - **porque não se pode regressar ao passado!** - passado de que uma das partes não guarda tão boa memória, como ultimamente se quer fazer crer. E é necessário entrever, com prioridade, os árduos mas inexplorados caminhos de um **intercâmbio e interdependência culturais efectivas**. E isso, mais ainda hoje por existirem novas "legitimidades", desta feita europeias, passada que está a empresa da colonização, a fazerem com que a sociedade urbana portuguesa esteja a passar por um fenómeno histórico: um conflito entre uma identidade convencional e uma identidade "moderna", por vezes forjada (para o que têm contribuído nefastamente as televisões). Identidade que não corresponde à permanência de valores tradicionais sobretudo nas camadas urbanas e mais jovens e uma pretensa inovação moldada sobre modelos importados, supostamente "universalizantes".

E por que razão falo disso?

Porque sendo o fluxo dos movimentos migratórios, nas últimas duas décadas, de cidadãos de países com a mesma língua, parece-me que a vantagem de uma história comum e da língua, e do lugar privilegiado que esta pode ter numa perspectiva universal e solidária, não está a jogar a favor, estando até a ser subaproveitada.

E porque é nesta óptica de fertilização cultural que hoje se têm encontrado os mais harmoniosos e fascinantes modelos de identidade cultural de uma nação: o de convívio permanente e resolução sistemática de pequenas confrontações culturais operantes na sociedade. A não ser que se queira ser tão absolutista a ponto de se pensar, à moda de um pseudo-liberalismo esclarecido, que a sociedade portuguesa do futuro será isenta de diferenças étnicas e culturais e que a resposta para as diferenças (que se têm tornado agressivas cada vez menos pontualmente) é a mestiçagem biológica...

PERSPECTIVAS SOBRE PORTUGAL
- IMAGEM A PARTIR DO BRASIL *

Por: Fernando Augusto Albuquerque Mourão

Voltar aos Açores foi para mim motivo de júbilo. Meus profundos agradecimentos ao Doutor Álvaro Monjardino, que me possibilitou retornar a Angra do Heroísmo, cidade que já visitara há alguns anos pela mão do professor José Eanes, à altura reitor da Universidade dos Açores.

Há quatro dias instalado na histórica e sempre valente Angra do Heroísmo, permitam-me abordar uma primeira percepção. Instalado na Casa Residencial do Senhor Ministro da República, doutor Mário Pinto, em vez de ter ficado num magnífico hotel localizado no entorno da área rural, tive oportunidade de, diariamente, olhar a baía de Angra e, da sacada da casa, usufruir a linha do oceano: Açores/Mar. A velha rua Direita, não necessariamente retilínea, unindo o cais à Casa do Donatário - traçado do poder - dá agora lugar à primazia da via que leva ao aeroporto, hoje com menor importância da que teve durante a II Guerra Mundial e no período da Guerra Fria, devido à desestrategização mundial. Angra, a Terceira, na minha percepção vive em função da retro-terra, agrária. Temos

* *Comunicação apresentada ao Colóquio "Uma Reflexão sobre Portugal" realizado em Angra do Heroísmo, de 22 a 24 de Setembro de 1994.*

atrás de nós, encimando este salão, um quadro de pintor açoriano Domingos Rebelo, mostrando os emigrantes, no antigo cais de Ponta Delgada, aguardando o embarque para a América, o caminho para os excedentes demográficos das ilhas em que a cidade, caracterizada por serviços públicos e privados, se casa com a retro-terra, onde predomina a afro-pequária. O mar arquipelágico, onde ficam as ilhas e suas plataformas, ainda integrado ao comando do Westlant, enquanto as ilhas pertencem à área do Iberlant, constitui-se numa reserva e num desafio num tempo em que as tecnologias tendem a ter como paradigma a III Revolução Industrial. Da encosta do Monte Brasil tive a ocasião de ver ontem uma curiosa traineira californiana singrando na endireitura do porto. Aliás o Monte Brasil leva-me ao Brasil, às elevações no entorno de Florianópolis, onde hoje os descendentes dos antigos convivem com descendentes de alemães e de outros povos que, nos últimos anos, vêm desenvolvendo em Santa Catarina um pólo de mecânica de precisão, a par das atividades agrárias e piscatórias tradicionais.

A imagem de Portugal no Brasil e vice-versa variou ao longo do tempo. Do Brasil-Colônia português, ao republicanismo panamericanista vai um longo período, matizado com rupturas políticas como a registrada entre 13 de Maio de 1894 a 16 de Março de 1895 - o Comandante Augusto de Castilho deu asilo a bordo de um vaso de guerra português aos revoltosos da Marinha contra o presidente Floriano -, e pontilhado por guerras intelectuais entre a lusofobia, de Raul Pompéia, e o lusitanismo, de Olavo Bilac. Em 1902, Silvio Romero prega, no Real Gabinete de Leitura, no Rio de Janeiro, a união entre Portugal e o Brasil e, anos depois, em 10/11 de 1908, Consiglieri Pedrosa defende, na Sociedade de Geografia de Lisboa, a unificação moral das nações.

O Brasil durante um século deu toda a sua atenção à consolidação das fronteiras seguindo o princípio do *uti possidetis juris* atendendo, no plano externo, à defesa de seus produtos de exportação. Enquanto isso o Brasil continuava a receber emigrante portugueses, cujas remessas de divisas contribuíram no pagamento da dívida externa portuguesa com a Inglaterra. Entre aproximações e desaproximações foi-se desenvolvendo um discurso de natureza retórica.

Com a globalização do comércio internacional as relações entre

o Brasil e Portugal tendem para novas aproximações e convergências, após terem passado por fases de divergências. Pretender encontrar um caminho de aproximações entre os dois países com base na expansão das trocas comerciais como vem sendo sistematicamente enfatizado, não me parece ser um caminho realístico. Após ter analisado o volume do comércio nos dois sentidos - Brasil-Portugal - nos últimos 50 anos, chego à conclusão que, dada a pouca importância desse comércio, o caminho é outro. A entrada de capitais brasileiros em Portugal, que abriu a sua economia à internacionalização, permitiu uma série de associações de empresas mistas visando explorar as vantagens comparativas do mercado, como um caminho para o grande mercado da União Européia, tomando-se o Brasil o terceiro país investidor em Portugal, a par dos investimentos em Espanha, Itália, etc. O Brasil, hoje um *global-trader*, que mantém um comércio equilibrado com a União Européia, Estado Unidos da América do Norte, sudeste asiático e com a América Latina, após ter rompido com uma certa dependência econômica com base na exportação de produtos tropicais tradicionais, pretende paralelamente ao multilateralismo, principal meta, manter e aumentar os fluxos de natureza internacional e consolidar o chamado Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Portugal, por decisão própria, faz parte da União Européia, enquanto o Brasil faz parte, conjuntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, do Mercosul. Estes espaços não podem ser tomados como excludentes. Da Fortaleza Europa, praticando um monroísmo às avessas como afirma o Embaixador Hollanda Cavalcanti, à anunciada criação de uma zona de livre-comércio entre a UE e o Mercosul, muita água correu. Da parte Européia, que vinha e ainda vem manifestando uma certa dose de miopia em relação à América do Sul, esquecendo-se que esta é uma extensão sua, a par de uma ponderada presença africana em países como o Brasil, esquecendo-se dos avanços do processo democrático ao Sul do Equador, registramos, pela primeira vez, um interesse concreto de uma maior aproximação. O estreitamento de relações econômicas e de cooperação entre a UE e o Mercosul, a assinatura de tratados de quatro mais um, os progressos em relação à futura zona de livre-comércio entre os dois espaços, são fatos promissores de entendimentos com base em convergências. Os países do Norte sabem que o esgotamento de mercados levou

no passado a tensões que evoluíram para guerras, o que põe em evidência o papel dos países periféricos, principalmente aqueles que vêm fazendo esforço concretos para sanear suas economias e de melhor se posicionar face a um encaminhamento para uma maior inserção internacional, o que lhe é indispensável no sentido de aumentar a potencialidade de influir no cenário internacional.

A América do Sul está evoluindo para novos cenários: ao lado do Mercosul, hoje uma união aduaneira que em breve poderá contar com a associação do Chile, outro *global trader*, encaminha-se através da criação de futuras instituições supra-nacionais para um mercado comum; começa-se a desenhar, por proposta do Brasil, em outra velocidade, menor, a criação de uma zona de livre-comércio englobando todo o sub-continente. Realisticamente, a criação de um mercado comum sul-americano envolve, entre outros fatores, uma política de harmonização das macroeconomia, estágio que ainda está longe para uma boa parte das economias regionais.

É natural e desejável que venham, futuramente, a ocorrer aproximações com o Nafta, North American Free Trade Agreement, entidade que, no futuro, poderá contar entre seus sócios com algum país do sudeste asiático na percepção do Embaixador Felix Peña. Embora o Mercosul represente 2% do comércio mundial e o Nafta mais de 25%, o problema que se põe não é o da simples adesão mas o do fortalecimento da área sul-americana, onde somente o Brasil, o Chile e em parte a Argentina, têm o perfil de *global trader*, enquanto a maioria dos demais países se caracteriza pela dependência comercial em relação a um país. O ponto mais importante do Mercosul diz respeito à possibilidade real de que os seus membros passem a produzir produtos de forma competitiva, desenvolvendo suas reais capacidades de inserção, no campo das chamadas vantagens competitivas mas levando em conta que a entrada de capitais externos é altamente positiva desde que esses capitais estejam relacionados com a ampliação da tecnologia disponível.

A América do Sul, após passar pela fase de um desenvolvimento industrial fechado voltado para o mercado interno, que teve o seu papel positivo até há alguns anos, mas que agora se esgotou completamente face à imposição dos paradigmas da III Revolução Industrial, à crescente globalização do comércio internacional e aos avanços do GATT, que criou

a Organização Internacional de Comércio, encaminha-se para a fase de inserção. Entre a fase romântica da ALALC - Associação Latina-Americana de Livre Comércio, criada em 1960 pelo Tratado de Montevidéu, até à criação da ALADI - Associação Latino-Americana de Livre-Comércio - (Tratado de Montevidéu, 1980), muita água correu. A ALADI, com perfil comercialista, constituiu-se num avanço não só em relação à ALALC, como em relação a certos agrupamentos sub-regionais, como o Pacto Andino, criado pelo Acordo de Cartagena (1969), este de cunho desenvolvimentista, em oposição à política mercantilista desenvolvida pelo Brasil, Argentina e México. A ALADI, futuramente, na perspectiva da criação de uma Zona Sul-Americana de Livre Comércio, poderá transformar-se num mini Gatt regional.

O Brasil que tem hoje parceiros diversificados, um fator de extrema importância para o país, já conseguiu ultrapassar o patamar dos 15% do PIB afetado com comércio externo, importações e exportações e pulou em 1994, para um patamar de 20%, o que ainda é pouco em comparação com a média de 40% dos países desenvolvidos, mas representa um enorme esforço de abrir a economia e aumentar a sua inserção no plano internacional. O patamar de 15%, agora ultrapassado, explica-se como uma resultante da antiga política de industrialização, de substituição de importações, que se mostrou adequada numa fase histórica ainda centrada na II Revolução Industrial e que tornou possível o desenvolvimento do parque industrial nacional. Com o advento da III Revolução Industrial, face aos seus paradigmas e aos avanços das tecnologias de ponta, mormente no setor da micro-computação, o modelo esgotou-se. Com a implantação do Plano Real no Brasil, que se seguiu ao plano de estabilização da moeda argentina, abriu-se um caminho, embora penoso, que finalmente permitiu vislumbrar uma luz no fim do túnel e que oferece condições de se partir para uma real harmonização das políticas macroeconómicas dos dois principais parceiros do Mercosul.

Por seu turno, Portugal, inserido na União Europeia, está desenvolvendo esforços para internacionalizar a sua economia e vem consolidando-se como um espaço europeu. Na escalada portuguesa na sua projeção a nível mundial encontra-se o ponto de equilíbrio entre as chamadas correntes europeísta e do atlantismo. Portugal, sem deixar de

incrementar seus laços com a UE, está realisticamente tomando algumas posições no sentido de se rearticular com o espaço do Sul. Partindo do princípio de que estas articulações com o espaço africano são insuficientes, haja em vista dificuldades agora levantadas nas discussões da revisão do Acordo de Lomé IV, face às reações no sentido de alterar o quadro de execução do acordo, entre outros fatores, fica evidente a necessidade de uma ampliação do quadro das articulações econômicas. A anunciada criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), desde que alargada a aproximações econômicas e de cooperação, pode vir a constituir-se num efeito multiplicador nos esforços dos sete países. Nesse sentido preconizo que no quadro institucional da CPLP tenham assento os ministros das áreas financeira e econômica, ao lado dos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, tal como se prevê. Neste plano, uma certa inspiração nos mecanismos da *Commonwealth* emerge como desejável, assim como no plano da cooperação, onde se registra, no quadro da estrutura dessa instituição, o Fundo para a Cooperação Técnica - *Commonwealth Fund for Technical Cooperation (CFTC)*- como um instrumento dinâmico de cooperação, associado ao *Technical Cooperation among Developing Countries (TCDC)*.

A CPLP surge como um mecanismo de cooperação envolvendo os países lusofalantes do Sul, em suas variantes, e Portugal, que por sua posição geográfica, histórica e opção, se situa no Norte e por sua adesão à UE e, concomitantemente, no espaço atlântico. O Brasil, localizado no espaço americano, é também uma extensão do espaço africano e europeu; Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, localizam-se no espaço africano e constituem, igualmente, uma extensão do espaço europeu.

A CPLP, não só pelo uso da língua, congrega importantes vertentes dos espaços regionais. Portugal, por sua inserção à UE; o Brasil, por sua inserção ao Mercosul e por sua iniciativa de relançar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS); Angola e Moçambique, por sua inserção à *Southern Africa Development Community (SADC)*, Cabo Verde e Guiné-Bissau, por sua inserção na Comunidade Econômica dos Estado da África Ocidental (CEDEAO), São Tomé e Príncipe, por sua inserção na Comunidade Econômica dos Estado da África Central (CEEAC)

pertencem a espaços próprios. A CPLP surge como um espaço de interrelacionamento de vários espaços regionais, podendo proporcionar novos nichos de oportunidades complementares às tradicionais relações Norte-Sul, a par de ações previsíveis envolvendo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

O Embaixador Celso Amorim, ministro de Estado das Relações Exteriores, em um artigo recente relativo ao empenho do Brasil na formação da CPLP, destacou que "sobressaem, além da cooperação política, o intercâmbio"⁽¹⁾, nomeadamente no campo econômico, financeiro, científico e técnico.

É de esperar maior densidade de relações entre o Cone Sul da América Latina e a África Austral no que concerne ao desenvolvimento de relações econômicas e de cooperação entre o Mercosul e uma SADC ampliada com a adesão da África do Sul e diante dos progressos, embora lentos, do processo de paz em Angola e Moçambique e do processo de democratização da África do Sul, numa perspectiva de complementaridade aos fluxos econômicos com as economias dinâmicas do Norte. É importante assinalar que a UE vem manifestando ultimamente o desejo de considerar a África do Sul como área prioritária, o que, na dependência de futuros arranjos, tornará a África do Sul mais competitiva. O potencial aumento da competitividade por parte da África do Sul envolve a necessidade de um crescimento homogêneo da região como um todo, sob pena da persistência de desequilíbrios.

A debilidade das fontes de receitas, que ainda dependem dos rendimentos aduaneiros, inviabiliza já a recém criação do Mercado Comum dos Países do Leste e do Sul da África (COMESA), composto por 15 países dos 18 que compõem a Área Preferencial de Comércio (PTA). Com início previsto para o ano 2000, o Comesa é uma criação artificial que se deve à influência da Comissão Econômica das Nações Unidas para África.

A criação da CPLP, do ponto de vista econômico, certamente

(1) AMORIM, Celso. *Brasil se empenha na formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Carta Internacional (*Política Internacional e Comparada*). São Paulo, Novembro de 1993. p. 3.

possibilitará maior dinamismo das ações da ZPCAS. No que tange aos cenários global e regional, o desenvolvimento de ações de natureza econômica e de cooperação envolvendo os parceiros da CPLP, além de ações no plano da ZPCAS e de aproximações dos espaços regionais do Cone Sul e da África Austral, contribuirá para incrementar um processo de desenvolvimento do Sul, "um Sul-Sul para e não contra", na concepção de Fernando Jorge Cardoso na perspectiva de ações complementares às tradicionais relações com o Norte que, do atual ponto de vista de Bruxelas, poderão ser amplamente desenvolvidas, o que ressalta a importância desta perspectiva, não muito longínqua, de uma África do Sul mais competitiva.

Os países periféricos não têm aproveitado o diferencial econômico decorrente do aumento do comércio internacional, graças a certa incapacidade de nele se inserirem competitivamente. Entretanto, nota-se, mormente na África Austral a produção de matérias primas necessárias aos países do Primeiro Mundo. Os recursos advindos da comercialização desses produtos poderão ensinar a efetiva entrada daqueles países na 3ª Revolução Industrial. Este desenvolvimento contribuirá, como diria Eiiti Sato, para a realização do crescimento das economias periféricas.

O Sul numa fase nova em que os mecanismos de cooperação clássicos propendem a diminuir, especialmente o item da ajuda internacional, a par de amplas reformas internas, precisa de encontrar ou dinamizar os mecanismos integrativos, quer no plano do regionalismo, quer no plano do globalismo. Com o fim do bipolarismo e a emergência do multilateralismo ou no dizer de certos autores do minipolarismo, o Sul perdeu a sua condição de juiz e passou à condição de réu, sendo responsabilizado pela sua ineficácia e pelos males causados ao equilíbrio da ordem internacional, reforçando-se a clássica idéia do 'outro', do diferente.

O Sul, uma zona aparentemente desestrategizada, para utilizar o termo divulgado por Álvaro de Vasconcelos, deverá encontrar estruturas organizacionais leves, mas não excludentes, que lhe permitam dinamizar as rotas da integração ao comércio mundial.

A relação entre o Mercosul e a SADC poderá evoluir para uma zona de livre-comércio o que, levando-se em conta as conversações ora em andamento para a criação de uma zona de livre-comércio entre o Mercosul e a UE, além do fato, já citado, de que a UE passou a considerar

a África do Sul como uma área prioritária, princípio que poderá ser estendido a outros países da África Austral, na dependência do processo de paz e da efetiva democratização da região, a par das ações de cooperação previstas no espaço da ZPCAS, poderá evoluir em torno de interesses comuns e reais dos três espaços, o Cone Sul da América Latina, a África Austral e a União Européia, numa perspectiva mais ampla do comércio, registrando-se ainda uma forte presença norte-americana na África do Sul. Estes espaços, desde que não excludentes, poderão contribuir para alavancar o processo de globalização econômica. Tendo em vista o processo acelerado da internacionalização das economias e a possibilidade de administrar interesses comuns por iniciativa das várias áreas é possível admitir um desenvolvimento real no Sul, através de relações Sul-Sul em conexão com as economias dinâmicas do Norte.

O incremento de amplas relações entre o Brasil, a América Latina, Portugal e a Península Hispânica, mormente no campo dos investimentos industriais e de serviços, acrescidas de uma ampla relação com a África Austral (Mercosul/SADC) darão uma base material real ao espaço da CPLP.

A CPLP, para além de ser um subsistema de natureza linguística e com importantes aproximações culturais, poderá potencializar interesses comuns, numa base substantiva para futuros entendimentos, e assim contribuir para o equilíbrio da ordem internacional.

Entre as perspectivas de globalização e de regionalização - mormente de natureza econômica - surgem perspectivas culturais, em que o uso da língua tem um papel fundamental, levando-se em conta, como limite, a percepção catastrófica de Samuel Huntington de que o mundo de hoje, flutuante, tende, no futuro, para conflitos envolvendo grandes blocos civilizacionais.

A CPLP, em boa hora impulsionada pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, encontra no patrimônio comum da língua portuguesa nas suas variantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, Moçambique e São Tomé e Príncipe, uma base na diferença, uma perspectiva no futuro, permitindo através de um vocabulário de 300-400 mil palavras, o acesso à sociedade industrial, a par de num espaço matizado por várias culturas poder emergir um processo de identidade linguística,

para além das variantes e da presença das línguas africanas, que certamente consolidará a identidade comum face a um mundo que tende para a globalização.

A CPLP surge como um espaço não excludente, que certamente irá potencializar uma ampla fronteira cultural, reforçando identidades num cenário que tende para a globalização, a par do reforçamento de espaços civilizacionais, a par da emergência de fenómenos nacionalistas e de subsistemas ideológicos de natureza cultural e religiosa.

PORTUGAL DESDE ESPAÑA:
UNA REFLEXION

Por: Nicolás Sánchez-Albornoz

Mis primeras palabras son para expresar mi sincero agradecimiento a la Comisión Organizadora de esta reunión, en especial al Director del Instituto Histórico da Ilha Terceira, D. Álvaro Monjardino, y a mi admirado colega y amigo, el profesor Jorge Borges de Macedo, por el honor que me conceden al contar conmigo para este coloquio.

A mi agradecimiento añado mis disculpas por no ser capaz de expresarme en el idioma de Camoens; pero descuento en Vds., la paciencia y comprensión que los portugueses siempre han mostrado conmigo cuando he tenido que dirigirme a ellos en mi lengua.

Mi limitada versación sobre el tema propuesto a discusión no puede ser origen de la invitación que he recibido. Una amistosa generosidad la explica mejor, sabido -eso sí- mi interés por cuanto atañe a Portugal. Unos datos personales, por los que comenzaré mi intervención, espero que sirvan para recordar el origen de mi inclinación y para dar cuenta luego del marcado sesgo que llevan impreso las opiniones que voy a vertir.

* *Comunicação apresentada ao Colóquio "Uma Reflexão sobre Portugal" realizado em Angra do Heroísmo, de 22 a 24 de Setembro de 1994.*

Mi apellido materno, Aboín, tiene resonancias portuguesas que mi padre no dejó de destacar en un discurso que pronunció al asumir la representación de España en Lisboa. Desde el siglo XVIII, tiempo hasta el cual lo rastreo en la meseta castellana, no ha habido realimentación alguna, de modo que las gotas de sangre lusitana que llevo en mis venas no pueden ser muchas.

La sangre o la tierra han perdido por otra parte en nuestros días el carácter explicativo de la conducta personal que antaño se les atribuía. Cierto es que procedo de una zona que perteneció a la antigua Lusitania y que, a la inversa de lo que se sucede en Portugal donde suele decirse que de España no cabe esperar ni buen viento ni buen casamiento, en Avila, por el contrario miramos fijo hacia poniente en la espera de que un sopro benigno arrastre unas nubes que mitiguen la sed de nuestro suelo y que un tiempo "amoroso", como llaman nuestros campesinos con expresión feliz a la atmósfera húmeda, suavice también los ánimos encrispados.

Más bien una breve, pero intensa, estadía en Lisboa en mi infancia puede ser el motivo por el que deseo volver a Portugal cuantas veces la ocasión se cruza, así como de mi disposición a hacerme de amigos portugueses fuera o dentro de los círculos profesionales.

Dos circunstancias intelectuales han reforzado después tales inclinaciones. Según las épocas, mis investigaciones históricas alternan entre la historia económica de España del siglo XIX y la historia general de la población de América latina. No soy por consiguiente hombre de un sólo tema. Los dos principales que he tratao no se solapan, sino que se hallan muy alejados uno de otro.

Mi vida es lo que los hizo compatibles para mí, puesto que me ha tocado vivir a caballo entre Europa y América, por lo que me siento un azoreano más. En cualquier caso, ambas rutas -la historia económica y la demográfica- me han llevado a desembocar en Portugal, como explicaré.

La preocupación que pudo guiar a un joven historiador al estudio de la economía de su país en un siglo, como el XIX, poco brillante, sólo podía tener que ver con la búsqueda de una explicación para un desarrollo evidentemente frustrado. Comparado el desenvolvimiento de España en aquel siglo con el de otros de la misma época, los resultados resultaban lastimosos, lo que no quita que el país hubiera, por otra parte, cambiado

sorprendentemente entonces. ¿Cómo compaginar rezago y cambio? ¿Por qué razón las transformaciones se habían quedado cortas? La comparación podía abrir nuevas puertas a esta averiguación: comparación por un lado hacia afuera, con las economías de otros países, a la vez que hacia adentro, entre regiones. Ante el reto de la modernización, las regiones españolas habían respondido en efecto no de una manera uniforme, sino cada cual a su manera.

Mirar hacia las economías de los países punteros del momento, como Inglaterra y Francia, sólo servía para confirmar lo obvio. Ponia en evidencia el camino que se había dejado de recorrer, pero no decía por qué no se había andado suficientemente. Convenía pues volver los ojos hacia otro horizonte, hacia naciones, como Italia y Portugal, situadas en un ámbito geográfico y cultural comparables al de España. Por otro lado, observar cómo el comportamiento económico de las regiones peninsulares se ajustaba mal a los límites políticos, prolongándose fuera de ellos en otras regiones españolas o extranjera. La búsqueda de perfiles más ajustados a los hechos me obligaba por lo tanto a traspasar las fronteras nacionales en mi trabajo. Ni por la entidad o la frecuencia de las incursiones que realicé entonces califico como conocedor de la historia de Portugal o la de Italia, pero prueban cómo no concibo la historia de España, en su profunda dimensión económica, aislada de la de otros países latinos y en particular de la de Portugal.

Partiendo de mi otro campo de estudio, el de la población de América latina, las antiguas metrópolis aparecen hoy disminuidas en proporción a sus dominios, pero también con deferencias entre ella muy mitigadas. A escala mundial, tanto Portugal, como España han quedado reducidas, de cabezas de un imperio, a un fragmento de las comunidades lusa o hispana a las que tiempo atrás dieron vida. La propia noción de América latina atestigua que las semejanzas entre las naciones de origen luso o hispano son, en la actualidad, más visibles ante terceros que las diferencias que las puedan separar.

Los comentarios que haré no brotan pues de simples sentimientos, sino también de una percepción razonada de las afinidades que el pasado ha creado entre Portugal y España y que unen ambas naciones de cara al porvenir.

En su día, ambas se repartieron la península ibérica y, hace cinco siglos, se proyectaron simultáneamente mar afuera. El centenario de la firma del Tratado de Tordesillas que se celebra esta año recuerda como Portugal y España dividieran el mundo entre sí en un gesto pleno de osadía. Como consecuencia de su formidable expansión, por largo tiempo Portugal y España estuvieron al frente de un orbe político y económico, pero el transcurso de los tiempos y, por paradójico que el hecho parezca, el éxito de aquella empresa, las ha rebajado a meras parcelas de grandes comunidades lingüísticas y culturales.

La amplia dominación política y económica que ejercieron ambos Estados ha desaparecido y la estirpe que fue a ultramar se ha ido además diluyendo por mestizaje o por inmigración de otras latitudes. Este retroceso no se ha sentido, sin embargo, en la lengua y en el sustrato cultural que ambas transmitieron. La influencia que Portugal y España todavía conservan en lo que fueron sus antiguos dominios hay que reconocer que es, hoy por hoy, ante todo de orden lingüístico y cultural.

Es más, el peso que portugués y español ostentan ha aumentado en el mundo contemporáneo gracias al crecimiento de la población ultramarina. Este incremento ha resaltado por cierto vertiginoso durante nuestro siglo, en tanto que las metrópolis se han multiplicado en el orden demográfico de manera más sosegada en el mismo tiempo.

A la larga, los papeles han terminado por invertirse. Los receptores del idioma suman hoy mayor número que los habitantes del terruño originario. La mayoría de los hablantes del portugués o del español se sitúa ahora en ultramar, mientras que los habitantes de las naciones fundadoras de la lengua constituyen una minoría. En la actualidad, los españoles europeos representan apenas una octava parte de todos los hispanohablantes. En lo que se refiere al portugués la diferencia es más acusada aún: sólo uno de cada 18 hablantes vive en Portugal.

En buena democracia, los números mandan, y no hay por qué aplicar otro criterio con los usuarios de un idioma, pero, dejando a un lado las cantidades, hay que reconocer que también los presuntos derechos de autor sobre la lengua han prescrito. Medio milenio de uso hace que los miembros de toda la comunidad sean hoy tan dueños del idioma como los metropolitanos. En cierto sentido podría decirse que aún más, puesto que

es precisamente su distribución a través de varios continentes lo que ha hecho que portugués y español se hayan convertido en lenguas de comunicación internacional, y además de las más importantes.

De no ser por la dispersión mundial de sus hablantes, que extrema la necesidad de intercambio, ambas lenguas habrían tenido una implantación geográfica muy circunscrita. Tendrían igual dignidad y belleza, no cabe duda, pero no se las requeriría fuera de sus fronteras tan a menudo como sucede en estos momentos. Esto ocurre con la mayoría de las lenguas nacionales europeas que carecen de proyección intercontinental. Por otra parte, los ejemplos del chino o del hindú prueban que el volumen de hablantes no basta para convertir una lengua en idioma de comunicación internacional.

El español y el portugués son la segunda y la cuarta, o quinta, lenguas de comunicación internacional. Este hecho, reforzado por la cultura que ambas lenguas vehiculan, otorga a España y a Portugal un fuerte peso en la relaciones internacionales. Perdida su antigua importancia política y económica, España y Portugal deben por lo tanto sacar partido de la ventaja que su idioma les concede en nuestro siglo. En ambas naciones, la política lingüística debe convertirse por lo tanto en eje y en instrumento de su política internacional. España y Portugal parecen haber dado recientemente un primer paso en esta dirección al fundar el Instituto Cervantes y Instituto Camoens. El cometido de ambas instituciones es la difusión de las respectivas lenguas y culturas en el exterior. Ahora bien, con ser significativa e importante, la determinación tomada no basta, sino que debe ir acompañada por más acciones, que no es el caso de enumerar aquí.

Los grandes bloques lingüísticos portugués y español no son -notesmoslo - competitivos entre sí, a diferencia de lo que sucede con lenguas más diferenciadas. Portugueses y españoles se entienden al hablar cada cual en su idioma, y la prueba está delante de Vds., puesto que no ha parecido necesario disponer de traducción simultánea en esta reunión. El parentesco es más estrecho entre ambas lenguas sin la menor duda que el que existe entre ellas y otras lenguas también derivadas del latín. Un francés hablando en su idioma habría dejado en la inopia en este coloquio a la mayor parte de los asistentes, salvo aquellos que hubieran estudiado previamente la lengua de Voltaire. No digamos lo que hubiera ocurrido si

el orador hubiera sido inglés, alemán o ruso. Portugueses y españoles tenemos en cambio una sintaxis y un léxico comunes en una proporción alta; nos separan principalmente ciertas grafías y la gama de vocables usadas en cada idioma. Entre los bloques lingüísticos portugués y español hay lugar por lo tanto para la cooperación en interés mútuo.

Aceptadas las premisas que acabo de sentar -éstas son que el afianzamiento de ambos bloques lingüísticos debe ser un objetivo prioritario y que la cooperación es posible y deseable- acto seguido se plantean dos cuestiones importantes. La orientación extra-europea que no deben olvidar ambas naciones, ¿no es acaso contradictoria con la marcada vocación europeísta que Portugal y España han mostrado en los últimos años? Por otra parte, la lógica cooperación en materia lingüística entre Portugal y España, ¿no conviene acaso extenderla a otros campos?

Una y otra cuestión chocan con modos de pensar arraigados en Portugal y que no dejarán de levantar recelos. Preconizar el reforzamiento de la comunidad lingüística ¿no es acaso por otro lado una forma encubierta de un nuevo imperialismo, actitud que las nuevas generaciones han aprendido a rechazar? Por otra parte, ¿promover la cooperación lingüística entre Portugal y España no va en contra del nacionalismo luso arraigado por siglos, un nacionalismo de rechazo del vecino en un comprensible afán de diferenciación y autoafirmación? Me atreveré a dar respuesta breve a ambas preguntas.

No dudo que la cooperación lingüística y cultural suscite la suspicacia entre las naciones convocadas a colaborar en esta empresa y que también provoque la misma reacción en el extranjero. También es cierto que en nuestros propios países puede haber quienes interpreten este llamamiento como una ocasión para resucitar, por un nuevo conducto, antiguas pretensiones de superioridad. Que éste no es ya un sentir generalizado lo prueban las palabras que dijo el sabio Menéndez Pidal, recogidas por Emilio Alarcos en una reciente entrevista. Preguntado si los peninsulares eramos los amos del idioma, Menéndez Pidal prefirió definirse como sus servidores.

Es en este espíritu de servicio a la comunidad, como debe plantearse la cooperación que propongo. Si algún beneficio cabe derivar esta colaboración en igualdad, "y no hay que excluir que puedan ser bastante hasta en el orden económico", es de desear que este beneficio sea recíproco.

En cuanto a la segunda cuestión, Portugal y España han dejado de ser los contendientes y rivales que fueron por mucho tiempo para convertirse en socios en la empresa común de construir Europa. Nuestro horizonte ha dejado de ser el de mantenernos separados, sino, por el contrario, el de converger lo antes posible con el resto de Europa. Aquí vuelvo a lo que dije de mis trabajos históricos. En el siglo XIX, y también durante la mayor parte del siglo XX, Portugal y España avanzaron rezagados en comparación con los países europeos más adelantados. En ambos países fueron muchos quienes creyeron entonces que los cambios acaecidos en el régimen político, social, económico y también cultural -la modernización en suma- eran responsables del deterioro relativo sufrido y que el aislamiento, o incluso la vuelta atrás, garantizaba un resurgimiento nacional.

En este fin de siglo, ha quedado definitivamente claro para portugueses y españoles que el porvenir no está en el pasado, y sí en una apertura acelerada que nos lleve a la convergencia con Europa. Esta convergencia aporta ventajas, pero también inconvenientes como es natural, pues todo cambio supone un sacrificio. Entre ventajas y perjuicios, el balance resulta empero favorable.

En el camino que tienen que andar, los países del Sur de Europa tienen intereses comunes y van descubriendo la necesidad de coordinar sus acciones para alcanzar una pronta convergencia. En el siglo XIX, los países del Sur actuaron cada cual por su cuenta y quedaron atrás; en el siglo XX tenemos la oportunidad de ganar terreno juntos.

La adhesión a Europa no me parece por lo demás incompatible con la pertenencia a una comunidad mundial. La entrada de España en Europa no ha dejado por cierto de suscitar extrañas reacciones en la América Española. El escritor y Premio Nobel Gabriel García Márquez escribió al publicar la noticia de la firma del Tratado de Adhesión que no podía evitar la impresión de una madre que se va con otro hombre. No deja de ser curiosa esta reacción sentimental cuando es moneda común entre los intelectuales latinoamericanos denostar de la madre patria y de su legado. Saltar de la agresión a la sensación de horfandad denota una frágil ambigüedad emocional. Estos sentimientos no se han producido en cambio, que yo sepa, en Brasil.

El dilema exista, no hay por qué negarlo, pero se resuelve con madurez. La cooperación entre Portugal y España y, por otro lado, sus respectivas comunidades, no tiene porque ser una relación matrimonial o emotiva, sino de limpia conveniencia para explorar un recurso legado por la historia, como es una lengua y una cultura comunes y prestigiosas. Un sentido de la responsabilidad nos impone la obligación de no dilapidar la herencia.

Esta herencia presenta en la actualidad fallos y uno de ellos es que, por más que el número general de sus usuarios sea elevado y que les resulte fácil entenderse entre sí, el portugués y el español no se emplean cuanto podría hacerse en determinados campos de la comunicación contemporánea. En el orden científico y técnico, y en menor grado en el económico, evidente que predomina el inglés. La mayor parte de las innovaciones científicas y tecnológicas proceden en efecto del mundo anglosajón y, por falta de equivalencias establecidas y generalmente aceptadas, su terminología penetra tal cual en el portugués y el español. En otras ocasiones, los terminos se traducen, pero con modalidades distintas según los países. Para designar lo mismo, unas veces se usa un término en Brasil y otro en Portugal; igual ocurre en el español de México, Argentina o España.

La presencia de anglicismos en lenguajes especializados no debe, por cierto, asustar como tampoco alarmar. Todo el vocabulario musical está en un italiano puro y jamás ha habido intento en lengua alguna para desplazarlo por términos propios, con toda seguridad artificiales.

El caso de la ciencia y de la tecnología no es exactamente el mismo. La mayor parte de la gente no usa términos musicales a diario, tanto como los informáticos. Por esta razón suelen ser más frecuentes los esfuerzos por desarrollar léxicos científicos y técnicos en las lenguas vernáculas. Si menciono el ejemplo de la música es para mitigar ardores eliminatorios de extranjerismos, que estallan de vez en cuando.

Este de la informática es precisamente un campo en el que presumo que cabe una colaboración entre las comunidades lingüísticas lusa e hispana para establecer términos fácilmente intercambiables entre ambas. Apunto este ejemplo, como uno entre tantos, en que me parece que la colaboración es posible, pero no me siento con fuerzas para enumerar todos aquellos en los que una acción conjunta sería bienvenida.

No deseo retener por más tiempo su atención. Ocasión habrá en estos días de volver sobre el asunto. Para terminar dejenme recapitular algunas ideas.

Las reflexiones que se me ha pedido que haga sobre Portugal, no podían sino estar basadas en mi condición de español y en mi experiencia profesional. Así manifesté al comienzo que serían y así han resultado.

La reflexión me ha llevado a notar que los problemas que Portugal y España tienen planteados de cara al porvenir y, por consiguiente, las direcciones que ambos deben seguir, no son tan diferentes en uno u otro caso. La analogía se debe en gran parte a que tienen una historia paralela.

Cabezas antaño de grandes imperios, han perdido el poder político y económico que tenían. Ahora solo comparten lengua y cultura con las naciones creadas por ello. En el conjunto que forman ni siquiera detentan la primacía. Ni el número de hablantes, ni el peso cultural les habilita ya a reclamar preeminencia alguna. Constituyen simplemente una parcela más del todo. Ahora bien, ligándose a estas activas comunidades, y contribuyendo a impulsarlas, Portugal y España se insertan en el concierto intelectual con un rango del que tendrían aisladas y del que carecen países europeos con más recursos y peso cultural, pero sin el mismo apoyo externo.

Por otra parte, la tentación de converger con los países desarrollados de Europa, a los que Portugal y España se hallan unidos por lazos geográficos e históricos, pero en relación a los cuales han ido quedando rezagados, esa tentación de acortar distancias es natural y representa un objetivo simultáneo.

Esta doble aspiración, ultramarina y europea, no resulta contradictoria en un mundo en el que los bloques y las lealtades cerradas han sido sustituidas por una apertura e interrelación crecientes. No existe pues incompatibilidad entre estas tendencias aparentemente divergentes, siempre que se sepa convivir con esta dualidad.

Por su historia y por su posición en el mundo actual, Portugal y España comparten aspiraciones. Permitanme concluir expresando el deseo de que la colaboración entre nuestros países sea una realidad.

NO ENCERRAMENTO DE UMA REFLEXÃO SOBRE PORTUGAL *

Por: Álvaro Monjardino

1. Muito embora o colóquio UMA REFLEXÃO SOBRE PORTUGAL não haja ainda terminado, não esquecemos que os seus debates ficaram encerrados ontem. Isto nos habilita a uma espécie de balanço preliminar sobre o essencial das ideias trocadas ao longo destes três dias.

E teremos que ser nós a fazê-lo. ALiás, uma das notas relevadas ao longo destes dias tinha que ver com uma menor capacidade portuguesa, não para mercadejar em contacto directo - quase ambulante, ousaríamos -, mas em fazer *marketing*, no sentido de procura eficaz para colocação dos seus produtos no mundo actual. Ora bem, a julgar pelo relevo que a comunicação social conferiu ao que nestes mesmos dias aqui aconteceu, em termos substanciais, parece-me manifesto que o *marketing* desta iniciativa do Instituto Histórico da Ilha Terceira não constituiu um êxito, fosse como notícia dotada de conteúdo, fosse como elemento mobilizador do público para quem ele também se destinava. Porventura por não revestir as características de um acontecimento primordialmente político-mediá-

* *Texto apresentado no Colóquio "Uma Reflexão sobre Portugal", realizado em Angra do Heroísmo, de 22 a 24 de Setembro de 1994.*

tico, aspectos históricos, geopolíticos e até de psicologia nacional passaram despercebidos da difusão pública fora destas paredes, e limitaram-se ao debate, que foi rico, entre os participantes neste encontro.

2. No entanto, esta REFLEXÃO SOBRE PORTUGAL trouxe-nos elementos e dados interpretativos da realidade portuguesa merecedores de uma divulgação que nos comprometemos a dar-lhes com a publicação das conferências aqui apresentadas.

Não me cabe resumir esses importantes e generosos contributos. Creio, porém, que será de alguma utilidade reter, de momento, algumas ideias chave deste mosaico, que o foi, de opiniões, sensibilidades e pontos de vista sobre a realidade portuguesa.

A língua portuguesa apareceu posta em relevo como um capital inestimável, e uma perspectiva não propriamente académica, mas antes de instrumento vivo e actuante de relações entre povos, e de acções a eles comuns. Esta visão veio-nos do Brasil, pela voz de Fernando Mourão, com a sua vivência do Conselho Brasileiro das Relações Internacionais, mas também foi corroborada pela perspectiva espanhola de Nicolás Sánchez Albornoz, com a sua experiência de universitário, director do Instituto Cervantes e paladino da cultura hispânica.

Justamente o sentido amplo do conceito de cultura resultou sublinhado por estas duas perspectivas, e isto porque a cultura, incluindo-as, transcende a história e a língua e corresponde a modelos de vida, que são locais, regionais, nacionais e transnacionais. É evidente que, num entendimento destes, o português europeu, matriz do que é hoje língua de quase 200 milhões de pessoas, não pode deixar de ter o seu centro de gravidade fora da Europa, onde se lhe situou o próprio berço, mas onde assenta hoje somente o território de um vigésimo de quem o fala e de quem continua a fazê-lo.

As hesitações e tergiversações quanto à acção educativa e formativa dos portugueses e a necessidade vital de lhes pôr cobro com a urgente definição - seguida por uma execução firme e continuada - de uma política de educação pública que abranja a formação técnica e o ensino exigente, foram outra das notas salientes, aqui trazida por António Machado Pires e ainda por Valentim Xavier Pintado. Trata-se de um pressuposto, mais

que de independência, de afirmação nacional: pois é isso que, em nossos dias, corresponde ao antigo gesto e ao contínuo esforço libertador do vasalo em relação ao seu suserano.

As previsões, optimistas sem triunfalismo, de um Portugal em processo de desenvolvimento numa perspectiva de integração europeia ficaram delineadas por Valentim Xavier Pintado. A ele se deveu - com o testemunho de sua própria experiência - o claro confronto entre a pertença à EFTA e à União Europeia, com os desafios e responsabilidades que este verdadeiro salto qualitativo acarreta. É igualmente uma nota, que é a marca da Universidade Católica - e também da verdadeira cultura portuguesa - sobre os valores cristãos do desenvolvimento e dos iniludíveis deveres que eles simultaneamente implicam.

As debilidades apareceram. O confronto cru com uma certa eficácia norte-americana, de uma abertura obsessiva a tudo o que é novo e as sugestões de um vanguardismo intelectual sem aparentes limites, foram-nos trazida por Onésimo Teotónio de Almeida, emigrante já de há uma geração que, da sua universidade em Providence, vem, há todos estes anos, debatendo a realidade portuguesa. E Inocência Mata trouxe-nos uma visão de africana sobre Portugal, crítica e exigente perante as classes políticas de ambos os continentes enquanto promotoras de efectivos laços de cooperação, mas também extensível aos próprios africanos que para território português vieram viver. Ao mesmo tempo que, qual *momento homo*, lembrava o vínculo histórico de Portugal com uma certa África que, afinal, se não quer marginalizada, e isto sem embargo de independências arrancadas pelas armas no meio da disputa planetária que foi a guerra fria. Esta voz reencontra-se com as dos que apontam o valor social e económico da língua portuguesa, veículo de contactos eruditos e populares, de relações jurídicas e económicas, além de meio para a reflexão sobre um passado comum, a que não faltaram os elementos penosos da servidão ligada à raça, e os elementos positivos traduzidos na transmissão de valores civilizacionais.

3. Portugal emerge desta reflexão com aquela característica bifronte, no sentido alargado que Machado Pires lhe apontou. É a perspectiva do país europeu que jamais será (até porque periférico) um elemento

nuclear de uma Europa continental, para a qual todavia olha com uma das suas faces. Porque a outra face, essa mira o resto do mundo por onde andou e anda, e no qual povos de outra estirpe europeia - como é a América do Norte, por ora ainda anglo-saxónica de matriz - ou então de raças cruzadas e com raízes tropicais, o continuam a atrair ou simplesmente a lembrar responsabilidades e possibilidades mais do que históricas, porque humanas, a que não consegue furtar-se, ainda que sinta a ilusão de o poder fazer.

Era este o contexto que o Instituto Histórico da Ilha Terceira pretendia realçar para o centenário autonómico que decorre. Porque há mais estrelas no céu - mesmo no céu de Portugal - do que ideias na cabeça dos homens neste canto português. E porque o crescimento, a valorização, a realização da própria autonomia, meio político para efectivar o desenvolvimento justo das comunidades insulares, só pode entender-se, realisticamente, dentro de um projecto nacional: cujo campo, vasto e exigente, ficou porventura mais rasgado com este colóquio que vai agora encerrar-se. Esse campo está igualmente aberto, para o estudo e para a vida, aos açorianos que somos, protagonistas específicos - para usar o termo constitucional - de uma mais larga vivência histórica. Vivência aqui potenciada pela presença oceânica e pelas três placas geológicas que nos fazem, teluricamente, tributários dos três continentes que marginam o Atlântico, o grande rio do Ocidente.

UMA REFLEXÃO SOBRE PORTUGAL *

Por: Mário Pinto

Senhor Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
Excelentíssimas autoridades.
Ilustres Conferencistas e Convidados.
Minhas Senhoras e meus Senhores.

Nesta vetusta e nobre cidade de Angra, que, ao longo de uma história de séculos, comprovadamente viveu, dia a dia, em condições muito peculiares de tempo e de espaço, na comunhão do ser português, e que, em períodos de graves crises (crise tem no étimo a ideia de escolha) mostrou que a sua identidade se alimentava de fortes raízes patrióticas na alma e no coração; nesta portuguesíssima cidade, desta portuguesíssima ilha Terceira, tem toda a legitimidade, tem toda a propriedade, uma reflexão sobre Portugal, tema deste selecto Seminário.

E uma reflexão hoje, agora.

* *Discurso proferido pelo Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores na Sessão de Encerramento do Colóquio "Uma Reflexão sobre Portugal", realizado em Angra do Heroísmo de 22 a 24 de Setembro de 1994.*

Hoje e agora, no contexto da comemoração do centenário da primeira lei que criou para os Açores uma forma moderna de autonomia administrativa.

Mas hoje e agora, também, no contexto do novo espaço europeu e internacional que se redesenha, e do novo tempo, à beira de dobragem milenar, do nosso mundo.

Com efeito, a autonomia regional é uma opção nacional, e o seu presente e o seu futuro fazem parte integrante de Portugal.

Por outro lado, Portugal, como de resto outros países, não pode deixar de continuamente se constituir em objecto de reflexão, em todas as suas dimensões de ser e de viver, de passado, de presente e de futuro, na ordem da sua textura e da sua vida interna, como na direcção das suas relações com as demais comunidades nacionais, e em particular com aquelas com quem viveu, ao longo de séculos, em irmandade de amores.

É que, nos tempos que correm, pensar, reflectir, à luz da história e das outras ciências da cultura, mas com um designio filosófico, isto é, de amor à sabedoria e de inquietação pelas questões da existência, sobre a própria identidade dos povos, sua história e seu destino, é coisa muito necessária e porventura mais do que nunca, em virtude da aceleração do progresso material e da vertigem das mudanças.

Se o *primum vivere* exige hoje menos esforço de trabalho produtivo, deveria restar mais tempo para o *deinde philosophare*. Contudo, haverá um déficite de reflexão humanística, ou pelo menos uma dificuldade em que as ciências históricas e culturais não percam de influência, na vida, no confronto com as ciências da natureza na sua extensão de aproveitamento tecnológico.

O homem aumenta, hoje, exponencialmente, o seu poder sobre a natureza e sobre os outros homens - as ciências da natureza e sócio-psicológicas fornecem, para o efeito, uma potente tecnologia. Mas o homem

não cresce, simultaneamente, no domínio de si próprio, pessoal e comunitariamente. Ecoando aquela voz imorredora de há séculos, é sempre oportuno lembrar que devemos conhecer-nos a nós mesmos.

Aqui estará um desígnio implícito neste Seminário. Porque não é possível saber para onde vamos se não soubermos quem somos.

Por isso há esta dimensão importante da reflexão sobre Portugal que gostaria de sublinhar. Que assenta na solidariedade ontológica entre a comunidade e as pessoas. Assim, reflectir sobre Portugal é, igualmente, reflectir sobre os portugueses, sobre cada um de nós, sobre cada um dos nossos maiores e dos nossos vindouros.

Uma vez que em cada homem é tão forte a sua radicalidade de ser único e irredutível, como a de ser, por *geração e criação*, membro igualmente irredutível da sua comunidade, uma reflexão sobre Portugal é incindivelmente uma reflexão sobre cada português, sobre cada comunidade portuguesa, de ontem, de hoje e de amanhã.

Na verdade, o Espírito é essencialmente pessoal, como é essencialmente comunitário. Nas três Pessoas divinas da Trindade de Deus Uno está o arquétipo e a matriz (se assim posso dizer) daquela misteriosa irredutibilidade pessoal e comunitária que faz com que a reflexão sobre Portugal também seja, afinal de contas, uma reflexão sobre cada um dos portugueses e das comunidades portuguesas menores.

A esta luz, ganha seguramente ainda maior valor a iniciativa que hoje aqui encerramos.

Mas, como disse, há uma urgência moderna neste esforço específico de reflexões.

Porque, para isso, é necessário pensar, e parar para pensar de modo especialmente programado, como neste Encontro. Não raro com sacrifício dos ritmos e afazeres que a vida nos impõe; e até com incompreensões.

Assim, talvez seja actual o verso que nos legou Fernando Pessoa, no seu imperecível poema, Guardador de rebanhos, em que nos diz:

*«Pensar incomoda, como andar à chuva
Quando o vento cresce e parece que chove mais».*

Eis porque, pela parte que me toca, agradeço ao Instituto Histórico da ilha Terceira, instituição de tão nobres tradições, e designadamente aos seus actuais dirigentes e associados, que saliento na pessoa que tanto se empenhou nesta iniciativa, o Dr. Álvaro Monjardino, o ter convocado para esta reflexão personalidades tão ilustres e representativas, que saúdo com reverência e amizade, num forum de seriedade recatada e quase intimista, como sempre conveio às fundas, serenas e sérias discussões.

Em rigor, uma reflexão é uma flexão sobre nós mesmos. E se nos voltamos para nós próprios, o que vemos é seguramente o problema que somos; e o que procuramos é seguramente o significado da nossa vida. Porque, para o homem, distinta criatura de todas as demais, viver é viver significativamente.

Se conhecer é comparar, como penso que é, e se identificar é confrontar e assim aprofundar, como me arrisco a defender, então não duvidaria de que a concepção e a inserção deste Seminário, só por si, já denotam uma ideia amadurecida acerca do seu objecto e da ideia transcendente que lhe preside.

Enfim, se, como disse, para o homem, viver é viver significativamente, eis aí então a razão radical desta reflexão, aqui neste lugar longe do centro geográfico do nosso País, mas, por este acto, situando-se no âmago do seu centro de consciência.

Parabéns, e obrigado.

Tenho dito.

FORTIFICAÇÕES DA ILHA TERCEIRA (*)

(Entre as ruínas e a revitalização)

Por: Valdemar Mota

(*) Conferência proferida no IHIT, pelas 21h00 do dia 4 de Março de 1994.

Nota de Abertura

Grata deferência se regista ao Gabinete do Senhor Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, pela amável e pronta cedência de fotocópias referentes a Plantas de Fortes da Ilha Terceira.

Não nos foi, até agora, possível utilizá-las na prática e valha a verdade em apelo de um pequeno surto de interesse suscitado por elementos de algumas Juntas de Freguesia desta ilha, que nos falaram do seu desejo de colaborar na recuperação dos fortes arruinados e dar-lhes um lugar de direito entre os demais monumentos culturais das suas próprias localidades.

Ficam, porém, essas plantas⁽¹⁾ em apenso deste ensaio e ao dispor de quantos as quiserem consultar, quer as que respeitam aos fortes em decadência ou ruína (Anexo I), quer aos fortes de que já pouco existe ou mesmo desaparecidos completamente (Anexo II).

Umás e outras plantas, certo é que poderão vir a servir não só como suporte autêntico a futuras indagações ou investigações de maior profundidade nesta área, como também de orientação de quaisquer trabalhos de recuperação que se entenda levar a cabo neste importante e amplo espaço do nosso património histórico.

Por outro lado, ainda, é certo que não estão aqui todas as plantas de fortes ou partes de fortes existentes, e é também verdade que, nesta sucinta enumeração de fortificações de costa, longe estará a lista do seu

(1) *As plantas aqui referidas, da autoria de Francisco Xavier Machado (1772) e guardadas nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, foram recentemente (1997) publicadas pelo Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo. Com a concordância do consócio Valdemar Mota, optou-se por publicar em anexo ao presente trabalho a colecção inédita de plantas dos fortes da Ilha Terceira, enviada ao Reino em 1777, pelo capitão-general Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça, à guarda do Arquivo Histórico Ultramarino.*

sucinta enumeração de fortificações de costa, longe estará a lista do seu número exacto.

Alguns até dificilmente serão reconhecidos no panorama fortificativo actual, certamente por há muitos anos desaparecidos ou (por que não?) rebaptizados com outro nome.

Drummond aponta para os lados do Cabo da Praia um pequeno forte, em seu tempo já desaparecido, sito no lugar que ele pitorescamente descreve como sendo onde "a costa era brava, porém a baía funda". Era o forte dos *Tainta Reis* (sic). Trinta Reis ⁽²⁾.

Quanto a Frutuoso, este ao descrever a artilharia e munições inventariadas na Terceira, por altura da invasão das forças castelhanas de Filipe II (1583), alude a uns tantos fortes de curioso designativo, como o do *Açougue*, dos *Fanais*, do *Alcaide*, da *Ladeira Grande*, ou *Ladeira de Pero Gonçalves*, o da horta do bacharel Ruivo, do *Pobado*, mencionando ainda um fortaleza conhecida no tempo como a dos *Preguiçosos* ⁽³⁾, que ficaria na costa Sul da Ilha Terceira, fortes estes que não constam do nosso descritivo.

Não foi nosso objectivo elaborar um trabalho exaustivo sobre os fortes da ilha Terceira. Apenas quiséramos deixar aqui um alerta para a ruína em que se encontra presentemente este tipo de património que, em outro sítio e noutro país, teria já merecido o tratamento adequado. Quanto á história da fortificação da ilha, em toda a sua extensão, é um trabalho que ainda está por alguém o elaborar devidamente reunindo em conjunto o que existe de notícias dispersas.

(2) *Anais, IV*, p. 223, nota 17.

(3) *Frut.*, Saud. da Terra, L^o 6, ed. 1963, p. 195.

1 - INTRODUÇÃO

Ao falar-se de fortificações na ilha Terceira, está-se perante um património único em toda a região e certamente do próprio país, pois cremos não ser muito vulgar encontrar tão compacto número de fortes, cortinas ou baterias em tão restricto espaço geográfico. Se considerarmos 20 quilómetros de Angra á Praia e mais cerca de 10 quilómetros de Angra ao porto das Cinco Ribeiras, teremos, folgadoamente, um forte de quilómetro a quilómetro, sem contar os que rodeiam o Monte Brasil. Só que, infelizmente, e para mal dos nossos pecados, embora a história nos diga que somos um povo apegado ás raízes e tradições e ao conservadorismo dos valores do passado, a prática, no entanto, parece querer revelar-nos que não é tanto assim. De ano para ano, há várias dezenas de anos, que temos vindo a assistir á degradação sucessiva e constante desse imenso, único e valioso património militar constituído pelas fortificações de costa que enxameavam de vida, noutros tempos, o calhau e as rochas baixas do mar da ilha Terceira e agora estão moribundas e á beira do desaparecimento total e sem remissão, a menos que se lhes acuda com urgência.

Nesta breve reflexão, vamos deambular entre aquilo que é a actual *ruína* (a realidade nua e crua) e aquilo que pode vir a ser uma forma de *revitalização*, perfeitamente concretizável, desde que as forças vivas da terra se queiram efectivamente comprometer no sentido de dar vida e continuidade a esses velhos monumentos, ora estáticos e desprezados.

Não é possível aludir a fortificações sem uma referência á história e á estratégia militar, assim como aos acontecimentos que levaram á sua efectivação, alguns deles relevantes e interligados a sucessos nacionais por sua vez encadeados noutros que entram na esfera das grandes potências estrangeiras. Perceber-se-ão melhor as movimentações militares nesta ilha Terceira, tendo em conta, principalmente, alguns factores de ordem social e da própria política portuguesa no contexto das nações em várias épocas.

As Ilhas foram desde muito cedo chamadas a tomar parte, ou melhor, a verem-se participadas nas complexidades diplomáticas e políticas ou nos sistemas de guerra da forma mais envolvente. As disparidades de uma política expansionista, nem sempre acertada, criaram fundos golpes, como o de Alcácer Quibir, que arruinaram o país, fizeram perder a independência e trouxeram a guerra, o sofrimento e a subjugação das Ilhas dos Açores. O percurso histórico destas está reflectido, amplamente radiografado na densa fortificação, imposta pelos mais diversos circunstancialismos, não só provenientes da própria insularidade que lhe impunha já por isso mesmo meios de defesa e apoio às populações, mas, sobretudo, como bases de guerra. Não se podem esquecer os períodos mais ricos da nossa história, também os mais sangrentos, como os do Prior do Crato e de D. Pedro IV.

Épocas e revoluções profundas que nos fizeram ser diferentes como povo e como portugueses insulanos. A complementar o quadro, a cobiça feroz de salteadores na mira de fáceis lucros, colhidos nas navegações com cargas preciosas que cruzavam os mares dos Açores.

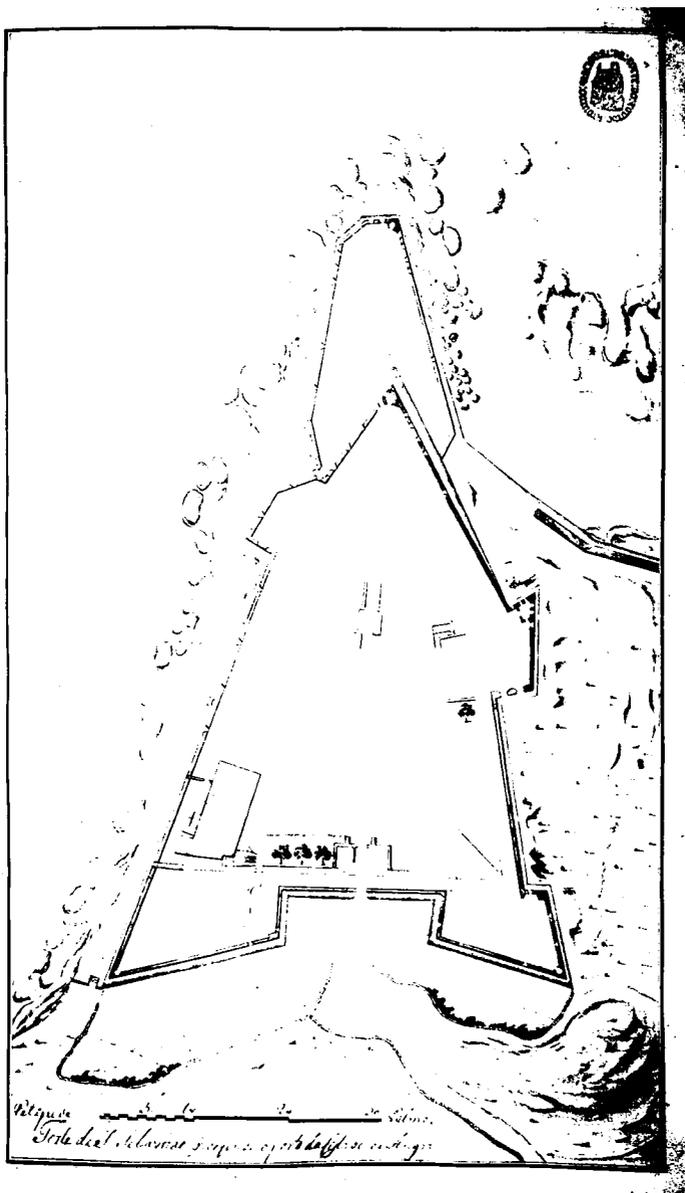
2 - O PRIMEIRO CASTELO E A DEFESA DO PORTO

A partir de 1450 vieram para a ilha os primeiros povoadores pela mão de Jácome de Bruges. Inicia-se então a dispersão dos núcleos familiares pelos vários pontos da ilha. Naturalmente que se imporia como prioridade das prioridades construir algo que defendesse e abrigasse as famílias dos colonos no caso de aparecimento de "personas não gratas".

E assim apareceu o Castelo que tem por nome *S. Luis* ou *S. Cristovão*, a que o povo chama simplesmente dos *Moinhos*.

Construído no alto de um outeiro, desviado da baía de Angra, é um modelo de fortificação medieval, concebido para amparar eventualmente os colonos do burgo que se desenvolviam á sua sombra. Mas este, pouca actividade teve no contexto da guerra. Foi uma prevenção inicial dos povoadores no sentido nato de se protegerem nos seus flancos.

Só muito mais tarde, no século seguinte, se daria começo ao castelo de *S. Sebastião* (em memória do Rei desse nome) talvez por volta



Castelo de S. Sebastião (Castelinho)
(Francisco Xavier Machado - 1772)

de 1555. Em 1562 havia na Terceira um mestre de obras de fortificação de nome Luís Gonçalves, sob direcção e obediência do provedor João da Silva do Canto.

Contudo, foi em 1567 que veio às Ilhas o eng^o. Tomás Benedito com instruções para efectuar a planificação geral das fortificações. O porto de Angra, efectivamente, passava a dispor no seu flanco Este de uma construção militar importante á defesa da urbe - o referido castelo de S. Sebastião vulgo *Castelinho*, implantado em sítio onde é tradição ter havido uma ermida dedicada a Santa Maria Madalena.

A este importante passo defensivo junte-se-lhes os fortes de *Santo António* e dos *Três Paus* na ponta do Monte Brasil, como mostra a planta de Linschott dos fins do séc. XVI, cruzando-se os três fogos do porto assim se consolidando esta primitiva defesa já com fortificações de certo peso, o suficiente para repelir a entrada na baía de navegação perniciososa. Esta era constituída principalmente por piratas e gente que andava a corso. Ao referir nos *Anais* o ano de 1567 o historiador Drummond dá conta do estado desprovido em que se encontravam as ilhas. Diz ele: "A fortificação da Ilha Terceira e das demais dos Açores chamou a atenção do governo, pois que os corsários de muitas nações com grande poder infestavam estes mares, acometiam os portos e saqueavam algumas ilhas. Porém, a Terceira, como escala das embarcações da Índia e do Brasil, era o principal objecto de tais inimigos"⁽⁴⁾.

Depois, por 1566 a cidade do Funchal sofreria forte incursão do corso e os horrores do saque, e estes de tal modo se fizeram sentir que logo ecoaram com efeito, nos Açores, onde, no ano seguinte de 1567, a Terceira viu-se rodeada de corsários tentando o assalto e o saque. Mas o Corregedor tomou prontas providências e os moradores da Terceira que, alguns anos antes foram armados de arcabuzaria, tiveram que ser fintados em 500 cruzados para acudir aos reparos da costa ⁽⁵⁾.

É que os Açores, haviam atingido uma posição estratégica no comércio e apoio à navegação nessa altura do Oriente e, mais tarde, das possessões espanholas da América, da Mina, do Brasil e de outras partes.

(4) *Anais*, I, 146.

(5) *Ibidem*, I, 149.

A cortina ou linha de fortificações de Santo António do Monte Brasil completa-se, como ainda hoje se vê, com várias construções. Segundo a obra do Major Miguel Cristovão de Araujo *O Castelo de S. Filipe do Monte Brasil*, temos: - o reduto dos *Dois Paus* com quatro canhoneiras, o reduto de *S. Francisco*, cinco canhoneiras e o forte de *S. Bento* ou *S. Benedito*, cuja construção é atribuída ao grande Corregedor partidário do Prior do Crato, Ciprião de Figueiredo, como, aliás, grande parte das fortificações da ilha no último quartel do séc. XVI. Ainda o reduto de *Santo Inácio*. Entrecalando estes fortes e redutos existem lanços de cortinas com canhoneiras e banquetas para atiradores.

E já agora uma curiosidade no tocante ao forte dos Três Paus, pois ele não é um forte, mas sim dois. O Capitão Spínola de Melo, na sua obra *O Castelo de São João Baptista e a Restauração de 1640*, descreve-o deste modo: - "Este forte compõe-se de dois fortes distintos, fechados sobre si. O da direita, a leste, consta de alto parapeito em que se abriram três canhoneiras, tendo anexas as paredes da casa da guarda e uma guarita de pedra para a respectiva sentinela. Junto e a Oeste, fazendo corpo com ele e em plano inferior, o outro forte, com cinco canhoneiras, parecendo que este segundo forte foi construído depois daquele, visto este ser fechado, e o primeiro ter na parede de divisão uma canhoneira que bate o segundo, canhoneira que decerto se não fazia se a construção dos dois obedecesse ao mesmo plano de construção".

Temos, pois, aqui, uma enriça que pode muito bem ser a delícia de especialistas da matéria, respeitante ao séc. XVI. Há portanto uma geminação bastarda nesta construção. Isto faz-nos lembrar um outro caso - diferente em tudo deste - mas também exemplar arquitectónico, ao que supomos, único nesta ilha - que é uma igreja com dois altares mores. É a igreja de Santo Cristo da Praia da Vitória. Rebuçados para pacientes decifradores de casos complicados.

Este forte de *S. Bento* ou *S. Benedito* vai ligar-se ao de Santo António, na ponta do Monte Brasil por uma cortina em "Três lanços limitados por traveses argamassados" ⁽⁶⁾. No primeiro lanço sete canhoneiras, no segundo cinco e no terceiro nenhuma.

(6) *Flancos* ?

A ponta de lança das fortificações da encosta do Monte Brasil é sem dúvida o forte de St^o. António com o seu poder bombástico. O seu pontencial fá-lo guardião da baía de Angra juntamente com o Castelinho, situado no outro extremo. É ainda este mesmo autor que lhe faz a descrição apropriada : "Consta este forte de dez baterias ligadas umas ás outras, sendo cinco no mesmo plano até á ponta de St^o António e cinco seguindo para a direita em planos ascendentes numa adaptação á rocha, formando então este todo o maior centro de resistência de toda a ilha, pois contém trinta e três canhoneiras".

Para que se possa ter uma visão da defesa cerrada, implacavelmente cerrada, que constituía a poderosa cortina da encosta do Monte Brasil, veja-se ainda que, por cima do forte de Santo António se mandou levantar uma bateria de reforço no tempo da Capitania Geral dos Açores, em datas entre 1810-1816, com oito canhoneiras, pensando-se, certamente, o que é plenamente lógico, que as fortificações do séc. XVI estavam já desactualizadas em relação aos primeiros anos do séc. XIX.



Forte do Pesqueiro dos Meninos (Foto Iris - Angra do Heroísmo)

Na verdade, ao falar de fortificações da Ilha Terceira, o nosso pensamento está exactamente voltado para aqueles que são os fortes de costa, que orlam toda a costa sul da ilha Terceira. Não tem cabimento exaustivo neste ensaio fazer a descrição do Castelo de S. João Baptista nem do Castelo de S. Sebastião, mas há que falar neles, embora a nossa orientação se fixe mais em detalhe nos fortes que se situam na costa marítima, desprezados, mudos e silenciosos.

Mas, os fortes da encosta do Monte Brasil incluem-se neste esquema, porquanto, são fortes de costa embora integrados numa vasta planificação que envolve todo o Monte Brasil e a sua majestosa praça de guerra denominada Castelo de S. João Baptista.

Por isso, sucintamente, já agora, daremos a volta ao Monte, fazendo de contas que é uma viagem turística e encontraremos a sul do Monte Brasil, na confluência dos picos do Facho e do Zimbreiro, numa parte mais baixa do acidentado terreno, mais um forte chamado da *Quebrada* (nome originado da própria deformação do solo), o qual teve também o seu desempenho nas lutas da Restauração usado por correios de soldados espanhóis que dali desceram um barco para a fuga. Guarnecia-o várias canhoneiras, tinha casa da guarda e cisterna.

A baía do Fanal, abrigo de embarcações, constituía o segundo porto de Angra, que tinha, por isso, a defendê-la na ponta do Zimbreiro as fortificações de *S. Diogo*, com quatro baterias e dezassete canhoneiras e, mais tarde, surgidas no calor das lutas liberais as baterias da "Constituição" e da "Fidelidade" com, respectivamente, oito e quatro canhoneiras.

Os vencedores liberais convictos não resistiram à humana tentação de colocar os seus triunfos em placa de mármore, como monumento à posteridade.

Na da "Constituição" o estribilho é "Pela pátria morrer, um povo livre é suave dever, é lei sagrada". Na da "Fidelidade" a toada é outra: - "Se um povo livre ao juramento falta é vil, perjuro á lei, traidor á pátria".

É com estes e outros "slogans" que se fazem, afinal, as políticas de todos os tempos.

A esta última bateria, a da "Fidelidade" foi parar e existia ao que se escreve, ainda em 1867, uma peça de bronze, fabrico inglês, datada de 1571 com inscrição : *Elisabeth Regina*. Esta Rainha de Inglaterra foi

aliada de D. António Prior do Crato e filha de Henrique VIII e de Ana Bolama, contra a qual escumavam as raivas de Filipe II de Espanha que não descansou enquanto não pôs de pé a *Invencível Armada*, que foi irremediavelmente batida, incendiada e posta a pique, mas que se destinava a submeter a Inglaterra aos poderes da Espanha, pois a luta reacendia-se em factores e diferença de culturas religiosas. A Inglaterra, anglicana. A Espanha ferozmente católica e pró-papado.

Mas voltando á cortina de São Diogo, nela existiam fortes apoios de artilharia, que se consideram posições de relevo, como o *reduto de S. Gonçalo* com duas canhoneiras, o *reduto de Santa Cruz* com cinco canhoneiras e, finalmente, a encerrar a cortina, o *reduto de Santa Teresa* com três canhoneiras, fortificações estas que, em boa hora, têm vindo a receber beneficiação condigna, retirando daquele local o aspecto de miserável abandono e ruína em que estava mergulhado. No cotejo das obras dos dois autores militares acabados de citar, eles não se entendem quanto ao número das canhoneiras. Na impossibilidade de as conferirmos seguimos, neste caso, o que ficou no estudo de Spínola de Melo. Do forte do Zimbreiro ao de S. Diogo muito haverá que fazer, mas quanto ao forte chamado *General Saldanha* esse parece ter desaparecido ou pouco dele restará.

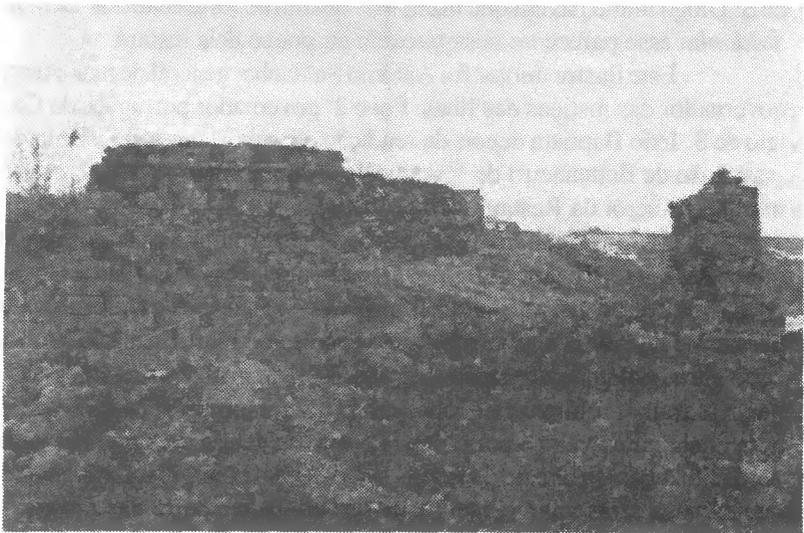
Este ilustre militar foi António Saldanha, general de mar e terra, governador das justiças nas Ilhas. Foi o 2º governador português do Castelo de S. João Baptista depois da rendição espanhola em 1642, seguindo-se a João de Bettencourt de Vasconcelos, capitão-mor de Angra, grande morgado e herói da Restauração.

De resto e como é de sobejo conhecido, a própria cidade de Angra, mercê dessas fortificações era por si também inacessível. Vista de longe, do mar alto, esta cidade atlântica parece perder-se no fundo de um funil. Ultrapassar as linhas de defesa na direcção da ponta do Monte Brasil era suicídio certo para qualquer navegação, por mais afoita e intemerata que fosse. As que tentaram, ou foram retaliadas ou retiraram à pressa. Mesmo depois dessa linha, uma vez no porto, havia outra, de defesa do burgo. Fazendo parapeito à baía, a cidade de Angra, era defendida por grossa muralha (de que há anos atrás apareceram restos) de um lado e outro das *Portas do Cais* (Cais da Alfandega), interligadas por conjunto abaluartado, mais elevado do que a muralha, que ia fechar a nascente junto ao Castelinho e a

poente no fim da rua de S. João, onde se abria outro portão num baluarte em que é possível distinguir bem as canhoneiras na planta do holandês Linschoot. Onde não corria muralha era rocha alta até ao Porto Novo cuja passagem se fazia por um portão cujo arco em pedra ainda lá está.

Como se vê, este Monte Brasil é um verdadeiro filão de fortificações, fortes, cortinas, baluartes, redutos. Todo esse manancial, aliás, empregado na defesa das suas baías - Angra e Fanal - ainda mais se fechou sobre si com o apoio grandioso do *Grande Castelo*, cidadela inexpugnável na defesa insuperável dos mares dos Açores e da própria terra açoriana. Sem esta força, talvez hoje não vivéssemos a Autonomia dos Açores, de que se está comemorando o 1º centenário. Por isso, encaixa-se perfeitamente nesta fortaleza ímpar o epíteto de "Gibraltar Açoriana", feliz frase que se atribui ao marquês de Sá da Bandeira.

Efectivamente, como se sabe, o Grande Castelo com suas baterias e revelins, estes voltados até sobre a própria cidade como que na prevenção de qualquer ataque por terra, foi sempre considerado como



Forte de Santo António ao Porto Judeu (Foto Iris - Angra do Heroísmo)

uma praça inacessível e uma das mais poderosas fortificações peninsulares.

É geralmente conhecida aquela parte da *História Insulana* em que o Pe. Cordeiro diz que esta enorme fortaleza voltada á cidade foi feita com o intuito de amedrontar os seus moradores. Esta ideia tem rolado pelos tempos fora e ainda hoje se mostra com peso, levando outros autores da pesquisa histórica açoriana a pensar de igual modo. Tão coerente se mostrava o pensamento do ilustrado jesuíta. Isto meditavam os pensadores, os militares, os estrategas. Um governador do Castelo informava no séc. XVIII o Governo da Monarquia referindo quase linearmente o pensamento de Cordeiro: - "... e foi este Castelo em forma de cidadela, como mais para sujeitar a cidade que para defendê-la, e só no porto o fora defesa do mar" (7).

Claro que não dizemos que em parte o não fosse efectivamente, mas, na verdade, afigura-se pouco crível que os espanhóis tenham levantado um "dinossauro" daquele tamanho e grandeza bélica apenas com o receio de meia dúzia de saudosistas antoninos, defensores da Causa Nacional e de uma população, saqueada, enxovalhada nos seus brios de liberdade, sem armas e sem líderes. Os que havia foram presos, justicados, sentenciados e embarcados para fora. Uma razia nas forças de elite e expeditos populares terceirenses que se viram ceifados no seu orgulho por um orgulho maior e mais poderoso - o do valente cabo de guerra, grande de Espanha, o Marquês de Santa Cruz.

Por isso, parece-nos mais real que o Governo de Sua Majestade Católica desejasse, antes, pelo contrário, possuir no Atlântico uma grande feitoria, contra a qual não tivessem poderes nem inimigos, nem piratas nem experimentados corsários. E assim pudesse ter a bom recato, no resguardo seguríssimo de um castelo inacessível, as fabulosas riquezas que as naus e galeões traziam das partes das Índias de Oriente e Ocidente. Colossais fortunas. Essa feitoria era em Angra e a certeza de não ser assaltada provinha em simultâneo de outras forças que se dispersaram por toda a ilha com as suas companhias de ordenanças. Referimo-nos aos fortes de costa, na sua maioria em decadente ruína hoje em dia. Será destes que vamos falar de seguida:

(7) *Arq. dos Açores*, XII, 460.

3 - OS FORTES DE COSTA

A ilha Terceira era por natureza defendida a norte por altas rochas inacessíveis por mar nos períodos antonino e castelhano, sécs. XVI - XVII e mesmo posteriormente. Mas havendo local de perigo, zona baixa ou que favorecesse desembarque fácil, logo se postavam estas sentinelas vigilantes. Lá estavam, nos Biscoitos, o *Forte do Porto* e o da Rua Longa, defendendo a terra e as nossas gentes á entrada de intrusos, ladrões do mar, quer usassem a cruz, quer fossem hereges.

Cortando a ilha Terceira pela horizontal, o quadro de fortalezas, fortes, fortins e baterias de costa é inacreditável. São como faúlha proporcionando um panorama raro e inédito. Único nas nossas ilhas. Um privilégio que só se vê na Terceira.

Entre o Fanal e a freguesia das Cinco Ribeiras, temos nove fortes ou aquilo que deles resta.

O *Forte da Má Ferramenta* pouco depois do poço da luz, o *Forte Grande*, o da Maré, do qual dificilmente se encontrará conjunto de pedras, o do *Biscoitinho* do qual bem pouco restará, o do *Ferreiro ou Terreiro*, já não existia no começo deste século, o da *Igreja*, e o dos *Barreiros*, de que pouco ou nada haverá, o do *Negrilo* onde pernoitavam as tripulações baleeiras, hoje conservado, lugar de banhos, o de *S. Bartolomeu das Cinco Ribeiras*. A velha "muralha" que ia desde o terreiro de S. Mateus á Igreja Velha foi quase toda arrastada pelas correntes marítimas e o mar come dia a dia, cada vez mais a terra barrenta.

Para o lado leste, isto é, do Monte Brasil á Praia da Vitória, o número destas fortificações é de tanto como vinte e dois fortes.

Registemos os seus nomes:

Forte de S. Antonio, do Porto Judeu, Forte e reduto da *Casa da Salga* (aquele, a C. M. de Angra fez a "benemerência" de lhe dar a última machadada quando transformou aquele local em parque de campismo), os Fortes das *Cavalas*, *Caninas*, da *Greta*, de *Santa Catarina das Mós*, do *Ilhéu da Mina* (depois denominado "Bom Jesus") na costa de S. Sebastião, do *Pesqueiro dos Meninos*, de *São Francisco*, na Ribeira Seca

de Baixo, de *S. Fernando*, da *Nazaré* e de *S. Tiago* (ruínas), no Porto Martins, os de *S. Bento*, *S. Jorge* e de *Santa Catarina*, do Cabo da Praia (a que Gaspar Frutuoso chama fortaleza), e, daqui por toda a baía da Praia até á ponta do Facho, os fortes de *S. José*, este reaparecido sob a areia, o de *S. Caetano*, completamente desaparecido, *Santo Antão*, *S. João*, destruído, restos no fundo do mar, a pedra foi levada para construção civil, empregada em casas ou tapando portais, o das *Chagas*, igualmente desaparecido, o do *Porto*, também, praticamente defunto, e o forte do *Espírito Santo* de que apenas se pode ver uma fracção de muralha, depois de ter passado anos e anos amarrada, dependurada, como que enforcada em correntes, sem ninguém que a salvasse dessa agonia lenta e ignóbil.

Á semelhança de Angra a Praia foi antigamente uma importante vila toda murada e fechada por quatro portões. A sua fortificação é anti-quíssima datando do tempo do 2º capitão-donatário Antão Martins Homem. Nela implantou Ciprião de Figueiredo, cerca de 1580, doze fortes. Cinco desapareceriam no espaço de 250 anos. Em 1830 eram só sete os fortes que guarneciam a ampla baía de areias prateadas. Hoje, como se viu, dificilmente se juntarão algumas pedras com configuração de algum dia terem feito parte de uma fortificação.

É bom que se saiba que o forte chamado do "Bom Jesus" ou do "Ilhéu da Mina" foi submetido a reparos, após a Restauração, pela Câmara de Angra em memória do Capitão Francisco de Ornelas da Câmara que o tomou aos espanhóis no calor da refrega. Uma lápide ficou a perpetuar o facto, na mesma se invocando o Rei Restaurador D. João, o Quarto : "... os oficiais da Câmara da Cidade o mandaram fazer. Ano de 1644 ⁽⁸⁾.

4 - AINDA RESTA UM SOPRO DE VIDA E DE ESPERANÇA

Neste quadro, traçámos o essencial numa fase de abordagem do problema. Neste resumo, certamente, faltarão muitos fortes antigos e já desaparecidos irremediavelmente.

(8) *Sampaio*, Memória Histórica, 278.

Também alguns figuram nesta listagem e já serão "arquivo morto", como provável é ter-nos escapado incluir alguma destas unidades que cercam a costa baixa da ilha Terceira, com as suas cortinas, vigias, trincheiras, ligando por vezes um forte a outro forte, nas ocasiões de perigos iminentes, de assaltos ou invasões inimigas. Daqueles que se referiram aqui, parte avantajada deles está de rastos. Não são mais do que ruínas desarticuladas e soltas. De, pé, apenas alguns tiveram esse privilégio. Citemos Santa Catarina do Cabo da Praia, o forte Grande de São Mateus, o do Negroito, incluindo também um dos Biscoitos. Serão, ao todo, uns cinco recuperados, o que representa em termos absolutos em relação ao total dos fortes de costa - reconstruídos 12% e em ruínas 88%. Não estão incluídos nestes números percentuais as cortinas fortificadas a este e a oeste do Monte Brasil.

Este panorama dramático para todos nós e não só para os "Amigos dos Castelos", toca-nos particularmente no sangue e na moral. No sangue, porque quantos de nós tiveram ascendentes que, por eles, lutaram e morreram cumprindo o seu dever nacionalista e patriótico. Moral, porque a degradação em que se encontram não deixa de ser um peso na consciência de quem se preze e defenda os princípios básicos regionais, defraudados embora a este ponto. O que está em causa é, em resumo, a defesa de um património. Como outros patrimónios, o artístico, o cultural, de que recentemente falou o Sr. 1º Ministro, como também digno dos apoios comunitários, o ecológico, o arquitectónico, também o património castrense tem direito á sobrevivência num estado de direito e de igualdade de valores como é o nosso e numa região autónoma tal é a dos Açores.

Por vezes somos levados a exaltar a nossa história num quadro integrado em contexto turístico, dificilmente se justificando a negligência perante um património de excepcional valor em qualquer parte do mundo, votado pura e simplesmente ao ostracismo. Julgamos - perdoem-nos se erramos - a substimação em que temos o nosso património castrense (não diria só o da Terceira, o mais representativo é certo, mas de um modo geral, o de toda a região). Está todo a cair de velho, de fadiga, podre. Cremos que haverá uma ou mais formas da sua recuperação em termos aceitáveis. Entre a *ruína e a revitalização* a distância é ténue. Das duas uma : ou se deita mãos á obra e se faz alguma coisa ou se deixa esquecer e acabou-se.

A escolha competirá às gerações contemporâneas; o juízo, esse, será feito pelo futuro.

Em matéria tão complexa será de esperar a intervenção de entidades governativas, Secretarias Regionais, Câmaras Municipais, Direcções de Cultura e do Turismo, das próprias Juntas de Freguesia que veriam porventura com agrado, a possibilidade de valorização patrimonial dos seus espaços.

Quanto às utilizações de todas essas unidades castrenses num programa eventualmente turístico ou de base histórica, haverá muitas e delas se ocupará, inequivocamente, a reconhecida criatividade dos homens das ilhas.

Se me permitirem terminaria este estudo com uma frase do Major Miguel Cristovão de Araujo, distinto militar e investigador, sócio do I.H.I.T. e meu amigo, que sintetiza com brilho tudo quanto aqui foi dito. Ouçamo-lo : - "Embora muitos fortes tenham desaparecido arrasados por já inúteis ou destruídos pela acção do tempo, os que restam ainda hoje, a maior parte em ruínas, bastam a atestar o valor que outrora era atribuído a esta ilha como posição estratégica" ⁽⁹⁾.

(9) Atlântida, 1974, p. 99.

ANEXO I

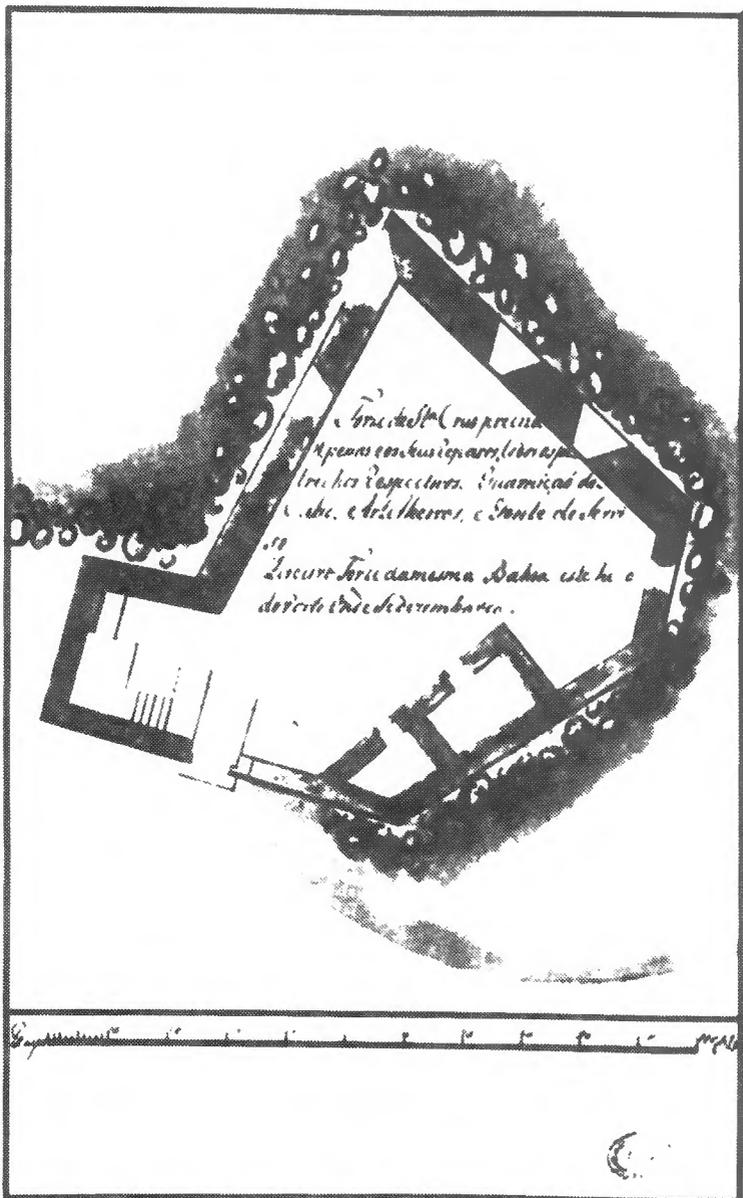
Algumas Plantas de Fortes da Ilha Terceira

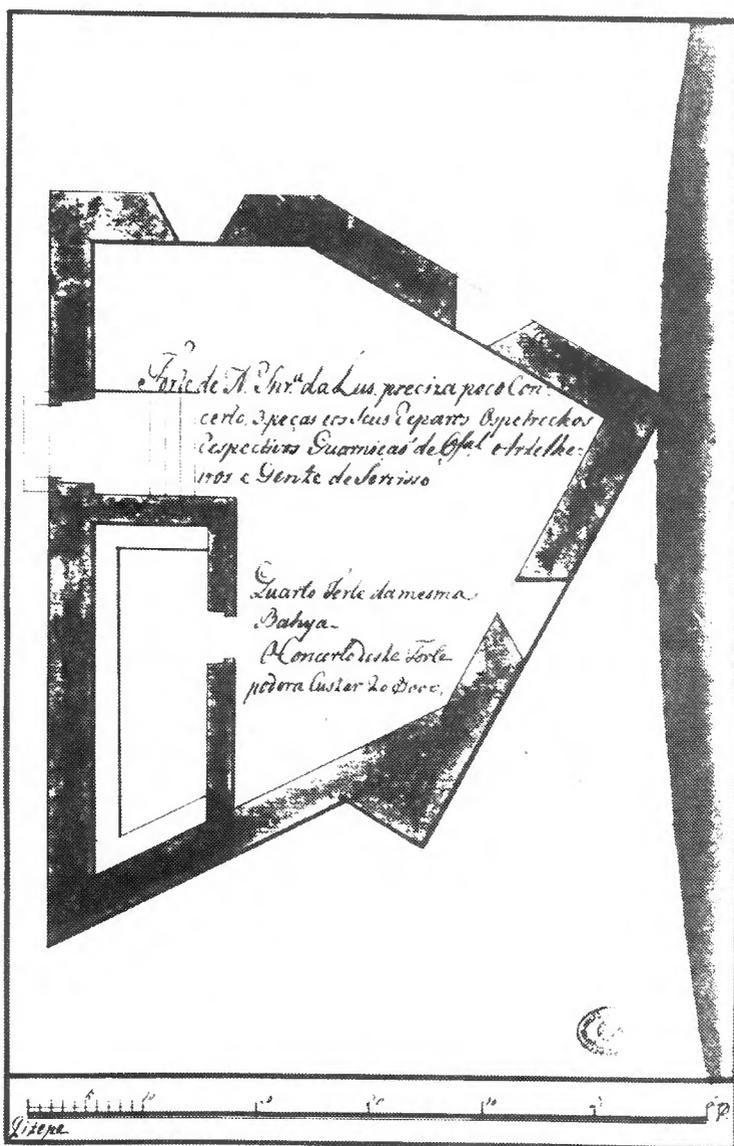
(decadentes ou em ruínas)



Forte do Espírito Santo

Reduto de Nossa Senhora da Conceição

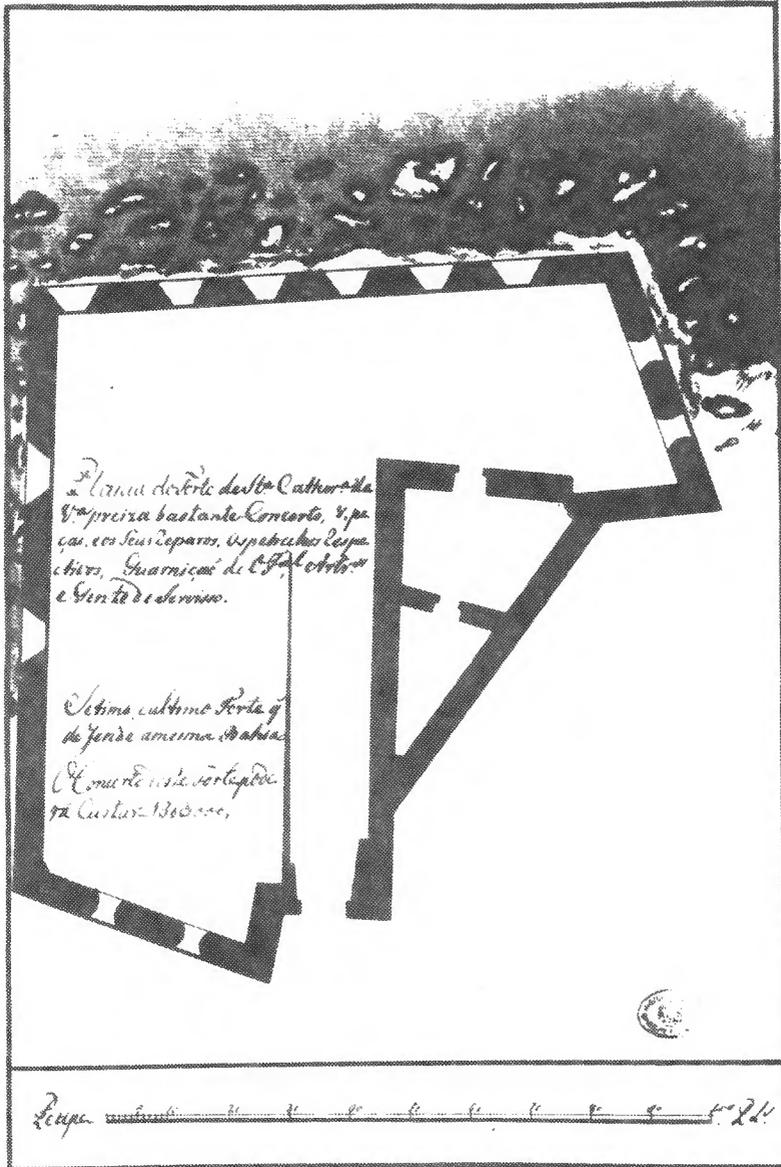




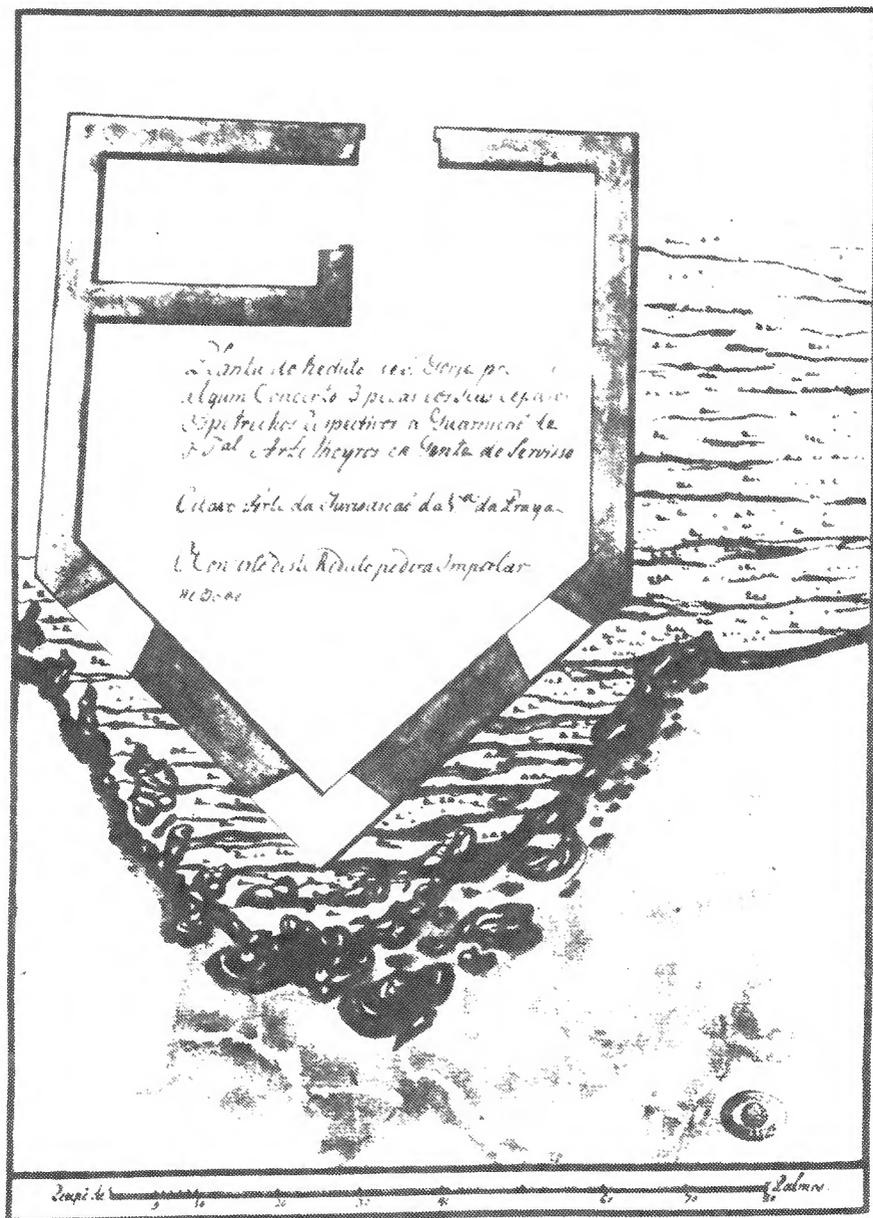
Forte de Nossa Senhora da Luz

Forte de São Francisco (ou das Chagas)

Reduto de Sto. Antônio



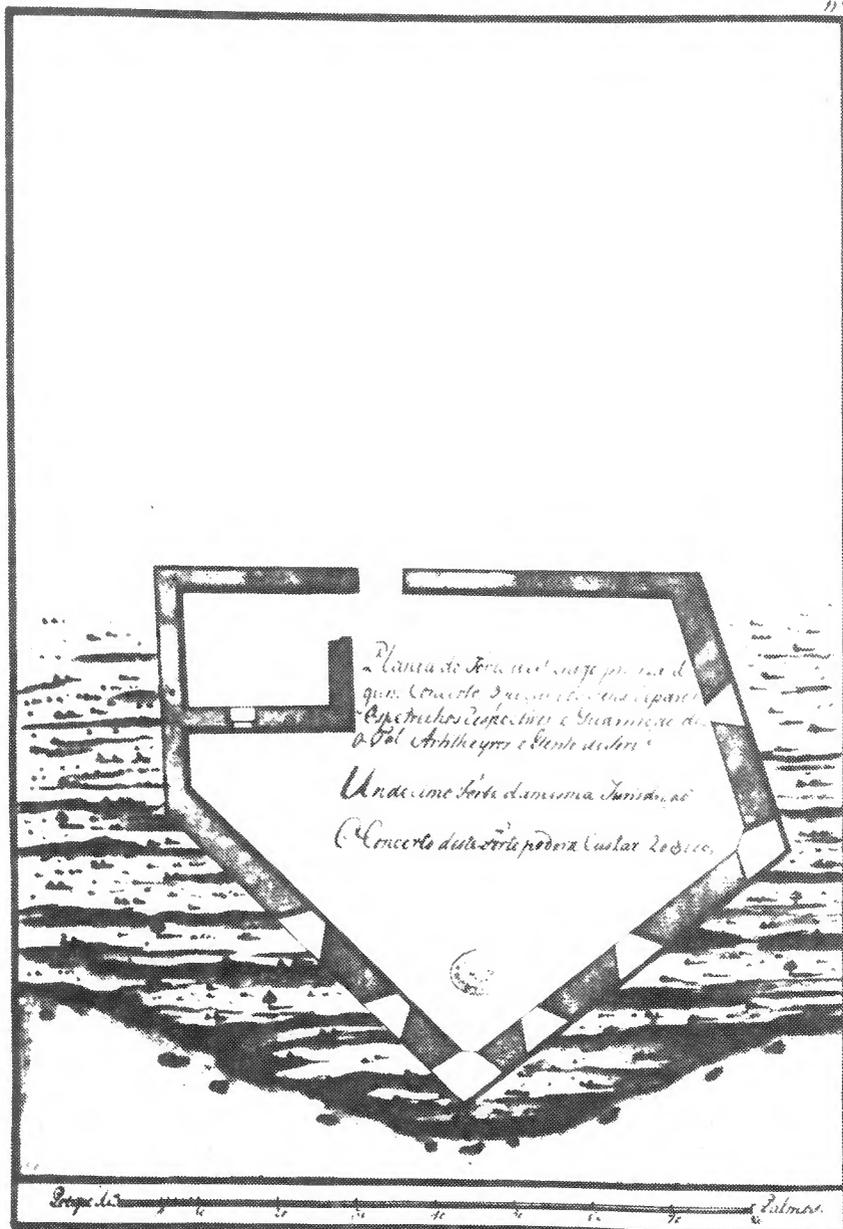
Forte de Santa Catarina do Cabo da Praia



Reduto de Sto. António

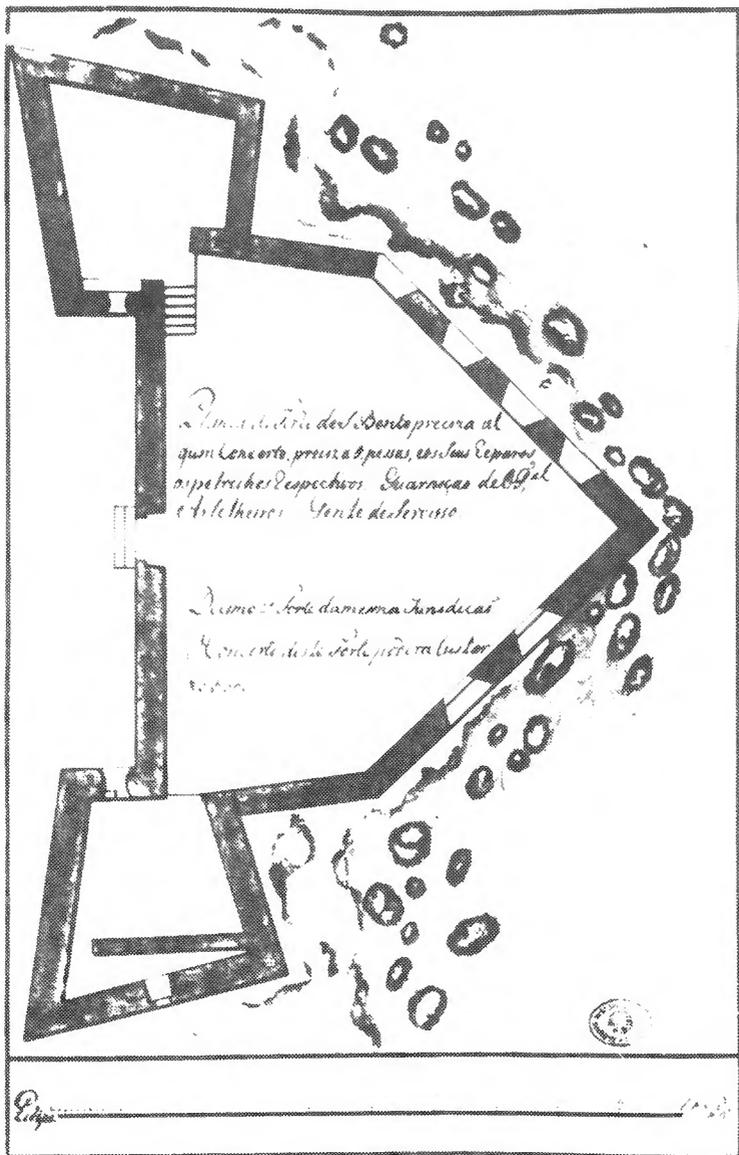


Reduto de Nossa Senhora da Nazaré

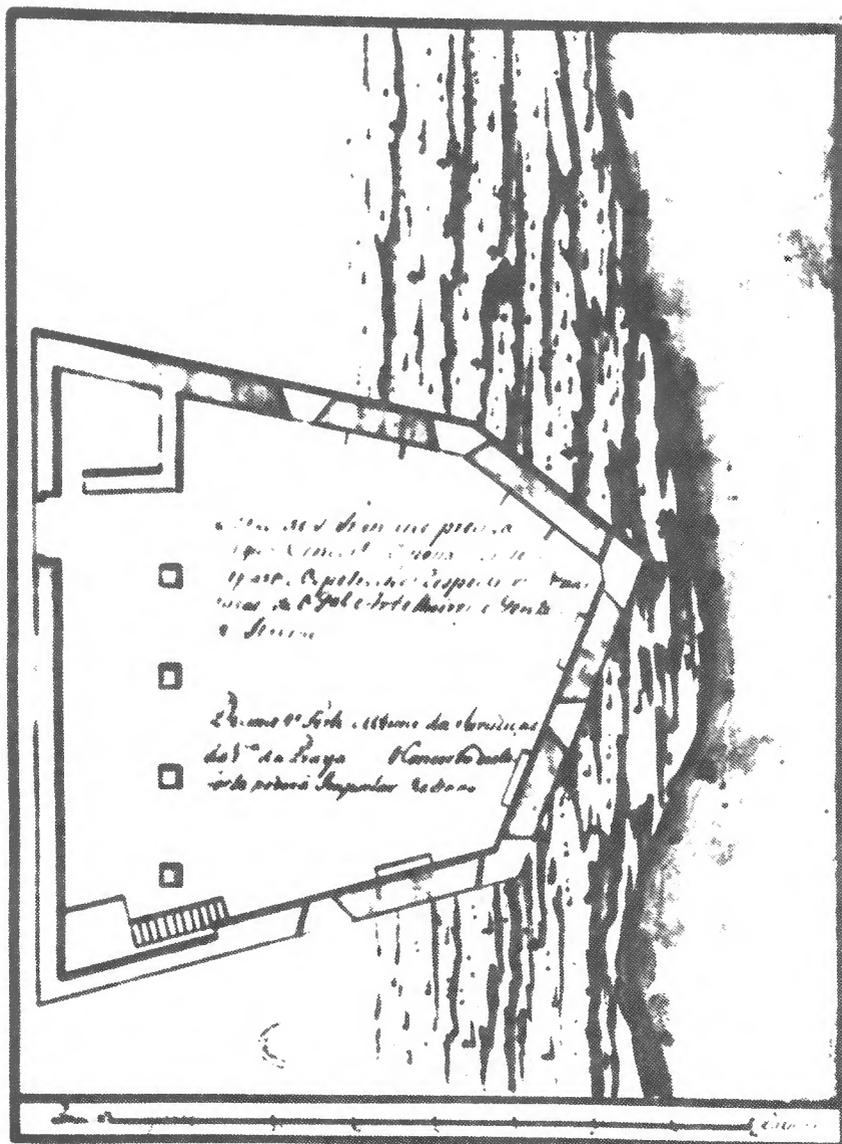


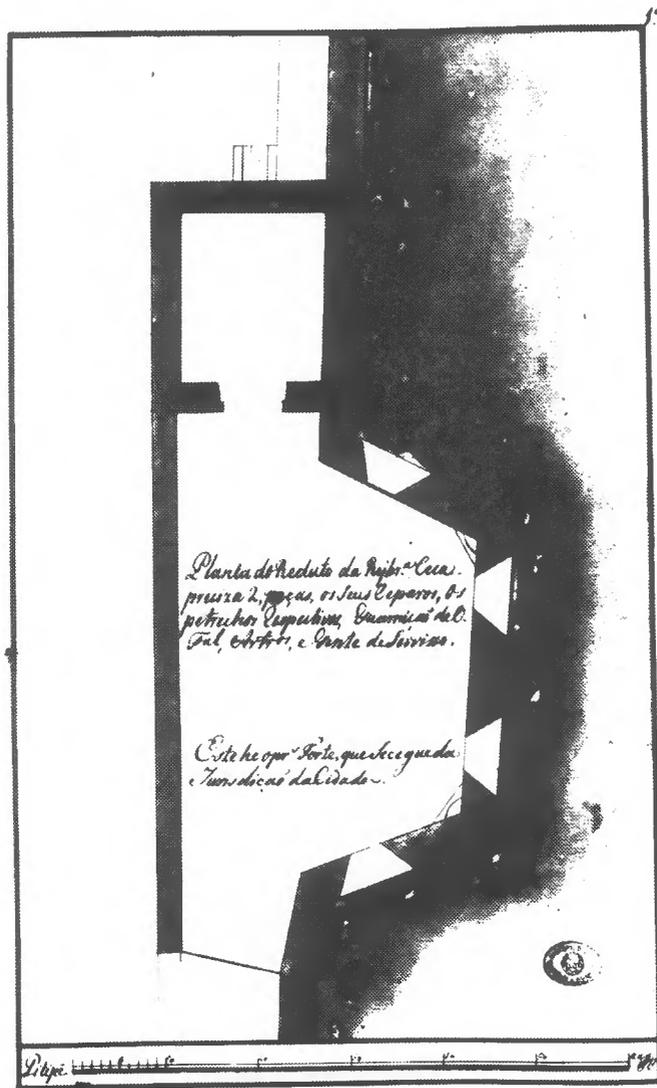
Forte São Tiago

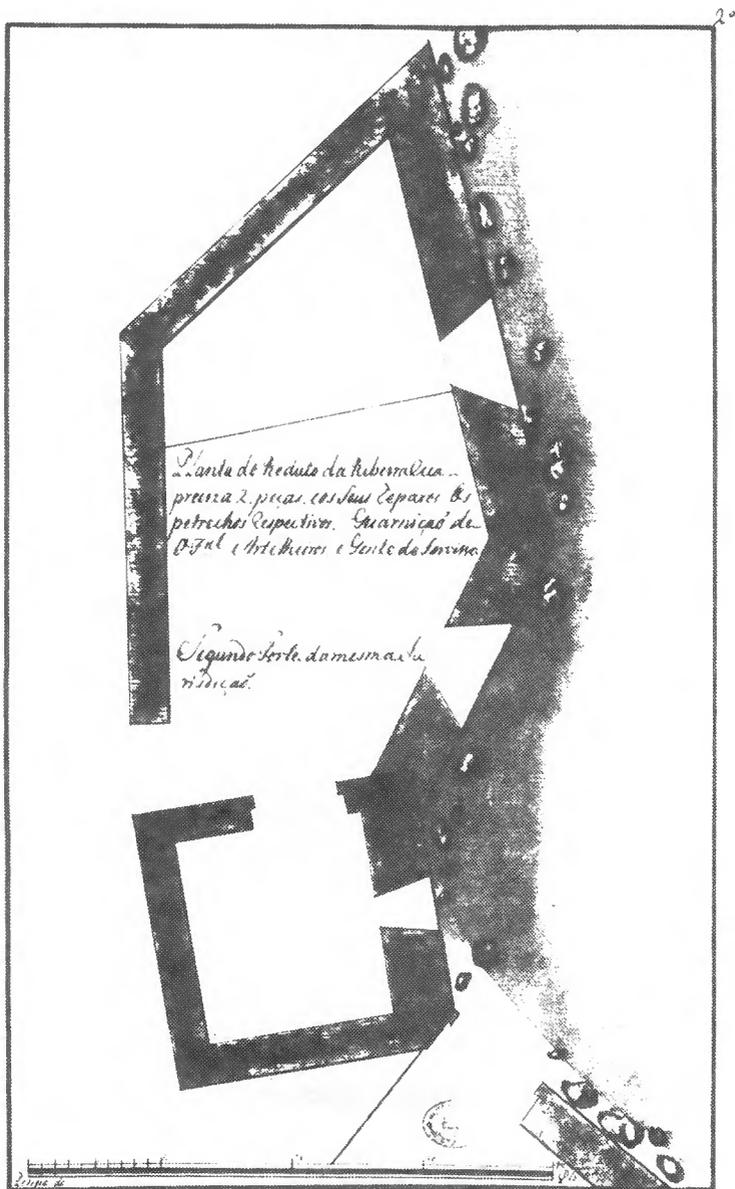
12

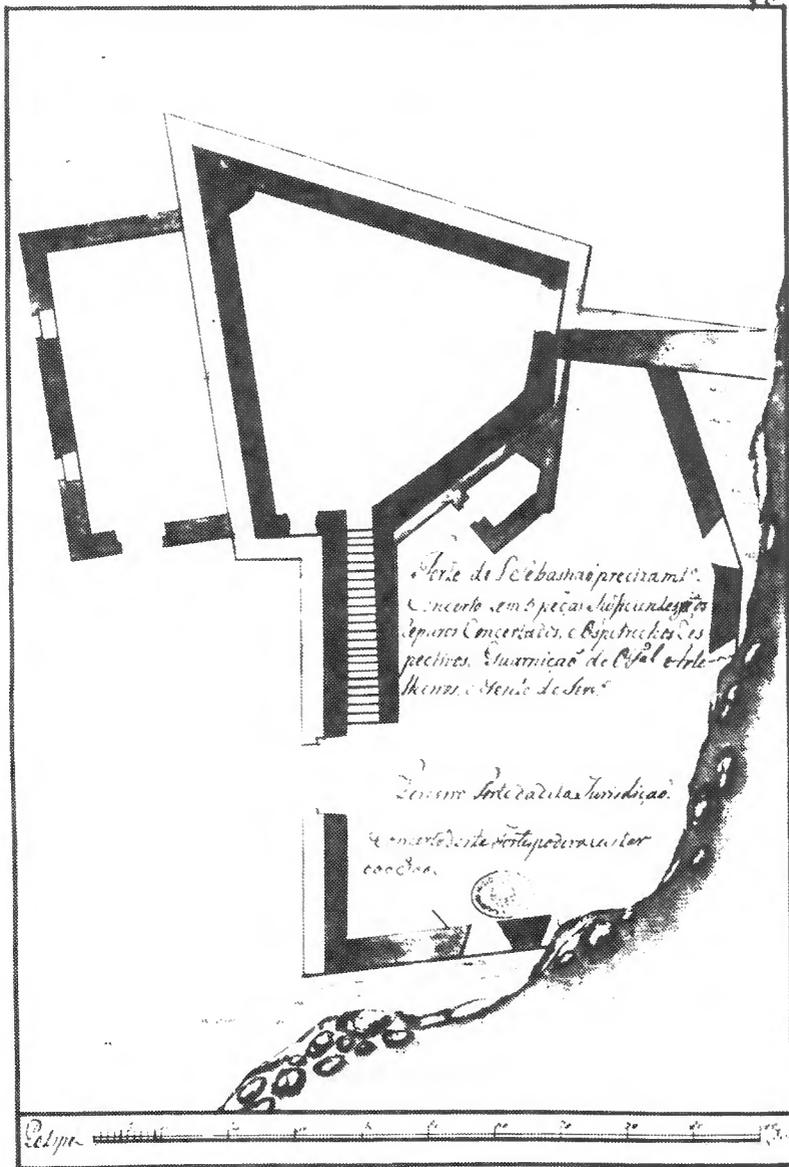


Forte São Bento

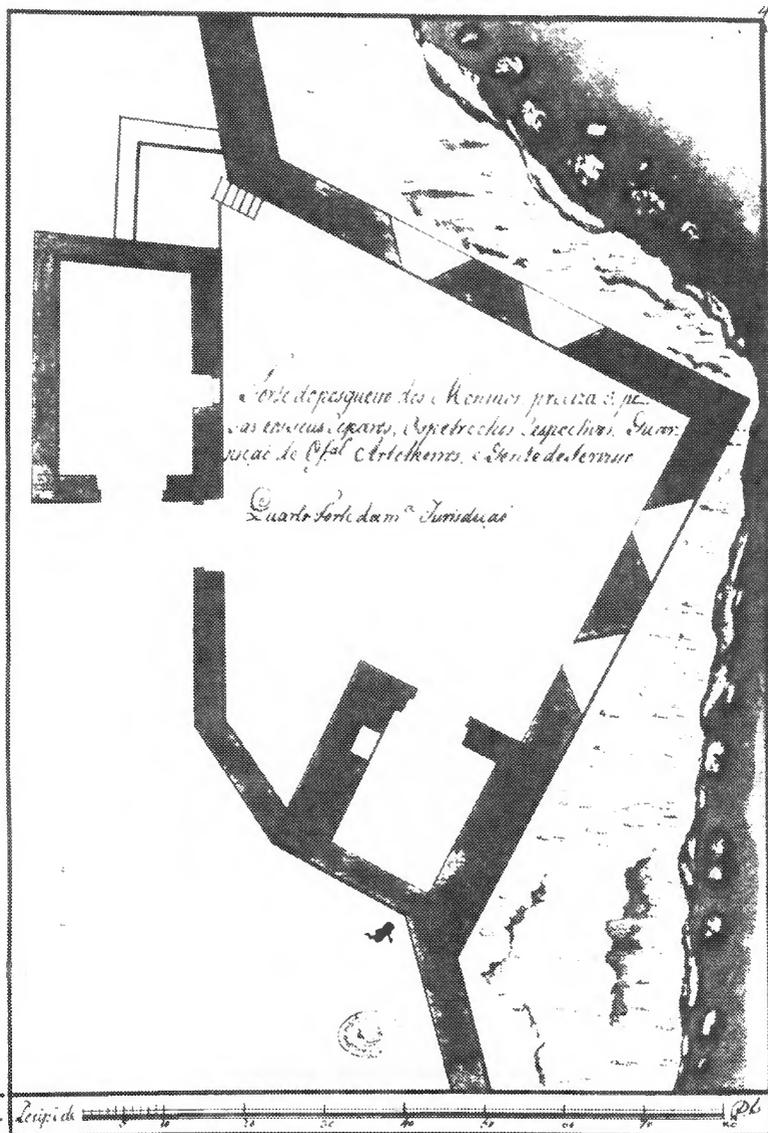








Forte de São Sebastião

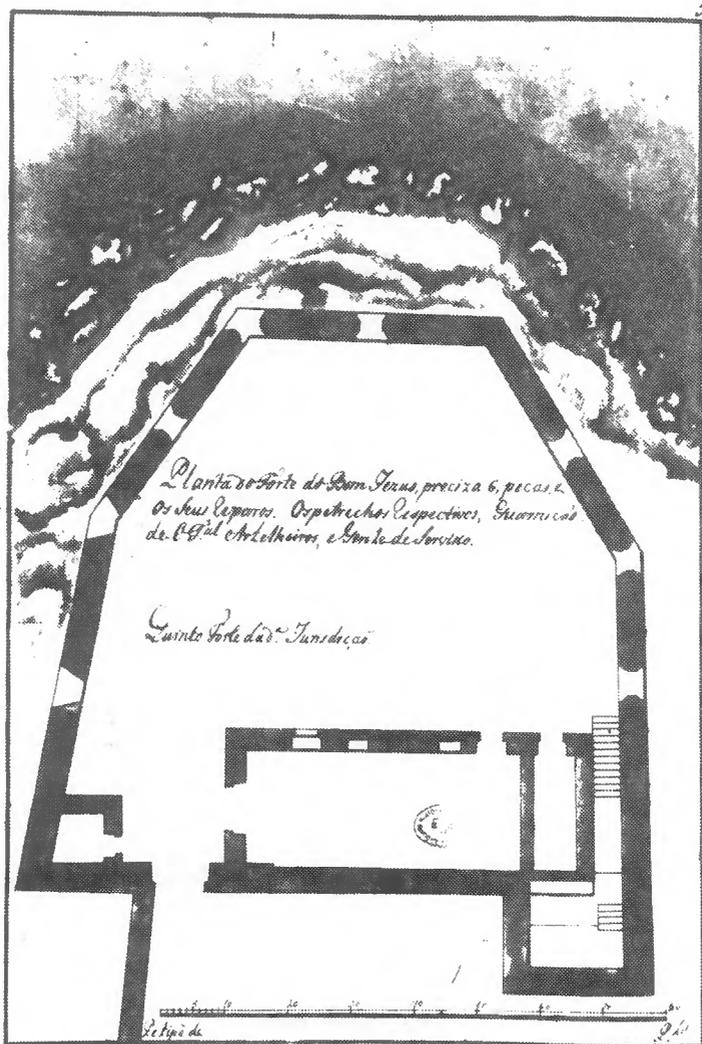


Forte do Pesqueiro dos Meninos

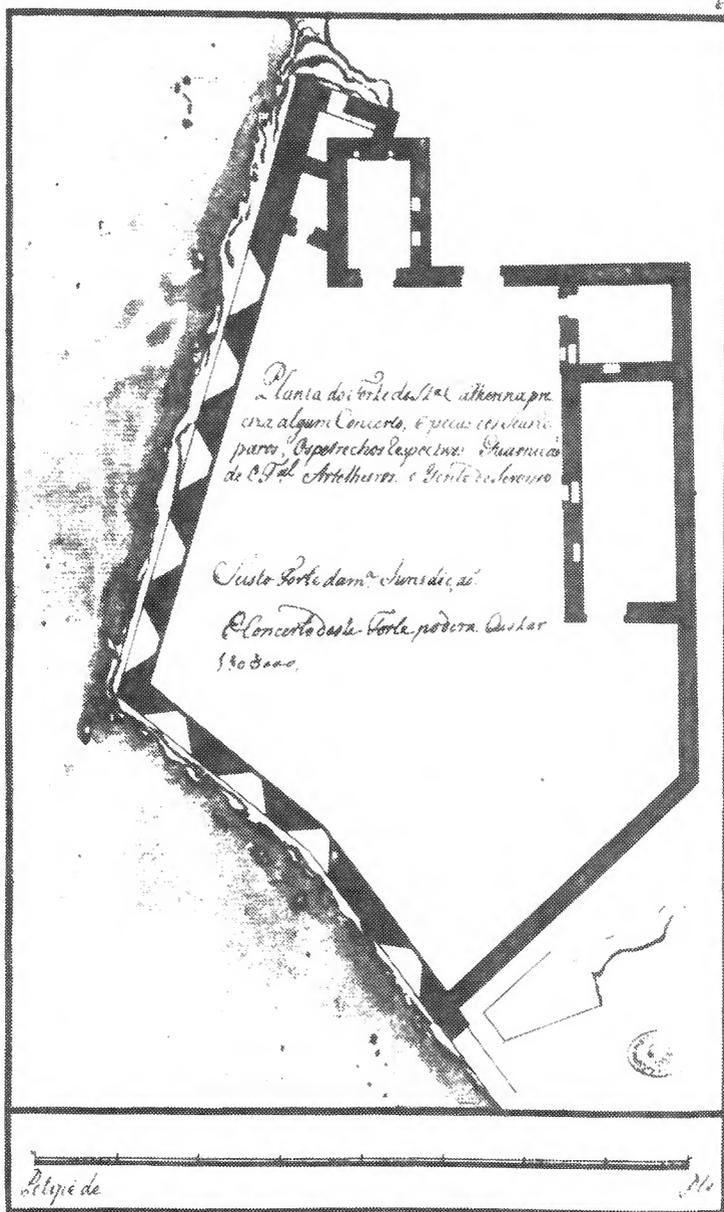
ANEXO II

Plantas de Fortes da Ilha Terceira

(desaparecidos)

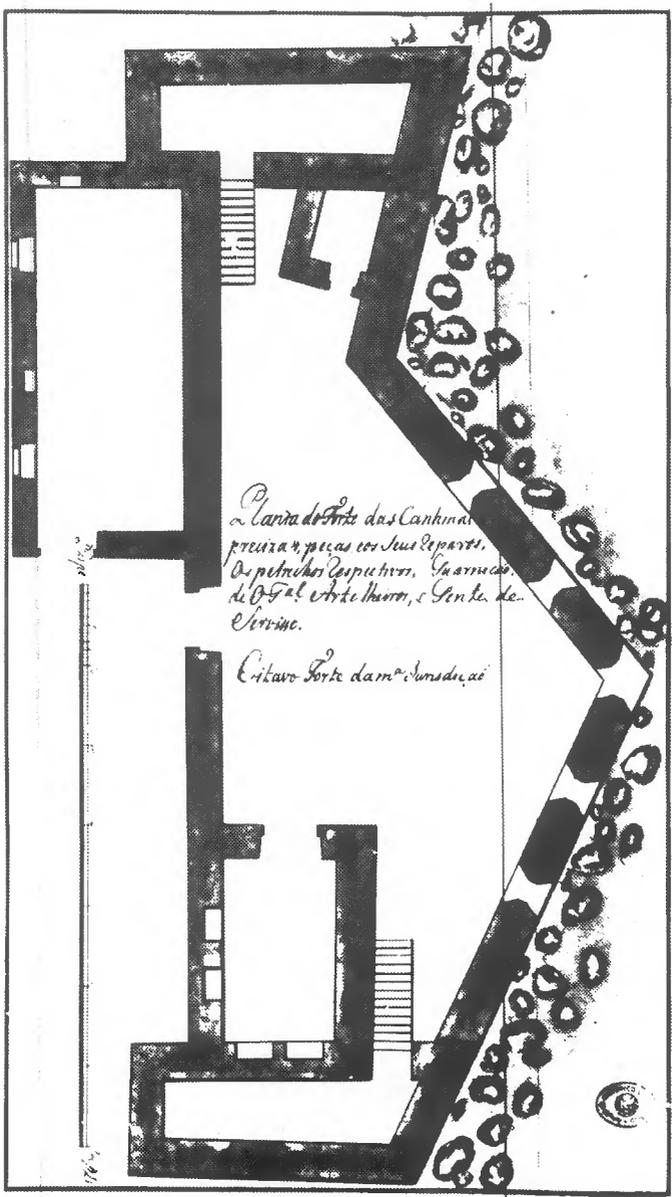


Forte do Bom Jesus

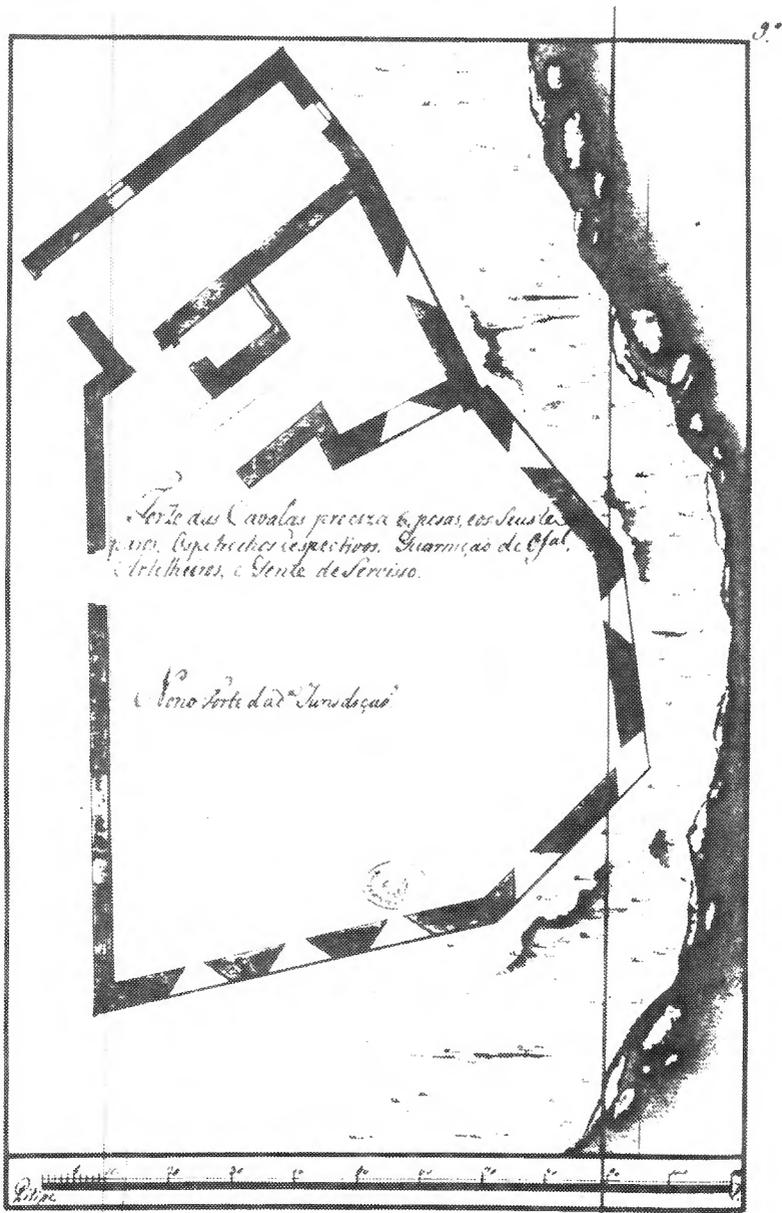


Forte de Santa Catarina (das Mós)

Forte da Greta

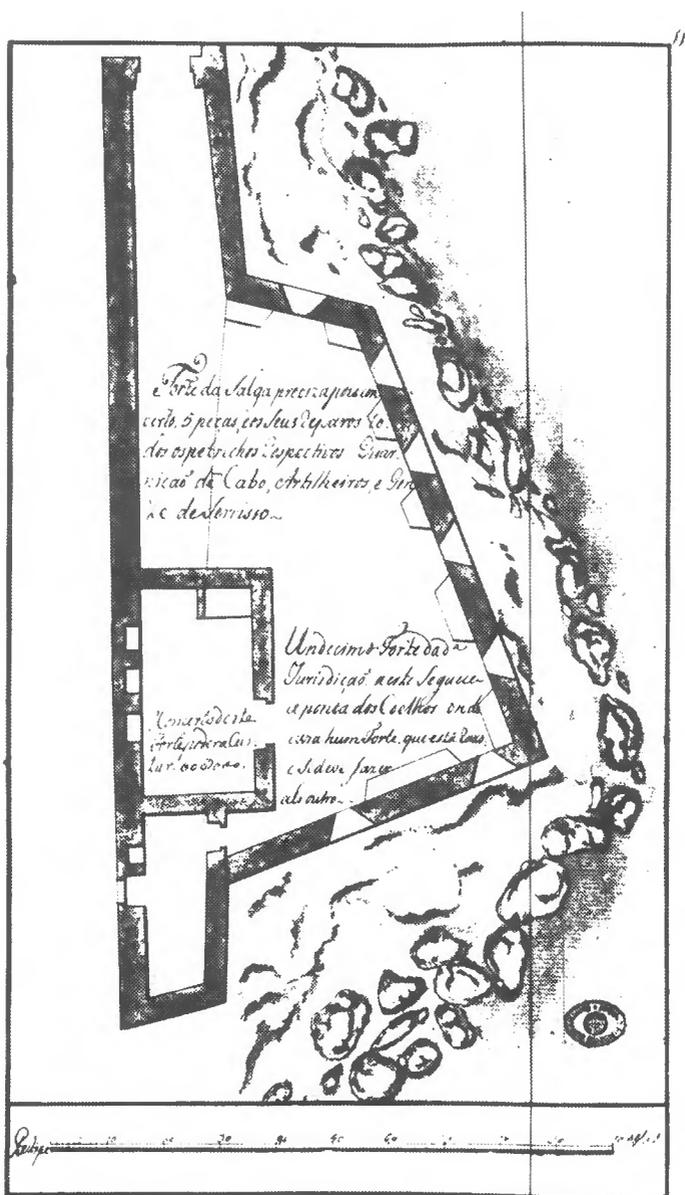


Forte das Caninas

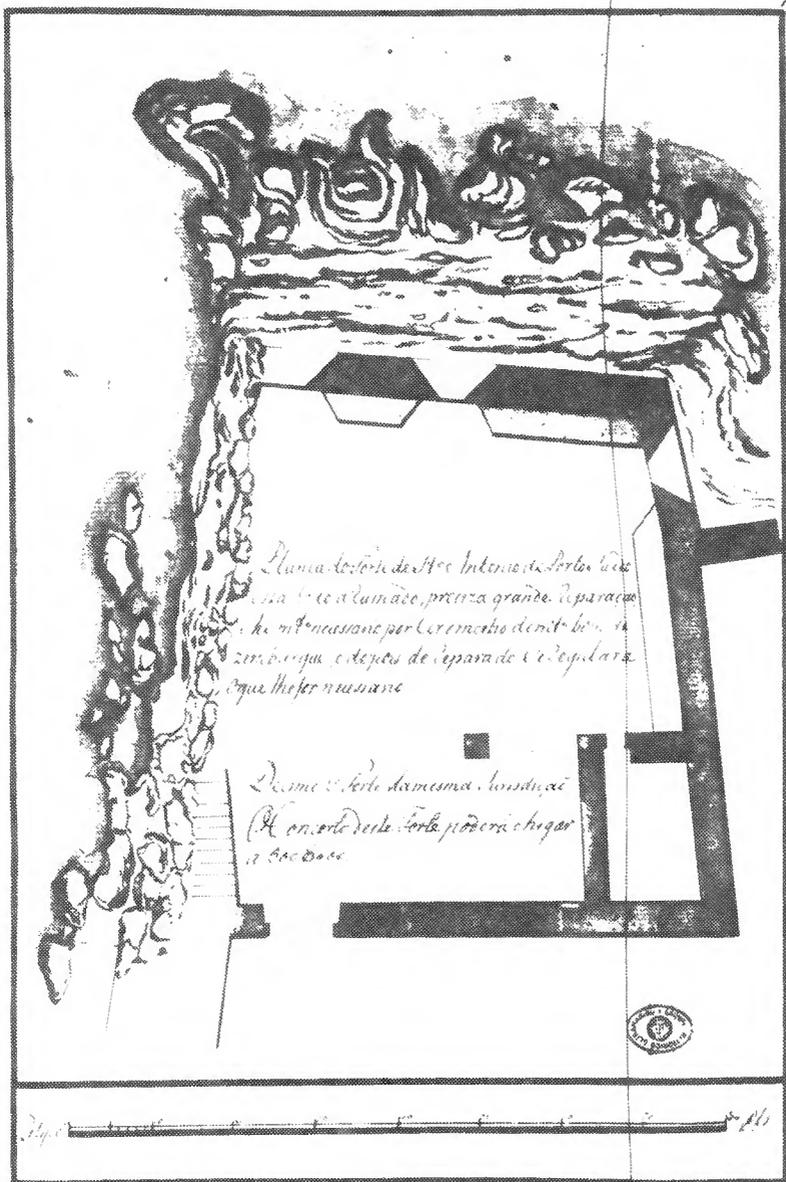


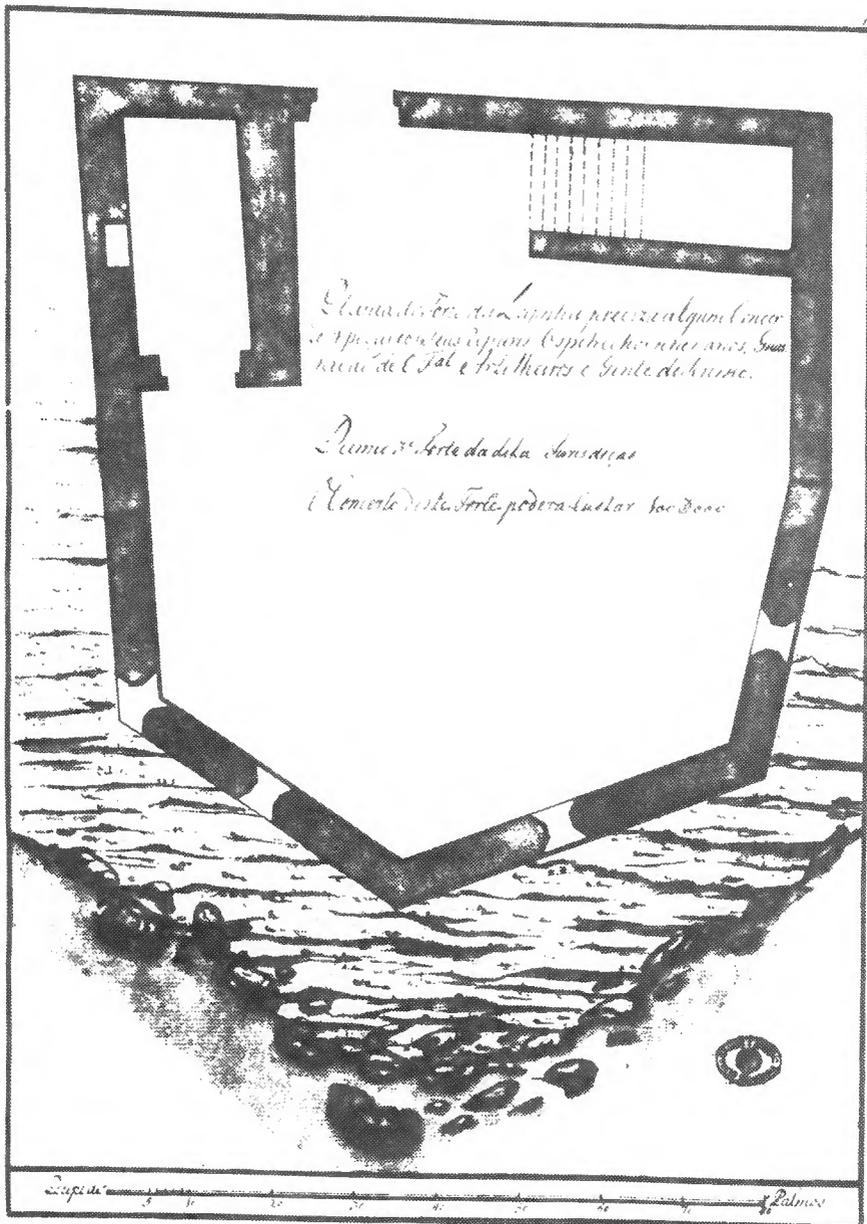
Forte das Cavalas

Reduto da Casa da Salga

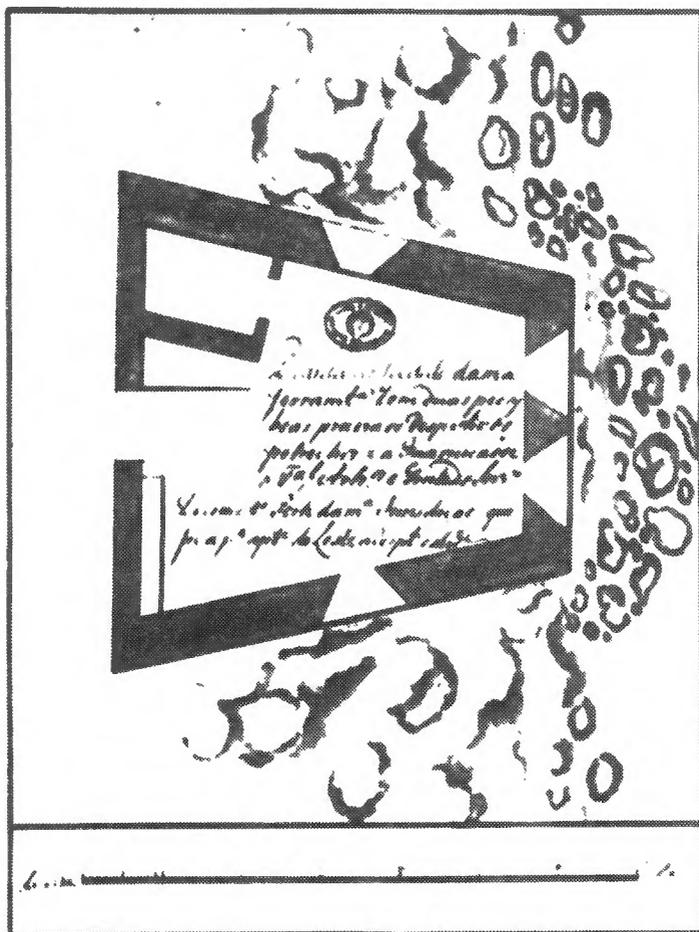


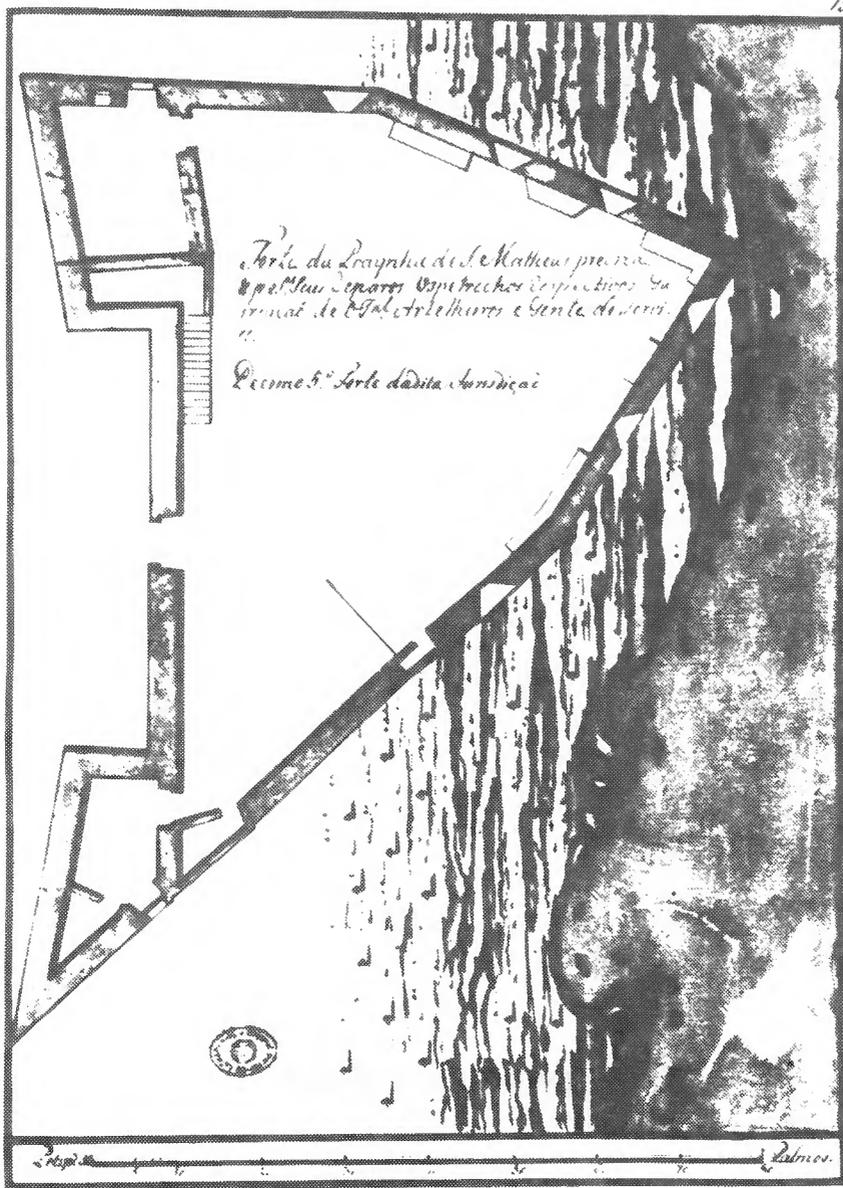
Forte da Salga





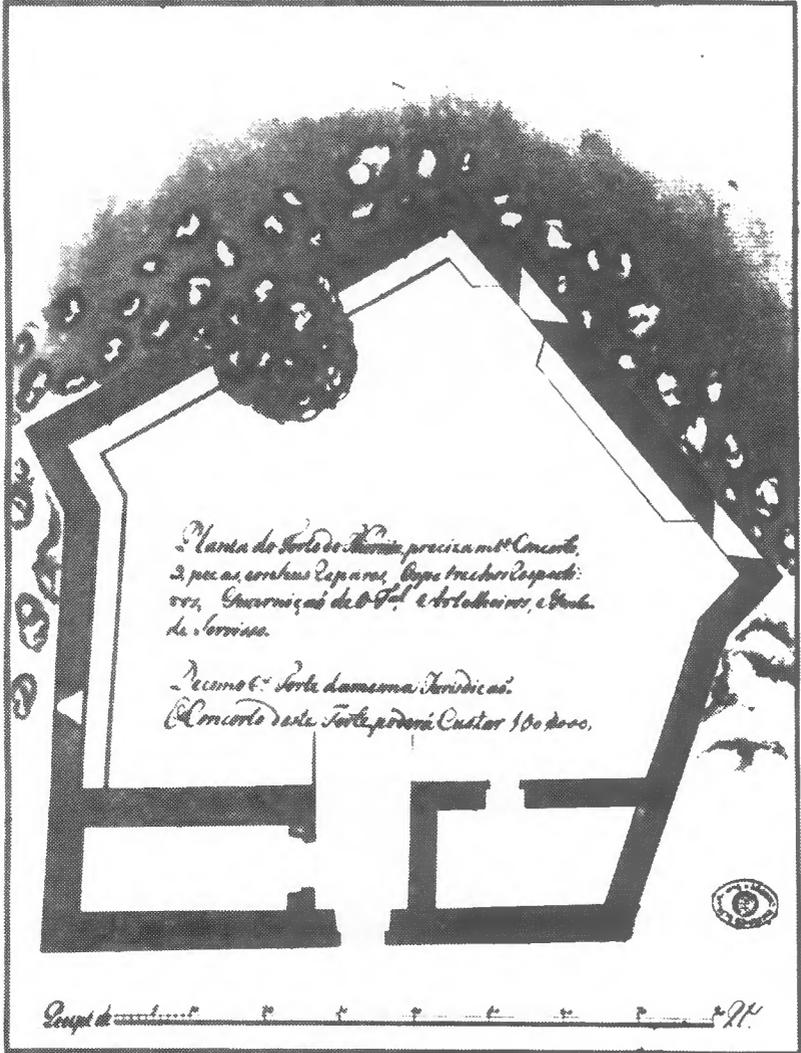
Forte da Laginha



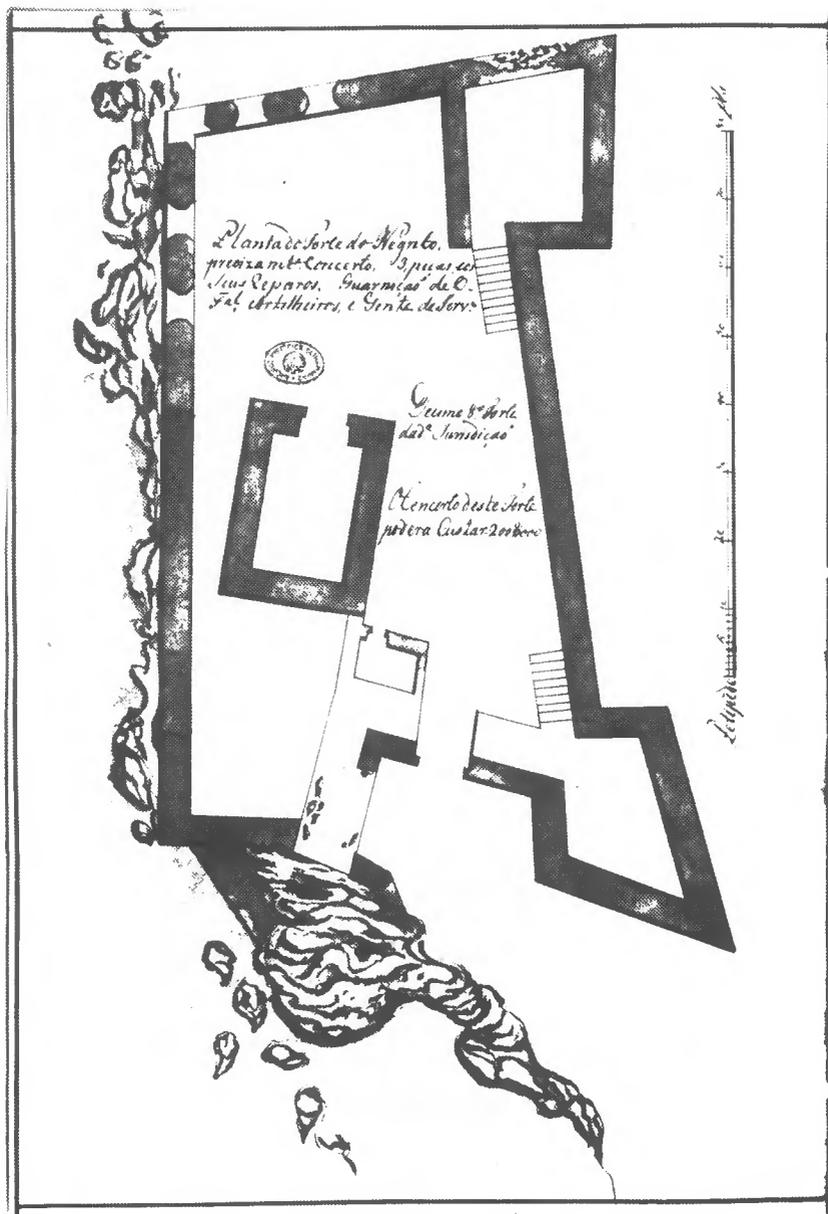


Forte da Prainha de São Mateus

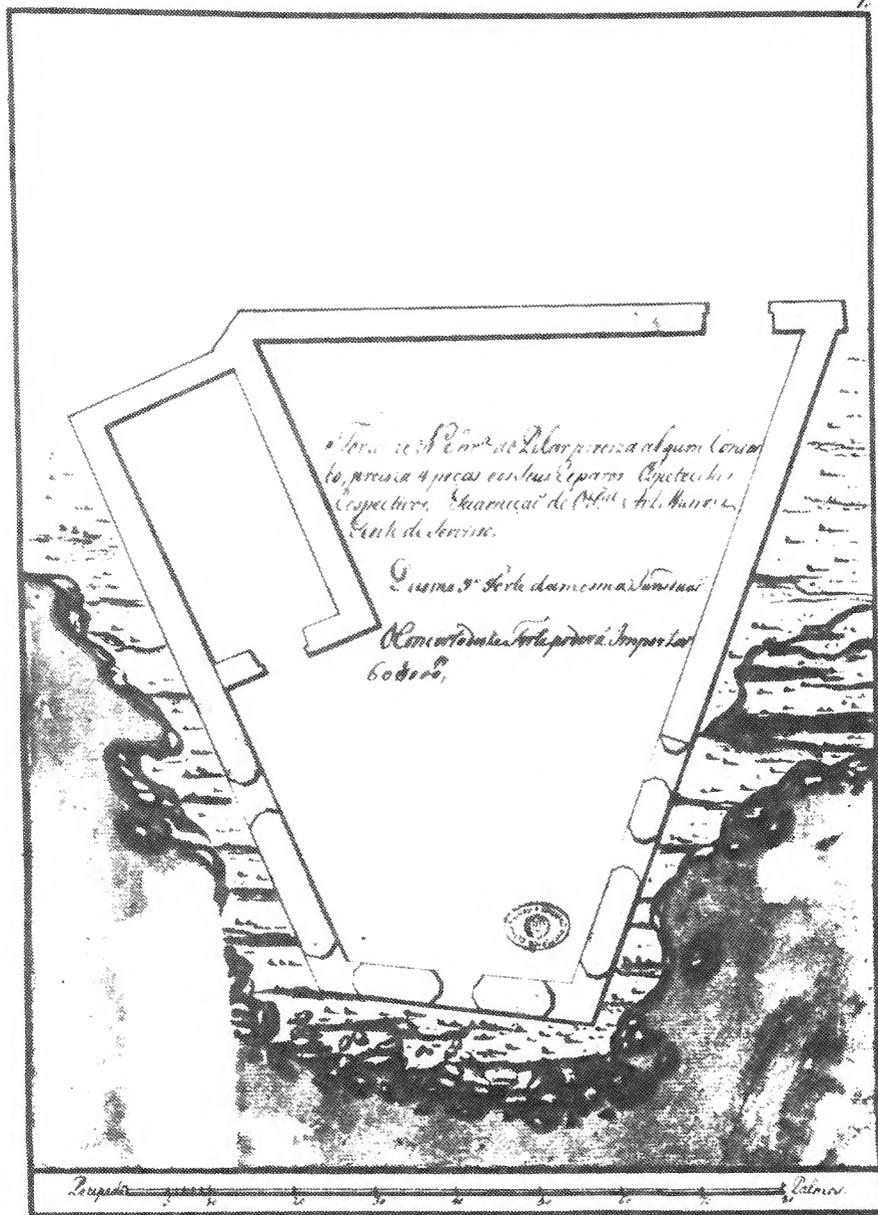
16



Reduto de São Mateus



Forte do Negro



INFLUÊNCIA DA MALÁRIA E DA VERMINOSE NA
COLONIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
E LITORAL SUL DE SANTA CATARINA

*Por: Frederich J. P. Tempel **

Cabe ao historiador pesquisar, interpretar e narrar os acontecimentos.

Cabe ao médico, baseado em um conjunto de sintomas, diagnosticar.

A história escrita da humanidade abrange mais de seis milénios, enquanto que a medicina científica mal conta com dois séculos de existência. Assim mesmo, ambas têm como escôpo, o estudo da vida humana e dos povos.

Unindo seus esforços, história e medicina poderão melhor elucidar alguns factos e até mesmo transformar profundamente conceitos já enraizados.

(*) *Médico. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas / RS. / Brasil*
Rua General João Telles, 347/402
Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas - Av. Brasil, 824
96025 - 000 Pelotas R. S. Brasil

SUMÁRIO

Introdução	295
Colonização portuguesa no sul do Brasil	297
A região litorânea da ilha de Santa Catarina até Tramandaí	299
Os açorianos em Santa Catarina	303
O povoamento da capitania de São Pedro do Rio Grande	305
As colônias alemãs de Torres	309
Ancilostomíase ou necatoriose	312
Malária	315
Conclusão	318
Referências bibliográficas	319

INTRODUÇÃO

Em 1948 como estudante de medicina tive a oportunidade de viajar de ônibus para Florianópolis. Saímos de madrugada seguindo a estrada de terra por Santo António da Patrulha e Osório até Tramandaí.

Santo António era apenas uma larga rua no alto da colina, com alguns restaurantes na beira da estrada, enquanto que Osório, a antiga Conceição de Arroio, continuava a ser o exemplo de uma típica vila luso-brasileira, com sua igreja colocada em um dos lados da grande praça central e algumas ruas em quadras.

De Tramandaí, já transformada em cidade de veraneio, seguimos pela beira do mar até Torres já que a estrada interna só seria iniciada dois anos mais tarde.

Vimos muita pobreza entre os pescadores e também entre os agricultores à margem da estradinha que tomamos após passar por Araranguá, uma verdadeira póvoa açoriana.

Em Florianópolis, no Hospital de Caridade, nos foi dado observar pela primeira vez, crianças com uma cor amarelada forte, membros fininhos e barrigas salientes devido ao aumento do fígado e do baço, vítimas da opilação e da malária, de que tanto nos falava o Prof. Raul Di Primio, que desde 1926 estudava estas parasitoses ao longo do litoral.

Em um de seus trabalhos o professor dizia que a malária, as helmintoses, o pauperismo e correlatos factores mórbidos e sociais determinaram o entorpecimento de uma fértil, rica e encantadora região sulina.

Nós alunos sabíamos que tinha razão, uma vez que a maioria dos indigentes que procuravam as enfermarias da Santa Casa da Misericórdia em Porto Alegre, na década de 40, vinham do Sul de Santa Catarina e litoral norte gaúcho.

Continuei a visitar a região em épocas de vereneio e como médico da saúde pública, de forma que pude assistir ao verdadeiro milagre que foi a transformação sócio-económica de toda a área após a construção da estrada asfaltada BR-101, da electrificação e das acções sanitárias.

Este trabalho tem como objectivo apresentar não uma monografia ou crónica, mas um estudo da conquista e povoamento do Continente de São Pedro a partir de Santo António dos Anjos e Laguna. Tais considerações nos levam a repensar a história do povo de uma das regiões mais bonitas do Brasil.

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO SUL DO BRASIL

A imigração das ilhas portuguesas, segundo Oberacker Júnior (1985), não correspondeu à expectativa. Com os colonos saídos de ambiente rural e empobrecidos na sua terra por causa da superpopulação, pretendia-se criar no sul uma zona agrária que pudesse produzir o suficiente para abastecer um exército e que constituísse um baluarte populacional contra os espanhóis. Contrariando em princípio as bases que então norteavam a colonização portuguesa, foram concedidas aos imigrantes áreas com cerca de 1.000 hectares, muito menos que as sesmarias, até então em voga, correspondentes a 13.098 hectares. Não deviam aproveitar-se de escravos e estavam obrigados ao amanho das terras, sozinhos com suas famílias. Tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, inicialmente os imigrantes açorianos dedicaram-se de verdade à lavoura, fazendo extensas culturas. Poucos anos depois porém, foram abandonando a agricultura em ambas as províncias. Os colonos de Santa Catarina criaram uma geração de pescadores empobrecidos que plantavam somente o indispensável para a sua manutenção. No Rio Grande do Sul porém, ocupavam os antigos ilhéus as amplas áreas de campos e pastagens, transformando-se em latifundiários e criadores, ou melhor dito, pastores de gado. Como nas demais colônias portuguesas, ficou gente de mando rodeada de um séquito de escravos e agregados sem terra.

Cabral (1937), citado por Oberacker Jr. (1985), atribui o fracasso da colonização à amenidade do clima que convidava o colono à indolência e à repugnância pelo trabalho físico, tido como condição humilhante destinada aos escravos e não ao homem branco, sem levar em conta a pretendida incapacidade dos imigrantes para a lavoura. Em outras palavras, os ilhéus não conseguiram sobrepor-se aos preconceitos vigentes do meio, quer do ponto de vista ético, social ou até político. Cabral diz ainda que brancos e reinóis, ainda que criados com enxada na mão, ao colocarem os pés no Brasil, deixavam de querer trabalhar. Com a imigração das ilhas portuguesas de modo algum se atingiu a finalidade militar de conseguir assegurar o sul de modo cabal. A densidade da população foi mantida muito baixa e nem

os pescadores, nem os criadores de gado, estavam em condições de abastecer convenientemente um exército em operações garantindo-lhes a retaguarda. Segundo o autor, ninguém se convenceu mais disso do que o libertador e defensor do Brasil meridional, General João Henrique Böhm.

A REGIÃO LITORÂNEA DA ILHA DE SANTA CATARINA ATÉ TRAMANDAÍ

Desde a ilha de Santa Catarina até o rio Tramandaí, 400 quilômetros ao sul, as escarpas da Serra Geral acompanham a orla do mar em uma distância nunca superior a 40 quilômetros.

No início da conquista, a mata atlântica dominava as encostas dos montes. Era uma vegetação densa alimentada pelas chuvas constantes e estendia-se pelos vales dos rios e margens das lagoas, até atingir as praias e mangues do litoral.

Sua história está estreitamente ligada ao processo de conquista e incorporação do Continente de São Pedro. Passaram por suas areias os primeiros povoadores brancos oriundos em sua maioria de Laguna.

Filgueira (1703), citado por Cesar (1981), diz: "passado o Rio Grande se seguirá jornada sempre pela praia até chegar ao rio a que chamam Taramandabum o qual se passa a vau em água pela cintura em maré vazia, e pelo mesmo se vai continuando o caminho até chegar ao rio Iboipitiuhi (Mampituba), que com maré vazia se passa também com água pela cinta e segue-se a jornada até chegar ao terceiro que é o Araragá (Araranguá) que se passa em jangada que é o último". Nesta viagem desde o rio Tramandaí até Laguna, levou trinta dias. Abreu (1738), citado por Cesar (1981), escreve: "em Castilhos, ou pouco mais adiante, correndo ao noroeste vai a serra buscar as cabeceiras do Rio Grande e logo da parte do norte se torna a restituir à costa e vai acompanhando até São Paulo, deitando pelas suas fraldas da parte do mar vistosos e aprazíveis campos, em distância de oitenta léguas desde o Rio Grande até a Vila da Laguna, que cruzam três caudalosos rios, nascidos na mesma serra. O primeiro chamado Tramanday na língua do gentio, 30 léguas distante do Rio Grande, a que se segue o segundo, 20 léguas mais adiante, a que chamam Araranguá, todos de água doce e nestes meios há abundância de lagoas e matos com providência de lenhas e vistosos campos".

Cesar (1981) relata que Aguiar (1975) escrevera sobre a importância de Laguna e da ilha de Santa Catarina o seguinte texto: "O que certificamos é que neste porto desta povoação (Laguna) somente podem

entrar todas as sumacas que quiserem sem que na barca possam correr perigo trazendo práticos, como já em uma ocasião foram deste porto sete sumacas carregadas de mantimentos para a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e atualmente estão saindo três ou quatro sumacas carregadas dos ditos mantimentos... No tocante à disposição e largueza da terra é capaz de agasalhar muitos mil moradores... Sua Majestade teria muita conveniência mandando povoar e os moradores que vierem para ela o estarem muito melhor porquanto os ares e o clima são os mesmos que os de Portugal, que se plantando trigo e cevada se dá melhor do que na mesma Europa... Atualmente estão indo sumacas carregadas com as melhores madeiras que há em toda a América se acham nos matos dos recôncavos deste porto e de todas essas conveniências se perdem por falta de moradores, que somente trinta casais é que de presente se encontram nesta povoação".

Aguiar (1721) citado por Cesar (1981) escreve ao governador das Capitânicas do Sul, Antônio Brito de Menezes da seguinte forma: "A lagoa que hoje chamam de Laguna tem dez léguas de comprimento e fica ao sul da ilha de Santa Catarina 15 léguas e é tão abundante de peixe que todos os anos saem dela três ou quatro embarcações carregadas e poderão sair mais se houvessem nela moradores bastantes para fazerem; têm atualmente trinta casais. A outra parte própria para o socorro da colônia é a ilha de Santa Catarina pela facilidade com que se lá pode acudir daquela ilha por mar e em todo o tempo, assim com madeiras que as tem excelentes como mantimentos que os produz de todo gênero, com abundância. Povoando-se esta ilha poderão formar nela seus moradores alguns engenhos de açúcar porque as suas canas são tão pingues que qualquer pingo delas se faz açúcar".

Roscio (1781) citado por Cesar (1981) faz a seguinte descrição em seu Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina: "O modo com que esta gente e povoadores costumam viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste. As casas são umas pobres cabanas, sem cômodos nem agasalhos. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi pendurado como cortina. O comércio se faz ou pela barra do Rio Grande em embarcações competentes ou por terra para a Vila de Laguna, onde embarcam os gêneros de exportação e desembarcam outros de troca. O transporte por terra se faz em carretas à castelhana, que são uns volumes monstruosos e mal fabricados. O ca-

minho da Costa do Mar é pelas praias onde a areia molhada e aplanada com as ondas se une e endurece tanto, como o mais duro terreno. Cada carreta com seus bois ocupa mais de 100 palmos de estrada. Nenhuma marcha com menos de 30 ou 40 bois porque os que trabalham em um dia não ficam capazes de trabalhar no seguinte e é preciso reservar e descontar alguns que se arrebatam no trabalho, outros que se matam para carnear e alguns que alguma vez carregam as onças. Nos três rios, Araranguá, Mamtipuba e Tramandaí estão guardadas para averiguar as passagens e passaportes e se os géneros ou couros tem pago os direitos. No Tramandaí se paga a passagem dos três rios, em que há para isso algumas canoas. Cada carreta paga 4.800 réis de ida e volta. O modo de criação de bois e cavalos também é de tal modo qual o permite a natureza. Deixam-se crescer e ter produção nos campos, sem mais cuidado que o de os perseguir todas as tardes a longo galope, até os juntarem no meio de um grande campo, limpo de matos onde costumam ter uma estaca ou pau verticalmente, que serve de ponto de vista e termo fixo, à roda do qual dormem os animais perseguidos da batida do campo. A este lugar chamam RODEIO. Servem também de alguns cercados ou grandes currais diante de sua porta, onde recolhem à noite algumas vacas de leite aquelas pessoas que têm curiosidade de fazer o queijo e a manteiga. Semeia-se algum trigo, pouco, em uns cercados ou grandes hortas, que formam com madeiras que tiram dos matos sem ordem nem escolha. O trigo valia 640 réis o alqueire, que é uma medida dobrada ou pouco mais de dobrada da de Portugal".

Cesar (1981) citando Roscio (1781), nos fala das queimadas dos campos e da necessidade de terem campo limpo de embarços para as suas pastagens e batidas. Os tigres ou onças viviam sempre emboscados por aptidão e natureza também fugiam de atravessar estes campos limpos tanto de noite como de dia. Esta era a razão mais forte de juntarem o gado em local afastado de bosques e arvoredos.

Segundo Cesar (1981), na época em que o Brigadeiro Roscio visitou a região entre Conceição do Arroio e Araranguá descrevendo-a, viviam ali vaqueiros vicentinos, paulistas, lagunenses e também já alguns açorianos vindos de Rio Grande por Viamão durante a invasão dos castelhanos em 1763 ou chegados do litoral catarinense. Em seu relato final declara:

"De todo referido se pode muito bem inferir que um tal povo, criado com estes prejuizos, ou criado na forma declarada, segundo as suas inclinações e estado da natureza, onde geralmente todos entendem não ser praticável mudar nem melhorar, será difficil reduzi-lo a melhor forma sendo tão arraigadas e constantes nos seus costumes e que este país, ainda cuidando-se na sua melhoração e população, não pode em poucos anos ou talvez em séculos, sem um vigor extraordinário e arriscado, ser capaz de ter e fornecer aquelas forças que precisa uma tão extensa raia. Para se formar este plano é de suma importância atender à extensão dos géneros e para onde, porque de nada serviria a melhoração e abundância de géneros se estes se não puderem extrair e ter consumo".

AÇORIANOS EM SANTA CATARINA

Em 1726 a povoação de Nossa Senhora de Desterro é separada de Laguna e elevada a vila, enquanto que a ilha e o continente passam a formar uma governadoria independente em 1738, sob o governo de José da Silva Pais, fundador de Rio Grande.

Em 1722 Cesar de Menezes, governador da capitania de São Paulo, sugere a D. João V o povoamento do sul do Brasil por ilhéus dos Açores e Madeira, no que foi secundado por Silva Pais.

Em 1746 o Conselho Ultramarino afixou editais nas ilhas prometendo ajuda, transporte, ferramentas, armas, sementes, animais e terra, uma "data" com 281.250 braças quadradas ou seja, 272,5 hectares.

Exigia gente moça e sadia (o que nem sempre foi cumprido) e garantia a cada grupo de 60 casais, uma área de povoação onde teriam padre e capela.

Em Fevereiro de 1748 chegaram à ilha de Santa Catarina 461 açorianos e entre 1748 e 1752 o número elevou-se a 4.929 ilhéus. Acomodados na ilha formaram os arraiais de Ribeirão da Ilha, Santo António de Lisboa, Trindade, Lagoa da Conceição, Ratonas, Rio Vermelho e Rio Tavares.

Um facto interessante aconteceu com os recém imigrados conforme cita Piazza (1990): "Muito embora oferecido pela coroa 1/4 légua em quadrado para o estabelecimento de cada casal, muitos se contentaram com bem menos... Por quererem ficar mais perto uns dos outros, o que não conseguirão se o tivessem de tomar cada um... individualmente".

Diz Veiga (1993) que isto resultou numa planificação territorial típica de corte minifundiário e implantação linear, baseada em lotes próximos ou vizinhos, com testadas bastante exíguas e caracterizada pela cultura de subsistência, conforme o método rotativo.

Já em 1742 José da Silva Pais solicita que se povoe e cultive as terras fronteiras à ilha e surge o núcleo de São Miguel da Terra Firme, o primeiro assentamento açoriano continental, formando freguesia em 1756.

Seguiram a Enseada do Brito de Palhoça criada freguesia de N. S. do Rosário em 1750, povoação que abrangia os actuais municípios de Garopaba e Santo Amaro da Imperatriz. Em 1755 contava com 148 grandes propriedades e 24 teares para linho e algodão.

Vila Nova, junto a Imbituba e Laguna, foi fundada por um grupo de ilhéus que voltaram do Rio Grande, onde não encontraram terras boas, e por alguns sobreviventes do afundamento de 2 navios no sul de Santa Catarina.

Muitos açorianos foram para Laguna, Imaruí e Paulo Lopes.

Torres era o limite com o Rio Grande onde já em 1695 havia um registo. Em 1777 durante a invasão da ilha de Santa Catarina, foram alojados em Torres 5 companhias do Regimento de Santos e em 1827 foi construída sua matriz sob o orago de São Domingos.

POVOAMENTO DA CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE

O Rio Grande português no início do século XVIII era apenas uma estreita faixa de terra entre Laguna e a Colônia de Sacramento, onde viviam ao lado dos indígenas, vicentinos de Laguna, tropeiros de São Paulo e castelhanos arrebanhando o gado solto.

Formaram-se as primeiras estâncias e invernadas e foram concedidas as primeiras sesmarias nas terras devolutas. Cada sesmaria media em regra 13.000 hectares e foram doadas na região que se estendia de Tramandai à beira do mar, até Viamão acompanhando o caminho dos tropeiros em direção a São Paulo.

Em 1746 o vigário de Laguna escrevia que a vila tinha 193 fogos, compreendendo o distrito da freguesia 130 léguas, fazendo parte as freguesias da ilha de Santa Catarina, Rio Grande e Curitiba. Tinham sítios e moradores que distavam da matriz 130 léguas, como Lages de Cima da Serra. Outros ficavam distantes 80 léguas, como o campo de Viamão, com mais de 200 habitantes e uma capela sem capelão.

Em torno de Viamão surgiram os arraiais de Santo António, a Guarda de Viamão, Conceição do Arroio e ao longo da península entre o mar e a lagoa dos Patos surgiram Palmares, Mostardas, Estreito, Bojurú e outras 37 estâncias e invernadas.

Em 1737 José da Silva Pais vence a barra da lagoa e funda o "presídio" de Rio Grande de São Pedro para onde atrai portugueses, cariocas, mineiros, paulistas e vários casais açorianos.

Entre 1750 e 1754, cerca de 1.273 açorianos aportaram na vila de Rio Grande.

Os ilhéus eram destinados a povoar as missões recebidas em troca da Colônia do Sacramento pelo Tratado de Madrid (1750), plano que se tornou inviável pela guerra dos Guaranis e a anulação do tratado de 1761.

Como naquela época toda a margem esquerda do rio Jacuí, desde o porto de Viamão até o Rio Pardo, era povoado por portugueses já com freguesias bem estabelecidas, muitos açorianos foram ali assentados provisoriamente.

Em 1763 os espanhóis invadem Rio Grande e os açorianos que ali viviam fogem rumo ao norte pela estreita península, recebendo apenas na década de 70 daquele século, as terras devidas para iniciarem uma agricultura com base em mão de obra familiar.

A partir de 1780 o trigo foi capaz de promover a riqueza de muitos açorianos que puderam então adquirir mais terra e escravos.

Pesavento (1985) diz que o cultivo do trigo enfrentou uma série de dificuldades, tanto pela precariedade técnica quanto pelo mercado extremamente competitivo. A ausência de amparo por parte do governo também contribuiu. A coroa requisitava a produção com promessa de pagamento futuro e algumas vezes fazia um recrutamento militar forçando os agricultores açorianos a abandonar suas lavouras.

No plano do mercado, o trigo gaúcho encontrou a competição dos produtos vindos dos Estados Unidos, Prússia e França que abasteciam o mercado brasileiro, protegidos por baixas taxas de importação. A presença do trigo brasileiro no Reino concorrendo com a produção das ilhas, fez com que a coroa em 1793, proibisse a entrada do produto gaúcho em Portugal.

Em 1814 a "ferrugem" assolou os trigais gaúchos, somando-se ao quadro de desestímulo ao plantio.

Ao mesmo tempo que se desenvolveu o trigo, teve início a mercantilização da pecuária através do charque, revelando-se uma atividade lucrativa. Os açorianos que haviam acumulado um pouco com o plantio de trigo, passaram a investir na pecuária, pedindo e recebendo sesmaria. Os açorianos tornaram-se então estancieiros, sem esquecer os enormes grupos de ilhéus que permaneceram em suas datas e póvoas ao longo das margens do Jacuí e Taquari, na orla marítima e em torno da Lagoa dos Patos.

Amaral (1972) lembra exatamente estes ilhéus ao dizer que a pequena lavoura não passava de agricultura de subsistência situada nas proximidades dos burgos militares. Ao lado da pequena povoação aglutinavam-se os homens de ofícios, curiosos em sua maioria, exercendo trabalho como carpinteiros, ferreiros, pedreiros e calafates. Os primeiros comerciantes também ali se instalaram. Estas pessoas e os religiosos e militares formaram a estrutura da sociedade primitiva no sul. As características

desta sociedade eram dadas pelos açorianos, sendo assim uma sociedade ordeira vivendo em torno do representante do rei, a quem obedeciam como a um verdadeiro soberano. Os habitantes do povoado descobriam-se ao passarem em frente ao palácio e a severidade dos governadores era bem própria do meio lusitano, onde imperava o absolutismo. Chegou a punir com prisão quem deixasse de comparecer a um acto público ou religioso sem justa causa.

Até as primeiras décadas do nosso século, muitos lugarejos e até mesmo sedes de municípios de origem lusa no Rio Grande do Sul e litoral de Santa Catarina, continuavam a ser exatamente como foi acima descrito.

Amaral (1972) citado por Barroso (1993) relata-nos o seguinte texto de autoria de um general alemão encarregado de reestruturar o exército do Brasil e repelir os espanhóis do Rio Grande, a respeito de sua expedição ao Rio Grande do Sul: "A corte tomando grande interesse neste continente, enviou das ilhas dos Açores um número de famílias de camponeses que são a melhor e mais útil parte destes habitantes, um povo laborioso, frugal, simples e submisso. Eles têm suas vacas de leite de onde tiram manteiga e queijo, alguns bois para o trabalho, cultivam a terra que lhes devolve com lucro o trigo, milho ou mandioca que eles plantam. A cada família é dado ordinariamente, um quarto de légua em quadrado. Esses homens fariam grande progresso na agricultura e enriqueceriam o país se fossem instruídos e animados. Mas apropriando-se de suas colheitas por conta do rei, que nada disso fez, metendo seus filhos nas tropas, contrário às garantias formais do soberano e obrigando-os a trabalhos gratuitos de toda espécie, eles estão muito desencorajados". Gen. J. H. Böhm.

Na região norte do Rio Grande, com o abandono do litoral pelos tropeiros que passaram a frequentar o caminho das Missões, a partir dos últimos anos do século XVIII (1775-1800) a área teve, com os açorianos ali instalados, um avanço na agricultura principalmente da cana-de-açúcar para produção de aguardente. Além da cana, cultivaram trigo, mandioca e outras culturas de subsistência, e dedicaram-se também à criação de gado.

A ocupação da área litorânea norte no início de 1800 era ainda reduzida. Barroso (1993) transcreve a descrição feita por Fernandes em sua "Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio

Grande de São Pedro": As melhores terras da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul para a agricultura, infeliz e lastimosamente se acham incultas e perdidas. As terras da Serra Geral são as mais excelentes que há; começa esta no rio das Torres que como também se disse, divide esta capitania da de Santa Catarina, e corre por espaço de 80 léguas, até a Guarda dos Ferreiros ou Boca do Monte com largura de 8 léguas ou mais. Podemos dizer que elas são as melhores terras, não só da capitania do Rio Grande, mas de toda América por que segundo experiência que há de algumas que se tem povoado, não só produzem toda espécie de legumes mas também cana-de-açúcar com vantagem a todas as outras terras do Brasil".

Para uma população de 36.721 habitante do Rio Grande do Sul, 10.000 eram açorianos e descendentes e em 1800 apenas 4.085 ocupavam o nordeste da capitania. Entretanto, nas décadas de 1810 e 1820, a procura de terras no litoral norte acentuou-se e foram feitas quase 100 concessões de sesmarias só no município de Santo António.

Nestas mesma época, a economia do litoral catarinense baseava-se na pesca e na agricultura das pequenas propriedades dos ilhéus açorianos, ressaltando a mandioca.

A população era estimada em 21.000 habitantes. Interessante é que em 1810, em Santa Catarina, o número de escravos chegava a 22,8 % da população, enquanto que em 1872 acusava apenas 8,9 %.

AS COLÓNIAS ALEMAS DE TORRES

Hunsche (1977) cita um trecho das memórias de um encarregado da colonização de Torres por alemães: "O terreno é ferocíssimo e apropriado a todo o género de cultura. Situado nas abas da Serra Geral próxima ao mar, semeado de lagoas e regado por arroyos, é nele desconhecida a seca e a intensidade do calor e do frio, por isso que prospera admiravelmente a cana, a bananeira, o tabaco, o arroz, a mandioca, o café e o algodão. Somente o fabrico da aguardente de cana bastaria para elevar a colónia a um alto grau de opulências e riqueza.

O visconde de São Leopoldo, primeiro governado da província do Rio Grande do Sul, teve a idéia de formar na região de Torres uma colónia alemã igual a de São Leopoldo. A idéia foi realizada por seu sucessor, Gordilho de Barbuda em 1826.

Foram encaminhados para a nova colónia, 86 famílias de colonos alemães com 354 pessoas e mais 64 solteiros, somando 418 imigrantes.

Por serem de crenças diferentes, estes colonos foram colocado em duas áreas, ficando 240 católicos em São Pedro das Torres e os 182 protestantes nas margens do rio Três Forquilhas, a 8 léguas ao sul.

Cada família recebeu 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares), ferramentas, animais domésticos e auxílio pecuniário.

As duas colónias desenvolveram-se cultural e economicamente de formas diferentes.

Segundo Hunsche (1977), os protestantes tiveram em Três Forquilhas, um pastor e professor (Carlos Leopoldo Voges) durante 60 anos. Os católicos por sua vez ficaram abandonados. Aparentemente isto deveu-se ao facto de os protestantes de Três Forquilhas terem conservado mais seu carácter alemão, enquanto que os católicos de São Pedro de Alcântara assimilaram os costumes dos lusos-brasileiros, esquecendo o idioma e carácter alemão. Em Santa Catarina em 1829, 166 famílias alemãs formaram a também chamada colónia de São Pedro de Alcântara, e dizem as crónicas, muitos foram absorvidos pelas comunidades tradicionais e em várias colónias situadas nas matas ocorreu o fenómeno da "caboclicização" do imigrante!

Toda a fundação da colônia de Torres estava baseada na formação do porto de Torres e na interligação das Lagoas.

Hunsche (1977) relata que o maior problema da colônia seria a falta de transporte e elevado preço do frete das carretas que impediam sua prosperidade.

Os colonos de Três Forquilhas, que tinham sido visitados pelo Imperador, encaminharam a D. Pedro I uma carta de agradecimento, onde em francês, agradecem o terreno lindo e fértil onde já plantavam centeio, trigo, aveia, uvas, cana-de-açúcar e café. Ao final da carta solicitavam o envio de artesões em ferro ou madeira, inexistentes na colônia.

A falta de artesões era real, já que os solteiros e as famílias cujos chefes eram artífices haviam saído da colônia, pois podiam exercer melhor seus ofícios em outros lugares.

NÃO HOUVE NA REGIÃO DE TORRES E SUL DE SANTA CATARINA A TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL-FAMILIAR, GERME DAS FUTURAS FÁBRICAS.

O historiador alemão Handelman (1860) citado por Hunsche (1977) relata-nos o que segue: "Mais ou menos ao tempo de São Leopoldo, quase na mesma latitude porém mais a leste, promoveu o Imperador D. Pedro I a fundação da mais duas colônias agrícolas, das quais uma, Três Forquilhas no arroio do mesmo nome com imigrantes alemães do norte, protestantes; a outra, colônia das Torres não distante da povoação costeira do mesmo nome, com alemães católicos do sul. Ambas dispõem de solo fértil, contudo em progresso e riqueza, ficam muito atrás de São Leopoldo. Ao passo que as vizinhanças da capital da província, Porto Alegre, garantiam a São Leopoldo lucrativa venda de seus produtos, essas duas outras, por sua posição no interior deserto, ficaram excluídas de todos os grandes mercados e ao que parece, até aqui não se deu o mínimo passo para lhes abrir as necessárias comunicações pela construção de estradas rurais, nem há um serviço de correio regular, tanto que o governo provincial recebe muitas vezes com atraso de um ano uma comunicação oficial. O estado em que se acham ambas as colônias, das Três Forquilhas e de Torres, as duas juntas com população aproximada de 1.000 pessoas é portanto lastimável; se os habitante têm o necessário para a subsistência, entretanto, pela impossibilidade de saída regular dos produtos, falta-lhes o estímulo

para incitá-los a activos trabalhos na lavoura e indústrias. Cortadas as colónias de todas as comunicações com a gente da província e com a velha pátria, elas permanecem como que enterradas no mato devendo necessariamente degenerar espiritualmente".

ANCILOSTOMÍASE OU NECATORIOSE

Desde tempos imemoriais era conhecida uma moléstia que caracterizava-se por intensa anemia, debilidade e insuficiência cardíaca, assinalada em papiros no Egipto 1600 anos antes de Cristo.

Avincena, um médico persa vivendo no décimo século da nossa era, foi o primeiro a verificar a presença de vermes em pessoas atacadas por este mal e responsabilizou-os pela doença.

Somente em 1838 Dubini, médico italiano, descreveu o verme e denominou-o **Ancylostoma duodenale**.

Otto Wucherer publicou na Bahía, em 1875, vários trabalhos sobre a anemia tropical e o **Ancilostoma sp**, enquanto J. Rodrigues de Moura, ainda estudante, comprovou a penetração da larva do ancilostomo pela pele.

Em 1902 o médico americano Stiles, descobriu no sul dos Estados Unidos, onde 2 milhões de pessoas sofriam de verminose, que o responsável era diferente do **ancilostoma sp** e denominou-o **Necator americanus**, onde "necator" significa matador.

A incidência dessa verminose era quase generalizada no Brasil, excluindo-se apenas os lugares mais elevados e as cidades com facilidades higiénicas.

O litoral era o mais atingido devido a seu clima úmido e quente. Em São Sebastião e Ilha Bela, em São Paulo, 98 % dos examinados achavam-se com a verminose.

No planalto onde o clima se apresenta mais seco, a taxa de incidência da moléstia atingia de 60 a 78 % na década de 40.

Na região sul do país, a endemicidade (presença permanente) era elevada. Pallon e Teixeira em 1953 encontraram entre 45.000 escolares examinados em 71 localidades do Paraná, uma média de 28 % de exames de fezes positivos. Em Santa Catarina a média positiva foi de 44 % em 31.000 escolares, enquanto que no Rio Grande do Sul os índices variavam de 80 % no litoral a 8% nos campos gerais, predominando sempre o **Necator americanus**.

Em 1949 o prof. Raul Di Primio encontrou em Morro Azul, no

interior da região de Torres, uma infestação helmíntica em 100 % dos examinados, na Escola Marcílio Dias 99 % e na escola do Serviço Social da Indústria da cidade encontrou uma infestação de 93 %. Afirmou em suas considerações que nada houve de positivo e prático no combate às verminoses desde 1929, ano em que se fez suas primeiras observações.

Esquecidos os meios de evitar as helmintoses, continuava a população sujeita às incidiosas e permanentes reinfestações.

Homens mais afeitos à vida agrícola do que às actividades pecuárias, trabalhando com restrito uso de calçados em ambiente onde fatores individuais, profissionais e mesológicos favorecem o ciclo biológico dos vermes, constituem as causas que justificam a positividade dos exames. Explicam também o alto grau de infestação naquelas longinhas paragens onde a exuberância da natureza contrasta com o aspecto físico dos habitantes.

Di Primio (1952) refere-se às poli-verminoses, uma vez que encontrou em seus exames não apenas o *Necator sp*, mas também outros parasitas, por vezes até três espécies de vermes em uma mesma criança.

Fiquemos porém apenas com a necatoriose ou "opilação" como é mais conhecida.

Os parasitas obedecem a um ciclo de evolução que inicia com a postura de ovos pelas fêmeas no intestino humano. Estes ovos são expelidos pelas fezes e eclodem ao encontrarem solo úmido e arenoso. As larvas podem então, penetrar no homem através da pele, em especial pelos pés descalços.

Ao entrarem na corrente sanguínea as larvas são levadas até os pulmões onde penetram nos alvéolos e provocam uma tosse forte. Com a tosse, as larvas são "jogadas" para a boca sendo então engulidas e levadas ao estômago e intestinos. No intestino, as larvas atingem a idade madura e fixam-se na parede intestinal com seu dentes ou placas cortantes.

O *Necator sp* adulto mede cerca de 12 mm e a fêmea coloca milhares de ovos que são expelidos pelas fezes, podendo haver em infestações moderadas, entre 2.000 a 11.000 ovos por grama de fezes.

As larvas saídas dos ovos não migram, mas podem ser levadas pela água da chuva, havendo deste modo uma infestação do solo peri-domiciliar, ou seja, ao redor das casas e locais de pousada.

O verme adulto pode viver no intestino entre 6 e 10 anos, mas o número de ovos expelidos cai para 30 a 50 % no primeiro ano. As larvas infestantes maduras podem sobreviver no solo cerca de 6 semanas.

Quanto aos sinais da doença, podemos dizer que dependem do grau de infestação, estado de saúde e da alimentação da vítima. A anemia é o sinal mais evidente, podendo levar a perturbações cardíacas quando o número de glóbulos vermelhos chega a apenas 50 % do normal, diminuindo a oxigenação dos músculos cardíacos e cérebro. A pele pode apresentar um tom amarelado escuro, daí ser também conhecida como "amarelão". Há ainda dores abdominais, aumento do baço e fígado, diarreias com cor de borra de café (sangue digerido) e as crianças podem comer terra. Há sempre um grande cansaço, dificuldade para pensar e retardo no desenvolvimento físico.

Em 1957, no primeiro Congresso Sul-Riograndense de Higiene em Porto Alegre, o prof., Raul Di Primio chama a atenção para o fato de que a malária, bem mais difícil de combater, foi erradicada na região de Araranguá até Osório, mas que o homem continua parasitado, dominado e vítima do verme que poderia ser vencido com medidas simples como educação, conscientização sanitária, medicação, construção de privadas e uso de calçados.

Somente a partir de 1960 foi iniciada uma programação intensiva de combate à verminose, através do Ministério da Saúde, ASCAR, ACARESC, L.B.A., estados e prefeituras.

Assim mesmo, em 1971, o Departamento Nacional de Endemias Rurais encontrou em Torres, 5.959 exames positivos para o *Necator sp* em 15.894 exames de fezes e em Osório no mesmo ano o resultado encontrado foi de 2.146 exames positivos em 8.337 exames feitos. Ainda em Torres foram realizadas 6.512 dosagens de hemoglobina, havendo intensa anemia (30 a 40 %) em 861 casos e anemia média (50 a 60 %) em 4.272 exames, sinal de extrema debilidade na maioria absoluta dos examinados.

MALÁRIA

Conhecida desde mil anos antes de Cristo, a malária foi descrita clinicamente por Hipócrates, sendo seu nome derivado da expressão "maus ares".

Em 1880 Laveran descobriu o parasita provoador da malária e Ross, em 1898, observou os primeiros estágios do desenvolvimento dos parasitas da malária humana em mosquitos.

Todos os parasitas pertencentes ao género **Plasmodium**, provocadores da malária, possuem um ciclo de desenvolvimento assexuado que se passa no ser humano, dito endógeno e outro, sexuado, dito exógeno e que se passa no mosquito.

O ciclo endógeno inicia quando o mosquito infestado inocula os esporozoítos através das glândulas salivares, no momento da picada. Inoculados, estes seres microscópicos sofrem várias transformações no fígado, baço e principalmente no sangue da pessoa infectada, onde invadem os glóbulos vermelhos.

Cada fase de desenvolvimento no corpo humano provoca sintomas que variam com a espécie de **Plasmodium** invasor.

As fases assexuadas se sucedem até o aparecimento das estruturas sexuadas, os gametócitos, que formados no baço, caem novamente na corrente sanguínea onde, envoltos em glóbulos vermelhos, são sugados pelos mosquitos durante a picada.

No interior dos mosquitos, os gametócitos rompem as membranas dos glóbulos sanguíneos que os envolvem, formando no estômago do seu novo hospedeiro, os microgametas masculinos e os macrogametas femininos, de cuja união sexuada são gerados os zigotos. Os zigotos atravessam as paredes do estômago, espalham-se pelo corpo do mosquito e transformam-se em esporozoítos invadindo as glândulas salivares, estando prontos para novo ciclo.

Cada mosquito pode gerar milhares de esporozoítos e contaminar assim muitas pessoas.

Para haver malária é necessário o homem doente e o mosquito do tipo **Anopheles sp.**, chamado entre nós de "mosquito prego", por formar

um ângulo quase reto com a parede ao nela pousar, ao contrário dos demais que pousam horizontalmente. Outra diferença está nos pontos pretos em suas asas e na postura dos ovos (um de cada vez, em forma de canoa ao contrário da postura de vários ovos em forma de jangada).

Há entre os anofelinos, um sub-grupo denominado **Anopheles kerteszia ssp**, um mosquito que põe seus ovos na água acumulada na base das folhas das bromélias. Aragão (1956) mostrou que o **Anopheles kerteszia ssp**, só era encontrado no litoral, na faixa atingida pelas massas de ar de origem polar, sempre onde as escarpas das montanhas se encontram perto do oceano. É nesta região que são frequentes as bromélias, gravatas ou caraguatás, como são também chamadas.

Rachou (1958) observou que o **Anopheles kerteszia cruzii**, prefere as bromélias secundárias, cujas raízes exercem unicamente a função de fixação. No ano de 1944, o autor encontrou 1,3 % de **Anopheles kerteszia cruzii**, infectados em Caldas da Imperatriz, Santa Catarina. Em Florianópolis, no ano de 1958, encontrou 01 em 34 e 02 em 300 mosquitos com esporozoítos nas glândulas salivares, portanto, infectados. No Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 1954, encontrou em 256.262 amostras de sangue humano, 102.097 casos positivos, distribuídos da seguinte forma:

Plasmodium vivax	63.226	61,9 %
Plasmodium falciparum	38.817	31,1 %
Plasmodium malariae	1.454	1,4 %
Infecções mistas	600	0,6 %

Rachou (1958) mostrou que o **Plasmodium vivax**, da malária terçã benigna, era o mais frequente, causando acessos febris de três em três dias. O **Plasmodium malariae** tem índices elevados na região das bromélias, com 53 % de incidência em Tijucas, 44 % em Caldas da Imperatriz e 40 % em Ratonas, no estado de Santa Catarina. Em 1945, na região endêmica da malária em torno de Torres e Araranguá, o Serviço Nacional da Malária encontrou 7.000 exames positivos em 12.000 amostras. No mesmo ano foram observados 6.000 lâminas com **Plasmodium vivax** e 1.500 lâminas com **Plasmodium falciparum**.

Nos casos de infecções por **Plasmodium vivax** e **Plasmodium**

malariae, o corpo pode defender-se e os plasmódios desaparecerem da corrente sanguínea, tentando localizar-se no fígado, baço e medula óssea onde podem ser destruídos, caso o indivíduo infectado seja bastante saudável. Em portadores de verminoses, já debilitados, principalmente crianças, a malária ataca violentamente.

Os principais sintomas são mal estar, lassidão, sono agitado, perda de apetite, incapacidade para o trabalho e febre comum, durante o período de incubação, 12 a 20 dias após a picada. Surgem depois paroxismos de calafrios com febre a cada 48 horas na terça ou a cada 72 horas na infestação por **Plasmodium malariae**. Segue-se anemia por destruição dos glóbulos sanguíneos, aumento do baço e fígado e intensa fraqueza.

Um portador crónico de malária pode levar a sua doença a qualquer lugar onde haja o anofelino. Há portanto, duas maneiras de combater o mal: tratamento do doente e combate ao mosquito. Em 1946 surgiu no mercado o inseticida DDT e depois o Dieldrin, que foram dispersados nas matas e principalmente nas casas.

De 1941 a 1948 houve na região de Torres, 8584 casos de malária assim distribuídos:

São Pedro	2.978	peessoas
Morro Azul	1.418	peessoas
Guananazes	1.899	peessoas
Pirataba	2.289	peessoas

No anos de 1950 Torres possuía 31.000 habitantes.

No combate à malária na região de Torres, Osório e Araranguá, o primeiro ciclo de dedetização, em 1949, atingiu 14.175 prédios e o segundo ciclo, atingiu 15.075 casas. No mesmo ano 2.016 pessoas foram tratadas com cloroquina e 3.600.518 bromélias foram destruídas manualmente ou por desmatamento.

Em Florianópolis, a destruição de cerca de 25 milhões de bromélias praticamente erradicou a malária da cidade. Nos anos de 1944 e 1947, houve uma diminuição de 90 % na taxa geral de morbidez por malária e de 96,5 % na taxa de transmissão do **Plasmodium sp**.

Actualmente tanto a malária como a necatoriose estão erradicadas da região.

CONCLUSÃO

Pela análise dos fatos apresentados podemos concluir que a imigração dos ilhéus portugueses correspondeu plenamente às expectativas da época: a formação de uma região agrária que produzisse o suficiente para abastecer um exército e constituir um baluarte populacional contra os espanhóis.

Em 1763 Ceballos não conseguiu ultrapassar a vila de Rio Grande porque encontrou forte resistência na barra do norte, uma região já intensamente povoada por luso-brasileiros.

Em 1774 chegava ao sul o General João Henrique Böhm com a missão de reconquistar as terras invadidas.

De Laguna o general marchou até à actual São José do Norte onde tomou posição com tropas vindas de Portugal, do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e do próprio Rio Grande, formando um exército de 6.717 homens, o maior já mobilizado na era colonial.

Em 1º de Abril de 1776 venceu os espanhóis e os forçou a se retirar até ao Chui.

Durante mais de dois anos, pois, os pecuaristas bem como os agricultores açorianos conseguiram manter este exército não só com provisões com também com soldados.

A tomada da Ilha de Santa Catarina por Ceballos em 1777 provou mais uma vez a oportunidade da imigração açoriana já que as suas freguesias constituíram um baluarte inexpugnável impedindo a invasão do continente.

Uma soma de fatores políticos, económicos, sociais e de saúde adversa impediram um maior progresso da região. Houve demora no assentamento dos casais, mudanças profundas na economia e graves endemias no litoral norte gaúcho e do sul catarinense, solapando a saúde dos imigrantes, levaram os mesmos a praticar uma economia de subsistência que beirava a pobreza.

O isolamento, entretanto, fez com que os agricultores e pescadores açorianos mantivessem intacta a sua cultura ensejando ao pesquisador de hoje estudar a profunda influência que esta teve na gênese das tradições catarinenses e gaúchas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, M. 1956 - *aspectos climáticos do problema Bromélia Malária Distribuição geográfica dos anofelinos do sub gênero Kerteszia no Brasil* - Rev. Bras. de Malariologia - 8 (4) 621 - Min. Saúde.
- AMARAL, A. F. 1972 - *Os Campos Neutrais* - Ed. Planus - P. Alegre R. S.
- BARROSO, V. L. M. 1993 - *Presença Açoriana em Santo Antônio e no Rio Grande do Sul* - Ed. EST - P. Alegre - R. S.
- CABRAL, O. R. 1937 - *SANTA CATARINA - História e evolução* - CE. Nac. S. P.
- CESAR, G. 1981 - *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul* - Ed. UFRS P. Alegre 2ª edição.
- DI PRIMIO, Raul 1952 - *Situação da Malária no Rio Grande do Sul* - Rev. de Medicina do R. S. Jul-Ago, P. Alegre.
- DI PRIMIO, Raul 1953 - *Recuperação Sanitária e Elevação do Nível Económico da Zona Malarígena de Torres* - Rev. de Medicina do R. S. Nov-Dez, P. Alegre.
- PESAVENTO, S. J. 1980 - *História do Rio Grande do Sul* - Ed. Mercado Aberto - P. Alegre - R. S.
- PESSOA, S. B. - *Parapsicologia Médica* - 7ª edição - Ed. Guanabara Koogan - R. J. - 1967.
- HUNSCHÉ, C. F. 1977 - *O Ano de 1826 da Imigração Alemã no R. S.* Ed. Metropole.
- OBERACKER, C. H. Jr. 1985 - *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira* - Vol. I - Ed. Presença - Rio de Janeiro - 4ª Edição.
- PIAZZA, W. F. 1990 - *Epopéia Açoriana 1748-1756* - 2º Congresso de Comunidades Açorianas - Açores.
- RACHOU, R. G. 1958 - *Anofelinos no Brasil - Comportamento das espécies vetoras da Malária* - Rev. Bras. de Malariologia 10 (2) 145 Min. Saúde.
- VEIGA, E. V. da 1993 - *Memória Urbana* - Ed. UFSC - Florianópolis.

CARTAS DE LUÍS RIBEIRO A FRANCISCO DE LACERDA

Por: José Bettencourt da Câmara

Para quem, como o responsável por estas linhas, não conheceu pessoalmente Luís da Silva Ribeiro (1882-1955), os únicos meios informativos sobre a relação daquela figura da recente cultura açoriana à música eram os seus próprios escritos sobre esta arte. Bastavam esses textos para delinear a imagem do apaixonado amador da arte dos sons, dispondo, senão de sólida formação específica, de alguma informação técnica sobre o assunto.

Entre tantas outras preciosidades referentes às culturas regional, nacional ou europeia, foi o trabalho do espólio de Francisco de Lacerda que, também no que respeita à paixão musical de Luís Ribeiro, veio fornecer uma ideia mais precisa. Se não pode considerar-se relevante, para esse fim, a redescoberta das suas cartas públicas de Luís Ribeiro e Francisco de Lacerda sobre a necessidade de recolher e estudar o cancionário popular açoriano (*Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 25.12.1920, 26.1.1921; cfr. José Bettencourt da Câmara, "Dois textos de Luís Ribeiro e Francisco

de Lacerda sobre o cancionero açoriano", *Revista de cultura açoriana*, nº 1, Lisboa, 1989), o mesmo não pode dizer-se das cartas que a Lacerda endereçou Luís Ribeiro e que, entre os milhares de espécimes que inclui a correspondência dirigida ao músico açoriano, o seu espólio nos preservou.

Vieram essas cartas, não só confirmar a ideia do gosto de Luís Ribeiro pela música, mas alargá-la às suas reais dimensões. Ao etnógrafo capaz de com rigor, discorrer sobre a música tradicional açoriana, ao melómano esclarecido que deixam entrever alguns textos sobre a música dita erudita, veio juntar-se, na mente dos que com ele não chegaram a privar, a imagem do razoável músico que deve ter sido, do empenhado director de coros, do professor de música no Liceu de Angra do Heroísmo.

Está talvez dita a razão maior do interesse da publicação destas cartas, a qual não se justifica apenas pela importância do nome de quem as assina ou daquele a quem foram endereçadas. Dirão elas, porventura, mais do remetente do que do destinatário, embora o relacionamento entre os dois homens não pareça haver-se desenvolvido ao ponto de permitir largas confidências íntimas.

No texto que, por ocasião da morte do grande músico ocorrida em Lisboa, Luís Ribeiro consagrou a Francisco de Lacerda (*Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 8.7.1934; cfr. Luís Ribeiro, *Obras*, vol. III, pp. 255-257), encontram-se elementos que delineam o contacto entre os dois vultos da cultura açoriana, unidos, mau grado formação e percursos diferentes, pelo amor à música.

O nível mental e o perfil cultural de Luís Ribeiro tornavam-no num dos poucos açorianos do seu tempo realmente capazes de construir uma noção adequada da grandeza do percurso de Lacerda. Homem que, terminada a formação coimbrã, se confinou à clausura insular, nem por isso se encontrava o seu espírito menos preparado para abarcar a dimensão dos feitos de Lacerda, já quando em 1913 assiste ao regresso do ilustre jorgense à mesma clausura, na ilha natal ("o grande queijo", como, segundo o testemunho destas cartas, dizia o próprio músico).

A proximidade de S. Jorge relativamente a Angra, o facto de nesta cidade residirem familiares e amigos de Francisco de Lacerda, tornavam impossível que o destino de ambos acabasse sem chegar a cruzar-se. Por estas cartas se vê que Luís Ribeiro significou para Lacerda verdadeira

pedra de apoio em Angra do Heroísmo, mais talvez, do que os primos Jorge e Georgina Forjaz.

Cremos infelizmente desaparecidas as cartas de Lacerda que às de Ribeiro correspondem. Estas, designamos inserir, com as outras figuras de açorianos que com o músico trocaram correspondência, em volume intitulado *Cartas açorianas a Francisco de Lacerda*. Fique, todavia, a sua publicação aqui como extracto que aquela edição antecipa, e bem merece o *Boletim* do Instituto cuja fundação deve particularmente a Luís Ribeiro, seu primeiro presidente.

6 de Novembro de 1915

Ex.mo. Sr. Francisco de Lacerda

A última vez que V. Ex.^a. passou nesta cidade falou-me numas árvores que desejava pedir à Junta Geral para arborização de uma freguesia da ilha de S. Jorge e se bem me recordo combinou V. Ex.^a. comigo ser o pedido feito por intermédio da respectiva Junta de Paróquia ⁽¹⁾.

Tal pedido porém ainda não chegou à Junta Geral, segundo me informaram e como este mês é o de sessão ordinária, tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex.^a. para lembrar a conveniência de ser agora feito o pedido para eu em sessão o poder patrocinar ⁽²⁾.

Com a maior consideração tenho a honra de me assinar

de V. Ex.^a.

Am. at. vr. e obr.^{do}

Luis da Silva Ribeiro

P. S. Pelo nosso am.^o. Teixeira da Silva foram requisitadas 3.000 árvores para esse distrito das quais algumas irão para S. Jorge, o que V. Ex.^a. facilmente conseguirá dirigindo-se àquele nosso amigo.

L. Ribeiro

-
- (1) Não considerando a plantação de árvores aqui referida, a qual não sabemos se terá chegado a concretizar-se, ficariam populações jorgenses a dever a Francisco de Lacerda, na época em que residiu na Urzelina (1913-1921), a organização de grupos corais e instrumentais, assistência humanitária e médica durante a pneumónica de 1918, entre outras iniciativas que nem sempre se prendiam com a profissão musical.
- (2) À data desta Carta, cumpria Luis Ribeiro as funções de Presidente da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo.

Ex.mo. Senhor Francisco de Lacerda

Disse-me o nosso am^o. Sr. Rodrigo Rodrigues que V. Ex^a. desejava que eu lhe mandasse a canção do Minho — "Apanhar o trevo" — e algumas canções portuguesas e açoreanas, vivas e alegres como aquela, pois V. Ex^a. tencionava escrever sobre elas alguns trechos para orfeão⁽³⁾.

Permita-me V. Ex^a. que desde já agradeça o extraordinário prazer que V. Ex^a. me dará permitindo-me que os faça cantar pelos meus rapazes e que gostosamente venha satisfazer aos desejos de V. Ex^a. enviando algumas das canções pedidas ⁽⁴⁾.

Canções açoreanas há poucas como V. Ex^a. deseja, pois são quase todas tristes e lentas ⁽⁵⁾. As que envio são extraídas de uma colecção organizada por Eduardo de Sousa Ribeiro, mas que me não merece muita confiança.

Tenho tentado colher algumas directamente, mas cada cantor as varia por tal modo que é extremamente difícil descobrir e fixar a forma primitiva ⁽⁶⁾. Pensei em fazê-lo com auxílio do fonógrafo, cotejando versões diversas, mas a falta de aparelho capaz não me permitiu ainda ensaiar este método ⁽⁷⁾.

(3) *Data deste ano de 1916 a composição por Francisco de Lacerda de dois trechos corais de indole popular.*

(4) *Pouco nos dizem as notícias biográficas de Luis Ribeiro acerca deste aspecto importante de melômano e esclarecido músico amador, patente em todos os seus escritos sobre temática musical. A criação e direcção de um grupo coral de crianças e rapazes, do conhecimento decerto de alguns angrenses que conviveram com Luis Ribeiro, constitui mais um dos aspectos da sua incansável actividade que estas cartas confirmam.*

(5) *Apreciação assaz parcial sobre a canção tradicional açoriana, que em Luis Ribeiro, contudo, encontrou um dos seus melhores apreciadores históricos.*

(6) *Os termos em que aqui se exprime Luis Ribeiro denotam dependência de concepções oitocentistas relativas à canção popular. A variação sob a qual ela se apresenta não lhe surge como seu modo natural de manifestar-se, mas como deturpação de uma "forma primitiva", que lamenta não poder fixar.*

(7) *Considerando o ano em que é redigida esta Carta, 1916, e que as primeiras recolhas fonográficas de música tradicional remontam aos primeiros anos do século, a mera referência à intenção de utilizar o fonógrafo para tal fim é significativa do pioneirismo de Luis Ribeiro nesta matéria.*

362 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Desculpe-me V. Ex.^a. tanto incómodo, e peço a V. Ex.^a. que me dê o prazer de dispor sempre de quem com subida consideração tem a honra de se assinar.

de V. Ex.^a.

Ami.^o. m.^{to}.at. v.^r. e m.^{to}.obr.^{do}

C/ V. Ex.^a. 29 de Abril de 1916

Luis da Silva Ribeiro

16 de Junho de 1916

Ex.^{mo}. Sr.

Conforme as ordens de V. Ex.^a envio por este correio a V. Ex.^a os Cantos populares dos Açores, colhidos por Eduardo de Sousa, que tomo a liberdade de oferecer a V. Ex.^a esperando que a bondade de V. Ex.^a me desculpará o atrevimento.

O meu orfeão não faz ensaios há algumas semanas porque tudo se tem conjurado contra ele.

A mobilização levou-me para o serviço militar uns 14 cantores, as festas do Espírito Santo endoideceram os restantes e agora, para cúmulo de infelicidade, o general requisitou a casa da Graça, onde se faziam os ensaios, para nela aquartelar a bateria de metrelhadoras.

À força de trabalho já consegui arranjar uma casa para nos reunirmos e estou tratando de arranjar licença para os mobilizados poderem ir aos ensaios, esperando recomencá-los para a semana.

Confiado na maneira gentil como V. Ex.^a me tratou ousei lembrar a promessa de algumas canções para os rapazes, principalmente a improvisada em casa do nosso amigo Rodrigo Rodrigues ⁽⁸⁾.

Peço a V. Ex.^a que aceite os protestos da minha maior estima e consideração e tenho a honra de me assinar.

De V. Ex.^a

Ami.^o m.^{to}. at. v.^o e obr.^{do}

Luis Ribeiro

(8) Ocorreu em 1916 precisamente uma das mais largas permanências de Francisco de Lacerda em S. Miguel (Ponta Delgada, Furnas e Povoação), onde sua filha Maria conheceu o futuro marido, o Dr. Pedro de Mendonça Machado. Datam dessa altura os primeiros contactos de Lacerda com Rodrigo Rodrigues, o melômato mi-caelense já referido na Carta anterior a esta?

25 de Agosto de 1916

Ex.^{mo}. Senhor Francisco de Lacerda

Permita-me V. Ex.^a. que lhe apresente os meus mais sinceros agradecimentos pela amável oferta do retrato de V. Ex.^a., que me causou grande prazer e em extremo me penhorou.

Disse-me o nosso amigo Sr. Jorge Forjaz ⁽⁹⁾ que V. Ex.^a. tinha duas canções para quatro vozes, mas que eram muito difíceis para os meus rapazes e por isso mas não mandava ⁽¹⁰⁾.

Causou-me grande pesar a resolução de V. Ex.^a., pois não obstante conhecer as muitas deficiências do meu grupo, todos os meus defeitos de amador incompletamente e mal educado e os dos meus pobres executantes, tinha um grande desejo de que eles cantassem alguma música de V. Ex.^a., mas já que isso por enquanto não é possível seria compensadora alegria possuí-la pelo menos no meu modestíssimo arquivo; desejo que me atrevo a pedir a V. Ex.^a. a amabilidade de o satisfazer.

Sei quanto há de inconveniente, e mesmo de impertinente, neste meu pedido, mas é tal o meu desejo que não posso resistir à tentação de o fazer nem sei guardar as conveniências, fiado unicamente na bondade de V. Ex.^a. e na extrema e carinhosa amabilidade com que me acolheu e aos meus rapazes.

Esperando por isso que V. Ex.^a. me perdoará, tenho a subida honra de me assinar com a maior consideração e estima.

de V. Ex.^a.

Ad.^{or}. e Am.^o. at. v.^r. e obr.^{do}

Luis Ribeiro

(9) *Parente de Francisco de Lacerda, em casa de Jorge Forjaz julgamos que se alojava o músico jorgense nas suas passagens por Angra. Sabemos que pelo menos uma vez o visitaram, na Urzelina, Jorge e Georgina Forjaz.*

(10) *Trata-se, porventura, das duas peças para formações corais referidas na Nota 3.*

Angra do H^{mo}. 12 de Março de 1918

Ex^{mo}. Sr.

Mostrou-me o nosso amigo Sr. Rodrigo Rodrigues ⁽¹¹⁾ a carta que V. Ex^a fez o obséquio de lhe enviar a respeito de meu pedido de empréstimo do Tratado de Composição de V. d'Indy.

Quando em Coimbra procurei estudar um pouco mais de música do que os ligeiros rudimentos que tinha aprendido aqui na ilha em pequeno, analisei algumas sonatas de Beethoven, toquei a meu modo as de violino, e com outros rapazes amadores li os quartetos de Haydn e os trios de Beethoven, tocando a parte de violeta.

Nisto ficaram os meus escassos conhecimentos e com eles me satisfazia, quando há tempos lendo na Tribune de Saint Gervais, que V. Ex^a. fez o favor de nos mandar, uma conferência de V. d'Indy com o programa do curso da Schola Cantorum, encontrei referências ao assunto "forma musical", que eu em absoluto desconheço e que fiquei com grande curiosidade de ler. Como não tivesse porém à mão o tratado, nem agora seja ocasião própria para mandar vir livros do estrangeiro, lembrei-me de importunar V. Ex^a, do que peço mil desculpas.

Sonatas de Beethoven e mesmo outros autores, sinfonias, quartetos, etc. tenho cá, mas falta-me um guia que me oriente na sua leitura e me chame a atenção para muita coisa que me pode passar despercebida.

Possuo o Manual de Musique de Choron, mas é muito antigo e deficiente neste ponto ⁽¹²⁾.

(11) Cfr. Nota 8.

(12) Carta preciosa pela informação que sobre a sua formação de músico amador nos dá aqui Luís Ribeiro. Uma curiosidade insaciável e verdadeira paixão pela música levam-no a sempre aprofundar os seus conhecimentos musicais, também por via literária. Lembremos que, à data desta Carta, o nome de Vicent d'Indy representava na Europa algo de novo na pedagogia musical, mau grado a atitude reticente do mestre de Lacerda na Schola Cantorum de Paris relativamente a alguns dos mais recentes caminhos da arte musical (a Claude Debussy, por exemplo).

366 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Mais uma vez peço desculpa de vir incomodar V. Ex^a. com o meu pedido, e, com os mais vivos agradecimentos, assino-me com subida consideração.

*De V. Ex^a.
Am^o. at^o. v^o. obr.^{do}*

Luis Ribeiro

Angra do Heroísmo 25 de Junho de 1919

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. Sr. Francisco de Lacerda

Recebi pelo Sr. coronel José da Rosa, e muito agradeço, os livros de literatura musical e a carta que V. Ex.^a. me mandou.

Preso no liceu até ao fim do mês, os livros de V. Ex.^a. têm sido uma agradável companhia que me tem ajudado a levar resignadamente a fim aquela da estopada.

Vasco de Macedo ⁽¹³⁾ veio já ter comigo e deligenciei obter-lhe a licença, mas falando com o tenente-coronel José Pedro Soares, aconselhou-me ele que desistisse da licença por ser perigosa.

Segundo os regulamentos militares, o recruta que não completa o seu tempo de escola, ainda que seja por motivo de doença, vai para casa, mas tem de voltar no ano seguinte a repetir a escola toda.

Isto não convinha ao Vasco que segundo me disse deve completar a recruta ainda este mês, pelo que combinámos ir ele com licença só depois de a ter terminado.

Outra coisa dificilmente se arranja e parece-me que não serve.

Quanto ao violino, os alemães compraram todos os que encontraram à venda. Arcos é que ainda há, mas muito ordinários.

Não me foi possível dar o recado de V. Ex.^a. ao Dr. Humberto Bettencourt ⁽¹⁴⁾, porque só recebi a carta de V. Ex.^a. no dia seguinte ao da saída do paquete.

(13) *Vasco de Macedo, da Urzelina, era um dos jovens colaboradores musicais de Francisco de Lacerda. Recentemente falecido, conhecemos Vasco de Macedo em 1983, em S. Jorge e na Terceira, onde recolhemos o seu depoimento sobre o grande músico açoriano (cfr. o filme que sobre Francisco de Lacerda preparámos para a Rádio-televisão Portuguesa e o seu Segundo Programa transmitiu a 4.12.1994).*

(14) *Ao micaelense Humberto Bettencourt, o "Morcego-Poeta", dedicou Francisco de Lacerda o poema Roseiral das rosas belas. O seu espólio poético revelou-nos ainda uma missiva em verso intitulada Carta ao Morcego-Poeta, a qual não sabemos se chegou a ser enviada. Por seu turno, Humberto Bettencourt dedicou ao músico jorgense o poema Noitinha, de que conhecemos cópia dactilografada.*

Voltando ainda ao caso de Vasco, o que todos aconselham é a isenção por amparo, que V. Ex.^a. certamente pode aí conseguir com a Câmara, de modo que lhe tenha sido concedida a isenção assim que tenha terminado a recruta.

Sempre às ordens de V. Ex.^a., subscrevo-me com subida consideração e muita estima.

De V. Ex.^a.

Am.^o. at.^o. v. e obr.^{do}

Luis Ribeiro

27 de Agosto de 1919

Meu Ex.^{mo}. Ami.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

O seu protegido Vasco de Macedo ⁽¹⁵⁾, soldado de artilharia, lá vai agora com 30 dias de licença.

O tenente-coronel José Pedro Soares é que lhos arranjou, com certa manha, o Comandante Militar, Coronel José da Rosa, apertado com pedidos, não quer dar licenças a praças novas, e conhecendo de nome o nosso homem ia escangalhando tudo, sem ser por mal.

O José Pedro, porém, contou-lhe uma história fantástica em que ia metendo os pés pelas mãos, pois foi dizer que mãe do rapaz era velha e entrevada, sem mais filhos, e o coronel conheci-a, sabendo-a nova e com filhas!

Mas lá passou o pataco, como vulgarmente se diz, e aí vai o nosso homem com 30 dias de licença. Agora com umas partes de doente aí, e conseguindo o amparo, não volta cá. Escusado será dizer a V. Ex.^a. que nem me atrevi a pedir pelos outros dois rapazes. Só ao tenente-coronel José Pedro é que dei uma nota com os nomes deles, a ver se um dia por acaso se arranja alguma coisa.

Havia muitos abusos na concessão de licenças para as ilhas. A maior parte dos licenciados ia e não voltava, aguentando-se por lá com expedientes. Esses abusos originaram a época de moralidade que por desgraça nossa é aquela em que estão a serviço os protegidos de V. Ex.^a.

Estas férias tenho-me entretido a recordar um pouco de alemão que em tempos aprendi, aproveitando a estada aqui de concentrados, por isso ainda não acabei de ler os livros que V. Ex.^a. fez favor de me mandar e que devolvarei pelo próximo paquete. Eu não aprecio muito os trabalhos de critica quando não conheço as obras criticadas, mas confesso que gostei muito dos livros que V. Ex.^a. fez o favor de me mandar.

(15) Cfr. Nota 13.

370 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Sempre às ordens de V. Ex^a, tenho a honra de me assinar com muita consideração e estima.

*De V. Ex^a.
Am^o. at^o. v^r. e m^{to}. obr.^{do}*

Luis da Silva Ribeiro

29 de Novembro de 1919

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

Muito estimo que V. Ex.^a e sua Ex.^a. família estejam de saúde.

Comprometi-me gostosamente a informar V. Ex.^a. de tempos a tempos sobre a marcha do ensino do canto coral no liceu, e como há muito que não cumpro a minha obrigação venho hoje desempenhar-me dela ⁽¹⁶⁾.

Nestes meses ensinei na 2.^a classe a noção de compasso composto, tonalidades, modo menor e formação da respectiva escala e andamentos, e vou agora ensinar intervalos alterados e o emprego da clave de fá. Tenho feito alguns exercícios corais sobre intervalos, a duas 2 vozes, servindo-me do método de Wilhelm (?), e outros de leitura com solfejos de Batiste e Capoci.

Seguindo este último autor tenho obrigado os rapazes a uns ligeiros exercícios de vocalização de que tenho tirado óptimos resultados. Graças a eles consigo uni-los melhor.

Queria ensaiar no fim do ano uns exercícios de ditado musical, mas não conheço método algum que preste e não sou muito forte no assunto. O Ernesto Vieira tem uns exercícios muito pouco progressivos. Eu devia arranjar umas frases para meu uso, mas nunca ensinei ditado e não sei bem o que fazer.

Canções para os rapazes, com letra própria à sua idade, incontestável e atraente musicalidade, genuinamente nacionais, não há. Cada vez gosto menos do que o P.^e. Borba tem feito ⁽¹⁷⁾. Não tem inspiração

(16) Considerando a data desta carta, relaciona-se o pedido de Francisco de Lacerda com as funções de professor de canto coral que por algum tempo desempenharia no Liceu de Ponta Delgada, quando de larga estada do compositor na ilha de S. Miguel. Subsistem notas preparatórias para as aulas do músico naquela escola mi-caelense.

(17) Saliente-se a liberdade de opinião de Luis Ribeiro sobre a obra pedagógica, já notável, do outro angrense, então professor no Conservatório de Lisboa (onde, por pouco tempo, fora aluno de Francisco de Lacerda). Impor-se-ia, apesar de tudo, o P. Tomás Borba como um dos nomes a reter na história da pedagogia musical deste século em Portugal.

nenhuma e os rapazes aborrecem-se com elas. Adaptar canções estrangeiras parece-me uma barbaridade, e arranjar canções populares (?) pouco.

Uma dúvida porém, muito mais grave tenho e muito desejava que V. Ex.^a me dissesse o que devo fazer. Muitos dos meus alunos estão na época de muda de voz. Uns mestres dizem que se não deve cantar nesse período, outros que se devem fazer exercícios moderados e até agora o autor do programa do canto coral nas Escolas Primárias Superiores manda fazer exercícios em falsete! Parece-me mais avisada a opinião dos que proibem todo o exercício de canto, mas V. Ex.^a dirá, caso queira ter a bondade de me dizer a sua opinião.

Agora com a remodelação do ensino, por toda a parte entra o canto coral. Oxalá que seja a sério e que consigam vencer a repugnância dos alunos, que não gostam de cantar e reputam a aula de canto uma estopada como o latim!

Se a maior parte deles nunca ouviu um coro!

Fundou-se agora aqui uma irmandade de Santa Cecília. Podia ser utilíssima se tivesse uma orientação capaz e o bispo fosse criatura que se interessasse pela música na igreja ⁽¹⁸⁾. Infelizmente nada disso sucede e a festa este ano foi uma vergonha. Péssima escolha da missa executada, detestável execução, ridícula composição de orquestra, um horror.

Se o bispo quisesse, e organizasse no seminário uma capela geitosa, afinada principalmente, a música de igreja nesta terra de beatas e devotos seria um ótimo elemento de propaganda artística e de educação popular. Desgraçadamente o homem tem apenas orelhas e creio que gostou da festa de Santa Cecilia...

(18) *Refere-se Luis Ribeiro ao bispo de Angra, então D. Manuel Damasceno da Costa. Sem pretendermos contradizer Luis Ribeiro, temos conhecimento de intenções de D. Manuel de empreender uma reforma do canto litúrgico na diocese, havendo para tal solicitado a colaboração de Francisco de Lacerda. Em carta em que agradece a Lacerda o acolhimento que lhe proporcionara na sua casa da Urzelina, diz D. Manuel Damasceno da Costa dos seus projectos de reforma da música religiosa na diocese de Angra (cfr. Cartas açorianas a Francisco de Lacerda, a publicar proximamente.*

Pelo próximo Funchal mandarei a V. Ex^a os seus livros que muito agradeço.

Desculpe V. Ex^a a desmesurada grandeza desta carta, o que nela digo, o tempo que tomo a V. Ex^a. com as minhas bagatelas e disponha sempre do que gostosamente fica às suas ordens e se assina.

*De V. Ex^a.
Am^o. at^o. e m^{to}. obr.^{do}*

Luis Ribeiro

9 de Fevereiro de 1920

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

Muito agradeço a carta de V. Ex.^a. a que respondo.

Falei com o nosso amigo José Pedro ⁽¹⁹⁾ mas há grande dificuldade de obter a licença que V. Ex.^a. deseja para o Vasco. O capitão de artilharia é meio maluco, revolucionário que está cá por política, e nada podemos fazer com ele. Se o meu am.^o. Capitão José Agostinho for aqui colocado como deseja tudo isso será possível, mas com esta criatura que aqui está, é trabalho baldado.

O Vasco falou-me em tempos na sua passagem à Guarda Fiscal; ficou de se entender comigo mas nunca mais apareceu.

Se sempre quiser a passagem á melhor não ser licenciado, se tiver desistido dela talvez se possa alcançar do coronel militar licenciá-lo de vez.

Amanhã se o Vasco regressar na paquete entender-me-ei com ele.

Creia V. Ex.^a. que farei tudo o que for possível para satisfazer os desejos de V. Ex.^a. que para mim são ordens.

Disponha V. Ex.^a. sempre do que se assina.

De V. Ex.^a.

Am.^o. at.^o. v. e obr.^{do}

Luis Ribeiro

(19) O tenente-coronel José Pedro Soares, já referido na Carta de 27.8.1919.

11 de Março de 1920

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

Muito agradeço a carta de V. Ex.^a. a que respondo.

O Vasco está decididamente em maré de infelicidade. Nem o José Agostinho ⁽²⁰⁾ lhe pode arranjar licença porque está impedido no serviço de recrutas e não tem quem o substitua. O mais que lhe podia fazer era particularmente deixá-lo ir no S. Miguel e voltar nessa (?) sem falta, mas isso não convém ao Vasco pois dá muito pouca demora, apenas um dia, e custa muito dinheiro.

Lá mais para diante verei o que se pode arranjar pois não desisto do assunto, mas confesso que tenho poucas esperanças. Se o Agostinho me não arranja isto é porque não pode.

Ele é uma jóia, um excelente rapaz muito sério e apesar disso sempre pronto a fazer aos soldados tudo o que é possível.

Muito agradeço a oferta de V. Ex.^a, mas agora o tempo é pouco para leituras recreativas. As aulas no liceu, os meus afazeres no tribunal e escritório, obrigam-me a serões e trabalhos forçados e não me deixam tempo nem cabeça para leituras agradabilíssimas é certo, mas que exigem atenção e fatigam o espírito.

Como tenho o vício de ler, mato-o à noite todos os dias, lendo coisas já conhecidas, literaturas ligeiras, apenas uma meia-hora e sem fadiga cerebral. Se pego em coisas de música começo-me a interessar por elas, perco a disposição para estudar os processos e estou perdido. Lá para agosto e setembro, em férias, limparei então a estragada cabeça de toda a monda judicial e legislativa, à força de música. Nessa ocasião gostosamente e muito reconhecido aceitei o amável oferecimento de V. Ex.^a. Projecto nesses meses coordenar os apontamentos que me têm

(20) Ao contrário de outras figuras de contemporâneos e conterrâneos de Francisco de Lacerda, como José Bruno Carreiro, Rodrigo Rodrigues, Afonso de Chaves, o próprio Luís Ribeiro e outros, não se encontra o futuro tenente-coronel José Agostinho representado no acervo epistolográfico dirigido ao músico jorgense. Significará isso que não chegaram a conhecer-se os dois ilustres açorianos?

servido de lições nas aulas de canto coral, arranjar umas canções populares a duas e três vozes, com letra apropriada à semelhança das colecções de Bruchor, em suma executar um vasto programa que oxalá não fique em projecto.

E quando terei o grande prazer de ter V. Ex.^a cá na ilha uma temporada?

Bem sei que V. Ex.^a não tem nada que o chame aqui, mas apesar disso tenho sempre a esperança de ver V. Ex.^a, cá durante uns dias pelo menos.

Com muita consideração e estima assino-me.

De V. Ex.^a

Am.^o. at.^o. v.^o. e m.^o. obr.^{do}

Luis Ribeiro

Angra do Heroísmo, 5 de setembro de 1920

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

Há muito sem notícias de V. Ex.^a, muito estimarei que V. Ex.^a e sua Ex.^a família tenham passado bem.

V. Ex.^a com as suas frequentes passagens por esta ilha tinha-me habituado mal e agora estranho estar tanto tempo sem ter o prazer de o encontrar e de trocar impressões.

Disse-me há dias o José Bruno ⁽²¹⁾ que V. Ex.^a projectava ir a S. Miguel este inverno. Também faço o mesmo projecto e naturalmente nos encontraremos lá.

Li num jornal de Lisboa ou de Ponta Delgada que V. Ex.^a ia a Lisboa dirigir uns concertos sinfónicos e preparava-me para seguir com V. Ex.^a e ir gozar o extremo prazer de os ouvir, quando me lembrei que V. Ex.^a nada queria com Lisboa e certamente não iria aturar aquela gente; e não me enganei visto que o José Bruno me diz que V. Ex.^a vai a Ponta Delgada ⁽²²⁾.

(21) José Bruno Carreiro. Advogado e director do "Correio dos Açores", de Ponta Delgada. No jornal dirigido por José Bruno publicaram, Luís Ribeiro e Francisco de Lacerda, cartas abertas sobre a necessidade de recolha e estudo do folclore musical açoriano, e Lacerda ainda dois outros textos - o primeiro de uma série de "Crónicas de arte", que infelizmente não teve continuidade, e outro sobre o açoriano Manuel Lacerda de Almeida (cfr. Francisco de Lacerda, Escritos sobre música, onde recuperámos estes textos, e Cartas açorianas a Francisco de Lacerda, volume em que integramos a correspondência que ao músico dirigiu José Bruno Carreiro). A José Bruno Carreiro dedicou Francisco de Lacerda o seu poema Serenata, publicado em A actualidade, n.º 53, 11.2.1921, Ponta Delgada.

(22) Enquanto residiu na Urzelina (S. Jorge, Açores), Francisco de Lacerda recebeu convites para dirigir concertos em Lisboa de Luís Pereira (empresa do Politeama). Houve igualmente projectos para dirigir concertos em Ponta Delgada, com uma orquestra formada por músicos locais, no que se empenhou particularmente José Bruno Carreiro.

Creio que o Sebastião de Ávila vai agora a S. Jorge. Se for, aproveitarei o portador para mandar a V. Ex.^a os livros que V. Ex.^a fez o obséquo de me emprestar e que há tanto tempo cá tenho.

O Vasco ⁽²³⁾ está infeliz. Tem sempre impedimentos que o não deixam seguir. Como é bom rapaz todos o querem!

Com muita consideração fico às ordens de V. Ex.^a e assino-me.

De V. Ex.^a

Am.^o. at.^o. v.^o. e m.^o. obr.^{do}

Luis Ribeiro

(23) Cfr. Nota 13.

Angra do Heroísmo, 20 de Outubro de 1920

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. F. de Lacerda

Como V. Ex.^a. já sabe o Vasco arranjou a prorrogação da licença até ao Funchal, que se tem demorado, felizmente, dirá o Vasco...

Ele que não falte no Funchal porque isso iria colocar mal o nosso amigo José Agostinho que lhe deu a prorrogação da licença quase sem a poder dar.

Desde já muito agradeço os livros que V. Ex.^a. me promete mandar. Eu efectivamente não tenho muito tempo disponível, mas Deus me livre de ter de deixar as minhas leituras; sem elas morria de estupidez e, ainda e sempre, a música é o que mais me interessa e melhor me distrai.

Ando sempre mal disposto, um pouco neurastênico, sempre sofrendo da cabeça e bem precisado de sair daqui deste meio enervante em que a gente se consome, se queima a si própria como uma vela de sebo. Mas para onde ir? Para o estrangeiro os comboios obrigam a uma despesa louca, para Lisboa gasta-se quase o mesmo e vai-se cair nas bombas, nas faltas de subsistências, num inferno. Agora é que é como nunca verdadeiro o conselho de Kempis – Não procures a felicidade fora do lugar onde estás que por toda a parte é a mesma miséria e a mesma desgraça. Mas há cá na terra alguma coisa que nos torna mormente infelizes, é a estupidez, a falta de coisas interessantes, a monotonia do meio ⁽²⁴⁾.

Bem vindos sejam pois os livros que V. Ex.^a. me promete e melhor vindo seria ainda V. Ex.^a. se porventura viesse fazer-nos uma visita e... aborrecer-se connosco.

Com muita consideração e amizade fica às ordens de V. Ex.^a. o que é sempre.

Am.^o. certo e m.^{to}.obr.^{do}

Luis Ribeiro

(24) Saliente-se, até porque raro nestas cartas, o tom confessional desta passagem, que, para além do que nos diz de Luis Ribeiro, é eloquente da condição insular.

Angra do Heroísmo, 17 de Novembro de 1920

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. F. de Lacerda

Muito agradeço a V. Ex.^a. o favor do empréstimo dos livros que o Vasco me entregou. O livro de Nin ⁽²⁵⁾ já o conhecia por o haver lido em Coimbra, mas como isso já se vai perdendo na noite dos tempos reli-o agora. É sempre um livro interessante e apesar do ruído que fez quando apareceu, as suas ideias sobre virtuosidade calaram tão profundamente em toda a gente que hoje... é quase um livro velho. Ainda me recordo que a primeira vez que o li, tive ensejo de ver bem o muito que ele continha de verdade, ouvindo o Ysaïe e o Kubelik, o primeiro executando por uma forma divina a Ária em ré de Bach, a V Sonata de Beethoven e outras peças que então estavam ao alcance da fraquíssima técnica de um sapa-teiro a tocar violino como eu, e o segundo palhaçando as Variações de Paganini sobre a ária de Simão de Bocanera e quejandas habilidades. Nas minhas recordações guardo com um prazer sobre-humano a interpretação deliciosa da Reverie de Schumann, e a quase acrobática queda de notas do Kubelik confunde-se por vezes com ciclista voador do Coliseu ou com os saltos do macaco Cônsul ⁽²⁶⁾. O livro que V. Ex.^a. me mandou veio despertar na minha memória tudo isso!

Não conhecia e muito gostei da História do Drama Lírico. Estou-a lendo e com muitíssimo agrado. É mais um trabalho filosófico do que propriamente histórico.

Pela carta de V. Ex.^a. vejo com supresa que V. Ex.^a. pensa em abandonar S. Jorge o grande queijo que V. Ex.^a. ia roendo por dentro como um rato, na frase de V. Ex.^a. ⁽²⁷⁾. O isolamento da Urzelina é bom,

(25) Trata-se do livro *Idées et commentaires do grande pianista, amigo e colaborador de Francisco de Lacerda, Joaquim Nin. Chegou até nós o exemplar que pelo pianista fora oferecido a Lacerda em Paris, eventualmente o mesmo emprestado a Luis Ribeiro.*

(26) Releve-se a segurança dos critérios musicais de Luis Ribeiro, que o levam a distinguir o mero virtuoso do verdadeiro intérprete.

(27) Primeiro eco, nestas cartas, da resolução, já tomada por Lacerda, de deixar novamente os Açores, a qual se efectivaria em 1921.

mas por muito tempo é a morte em vida. Deve ser uma coisa semelhante ao sepulcro, se dentro dele guardássemos a consciência.

Mas deixa V. Ex.^a os Açores? Deixa Portugal?

É isso o que me inquieta. V. Ex.^a nas ilhas ou em Lisboa seria para mim a possibilidade sempre cara de, pelo menos de longe em longe me avistar com V. Ex.^a; no estrangeiro essa possibilidade diminui muito, principalmente com a guerra dos câmbios e isso causa-me pena.

Imensamente grato pelas affectuosas expressões de V. Ex.^a e por mais este favor de empréstimo dos livros, fico gostosamente às ordens de V. Ex.^a e assino-me com subida consideração e muita estima.

De V. Ex.^a

Am.^o at. e m.^{to} obr.^{do}

Luis Ribeiro

Angra do Heroísmo, 12 de Abril de 1921

Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

Estimo que V. Ex.^a. tenha chegado bem à sua casa e encontrado de saúde todos os que lhe são caros.

Quando V. Ex.^a. aqui esteve ⁽²⁸⁾ não tivemos ocasião de falar nos apontamentos do Dr. João Teixeira ⁽²⁹⁾ que graças à intervenção de V. Ex.^a. estão a salvo. Ora falando nisso ao Andrade da livraria ele encontrou-se disposto a publicá-los, o que me parece ser um óptimo serviço à história açoriana. O Dr. João Teixeira foi um erudito e incansável investigador e deve haver nos seus papéis muita coisa interessante. Parte deles se não me engano estão já na biblioteca da Academia e a parte publicada no Jorgense bem merecia sê-lo em livro.

Haverá aí em S. Jorge alguém que queira encarregar-se da colecção dos escritos inéditos e mesmo já publicados em jornal do insigne investigador?

Editor eu já tenho, mas isso só não basta, é preciso um colector diligente e paciente, que não abandone o trabalho a meio nem faça trapalhada. Muito pouca gente conheço em S. Jorge, mas V. Ex.^a. que aí está é que pode achar o homem de que se precisa.

Apesar da minha vida já estar muito atravancada, ainda poderei encarregar-me da revisão, mas não posso pensar em mais nada, que não chego para tantas encomendas...

Desculpe V. Ex.^a. o vir incomodá-lo com estas coisas e peço-lhe que creia sempre na muita estima e consideração com que me assino.

De V. Ex.^a.

Am.^o. at. e m.^{to}. obr.^{do}

Luis Ribeiro

(28) Como em Cartas anteriores verificamos, enquanto residiu na Urzelina (1913-1921), Francisco de Lacerda passou várias vezes por Angra do Heroísmo, onde tinha amigos e familiares afastados. Nesta cidade já residira por algum tempo quando adolescente, tendo ali concluído os estudos secundários.

(29) Desconhecemos o destino dos "papéis" do jorgense João Teixeira Soares postos a salvo por meio de Francisco de Lacerda.

20 de Dezembro de 1921

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

Conquanto poucas vezes V. Ex.^a. viesse a esta cidade, sabendo-o em S. Jorge parecia-me que tinha V. Ex.^a. ao pé de nós, e depois da saída de V. Ex.^a. para Lisboa ⁽³⁰⁾ por muito extraordinário que isto pareça senti tanto a falta de V. Ex.^a. como se todos os dias nos encontrássemos!

Estive em Setembro uns dias em S. Miguel e projecto ir em abril até à Alemanha passar uma temporada para ouvir música e estudar umas coisas que há muito desejo aprender. A Lisboa não sei quando irei e quando lá for é para ver uns amigos, pois tirando eles nada mais me chama lá...

Vi no meu Diário de Noticias que tinha sido nomeada uma comissão para estudar a organização do ensino do canto coral nos liceus e que V. Ex.^a. fora agregado a ela. Ainda bem que assim sucedeu para que a organização tenha jeito.

Se o gosto pelo canto fosse desenvolvido em criança na escola primária, o canto coral dos liceus podia ter um maior desenvolvimento, se bem que a idade em que os rapazes frequentam em regra os estabelecimentos da instrução secundária se não preste muito a cantar. Como porém infelizmente na instrução primária o ensino do canto coral é uma ficção torna-se necessário fazer no liceu o que já devia vir feito. Como tantas vezes falámos, eu queria que no liceu os rapazes aprendessem as noções de música, umas noções muito elementares, muito gerais, mas suficientes para os habilitarem a subsequentes desenvolvimentos por sua conta. Ensaiei fazê-lo, experimentei diversos métodos e pouco consegui. Desesperei e convenci-me que só tornando obrigatório o ensino da música, exigindo uma prova nos exames de 2.^a classe se poderia obter algum resultado. Creio que em França e noutros países se faz isso. Só ensinar

(30) Primeira carta de Luís Ribeiro enviada para Lisboa. Recordamos que neste ano de 1921 Lacerda deixara S. Jorge, fixando residência de novo em Lisboa (cfr. Nota 26).

os rapazes a cantar e ouvir, sem lhes dar noções de música é pouco. Os tais orfeões escolares feitos artificialmente encaixando as partes na cabeça dos rapazes é muito bom e presta-se a exibicionismos fáceis, educa o ouvido e dá um certo gosto pela música, mas é precário e vão como uma sombra.

Para que serve saber cantar inconscientemente como as aves cantam?

Ainda há pouco eu lia na Revue Musicale, número consagrado a Debussy ⁽³¹⁾, que a arte não era a melodia, a arte era a combinação harmónica; a melodia é uma coisa natural que se aperfeiçoa mas que existe em estado de natureza. O mesmo me parece que se pode dizer do ensino do canto coral. Cantar todos cantam; no Alentejo canta-se a duas e três vozes, numa harmonia por vezes bárbara, mas espontaneamente, naturalmente, sem ser preciso frequentar as aulas de canto coral.

Eu queria mais. Queria que o liceu fosse um pequeno centro de cultura artística, elementaríssima, mas verdadeiramente artística. Queria que os rapazes saíssem da 6ª e 7ª classes com umas ideias de história da música e de estética, coisas que não podem deixar de fazer parte da bagagem de ideias gerais de todo o homem culto. Utopias? Talvez sejam. Mas se eu vivo delas porque infelizmente não encontro na realidade coisa que a substitua!

Mas só agora reparo que estou a escrever a V. Exª, a quem dizer isto é um atrevimento! Eu dizer a V. Exª. o que entendo sobre a organização do ensino do canto coral!

(31) *Refere-se ao número especial (Paris, 1920) da Revue musicale (dirigida pelo amigo e antigo colega de Francisco de Lacerda na Schola Cantorum de Paris Louis Laloy) dedicado a Claude Debussy, dois anos antes falecido na capital francesa. Nele colaboraram, entre outros, Stravinsky, Manuel de Falla e Bela Bartok. Francisco de Lacerda, convidado por Laloy a participar na homenagem à memória de seu velho amigo Debussy, faliu essa colaboração, e do projecto ficou apenas meia dúzia de compassos de uma malogrado Pour le tombeau de Debussy, para piano. Não sabemos se, ao referir-se a este número da Revue musicale, Luís Ribeiro tinha conhecimento deste facto, como da amizade com que o grande músico francês honrara o músico açoriano.*

Eu que nada sei e nada entendo a alardear fantasias com tom de opiniões, escrevendo a quem tudo sabe, e a quem devo, a cuja amabilidade, a cuja amizade devo o pouco que posso perceber do assunto!

Perdoe-me V. Ex.^a. a insensatez e se não rasgo esta carta é confiado em que V. Ex.^a. na sua muita generosidade me perdoará.

V. Ex.^a. bem sabe quanto desejo que toda esta gente dos Açores soubesse cantar. Como seria lindo que em certo dia, em certa hora, todos cantassem louvores a Deus que nos tem poupado tanta desgraça que outros sentem. Talvez um dia quando os rapazitos do Seminário forem párocos das aldeias, preguem nelas o Evangelho da música, e em cada uma se forme um grupo coral. É neles que eu confio e deles o espero ⁽³²⁾.

Apresentando os meus respeitos a sua Ex.^a. família, tenho a honra de me assinar.

De V. Ex.^a.

Am.^o. at. v.^o. e m.^{to}. obr.^{do}

Luis Ribeiro

(32) Bastaria o texto desta Carta, corroborado por passagens de outras aqui reunidas, a conferir a Luis Ribeiro o estatuto de pioneiro da pedagogia musical nos Açores. O que não deixa de ser significativo em alguém que não foi profissionalmente músico.

19 de Janeiro de 1923

Ex.^{mo}. Sr. Francisco de Lacerda

Meu querido amigo

Acabo de ler no Diário de Noticias chegado por este paquete uma infelizmente curta descrição do que foram os dois concertos da Filarmonia em S. Carlos e venho apresentar a V. Ex.^a. as minhas felicitações pelo, aliás, esperado triunfo ⁽³³⁾.

Apesar de toda a alegria que me causa a boa nova, não posso ocultar o meu desgosto por não ter podido assistir a esses concertos. Resta-me a esperança de que eles se repetirão e que para o inverno ou primavera que vem aí poderei ir passar algum tempo, e então satisfazer o veemente desejo de ouvir a orquestra de V. Ex.^a. Talvez V. Ex.^a. nesse tempo inclua no programa alguns números das Beattitudes de César Franck, das quais alguns fragmentos ouvi a V. Ex.^a ⁽³⁴⁾ e já li nos inolvidáveis serões do nosso amigo Rodrigo Rodrigues ⁽³⁵⁾; e se assim for poderei dizer-me feliz conseguindo satisfazer um dos mais ardentes desejos da minha vida nas excepcionalíssimas condições de serem interpretadas por V. Ex.^a.

Não sei como traduzir a alegria, o orgulho que sinto, sabendo o que foram os dois concertos de S. carlos e lembrando a afectuosa

(33) Luis Ribeiro é assim, com Vitorino Nemésio (cfr. José Bettencourt da Câmara, "Vitorino Nemésio e Francisco de Lacerda", Colóquio/Letras, n.º 102, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Março/Abril, 1988.) e José Bruno Carreiro (cfr. Cartas Açorianas a Francisco de Lacerda, a publicar), um dos vários açorianos que escrevem a Francisco de Lacerda, felicitando-o pelos triunfos obtidos em Lisboa e no Porto, à frente da Filarmonia de Lisboa, orquestra sinfónica por ele recentemente fundada na capital portuguesa, e poucos meses depois infelizmente desaparecida.

(34) Luis Ribeiro refere-se a este facto no artigo "Francisco de Lacerda - Recordações do grande desaparecido", publicado, após a morte do músico açoriano em Lisboa, no "Correio dos Açores" (8.7.1934, Ponta Delgada; cfr. Luis Ribeiro, Obras, vol. III, pág. 255, Angra do Heroísmo, 1983).

(35) Cfr. Nota 8.

convivência com V. Ex.^a. durante a sua estada nas ilhas, a amizade com que V. Ex.^a. se dignou honrar-me, os favores que teve a amabilidade de me dispensar. Por essa alegria, por todas as finezas que tenho recebido, aceite V. Ex.^a. os meus cordiais agradecimentos.

Com os meus respeitos para sua Ex.^{ma}. familia, peço a V. Ex.^a. que disponha sempre de mim e creia na muita estima e consideração com que tenho a honra de me assinar.

De V. Ex.^a.

Am.^o. at. v.^o. e m.^{to}. obr.^{do}

Luis da Silva Ribeiro

2 de março de 1923

Meu Ex.^{mo}. Am.^o. e Sr. Francisco de Lacerda

Muito estimarei que V. Ex.^a. e sua Ex.^{ma}. família estejam de saúde.

Vi no Diário de Notícias a intervenção que V. Ex.^a. tem tido na organização da época lírica em S. Carlos ⁽³⁶⁾, a notável audição da ópera Boris Goudonov que há um ano ouvi duas vezes na Ópera de Paris causando-me uma agradabilíssima impressão, e que brevemente teremos em S. Carlos uma verdadeira orquestra sinfônica dirigida por V. Ex.^a. Ora ainda bem, oxalá que eu possa ir brevemente a Lisboa ouvir os concertos. Infelizmente porém ainda não curei de todo as feridas da viagem à França e Alemanha e não posso ir agora com o Jorge Forjaz ⁽³⁷⁾, que para aí segue neste paquete, como desejava.

Conhecia muito pouco a música russa, mas ultimamente ouvi bastante e fiquei encantado sobretudo com Sibelius e Rimsky korsakof⁽³⁸⁾.

Em Ponta Delgada ouvi como pianista Roger Godier executar música francesa moderna e vieram-me à mão umas músicas de piano de Dukas, Debussy e outros. Não me foi possível avaliar o efeito delas, nem penetrar o sentido estranho de tais composições, belas por certo, mas tão fora das regras e moldes usuais que me surpreenderam sem ainda me impressionarem. Desejo muito conhecer alguma coisa dessa escola e por isso mais uma vez venho incomodar V. Ex.^a. pedindo o obéquio de me indicar algumas peças de piano e violino sem grandes transcendências técnicas que eu possa ver e diligenciar entender. Mandar vir pelo catálogos com o câmbio actual é um pouco arriscado...⁽³⁹⁾.

(36) A colaboração que nos Anos Vinte Francisco de Lacerda prestou ao Teatro Nacional de S. Carlos não parece haver passado de conselhos artísticos.

(37) Cfr. Nota 9.

(38) Estranha aos olhos do melômano esclarecido de hoje, não deixa a inclusão de Sibelius no âmbito da "música russa" de ser significativa.

(39) Uma vez mais, ressalta o perfil de músico amador culto que foi Luis Ribeiro, capaz de alargar a sua curiosidade a obras e estéticas muito recentes. Escusado se torna recordar que a visão que mesmo os melômanos esclarecidos teriam em Portugal, nos Anos Vinte, do valor da obra de músicos simbolistas franceses como Claude Debussy não era tão segura quanto a dos nossos dias.

Escusa V. Ex.^a. incomodar-se a escrever-me, basta fazer o favor de dizer ao Jorge Forjaz que a meu pedido me transmitirá a informação de V. Ex.^a.

Apresentando a V. Ex.^a. e sua Ex.^a. família os meus respeitosos cumprimentos tenho a honra de me assinar.

De V. Ex.^a.

Am.^o. at. v. e m.^{to}.obr.^{do}

Luís da Silva Ribeiro

Angra do H^{mo}. 29 de Novembro de 1923

Meu Ex.^{mo}. e querido Am^o.

Acabo de saber a infâmia de que V. Ex.^a. foi vítima e apressome a vir significar a V. Ex.^a. quanto ela me penalizou e indignou ⁽⁴⁰⁾.

Sinto a obscuridade do meu nome que tira ao meu protesto o valor que desejava ele tivesse e estar longe de mais para a minha voz se fazer ouvir.

Aquilo foi pior que um crime ⁽⁴¹⁾, foi, e há crimes que o não são, uma grandíssima pouca vergonha. Apesar de saber Lisboa um meio artístico muito inferior ao merecimento de V. Ex.^a. e de esperar a toda a hora a guerra das mediocridades arvoradas em sumidades, o que sucedeu foi muito além da minha expectativa.

Tencionava ir aí na primavera ouvir os concertos da Filarmonia; mas já resolvi não ir e guardar a viagem para mais daqui algum tempo, não já a Lisboa mas outra vez ao estrangeiro.

Se V. Ex.^a. por lá estiver escuso de dizer que irei ouvir a orquestra de V. Ex.^a. e ter o grande prazer de o abraçar e dizer mais uma vez de viva voz a muita admiração e muita simpatia que tenho por V. Ex.^a. a que sou, ainda, imensamente grato por todos os favores e pela amizade que V. Ex.^a. me tem dispensado.

Com os meus respeitos a sua Ex.^a. família assino-me

De V. Ex.^a.

Am^o. certo e m^{to}. obr.^{do}

Luis da Silva Ribeiro

(40) Tal como na carta anterior se apressara a felicitar o músico açoriano pelos sucessos obtidos com a Filarmonia de Lisboa (cfr. Nota 33), Luis Ribeiro, como outros açorianos, manifesta a sua solidariedade a Francisco de Lacerda, que recentemente vira dissolver-se a orquestra por ele fundada, devido a dissensões com uma parte dos músicos que a compunham e a cabalas no meio musical lisboeta.

(41) É possível que ao conhecimento de Luis Ribeiro tivesse chegado o panfleto "Um crime", com que algumas dezenas dos nomes maiores da cultura portuguesa de então vieram a lume em apoio de Francisco de Lacerda, aquando da extinção da Filarmonia de Lisboa.

Angra do Heroísmo 17 de Novembro de 1928

*Ex.^{mo}. Sr. Francisco de Lacerda
Meu prezado amigo*

*Muito agradeço o exemplar do Correio Musical ⁽⁴²⁾ de Paris que V. Ex.^a. teve a amabilidade de me enviar. Felizmente, por esse mundo, fazem justiça a V. Ex.^a. e se nem todos lha fazem em Portugal, talvez seja isso um bem, para evitar lamentáveis confusões, nesse viveiro de celebri-
dades indígenas que é Lisboa, terra da minha particular embirração, que cordialmente detesto.*

Há meses o dever de officio levou-me até lá, mas não tive o prazer de encontrar V. Ex.^a. que, segundo me informaram, estava doente ⁽⁴³⁾. E todavia era grande o meu desejo de ver V. Ex.^a. e de gozar o prazer da sua convivência, pois guardo saudosa lembrança do tempo em que tive o enorme prazer espiritual de admirar o superior talento de V. Ex.^a.

Digo-o sinceramente e sem lisonja, é essa uma das boas recordações da minha vida.

Tenho uma sede imensa de um pouco de arte, sobretudo de ouvir música, por isso, logo que as circunstâncias o permitam irei matá-la ao estrangeiro.

Grato a todos os favores que V. Ex.^a. me tem dispensado, com os meus respeitosos cumprimentos a sua Ex.^a. família, peço a V. Ex.^a. que creia na muita admiração e estima com que me assino.

*De V. Ex.^a.
Am.^o. at. e v.
Luís da Silva Ribeiro*

(42) Tratar-se-á do número de Julho de 1911 da revista francesa *Le courrier musical*, que contém um artigo sobre Francisco de Lacerda assinado por Ansermet?

(43) Em 1928 o estado de saúde de Francisco de Lacerda agrava-se, sendo pelos médicos obrigado a renunciar à direcção de orquestra, o que o leva a procurar refúgio na poesia e a acolher-se a diversos sanatórios no País. Pela data desta Carta, julgamos poder concluir que a viagem de Luís Ribeiro a Lisboa coincidiu com a permanência de Lacerda no Sanatório de Paredes de Guardão.

DOCUMENTOS

CONSULTA

(Estatuto e Propriedade da Igreja de N.ª S.ª da Guia - S. Francisco de Angra)

A Direcção Regional dos Assuntos Culturais achou-se confrontada com um problema relativo à propriedade da igreja de Nossa Senhora da Guia, anexa ao antigo convento de São Francisco a qual, a julgar por um ofício (nº 72/93, de 10 de Novembro) provindo da Câmara Eclesiástica da Diocese de Angra, não pertenceria ao Estado. A este ofício se seguiu um outro (nº 81/93, de 22 de Dezembro), agora dirigido ao Director do Museu de Angra do Heroísmo, em que lhe é comunicada uma provisão do Bispo de Angra, de 7 de Dezembro de 1993, nomeando um capelão para a referida igreja de Nossa Senhora da Guia.

O Director do Museu de Angra do Heroísmo, por ofício nº 230/93, de 27 de Dezembro, tomou uma primeira posição sobre o assunto, apresentando factos respeitantes à posse e ao uso dessa igreja por parte da Fraternidade da Ordem Terceira de São Francisco de Angra do Heroísmo, e às relações desta mesma Fraternidade com o Museu de Angra desde o ano de 1972.

À Direcção Regional dos Assuntos Culturais e ao próprio Museu de Angra do Heroísmo interessa uma definição do actual estatuto da igreja de Nossa Senhora da Guia, em termos de propriedade e, acessoriamente, em termos do seu próprio uso, seja ele pelo próprio Museu, seja por outra entidade, designadamente a Fraternidade referida.

O Director do Museu de Angra facultou-nos variada documentação relativa ao convento de São Francisco e à utilização do respectivo templo, documentação essa que remonta ao ano de 1834.

Com estes e outros elementos que nos foi possível colher, passamos a emitir o nosso

PARECER

I

O decreto de 30 de Maio, de 1834, assinado por D. Pedro, Duque de Bragança e por Joaquim António de Aguiar, dispôs o seguinte:

«Artigo 1º - Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas Adjacentes, e Domínios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual fôr a sua denominação, instituto ou regra.

Artigo 2º - Os bens dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares, ficam incorporados nos proprios da Fazenda Nacional.

Artigo 3º - Os Vasos Sagrados, e Paramentos, que serviam ao Culto Divino serão postos á disposição dos Ordinarios respectivos para serem distribuidos pelas igrejas mais necessitadas das Dioceses. (...)»

Estas disposições foram expressamente declaradas em vigor pelo decreto de 8 de Outubro de 1910 (referindo-se ao decreto como de «28 de Maio»).

Por portaria de 20 de Junho de 1834, sob a forma de carta dirigida ao Cardeal Patriarca de Lisboa, estabeleceu-se o seguinte:

«(...) Devendo ter immediata execução o Decreto de trinta de Maio ultimo, pelo quel se determinou a supressão e extincção de todos os Conventos Mosteiros, e mais Casas Religiosas de Institutos Regulares do sexo masculino destes Reinos e seus Domínios, Ordena Sua Magestade Imperial o Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, que Vossa Eminencia expeça as necessarias Ordens para serem conservados os Templos que deverem servir de Parochia, ou que para maior commodidade dos fieis, convier que fiquem subsistindo como Capellas, aonde os mesmos fieis assistam aos Officios Divinos; que se guardem com a decencia devida as Imagens, Vasos Sagrados, e utensilios do Culto, de modo que daquelles, que não forem necessarios para o serviço dos Templos, que se houverem de conservar, se faça uma relação exacta que deve ser remetida ao Thesouro Público, ficando os objectos, de que ella constar, em deposito seguro para terem o destino que mais conveniente for. (...)»

A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, publicada em 10 de Julho de 1940, dispõe o seguinte no seu artigo VI:

«É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos affectos ao culto e religião católica, salvo os que se encontrem actualmente applicados a serviços públicos ou classificados como "monumentos nacionais" ou como "imóveis de interesse público". / Os bens referidos na alínea anterior que não estejam actualmente na posse do Estado podem ser transferidos à Igreja pelos seus possuidores sem qualquer encargo de carácter fiscal, desde que o acto de transferência seja celebrado dentro do prazo de seis meses a contar da troca da ratificações desta Concordata. / Os imóveis classificados como "monumentos nacionais" e como de "interesse público", ou que o venham a ser dentro de cinco anos a contar da troca de ratificações, ficarão em propriedade do Estado com affectação permanente ao serviço da Igreja. Ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração de harmonia com o plano estabelecido de acordo com a Autoridade eclesiástica, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário das visitas, na direcção das quais poderá intervir um funcionário nomeado pelo Estado. / Os objectos destinados ao culto que se encontrem em algum museu do Estado ou das autarquias locais ou institucionais serão sempre cedidos para as cerimónias religiosas no templo a que pertenciam, quando este se ache na mesma localidade onde os ditos objectos são guardados. A cedência far-se-á a requisição da competente Autoridade eclesiástica, que valerá pela guarda dos objectos cedidos, sob a responsabilidade de fiel depositário.»

E acrescenta a Concordata no seu art. VII:

«Nenhum templo, edificio, dependência ou objecto do culto católico pode ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, a não ser por acordo prévio com a Autoridade eclesiástica competente ou por motivo de urgente necessidade pública, como guerra, incêndio ou inundação. / No caso de expropriação por utilidade pública, será sempre ouvida a respectiva Auto-

ridade eclesiástica, mesmo sobre o quantitativo da indemnização. Em qualquer caso, não será praticado acto algum de apropriação sem que os bens expropriados sejam privados do seu carácter sagrado.»

Na decorrência do art. XXXI da Concordata, o DL 30 615, de 25 de Julho de 1940, dispôs o seguinte:

«Art. 41º - É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que à data de 1 de Outubro de 1910 lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com os seus passais, seminários com as suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos affectos ao culto da religião católica, salvo os que se encontrem actualmente applicados a serviços públicos ou classificados como "monumentos nacionais" ou como "imóveis de interesse público" (...)».

Este artigo fez uma interpretação restritiva do texto da Concordata, uma vez que reduziu o conceito de *bens que anteriormente pertenciam à Igreja Católica* aos que eram sua propriedade em 1 de Outubro de 1910, pelo que deixou de fora, designadamente, os das congregações religiosas que haviam sido extintas em 1834, justamente aqueles de que o Convento de São Francisco fazia parte, com todo o seu património imobiliário e mobiliário, exceptuados somente os vasos sagrados e os paramentos, conforme a ressalva do art. 3 do decreto de 30 de Maio de 1834.

Os art.ºs. 43, 44 e 46 do DL 30 615 estabelecem as formalidades para a entrega *desses* bens, nomeadamente às pessoas jurídicas de direito canónico previstas no art. III da Concordata.

O «antigo Convento e Igreja de S. Francisco, em Angra do Heroísmo» apenas foi classificado como imóvel de interesse público pelo decreto 47 508, de 24 de Janeiro de 1967; não recebera, assim, qualquer classificação em termos de património arquitectónico quando entrou em vigor a Concordata, nem a recebeu nos 5 anos subsequentes a essa entrada em vigor.

Há, contudo, mais legislação a considerar.

Pelo decreto 15 805, de 31 de Julho de 1928 - o histórico diploma pelo qual Oliveira Salazar, Ministro das Finanças havia 3 meses, sobrecarregou com serviços as Juntas Gerais, precariamente aliviadas de asfixia financeira por obra do decreto 15 035, de 16 de Fevereiro do mesmo ano - «os móveis e imóveis dos serviços do Estado descentralizados por este

diploma» (entre eles os serviços da Instrução) passavam para a «propriedade e posse das juntas gerais». É o que efectivamente se vê nos art^{os}. 1 e 6 desse decreto, como aliás vem assinalado em nota manuscrita, embora interrogativa, do registo dos próprios nacionais. Dando de barato a incorreção terminológica - quem adquiria eram os distritos, não os respectivos órgãos - o que isto significa é que o edifício do antigo convento de São Francisco, onde ao tempo funcionava o liceu de Angra, se convertia em *propriedade distrital*.

Finalmente, referir-se-á que integram o domínio privado da Região dos Açores os bens do domínio privado do Estado existentes no território regional, excepto os afectos aos serviços estaduais não regionalizados, os bens do domínio privado dos três antigos distritos autónomos e as coisas e direitos afectos a serviços estaduais entretanto transferidos para a Região (Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, artigo 105, alíneas a, b e c).

É este quadro jurídico vigente em Portugal, com interesse para se determinar a quem pertence hoje - em propriedade - o edifício do extinto convento de São Francisco.

II

Estaria a igreja de Nossa Senhora da Guia na *posse* do Estado - ou do distrito autónomo de Angra do Heroísmo - à data da entrada em vigor da Concordata?

A resposta a esta pergunta passa, entre outras coisas, pela averiguação da relação entre este templo e o Convento de São Francisco.

Trata-se, ao que cremos, de uma relação mais intensa que a da acessoriedade: é uma autêntica relação de *integração*. Integração física e - historicamente, ao menos - integração funcional.

A igreja (isto é, o templo) de Nossa Senhora da Guia era *uma parte integrante* da casa conventual de São Francisco, a cujo conjunto arquitectónico evidentemente pertencia, possuindo uma parede norte comum com a do resto desse edifício, bem como portas - no coro, em uma nave lateral e na depois chamada «ante-sacristia» - abrindo para o interior dele. Estas

características correspondem às que definem a unidade estrutural de um prédio, como referem PIRES DE LIMA & VARELA in «Código Civil Anotado», I, 3ª ed., p.195, nota 3.

A descrição deste mesmo prédio é a do art. 11 da matriz urbana da Sé - sensivelmente correspondente à feita no registo dos próprios nacionais - a qual, sem embargo de se não referir expressamente ao templo, lhe dá como confrontações: por Norte, servidão; por Sul, a Rua João de Deus; por Nascente, a Rua da Memória e por Poente o Jardim Público. É evidente que o templo de Nossa Senhora da Guia se encontra *dentro* do espaço definido por estas confrontações.

A integração funcional resultava da própria natureza das coisas. A igreja de Nossa Senhora da Guia era uma igreja conventual, feita para serviço da comunidade franciscana ali sediada. Esta integração funcional sofreu, naturalmente, uma grande modificação com a extinção do convento, a dispersão da comunidade e a afectação a fins profanos da maior parte dos respectivos bens. Desde logo, a cerca do convento passou a ter diferente utilização - hoje, é parte do jardim público municipal - porque já não havia que sustentar a comunidade com os frutos da horta que ali existia. O *tanque do preto*, reservatório de água captada da Ribeira dos Moinhos para fins de rega, passou a meramente ornamental. O próprio moinho conventual, implantado na encosta da Memória, converteu-se ao uso de interesses privados.

O Acórdão da Relação do Porto de 81/04/02 (in «Colectânea de Jurisprudência», VI, 2º, 103/106) - que decidiu corresponder a três prédios distintos um conjunto de moradias, mesmo que incluído num único artigo matricial - sustenta que a *determinação do dono* pode ser importante, ainda que não absolutamente decisiva, para se saber se a parte integrante de um prédio deixou de o ser. O que nos conduz à história do uso do templo de Nossa Senhora da Guia desde o decreto de extinção dos conventos até à actualidade.

III

A portaria de 20 de Junho de 1834, já acima referida, concluía-se assim:

«(...) Sua Magestade Imperial Manda outro sim remetter a Vossa Eminencia uma Copia das Instrucções enviadas por esta Repartição ao Prefeito da Provincia da Extremadura, para que em harmonia com ella Vossa Eminencia dê as que julgar convenientes aos seus Religiosos».

Estas *Instrucções* foram também publicadas sob a forma de Portaria, e com a mesma data. O seu teor merece ser conhecido, e por isso passamos a transcrevê-lo:

«Sua Magestade Imperial o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, Manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda remetter ao Prefeito da Provincia da Extremadura as Instrucções juntas, para por ellas se regular a arrecadação dos bens que pertenceram ás Casas Religiosas extinctas pelo Decreto de trinta de Maio ultimo, e que hoje estão incorporadas nos proprios da Nação em virtude do mesmo Decreto, assim como a Copia assignada por Casimiro Maria Parrella, Official Maior Director Geral da mencionada Secretaria d'Estado da participação feita ao Cardeal Patriarcha, a fim de que se proceda á arrecadação dos objectos dos Templos, sem offensa da gravidade, que cumpre haver em o desempenho de taes deveres; não só porque assim é justo, mas tambem para evitar o dissabor, que facilmente se desperta nos povos em taes occasiões, em que se dá por offendida a Religião até em cousas que nem remotamente lhe respeitem, e para que igualmente passe as convenientes ordens aos seus Delegados, para que avoquem, e recebam os inventarios a que a Junta do Melhoramento mandou proceder no estado em que se acharem. Paço de Queluz, 20 de Junho de 1834. *Jose da Silva Carvalho*. Para o Prefeito da Provincia da Extremadura. Nesta conformidade se expediram identicas Portarias aos outros Prefeitos e mais Authoridades competentes.

Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes ás Casas Religiosas extinctas pelo Decreto de 30 de Maio ultimo.

1ª. Antes de começar a dar á execução o Decreto de 30 de Maio passado, o Prefeito da Provincia da Extremadura officiará ao Prelado Ordinario da Diocese respectiva, declarando a Casa religiosa, de que manda tomar conta, para que este nomeie os Ecclesiasticos de mais confiança, a

quem serão entregues o Templo e os objectos Religiosos, que lhe pertencem segundo os termos abaixo declarados.

2ª. Os officiaes civis farão inventario de todos os bens de qualquer natureza que sejam, e entregarão aos Delegados do Prelado, também por inventario, os vasos sagrados, paramentos, ornatos do Templo e utensilios do culto, não deslocando imagens nem as cruces, que nelles dentro ou fora se acharem.

3ª. Se a Igreja da Casa Religiosa houver de conservar-se serão tapadas as portas de comunicação para a dita casa. As chaves da entrada se entregarão aos Delegados do Prelado, e bem assim os utensilios pertencentes ao culto tudo por inventario, de que ficará copia. Estes inventarios, e com especialidade os que constarem de objectos de prata ou ouro, ou joias serão sem perda de tempo enviados ao Thesouro Público, a fim de serem destinados os necessarios ao serviço das Igrejas, e o resto applicado ao que fôr conveniente.

4ª. Ao Prelado compete prover ao serviço dos Templos que forem conservados, escolhendo Religiosos dignos de tal ministerio, sob a vigilancia do respectivo Parocho: cumpre que os escolhidos não sejam do numero dos incursores nas excepções do citado decreto de 30 de Maio, nem em algumas outras; perceberão a prestação mensal que o Governo tem arbitrado aos que se acharem em taes circumstancias.

5ª. Se o Templo fôr do numero dos que não devem conservar-se, o Prelado por seus Delegados receberá em deposito por inventario os objectos do culto que lhe pertenciam; e em quanto aos de metaes preciosos e joias praticar-se-ha logo o que fica disposto no Artigo 4º. As chaves do Templo ficarão em poder do Prefeito.

6ª. O Prefeito fará demarcar, e descrever, todos os bens de raiz, e semoventes, pertencentes ás Casas Religiosas, e os inventarios destes serão enviados ao Thesouro Público, ficando os ditos bens em boa guarda e segurança: os semoventes serão vendidos em hasta pública desde logo, e o seu producto remetido ao Thesouro Público: o mesmo destino terão os fructos pendentes, generosos, comestiveis, e cereais que se acharem em arrecadação, mobilia insignificante e do commun. Pelo que respeita a esta, o Prefeito informará de algum estabelecimento de caridade que dela careça, porque neste caso lhe será dada.

7ª. Ao passo que se forem concluindo as diligencias, o Prefeito remeterá os inventarios com a declaração dos objectos, que ficam em deposito entregues á Authoridade Ecclesiastica.

8ª. Aquellas Igrejas das Casas Religiosas que serviam de Parochia á Freguezia, ou que para o futuro forem destinadas a isso, serão conservadas; e separar-se-ha do Edificio uma parte sufficiente para a habitação do Parocho, assim como de cerca a porção que fôr sufficiente para nella ter a sua horta, e se entregará por ordem do Thesouro Público sendo primeiro informado pelo Prefeito a este respeito. Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda em 20 de Junho de 1834. - *José da Silva Carvalho.*»

Estas Portarias de 20 de Junho de 1834 são as publicadas oficialmente (extraíram-se da «Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas» / Terceira série / Lisboa / na Imprensa Nacional / 1835). As dirigidas ao ordinário da Diocese e aos Prefeitos dos Açores não foram encontradas nos arquivos. Mas das transcritas se depreende que serão de igual teor; como também se tira da documentação abaixo referida que a prática que se seguiu foi conforme ao que nelas se dispunha.

Efectivamente, logo em requerimento de 9 de Setembro de 1834, dirigido ao ordinário da Diocese, os irmãos das Confrarias de *Nossa Senhora da Guia*, e das *Dores* e do *Patriarcha S. Francisco de Assis*, «rectas na Igreja do Convento extinto de S. Francisco desta cidade de Angra do Heroismo» pediam-lhe a conservação daquele templo, bem como de uma casa para a assistência de um capelão e de um sacristão, ainda sugerindo que, na cerca do antigo convento, se fizesse o «cemitério geral» da cidade, ficando a igreja para as encomendações. O requerimento foi deferido apenas para os actos de culto daquelas confrarias, e no respeitante ao encargo com a conservação do templo. Quanto ao resto, foram os interessados remetidos para «o Exmº Snr. Prefeito» o qual, por despacho de 27 de Setembro desse ano, declarou que não podia anuir á pretensão dos requerentes sem decisão do Governo.

Eram efectivamente aquelas três as confrarias que ficaram a tomar conta do templo.

Em 8 de Outubro de 1843, numa exposição arquivada no Governo Civil de Angra, os irmãos dessas confrarias enumeravam as malfeitorias de um sacristão, entre as quais avultavam não dar corda ao relógio, «de que resultará arruinar-se aquella máquina, *pertencente ao Estado*, e privar desta commodidade os povos vezinhos».

Parece que, logo após a extinção dos conventos, o coro da igreja estivera com comunicação aberta com o resto do edificio, o que deixou de suceder, por iniciativa das mesas das confrarias, as quais mandaram fechar essa comunicação para evitar que entrassem «nelle mulheres e rapazes a toda a hora». Tal medida suscitou um conflito sobre a chave do mesmo coro. A chave fora então entregue a um «morador» do antigo convento, após este ter invocado a autoridade do administrador do concelho. Em face de uma pormenorizada exposição da Mesa da Ordem Terceira (10 de Maio de 1837) sobre os inconvenientes de o coro estar a «servir de tribuna» a esse morador, o administrador mandou restituir àquela a dita chave, explicando que «a sua ingerência não se intende ao Templo, e só ao Convento de que se acha encarregado».

Quando, em 1849, na sequêcia de uma portaria do Ministério da Justiça (5 de Novembro) se determinou a «trasladação da parochia» de Nossa Senhora da Conceição «para o templo do extincto convento de São Francisco», a Mesa da confraria de Nossa Senhora da Guia opôs-se a tal mudança com argumentos vários (um dos quais era que São Francisco ficava em outra freguesia); curiosamente, a posição das mesas das outras confrarias é mais débil, limitando-se a dizer que têm cumprido sempre com a quota «proporcionada às suas poucas forças para os reparos e conservação da Igreja no estado de decencia em que se acha actualmente».

Por officio da confraria de Nossa Senhora da Guia, dirigido à de Nossa Senhora das Dores (18 de Junho de 1853) se vê que fora decidido pela primeira «retelhar-se e cair-se a igreja de S. Francisco». Por essa mesma altura se terá mandado alcatifar a capela-mór do templo, cuja despesa se repartiu igualmente pelas três confrarias.

Nos anos seguintes, a julgar pelo que consta do tomo das confrarias, mantém-se o relacionamento entre estas e a administração civil, com apresentação periódica de contas e intervenções tutelares por parte desta, como era próprio do regime de não separação em que se viveu até à República.

Por isso, o próprio modo de uso do templo era fiscalizado pela autoridade civil, e alguns dos conflitos surgidos arbitrados por ela. Estas relações nem sempre foram pacíficas, como o demonstra o longo ofício de 22 de Junho de 1865, do Ministro da Ordem Terceira de São Francisco dirigido ao Administrador do Concelho de Angra. Este ofício conclui com a afirmação do propósito de «significar os sinceros desejos de conservar uma Ordem quanto concorre a manutenção do culto Catholico sem perturbar em couza algũa a feicidade do país, antes promovendo a, em quanto pelo estimolo religioso pode concorrer p^a moralização do povo, que hoije se preocupa altamente com a ideia de lhe estancarem as fontes da crença donde tantos recursos tirão nos dias d'afflicção e amargura».

Em um «Auto d'entrega» ao vice-reitor do seminário de Angra das várias imagens, objectos de prata, ornamentos e objectos móveis, «que ficam a seu cargo e responsabilidade» (18 de Julho de 1870), menciona-se que Venerável Ordem Terceira da Penitência tem «Capella na Egreja do dito Convento, aonde celebra suas festividades, em virtude da Licença Regia que para este fim lhe foi concedida». A partir desta altura, vê-se que subsiste uma só confraria e, aparentemente, é mesmo duvidoso que a guarda do templo lhe continue confiada.

Após a República, o seminário foi extinto e, quando restaurado, passou a funcionar em outro edificio, que ocupa actualmente. Terá, assim - apesar da reposição em pleno vigor do decreto de 30 de Maio de 1934 - continuado a Confraria dos Terceiros Franciscanos na detenção da igreja, cujos anexos foram mesmo conhecendo utilização para fins relacionados com actividade religiosa, mas não já propriamente da confraria: assim, a dependência do lado nascente - a «sacristia dos Terceiros» - serviu para reuniões da Juventude Escolar Católica; e a «sala do Consistório» para reuniões de membros dos Cursos de Cristandade. Estas utilizações faziam-se, porém, com a anuência da Mesa da confraria dos Terceiros.

Em 27 de Janeiro de 1972, a Ordem Terceira de São Francisco de Angra propôs ao Director do Museu desta cidade as bases para um acordo sobre a guarda, o regime de visitas e a conservação da igreja de São Francisco. Estas bases são 7, e interessa transcrevê-las:

«I. A Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Angra do

Heroísmo, detentora da Igreja de São Francisco desta cidade, faculta ao Museu de Angra do Heroísmo a possibilidade de mostrar o referido templo aos visitantes daquele Museu, desde que os mesmos sejam devidamente acompanhados por um guarda ou guia daquele estabelecimento do Estado.

II. Para tanto, será entregue à Direcção do Museu de Angra do Heroísmo a chave de uma das portas da referida Igreja, a qual permanecerá no gabinete da Direcção, só podendo ser cedida, para cada caso, pelo Director, pelo Adjunto ou por um Conservador-Ajudante, fazendo-se para tanto, em livro próprio, o respectivo registo, que será assinado pelo guarda ou guia responsável.

III. Será ainda facultada ao Museu de Angra do Heroísmo a utilização da sala do primeiro andar situada sobre a ante-sacristia. Esta utilização e a realização das referidas visitas serão efectuadas sem prejuízo do culto ou de quaisquer actos litúrgicos que possam ter lugar naquele templo.

IV. Para efeitos de controle, o Museu de Angra do Heroísmo elaborará, em duplicado, um inventário de todas as obras de arte e diverso mobiliário existente na referida Igreja, ficando um dos exemplares na posse da Venerável Ordem Terceira e o outro em poder daquele Museu.

V. O Museu de Angra do Heroísmo, em contrapartida, compromete-se a assegurar a limpeza do templo, do respectivo mobiliário e obras de arte que nele se encontram.

VI. Ficarão igualmente a cargo do referido Museu ou da entidade de que administrativamente depende, os encargos de conservação corrente do imóvel e de todas as suas dependências.

VII. O Museu de Angra do Heroísmo ou a Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo providenciarão para que as obras de reparação e restauro sejam, quando necessário, efectuadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais».

A informação do Director do Museu que, para elucidação da Junta Geral, acompanhou esta proposta de acordo, faz dela uma interpretação que nos parece demasiado alargada, uma vez que entende estar a Ordem Terceira a colocar (o templo) *à guarda* do Museu, e a permitir, sem aparentes restrições, que ele seja *usado para fins culturais*, o que «de certo modo» o converteria em «anexo deste estabelecimento e um prolongamento do seu próprio edifício». Na verdade, o que vem no texto da proposta de acordo é somente que a igreja de São Francisco possa ser *mostrada* ao público, sob a orientação de pessoal do Museu, e que este possa *utilizar a sala do primeiro andar situada sobre a ante-sacristia* (conhecida por «sala do Consistório»), sem prejuízo tudo dos actos de culto; o resto, são encargos de limpeza e conservação, estes, sim, transferidos para o Museu - além da guarda, mas *sem exclusivo* (cláusulas II, sobre a chave de *uma* das portas, e IV, sobre o inventário do recheio da igreja) -.

A proposta de acordo foi, sem reservas, aprovada pela Junta Geral em sua reunião de 10 de Fevereiro de 1972, entendendo-se que passou a vigorar como o novo estatuto da detenção e uso do templo.

IV

O que se passou com o *templo* de São Francisco, a julgar pela provável execução da 3ª das *Instrucções* acima transcritas, parece corresponder à separação física, por isolamento - decorrente da desafecção funcional - feita por *determinação do dono*, no sentido justamente referido no Acórdão da Relação do Porto de 81/04/02, que atrás se mencionou.

Mas a admissão deste facto não é bastante para modificar o sujeito da propriedade do templo.

A igreja de São Francisco foi efectivamente apropriada pelo Estado, por obra do decreto de 30 de Maio de 1834, como *um bem*, ou parte *de um bem*, de um convento extinto pelo art. 2º desse decreto.

Como *bens do Estado* são referidos os templos *a conservar*, nos termos das portarias de 20 de Junho de 1834. Como bem do Estado continuou a igreja de São Francisco a ser considerada pelas três confrarias, depois

reduzidas a uma só, que a vêm detendo ao longo destes 160 anos. É o que resulta, com bastante clareza, da documentação das próprias confrarias que acima deixámos destacada. Confrarias essas que por um lado - como era seu dever e até, pelo menos, 1972 - a foram mantendo com obras de conservação por elas suportadas.

E esta detenção, permitida ao abrigo daquele decreto e daquelas portarias de 1834, *destinava-se à subsistência do templo, como capela, para maior comodidade dos fieis*. Não, acentue-se, como sede de paróquia. A este destino se abriu, a nosso conhecimento, uma excepção, e já no presente século: a igreja de São Francisco, durante os anos 40, funcionou como paróquia da Conceição (a quando de obras que houve de efectuar nesta última igreja) sem embargo de efectivamente se situar, territorialmente, na paróquia da Sé, pois lhe corria a nascente a Ribeira dos Moinhos, fronteira entre as duas freguesias.

Ora sucede que essa detenção, assim autorizada e exercida, nunca deixou de corresponder a uma *posse em nome alheio*. E isto não obstante o templo haver sido mandado separar fisicamente do resto do convento, pelo encerramento das suas portas de comunicação para lá (o que, como se referiu, nem sucedeu imediatamente). Quer isto dizer que hoje a igreja de São Francisco, fazendo parte arquitectonicamente do antigo edificio conventual, já funcionalmente o não integra. Pode mesmo, no entendimento jurisprudencial que se indicou, considerar-se um prédio distinto. *Mas isto não implica que tenha deixado de pertencer ao Estado que dela se apropriou em 1834, sem jamais - relativamente à Igreja ou a associações religiosas - renunciar a essa propriedade*. Por seu turno, as confrarias que a possuíram nunca *inverteram o titulo da sua posse*, pois nada encontramos que permita afirmar-se que alguma vez se tenham arrogado a propriedade plena deste templo. Defenderam, sim, o seu estatuto de possuidoras: o qual decorria, e decorre ainda hoje, das indicadas Portarias de 20 de Junho de 1834 e da entrega que lhes foi feita, ao abrigo dessas normas, pela autoridade diocesana.

É a altura de recordarmos o decreto 15 805, de 31 de Julho de 1928, e os seus referidos arts. 1 e 6. Por eles se viu que o edificio do antigo convento de São Francisco fora transferido para a propriedade e posse do Distrito de Angra do Heroísmo. Caberá agora apontar que esta trans-

ferência não deve entender-se como abrangendo a da propriedade da igreja, uma vez que esta, separada como estava do resto do convento por força da execução dada à cláusula 3ª das transcritas *Instruções* de 20 de Junho de 1834, já não devia considerar-se parte integrante daquele convento.

Mas a transferência da propriedade do Estado que o decreto 15 805 não operou veio afinal a verificar-se por força da lei 39/80, de 5 de Agosto, que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e do seu art. 91, correspondente ao art. 105 do Estatuto actual. Por esta disposição, a Região adquiriu o que era domínio privado do Estado, e não se achasse afecto a serviços estaduais não regionalizados - no caso, a igreja de Nossa Senhora da Guia, conhecida por igreja de São Francisco -; e adquiriu também o que pertencera ao extinto Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo - no caso, o resto do antigo edifício conventual, onde, ao tempo, já funcionava o actual Museu -.

É esta, em termos do sujeito da propriedade, a situação que julgamos existir presentemente. O edifício do extinto convento de São Francisco, com a sua igreja, realmente já não pertencem ao Estado - mas somente porque pertencem à Região Autónoma dos Açores -.

V

Problema diferente é o do estatuto do possuidor ou detentor desta igreja.

Não tendo nunca sido considerada como canonicamente extinta a hoje denominada Fraternidade da Ordem Franciscana Secular de Angra, entendemos que esta mantém o seu estatuto de detentora da referida igreja, cujo uso pelo Museu de Angra se regula pelo acordo proposto em 27 de Janeiro de 1972, e aprovado em 5 de Fevereiro seguinte pela Junta Geral de Angra do Heroísmo.

Este uso, como a seu tempo fizemos notar, é bastante limitado, e não corresponde a uma ampliação do espaço museológico.

A posse, por parte da Fraternidade, é uma posse em nome *alheio* que não se confunde com a propriedade, nem pode sequer conduzir a ela, por via de usucapião.

Sendo a Região a proprietária da igreja, como se referiu, tem o poder de pôr termo à concessão (a que outrora se chamou licença régia) da qual vem beneficiando aquela associação religiosa, por si e por suas antecessoras. Uma das razões para tanto poderia ser a própria cessação do culto promovido pela mesma, culto esse cuja manutenção esteve na base da entrega efectuada em 1834.

Porém, se a Administração regional pode pôr termo a essa concessão - facto negativo, cuja legitimidade não pomos em dúvida - outra coisa será poder afectar aquele templo - facto positivo - a outros fins que não sejam do culto católico. Este é um aspecto do *uso pelo proprietário* que deve ser também posto em relevo.

Na verdade, o art. VII da Concordata, acima também transcrito, *veda* ao Estado (e, conseqüentemente, à Região) o *destinar para outro fim* que não seja o *desse mesmo culto* qualquer templo sem o acordo prévio da Autoridade eclesiástica.

E este art. VII da Concordata não sofreu, por via interpretativa interna, a restrição que o DL 30 615 operou quanto ao alcance dos art. VI da mesma Concordata. Ele deve abranger, assim, *todos os templos do culto católico* que não pertençam à Igreja, bem como os que a ela pertençam. Quanto a estes últimos, parece reger fundamentalmente o § 2º desse art. VI - ao prever o caso de expropriação -. Até por este argumento de ordem sistemática se vê que o § 1º respeitará, sobretudo, àquela outra realidade.

Ora esta é uma importante limitação *ao próprio conteúdo do direito de propriedade*, na medida em que, por via de um texto de direito internacional, se condicionaram e restringiram as faculdades de uso pelo proprietário.

Esta limitação não pode deixar de estar presente em quaisquer decisões que, futuramente, a Administração regional venha a tomar relativamente à igreja de Nossa Senhora da Guia do antigo convento de São Francisco de Angra.

Angra, 5 de Fevereiro de 1994

Álvaro Monjardino

CONSULTA

(Estatuto e Propriedade da Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra)

A Direcção Regional dos Assuntos Culturais recebeu da Câmara Eclesiástica da Diocese de Angra um officio (nº 72/93, Procº 79. de 93/11/10) juntando documentos dos quais se depreenderia que a Igreja do Colégio, da cidade de Angra do Heroísmo, não pertencia à Fazenda Nacional, não sendo, assim, um bem do Estado.

Pretende a Direcção Regional uma informação jurídica sobre qual seja o estatuto de propriedade daquele templo.

A documentação examinada - que não é toda quanto desejaríamos - e os demais elementos de facto colhidos habilitam-nos para já a emitir o seguinte:

PARECER I

A Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra fazia parte do património imobiliário da Companhia de Jesus quando esta foi extinta pelo papa Bento XIV. Os seus bens existentes em Portugal foram confiscados «para o Fisco da Câmara Real». Esta situação criou-se durante o reinado de D. José e, designadamente, por obra da lei de 3 de Setembro de 1759.

Em parte deste edificio funcionou, durante vários anos, o Observatório Meteorológico desta cidade.

Construído que foi um novo edificio para Observatório, o Ministro das Finanças autorizou a cessão, nos termos do art. 6º do DL 24 489, de 13 de Setembro de 1934, dos compartimentos que haviam estado affectos àquele serviço, ao tempo dependente do Ministério da Educação Nacional. A cessão foi autorizada, a título precário (como impunha aquele art. 6º), a favor do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo e da Confraria de Nossa Senhora do Carmo. Precisava-se mesmo que as entidades cessionárias se deviam obrigar, nesse auto, a incluir as dependências cedidas nos mapas de cadastro dos bens do Estado que lhes estão affectos.

Este auto lavrou-se em 3 de Abril de 1941, sendo de notar que nele não vem consignada a explicitação dos deveres das cessionárias acima referidos.

Em 13 de Abril de 1948, foi o próprio Director Geral da Fazenda Pública quem se dirigiu ao Director de Finanças de Angra do Heroísmo perguntando-lhe... a quem pertencia a Igreja do Colégio. O Director de Finanças, provavelmente por não encontrar esta igreja no arrolamento a que se procedera por força do cap^o IV (arts. 62 e ss.) do decreto com força de lei de 20 de Abril de 1911, não encontrou mais ninguém para consultar senão o Bispo de Angra. Este, em carta manuscrita de 4 de Maio de 1948, informou que, enquanto carecesse de bases em que pudesse «fundamentar uma informação a todos os títulos segura», a referida igreja «sempre foi e é considerada como propriedade desta Diocese; sempre naquele vetusto e belo templo funcionou, legalmente erecta, a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, quer antes, quer depois de 1911. Não foi arrolada pelo Estado naquele ano, certamente por não ser filial de qualquer igreja paroquial e nela estar erecta, ao abrigo da lai, a sobredita Irmandade com direito de administrar os seus bens».

Reagindo manifestamente a estas informações, a Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública ordenou que, «nos termos da Lei da Separação, de 20 de Abril, de 1911» se procedesse «ao arrolamento (e não entrega), da Igreja do Colégio» (11 de Agosto de 1949). E assim se fez.

Algo porém se passou nos bastidores após esta medida de autoridade. Porque em 28 de Abril de 1950 era recebido pelo Director de Finanças de Angra do Heroísmo o of^o n^o 19 685, de 13 de Abril de 1950, assinado pelo próprio Director Geral da Fazenda Pública, e de que se transcrevem os dois parágrafos fundamentais:

«Informe V. Exa. que, por despacho desta Direcção-Geral de 23 de Fevereiro, foi determinado que fique sem efeito o auto de arrolamento da Igreja do Colégio, sita na freguesia da Sé, dessa cidade, lavrado em 28 de Outubro findo, atendendo a que a propriedade daquele edificio pertence à Fraternidade de Nossa Senhora do Monte do Carmo a quem o prédio foi concedido por alvará régio de 14 de Março de 1804, com todos os seus anexos e alfaias religiosas. / 2 / Nestes termos, digne-se V. Exa. recolher

os dois exemplares do auto de arrolamento em poder do respectivo Município e da entidade paroquial e enviá-los seguidamente a esta Direcção-Geral».

Eram passados 14 anos sobre esta tomada de posição quando a Câmara de Angra pretendeu conhecer o seu fundamento documental, para o que pediu à Direcção de Finanças de Angra que lhe transmitisse o teor do tal alvará de 14 de Março de 1804. Perante o pedido, a Direcção Geral da Fazenda Pública informou, por ofício de 8 de Março de 1964, «que não foi possível localizar o alvará régio de 14 de Março de 1804, referente à concessão do edifício da Igreja do Colégio à Fraternidade de Nossa Senhora do Monte do Carmo, como sucessora da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sito na freguesia da Sé, concelho de Angra do Heroísmo».

FRANCISCO FERREIRA DRUMMOND, a pág. 170 dos seus «Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História da Nove Ilhas dos Açores, servindo de Suplemento aos Anais da Ilha Terceira» (Angra do Heroísmo, 1990) deixou escrito o seguinte: «(...) Por questões que houve entre o Provedor da Casa» (da Misericórdia) «e o comissário da Ordem» (do Carmo) «obtiveram *licença régia e do Conde de Almada, capitão general, e passou*» (esta irmandade) «para *uma capela* do Colégio a 12 de Março de 1804 (...)».

Baldados que foram os esforços que fizemos para encontrar o alvará de 1804, cujo teor seria elucidativo, parece-nos - a julgar pela referência de DRUMMOND - que a licença régia não teria operado uma transmissão de propriedade do templo, onde inclusivamente existiam tribunas comunicando com o, já então adaptado, palácio dos Capitães-Generais. Dessa referência fica mesmo a ideia da mera concessão do uso de *uma capela*. Que, todavia, era a capela-mor, porquanto a mesma foi logo, e por acção da Irmandade, sujeita a obras de adaptação - que gravemente lhe mutilaram o retábulo - ganhando o aspecto que hoje tem.

II

Sejam quais tenham sido, porém, os termos daquele alvará de 14

de Março de 1804, seja certa ou errada a interpretação que do âmbito da respectiva cedência foi feita pela Direcção Geral da Fazenda Pública, um facto basilar permanece: desde aquele despacho de 23 de Fevereiro de 1950, transmitido pelo officio de 13 de Abril do mesmo ano, o Estado *demitiu-se de qualquer pretensão à propriedade* do templo conhecido por Igreja do Colégio. E demitiu-se *reconhecendo e declarando como propriedade* do mesmo a Fraternidade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Com efeito, nos termos dos arts. 4º, 6º, § 2º, e 9º, § único, do já referido DL 24 489, o Director Geral da Fazenda Pública tinha especiais poderes de representação do Estado, tanto para a aquisição de bens do domínio privado, como para a fiscalização do seu uso pelas entidades às quais este houvesse sido cedido, e para os fazer regressar à administração estadual.

Ora, fosse qual fosse o título de posse em que a Fraternidade baseava a sua detenção daquele templo, esse título ficou, desde o referido despacho, reforçado com tão peremptória declaração da Direcção-Geral da Fazenda Pública. E a posse exercida pela Fraternidade ganhou, «*ipso facto*», uma coloração de *posse em nome próprio* - que, a nosso conhecimento, ela nunca enjeitara, ainda que a não afirmasse também de maneira explícita -. Com efeito, quem havia afirmado a relação de propriedade (embora em termos não inteiramente claros) fora o próprio Bispo de Angra, ao falar em uma *pertença à Diocese*, de alguma maneira concretizada através da posse pela Fraternidade...

III

Esta situação revela que o Estado deixou de ter, pelo menos desde 1950, pretensões à propriedade da Igreja do Colégio. Revela ainda que a Fraternidade de Nossa Senhora do Carmo está em condições de invocar, a seu favor, a aquisição originária do templo, por usucapião, uma vez que o mesmo, não se achando afecto a fins públicos, integraria, «*a priori*», o domínio privado do Estado - situação em que teria passado a fazer parte do património da Região Autónoma dos Açores, por obra do art. 105 do Estatuto Político-Administrativo vigente - e, não estando excluído do comér-

cio jurídico, podia ser alienado e, portanto, adquirido, designadamente por usucapião; e porque a própria Direcção-Geral da Fazenda Pública declarou que esta Fraternidade era a proprietária da igreja, embora para isso expressamente se baseasse em um documento que ela própria, Direcção-Geral, não conseguiu localizar...

Pensamos que a esta demissão terá escapado a outrora designada «dependência da igreja do Colégio» que, após a saída do Observatório Meteorológico, foi entregue ao Governo Civil - o «compartimento com 25 m² do lado ocidental», como vem descrito no «Auto de devolução e cessão» de 3 de Abril de 1941 -. Este compartimento é hoje uma das salas do palácio dos Capitães-Generais. E, que saibamos nunca deixou de estar afecta a fins administrativos - do governo do Distrito e depois do Governo Regional - pelo que deve considerar-se parte integrante do mesmo palácio, e como tal incluído hoje no domínio público da Região.

IV

Todas estas situações pouco claras resultam de diferentes ideologias, diferentes vontades e até de uma considerável desarrumação, que tem sido um timbre da administração pública portuguesa. Resultam ainda de, em diversos momentos, o Estado se haver apropriado de imóveis construídos para determinados fins de índole religiosa, e cuja concepção arquitectónica se ordenara em função desses mesmos fins. Ao tempo da apropriação cuidou-se mais de lhes dar utilizações pontuais para serviços públicos (é o que mostram os cadastros e revela a História) descurando partes substanciais deles, como eram os próprios templos. Estes também logo se revelaram, em termos de gestão, mais como fontes de despesa do que como espaços susceptíveis de imediata utilização profana. Depois - porque a piedade dos fiéis não se extinguiu com as medidas despóticas ou revolucionárias da autoridade civil - foi naturalmente surgindo quem, evitando afrontar essa autoridade e mesmo sem pôr em causa a propriedade do Estado, imediata ou paulatinamente restituiu aos templos o seu uso como lugares de culto, normalmente com a anuência expressa da mesma autoridade civil. As entidades que o fizeram - confrarias ou irmandades, designadamente - acabaram

por ser quem assegurou a conservação desses templos, conquanto não dispusessem dos meios que outrora haviam permitido às congregações religiosas construí-los e mantê-los.

A posterior classificação destes templos como património arquitectónico criou, para os poderes públicos, obrigações graves quanto à sua conservação, o seu restauro e até a sua reconstrução. Assim sucedeu na decorrência da crise sísmica de 1980. Mas isso não mudou o estatuto de propriedade e posse dos templos que se fora desenhando ao longo das últimas gerações, numa sucessão de práticas de uso, de necessidades e desnecessidades, de entendimentos e até de conivências que ajudam a explicar a situação pouco clara a que se chegou.

Angra, 9 de Fevereiro de 1994.

Álvaro Monjardino

VIDA DO INSTITUTO

Acta da primeira reunião ordinária
de mil novecentos e noventa e três.

Aos cinco dias do mês de Março, de mil novecentos e noventa e três, na cidade de Angra do Heroísmo, e na Sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de S. Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não se encontrar presenta a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para os fins presentes no artigo primeiro, números um e dois do Regulamento. Eram dezassete horas e trinta minutos. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Monjardino, presidente; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, tesoureiro; Coronel Helder Fernando Vagos Lourenço, Governador do Castelo de São João Baptista; João Afonso; Padre Dr. João Maria Mendes; Dr. Jorge Forjaz; Dr. José Guilherme Reis Leite, secretário; Dr. José Olivio Mendes Rocha, director do Museu de Angra do Heroísmo; Dr. José Orlando Bretão; Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, presidente honorário; Valdemar Mota.

O presidente da direcção convidou o presidente honorário a presidir à reunião.

Foi distribuída a acta da reunião anterior, que depois de lida foi aprovada.

Passou-se de seguida à ordem de trabalhos, que contava dos seguintes pontos:

- 1 - apresentação, discussão e votação do Relatório do Presidente relativo às actividades de 1992;
- 2 - apresentação, discussão e votação das contas relativas a 1992;
- 3 - apresentação, discussão e votação do Plano de actividades e do Orçamento para 1993;

O Presidente apresentou o relatório de actividades, ficando resolvido que os sócios interessados entregariam as notícias referentes às suas actividades culturais, para serem incluídas no capítulo III. O documento foi aprovado e vai em anexo a esta acta.

O tesoureiro apresentou as contas referentes a 1992, que também foram aprovadas, e vão em anexo à presente acta.

Passou-se à discussão do plano de trabalhos para 1993, que foi apresentado pelo Presidente. Sobre o ponto número seis, fez considerações referentes à realização do colóquio previsto, nomeadamente da vantagem de se vir a ter em conta a apreciação do Professor Joel Serrão, quando presidente da Comissão Científica do último colóquio realizado pela nossa agremiação, sobre a vantagem de se fazerem reuniões científicas com menos gente e aprofundando mais a temática. Neste sentido, propunha que o colóquio previsto para mil novecentos e noventa e três, sobre a vinda dos ingleses para os Açores durante a 2ª Guerra Mundial e as suas implicações, se fizesse dentro daquela opinião, com a qual concorda. Informou também que convidara o Professor Jorge Borges de Macedo para presidir à comissão científica, tendo em conta ser um reconhecido especialista em temas históricos de estratégia e defesa. O Prof. Borges de Macedo aceitou a incumbência. Recomendou mesmo a participação do Prof. António Telo, que é o maior especialista português sobre a participação de Portugal na 2ª Guerra Mundial e tem em estudo a acção diplomática de Portugal e do Reino Unido, referente aos Açores, no séc. XIX. Informou ainda que convidara o Presidente da Assembleia da República, Professor Barbosa de Melo, para presidir à sessão de encerramento e que aquela entidade aceitara o convite. Pediu o apoio dos consócios para a organização do colóquio e a do director do Museu para a montagem do secretariado. Disse da sua preocupação em relação às verbas necessárias para a montagem desta reunião, nomeadamente com a necessidade de fazer deslocar especialistas do estrangeiro, cujos nomes já tinha em carteira.

Em relação ao parágrafo sétimo do plano de trabalhos, o consócio Padre Dr. João Maria Mendes alertou para a situação do Arquivo do Comando Militar dos Açores, instalado precariamente nos baixos do Palácio de Santa Catarina, em Ponta Delgada, e para a sua grande importância para a história militar do séc. XIX e XX, nomeadamente para o tema do colóquio que se prepara. Propôs que se tomasse uma posição sobre esta matéria, alertando as autoridades implicadas no processo de conservação deste património. Foi discutido este assunto havendo várias sugestões, nomeadamente a vantagem de se vir a encarar a hipótese do dito arquivo ser recolhido no Arquivo de Angra do Heroísmo, uma vez que esta documentação foi transferida da Terceira para S. Miguel, recentemente. D decidiu-se

alertar as autoridades e pedir providências no sentido daquele importante espólio ter uma organização e ser facilitada a sua consulta. Ficou mesmo o Presidente de sugerir à Universidade dos Açores, que a sua participação no colóquio, constasse de um roteiro daquele arquivo.

O consócio Dr. Jorge Forjaz expôs a opinião da urgente necessidade da separação do Arquivo e Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, fazendo referência à situação aflitiva de falta de espaço no Palácio de Bet-tencourt, para aquelas duas instituições, referindo que por todo o país se tem separado os arquivos das bibliotecas. Sugeriu mesmo que o Arquivo se viesse a instalar na casa da Rua do Marquês, que foi há anos adquirida pela Região, para instalação de serviços, coisa que nunca aconteceu, estando aquele importante imóvel em estado de abandono. Depois duma troca de impressões, sobre este tema, foi deliberado sugerir às autoridades responsáveis a separação do Arquivo e da Biblioteca, apoiando esta solução junto da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, como um importante contributo para a conservação e divulgação do património cultural açoriano.

Foi então aprovado o plano de trabalhos para 1993, que vai anexo a esta acta.

O tesoureiro apresentou a proposta de orçamento para 1993, que foi aprovada e vai também em anexo à acta.

Todos estes documentos serão enviados á Direcção Regional dos Assuntos Culturais, com pedido de apoio financeiro.

O consócio Dr. Baptista de Lima fez uma exposição sobre a sua opinião no referente às condições em que as obras de recuperação do Convento de S. Francisco e instalação do Museu de Angra estão a decorrer. Atendendo ao adiantado da hora, (vinte horas) e ao grande interesse do assunto, foi decidido interromper a reunião, que continuará no próximo dia 12 de Março, pelas dezassete horas, para se apreciar e discutir uma exposição escrita, que aquele consócio ficou de apresentar, e se visitar as obras em curso no edifício em causa.

Pelas dezassete horas do dia doze de Março de mil novecentos e noventa e três recomeçou e reunião do Instituto. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Monjardino, presidente; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, tesoureiro; Padre Dr. João Maria Mendes; Dr. Jorge Forjaz; Dr. José Guilherme Reis Leite, secretário; Dr. José Olivio Mendes

Rocha, director do Museu de Angra do Heroísmo; Dr. José Orlando Bretão; Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, presidente honorário do Instituto; Dr. Rui Meireles; Valdemar Mota.

Todos os sócios presentes fizeram uma visita às obras de recuperação do convento de S. Francisco, observando as diversas intervenções de arquitectura e engenharia, que estão sendo levadas a cabo naquele imóvel. Foram trocadas opiniões diversas sobre os vários conceitos de intervenção na recuperação dum monumento e das vantagens e desvantagens de cada uma delas, discutindo-se os casos presentes. Passou-se seguidamente à sala de reuniões do Instituto onde o consócio Dr. Baptista de Lima leu um trabalho que elaborou sobre estas matérias e que vai ser publicado no boletim. Foram discutidos por vários consócios o conteúdo e as opiniões desse trabalho.

Por proposta do Presidente foi decidido que, nesta reunião, se não deliberasse nada sobre a posição que a nossa agremiação poderá vir a tomar, esperando-se para que todos os consócios possam ter acesso aos elementos disponíveis, para então se vir a deliberar sobre as atitudes a tomar.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão quando eram vinte horas, de que lavrei a presente acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

O Presidente,
Álvaro Monjardino

O Secretário,
José Guilherme Reis Leite

ANEXO

RELATÓRIO DO PRESIDENTE

I

REUNIÕES

1. Durante o ano de 1992, o Instituto levou a efeito as duas reuniões ordinárias previstas no Estatuto.
2. A 1ª reunião ordinária realizou-se a 30 de Janeiro, e nela se aprovaram o relatório de actividades havidas em 1991, e as respectivas contas, e bem assim o plano de trabalhos e o orçamento para 1992. Trataram-se ainda assuntos respeitantes ao Centro UNESCO dos Açores, e à preservação e valorização do património cultural.
3. A 2ª reunião ordinária realizou-se em 15 de Maio, nela se dando balanço à execução do plano. Foram apresentadas e discutidas sugestões concretas sobre a participação no Congresso América 92, o 5º centenário da fundação do Hospital de Santo Espírito e possíveis alterações, hoje legalmente possíveis, da heráldica municipal de Angra. Também se abordou o tema de colóquio a realizar em 1993.
4. A Mesa reuniu em 18 de Janeiro, 25 de Abril, 13 de Junho, 27 de Julho, 5 de Setembro e 10 de Outubro, para acompanhar a realização do plano de trabalhos e tratar de correspondência e outros assuntos administrativos.

II

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS

1º - *BOLETIM*

5. Consegui-se apenas publicar o Boletim de 1988. Sem embargo da existência de abundante material para os restantes, não se acelerou mais a publicação destes por causa das dificuldades financeiras que vêm marcando - negativamente - a vida do Instituto.

2º - *FINANCIAMENTO DA ACTIVIDADE DO INSTITUTO*

6. Como se verificará pelas contas do ano, este problema continua por resolver. Conta-se com a promessa da Direcção Regional dos Assuntos Culturais no sentido de o custeio da edição da "Fenix Angrence" voltar a ser feito por uma verba especial, assim se libertando o Instituto de um encargo incompatível com os seus meios.
7. Entretanto, a actividade editorial continua suspensa.

3º - *LIVRO DO TOMBO DE S. FRANCISCO*

8. O Dr. José Pereira da Costa continuou, durante o ano, os trabalhos de transcrição.

4º - *BIBLIOTECA DO INSTITUTO*

9. Ainda não foi reorganizada. Apenas no fim do ano se iniciou a distribuição de excedentes de publicações por escolas e instituições culturais da Região, em colaboração com a Direcção Regional de Orientação Pedagógica. Esta distribuição permite recuperar espaço para a reorganização da Biblioteca. Este, porém, é um aspecto meramente logístico, que não dispensa a cooperação do pessoal do Museu de Angra, quando o mesmo se achar disponível.

5º - *ACTIVIDADES DO CENTRO UNESCO*

10. Em 13 de Março, a Mesa do Instituto recebeu, na sua sede, o Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros - que tutela a Comissão Nacional da UNESCO - e a Presidente desta Comissão. Participaram nesta reunião o Secretário Regional da Educação e Cultura, a Directora Regional da Orientação Pedagógica, e alguns sócios do Instituto.
11. Durante a reunião foram apresentadas as linhas gerais a prosseguir durante o ano com as actividades do Centro, e acertaram-se as ideias básicas para a futura participação de estabelecimentos escolares da Região no programa das Escolas Associadas UNESCO.
12. A realização de conferências públicas na sede do Instituto - como adiante melhor se refere - constituiu a actividades mais visível do Centro. Por outro lado, dois estabelecimentos escolares promoveram a sua inscrição no programa das Escolas Associadas.
13. A colaboração com a Universidade dos Açores, iniciada no

ano anterior, não teve desenvolvimento significativo por ausência do Professor Frias Martins, responsável por um projecto na área da Biologia Marinha.

14. Procedeu-se à transcrição de 6 cassetes de video relativas a bens do Património Mundial, para futuras acções de divulgação, a cargo do Centro.

6º - *COLABORAÇÃO COM O CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA MILITAR ABALUARTADA*

15. Realizaram-se reuniões preparatórias do simpósio que se pretendia levar a cabo nesta cidade. Conforme ficara estabelecido nas reuniões ordinárias, a colaboração do Instituto não poderia traduzir-se em encargos financeiros. A organização do simpósio veio a condicionar a sua realização à assunção de alguns encargos por parte do Instituto (cerca de 500 000\$00) e, por via disto, o simpósio - aliás, começado a preparar com grande atraso - acabou por não se realizar.

7º - *ACÇÕES ATINENTES À PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO*

16. O Instituto participou no simpósio "O sismo dos Açores de 1980", havido em Lisboa, de 29 de Junho a 1 de Julho, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. O Presidente e o Tesoureiro do Instituto intervieram com comunicações, respectivamente, sobre: "Angra do Heroísmo - a cidade-património: implicações e complicações" e "Contributo para o estudo e evolução histórica da ocupação de Angra do Heroísmo".

17. O Instituto também apoiou a comemoração do 20º aniversário da Convenção do Património Mundial, designadamente em uma sessão de divulgação havida na Escola Preparatória de Angra do Heroísmo.
18. Por sugestão do Instituto, praticaram-se escavações na igreja da Misericórdia, a quando dos recentes trabalhos de restauro que este templo sofreu. As escavações puseram a descoberto parte dos caboucos da primeira igreja, perpendicular à actual; e deram pretexto a que, na pavimentação a que teve de se proceder, se ressalve a possibilidade de visita a esses caboucos, que ficaram cobertos por um sobrado provido de uma alçapão e uma escada, e receberam uma instalação eléctrica adequada.
19. O Instituto vem a colaborar nos trabalhos preparatórios do monumento aos navegadores que, sobre um esboço de António da Costa, irá ser erigido no lugar da antiga ermida do Corpo Santo, com o Patrocínio da Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses e do Governo Regional.
20. O Instituto também acompanhou os trabalhos parlamentares que levaram à criação do "Prémio de Defesa do Património" (decreto legislativo regional 13/92-A, de 14 de Maio). A colaboração do Instituto traduziu-se em um parecer, completado por uma audição em comissão parlamentar.
21. Ainda, o Instituto acompanhou criticamente as obras em curso no edifício do convento de São Francisco.

8º - *REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS PÚBLICAS*

22. Esta parte do plano cumpriu-se integralmente e, a partir de Fevereiro, realizaram-se conferências À razão de uma por mês, excepto nos dois de férias de Verão. Foram as seguintes:

- em 26 de Fevereiro, "Sobre Cristóvão Colombo", pela Pro^a. Rebeca Catz;
- em 27 de Março, "Os Açores no Século XIX", pela Dr^a. Maria Isabel João;
- em 18 de Abril, "Entre Porto Rico e Boston - Ideias para a Preservação do Património", pelo Tesoureiro do Instituto;
- em 23 de Maio, "Terramotos - Betão Armado - Construção Tradicional", pelo Eng^o. José Henrique Correia Guedes;
- em 13 de Junho, "Les "Lusiadas" comparés à d'autres visions de la fin do XVI ème siècle: le "Xi Yang Ji" et le roman malais d'Alexandre", pelo Prof. Denys Lombard;
- em 19 de Setembro, "A Linguagem das Pedras", por Emanuel Felix;
- em 1 de Novembro, "Sobre o Imaginário Açoriano das Américas", pelo Presidente do Instituto;
- em 27 de Novembro, "A Arte do Gesso e da Cal", por Susana Prudêncio;
- em 28 de Dezembro, "O Hospital dos Descobrimentos", pelo Presidente do Instituto

23. Na conferência de 27 de Março fez-se o lançamento público do livro com o mesmo título, da autoria da conferencista. Na de 18 de Abril, comemorou-se o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Na de 27 de Novembro, celebrou-se o 20º aniversário da Convenção do Património Mundial. E na de 28 de Dezembro - a única havida fora da sede do Instituto, pois teve lugar na igreja da Misericórdia - o 5º centenário do Hospital de Angra.

9º - QUOTAS

24. A sua cobrança deixou de acompanhar o atraso na distribuição do Boletim.

III

FACTOS RELATIVOS À VIDA DO INSTITUTO

25. Faleceu em Maio a Dr^a. Maria Olímpia da Rocha Gil, sócia honorária do Instituto. A morte desta investigadora constitui uma grande perda para a historiografia açoriana.
26. O projecto do monumento esboçado por António da Costa foi assumido pela Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, e tem vindo a ser desenvolvido no seio da mesma Comissão. O Presidente do Instituto participou numa reunião havida nesta cidade no dia 4 de Março, em que se discutiram aspectos relacionados com a elaboração do projecto definitivo do monumento.
27. No dia 28 de Maio tomou posse nesta cidade, na presença do Primeiro Ministro, a Comissão para a Comemoração do Milénio do Atlântico, que fica com o seu secretariado sediado em Angra do Heroísmo. A Comissão é constituída pelos Profs. Luís Adão da Fonseca, Frédéric Mauro, Jorge Borges de Macedo, William Randles, Carlos Guilherme Mota, Francisco Morales Padrón e Kenneth Maxwell, exercendo o Presidente do Instituto a função de Secretário-Coordenador, com apoio no Gabinete do Ministro da República. Esta Comissão reuniu em Angra a 29 de Maio, e em Lisboa a 9 de Dezembro.
28. Além das acções acima referidas, o Presidente do Instituto - embora sem participar pessoalmente - enviou ao Congresso "Américas-92, Trajectórias e Perspectivas", havido em São Paulo e no Rio de Janeiro, uma comunicação sobre "O Imaginário Açoriano das Américas", posteriormente apresentada também no Colóquio Internacional de História da Madeira (Setembro, no Funchal).

29. O Presidente participou no Seminário "Transatlantismo e Nove Segurança Europeia", promovido pela Universidade dos Açores em Ponta Delgada (16 a 18 de Julho), aí apresentando duas comunicações: "Sobre o Desenvolvimento Regional perante a estabilidade político-militar" e "Sobre a NATO e a nova relação transatlântica".
30. O Presidente participou no Seminário sobre instituições bancárias e desenvolvimento nos países de língua portuguesa", havido em Angra do Heroísmo (18 a 21 de Novembro), falando sobre "Açores - síntese histórica".
31. No Canadá, onde se deslocou a convite da Casa dos Açores de Toronto, o Presidente tomou parte, naquela instituição, em uma "Semana dos Açores", aí proferindo uma conferência sobre "Os Açores no Mundo", em 13 de Outubro.
32. Nos Estados Unidos, o Presidente proferiu conferências sobre "Os Açores no século XV" (Escola Charles Harington, Cambridge, 20 de Outubro), e sobre "A cidade de Angra e a Convenção do Património Mundial" (Rotch House Museum, 21 de Outubro; Universidade de Massachusetts - Dartmouth e no Clube Amigos da Terceira, Pawtucket, em 23 de Outubro).
33. O Tesoureiro do Instituto visitou os Estados Unidos em Março, e proferiu uma conferência no National Trust for Historical Preservation em Washington, D.C., sobre "Angra do Heroísmo - Património Mundial".
34. O sócio Emanuel Felix publicou um livro de poemas - "O Instante Suspenso" - sucessivamente lançado em Angra, Ponta Delgada, Lisboa, Coimbra e Évora.
35. O mesmo sócio participou em trabalhos de restauro de obras de arte fora da Região, e bem assim na elaboração do plano

director municipal da Praia da Vitória, na parte da inventariação do património cultural.

36. O Sócio João Afonso preparou, com outro sócio efectivo - Dr. José Guilherme Reis Leite - a publicação de "Reminiscências Velenses", de J. Duarte de Sousa (textos recolhidos em jornais das Velas e de Angra de fins do séc. passado).
37. Foi eleito sócio correspondente da Academia Portuguesa de História, em cuja biblioteca passou a recolher bibliografia de interesse açoriano destinada aos futuros volumes da B.G.A.
38. Participou em reuniões internacionais, para que foi convidado, no Kommander Chr. Christensens Hvalfangstmuseum (Sandefjord-Noruega) e no the Kendall Whaling Museum (Sharon, U.S.A.), submetendo àquela instituição - com apoio da DRAC - uma proposta de interesse para a coordenação, a nível internacional dos estudos históricos de baleação, assunto a subir à reunião internacional do Conselho Internacional dos Museus Marítimos (Barcelona, em 1993).
39. Na Califórnia, por ocasião do Colóquio sobre Emigração e Literatura Açoriana, apresentou uma comunicação sob o título "Reflexos da Emigração em duas composições poéticas de Vitorino Nemésio" que o município angrense mandou imprimir, com a qual foram abertos os trabalhos. Participou nos trabalhos da Comissão Portuguesa do International Council of Museums.

PLANO DOS TRABALHOS PARA 1993

1. Publicação dos Boletins de 1989, 1990 e 1991.
2. Diligências para a concretização do projecto, já acordado, de financiamento do Instituto e da edição Fenix Angrence.
3. Leitura e transcrição do Livro do Tombo de S. Francisco.
4. Reorganização da Biblioteca do Instituto. Segunda distribuição de excedentes, segundo critério a definir.
5. Actividades do Centro UNESCO, incluindo a continuação da realização de conferências públicas.
6. Realização do Colóquio "Os Açores e o Atlântico", em Setembro, especialmente dedicado à comemoração do 50º aniversário da chegada de forças militares britânicas ao Arquipélago, ao abrigo de acordos com o Governo português.
7. Continuação das acções atinentes à promoção e valorização do património, em articulação com as ligações proporcionadas pelo Centro UNESCO.
8. Quota para 1993: 2.300\$00

RELATÓRIO DE CONTAS DO IHIT - 1992

RECEITAS

Saldo do Ano anterior (CGD)	372.476\$50
Caixa	3.010\$00
Juros	42.786\$00
Venda de publicações	264.351\$50
Quotas	281.800\$00
Subsídios	
SREC	7.500.000\$00
	<hr/>
Total	8.464.424\$00

DESPESAS

Água	6.103\$00
Luz	10.874\$00
Expediente	3.540\$00
Transporte e correio	190.669\$00
Edições	
Fénix Angrence II vol. (último paga.mto) ...	814.900\$00
Boletim IHIT 1988	4.258.000\$00

430 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Conferências mensais	181.713\$00
Centro UNESCO	164.600\$00
Congresso no Brasil	7.711\$00
Encarregada de expediente	12.000\$00
Quota ICOMOS	30.000\$00
	<hr/>
Total	5.680.110\$00

Saldo na CGD (31-12-1992) 2.756.844\$50

em caixa 27.469\$50

2.784.314\$00

Saldo a transferir para 1993: 2.784.314\$00

O Tesoureiro,
Francisco dos Reis Maduro Dias

ORÇAMENTO DO IHIT - 1993

DESPESAS

Despesas fixas de funcionamento

(Quota ícomos; Conferência mensal; Expediente; Água; Luz) 270.000\$00

Edições

Boletim relativo a 1989 4.000.000\$00
Boletim relativo a 1990 4.000.000\$00
Boletim relativo a 1991 4.000.000\$00

Projectos especiais

Colóquio "Os Açores e o Atlântico" 3.000.000\$00

total despesas .. 15.270.000\$00

RECEITAS

Transferência de 1992 2.784.314\$00
Quotas a receber em 1993 100.000\$00
Produto da venda de publicações em 1993 160.000\$00
Subsídios 12.225.686\$00

total receitas 15.270.000\$00

O Tesoureiro,
Francisco dos Reis Maduro Dias

Acta da segunda reunião ordinária
de mil novecentos e noventa e três.

Aos vinte e oito dias do mês de Maio, de mil novecentos e noventa e três, na cidade de Angra do Heroísmo, e na Sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a segunda reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para os fins presentes no artigo primeiro do Regulamento. Eram dezassete horas e trinta minutos. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Monjardino, presidente; Dr. António Maria Mendes; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, tesoureiro; Padre Dr. Jacinto Monteiro Pereira; Padre Dr. João Maria Mendes; Dr. José Guilherme Reis Leite, secretário; Dr. José Olivio Mendes Rocha, director do Museu de Angra do Heroísmo; Luis Manuel Conde Pimentel; Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, presidente honorário do Instituto; Valdemar Mota; Tenente-Coronel Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz, em representação do Governador do Castelo de S. João Baptista.

O presidente da direcção convidou o presidente honorário a presidir à reunião.

Foi distribuída a acta da reunião anterior, que depois de lida foi aprovada.

O presidente da direcção deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente dum pedido de parecer e colaboração da directora da Casa da Cultura de Angra do Heroísmo, para um plano daquele organismo. Foi deliberado distribuir o projecto pelos consócios a fim de se inteirarem do seu conteúdo e se decidir na próxima reunião. Uma circular do Centro de História do Atlântico da Madeira, que anuncia a realização dum colóquio sobre as Sociedades insulares no contexto das inter-influências culturais do século XVIII, no próximo mês de Setembro e convidando a nossa instituição a participar.

Passou-se de seguida à ordem do dia que constava dum único ponto: apreciação do cumprimento do plano de trabalhos. Em relação aos boletins foi distribuído o referente ao ano de mil novecentos e oitenta e nove

e o presidente informou que os referentes aos anos de noventa e noventa e um se encontram em fase de revisão de provas. No tocante à publicação da Fénix Angrense, volume terceiro, continua a aguardar-se a concretização do anunciado programa da Direcção Regional dos Assuntos Culturais que permita a publicação fora do orçamento do Instituto. Quanto à leitura e transcrição, pelo Dr. José Pereira da Costa, não há novos dados, continuando aquele consócio a trabalhar. O consócio Dr. Mendes Rocha, informou que ainda não fora possível iniciar-se a organização da biblioteca do Instituto, mas que esperava poder fazê-lo brevemente. O presidente deu conta de já se ter concretizado uma segunda distribuição das publicações da nossa agremiação, pelas escolas e bibliotecas da Região, com a colaboração da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, e que devido ao volume de publicações em armazém seria necessário concretizar ainda mais uma dessas acções. As actividades do Centro UNESCO, em colaboração com o Instituto, tem estado reduzidas às conferências sobre temas históricos e de defesa do património, tendo-se este ano já realizado parte dessas conferências, não tendo sido possível levar a cabo a programada para o mês de Maio, mas prevendo-se a realização de duas no mês de Junho. Quanto ao colóquio "Os Açores e o Atlântico" o presidente disse da sua preocupação sobre os apoios financeiros indispensáveis para a sua realização, mesmo estando ele programado em termos de se realizar com base em seis conferências, em três dias, o que tornaria esta acção muito mais barata do que as anteriores. Já tem garantidas três dessas conferências e ainda não avançou com os contactos aos conferencistas estrangeiros, precisamente pela indecisão dos apoios financeiros. A data, inicialmente prevista para o mês de Setembro, será possivelmente alterada para o início de Outubro. O consócio Tenente-Coronel Gonçalves Capaz deu conhecimento das diligências levadas a efeito junto do Brigadeiro Comandante Militar e que permitiram que aquela entidade se interessasse pessoalmente pelo arquivo do Comando Militar, instalado no palácio de Santa Catarina, em Ponta Delgada, comunicando que iria diligenciar na sua organização e catalogação. Desde já contudo podia informar que o arquivo estaria à disposição dos investigadores devidamente identificados. Disse ainda da disposição do Governador do Castelo para uma colaboração com o Instituto no referente à obra a levar a efeito naquela fortaleza. No capítulo das

acções atinentes à promoção e valorização do património o consócio Dr. Reis Leite apresentou um documento, que vai em anexo a esta acta, sobre a problemática da recuperação do património construído em Angra do Heroísmo e o Instituto Histórico da Ilha Terceira. Por proposta do presidente foi decidido que, devido ao adiantado da hora e à complexidade do assunto, este texto ficasse distribuído para reflexão e posterior discussão numa reunião extraordinária, que era sua intenção convocar.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão quando eram dezanove horas e trinta minutos, de que lavrei a presente acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

O Presidente,
Álvaro Monjardino

O Secretário,
José Guilherme Reis Leite

ANEXO

A PROBLEMÁTICA DA RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CONSTRUIDO EM ANGRA DO HEROÍSMO
E O INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Nas últimas reuniões do Instituto Histórico tem-se discutido e reflectido sobre a recuperação do património construído da cidade de Angra do Heroísmo e como tem havido opiniões divergentes e o debate nem sempre tem sido conclusivo, podendo até as actas não darem ideia clara daquilo que cada um pensa sobre esta matéria, resolvi apresentar, aos meus consócios, este documento de reflexão.

Creio que para se entender esta problemática é necessário ter em consideração que a classificação da cidade, como bem do Património Mundial, pela UNESCO, se por um lado veio satisfazer algum orgulho dos angrenses, não foi, duma forma geral, compreendida e nem sequer muito bem aceite. A administração pública em geral, e a municipal, em especial, encararam este assunto duma forma despicente e até como um entrave ao seu conceito de progresso, indo de encontro a um sector significativo da opinião pública. É neste fenómeno que se entroncam muitos dos problemas surgidos com a recuperação de edifícios públicos e privados, que para serem devidamente repostos na sua traça original e no seu enquadramento obrigam a sacrifícios colectivos e a um sentido social de propriedade, que, manifestamente, a burguesíssima Angra não possui.

Contra isto, dificilmente se poderia lutar, mas este fenómeno explicará decerto a falência, na prática, de muito da armadura jurídica e legal que se criou, para disciplinar a recuperação da cidade de Angra, depois do sismo. Nem a administração está disposta a aplicá-la, nem o seu cumprimento pelo tribunais é matéria pacífica, nem os mais directos responsáveis tem sido habilidosos na aplicação das normas.

Mas sinceramente acho que o mais importante será reflectir sobre qual o papel que cabe a uma agremiação, como promotora da classificação da cidade e como instituição cultural estatutariamente ligada a estas questões de preservação do património.

Façamos uma rápida análise sobre a situação efectiva do património construído da cidade, no seu estado actual.

Com todos os defeitos, o esforço de recuperação levado a cabo pela administração regional é digno de apreço e não se pode ignorar que custou milhões de contos, saídos na sua quase totalidade do orçamento regional, sem significativas ajudas do Estado Português, ainda que este estivesse legal e moralmente obrigado a ter uma intervenção mais activa, para além daquela, importantíssima, que teve, na bonificação de juros a particulares na reedificação dos edifícios danificados.

Repito, apesar dos erros, a reedificação da cidade é digna do maior louvor e acabou por correr duma forma exemplar.

Não posso concordar, e acho que o Instituto não deve seguir o caminho duma crítica negativa e condenatória da generalidade das acções levadas a cabo, não devendo, evidentemente, ignorar aleijões que estão à vista de todos.

Seria, por exemplo, inaceitável, no meu ponto de vista, se tomássemos como teoria que as cantarias de todos os edifícios, mesmo dos monumentais, teriam que ser repostas e refeitas (mesmo aquelas que não ficaram danificadas por efeito do sismo) em nome da ideia que durante os séculos XVI, XVII e XVIII, não eram caiadas e que só no séc. XIX, passaram a se-lo. Por um lado a imagem tradicional da cidade é a das cantarias caiadas, com cores variadas, e por outro, não conheço documentação que me permitisse defender a ideia contrária. Ao Instituto Histórico não se pode deixar de pedir que, pelo menos, apresente documentação convincente das teses que defende.

A recuperação e, na maior parte dos casos, a total substituição de todas as cantarias atingiriam preços e exigiriam uma mão de obra que creio não ser realista sequer sugerir.

Mas dou um exemplo: a opção da limpeza das cantarias da igreja do Castelo, que nada tem com o sismo, levou a tal estado de degradação da fachada daquele monumento que hoje não pode deixar de nos preocupar. O que aconteceria, por exemplo, se se tivesse tomado idêntica opção em relação à igreja da Misericórdia?

Parece-me ainda que uma atitude condenatória, na generalidade, do uso da cor nas fachadas dos edifícios públicos e privados, da parte do

Instituto, quando sabemos que a Administração mandou fazer estudos sobre esta matéria, antes de tomar a opção, seria, pelo menos, perigoso. Isto, evidentemente, nada tem com a opinião pessoal de cada um de nós de gostar desta ou daquela cor e da adjectivação que cada um entende dar ao amarelo do Palácio dos Capitães-Generais ou ao "almagre" da igreja de S. Francisco.

Ainda acho que o Instituto não deve surgir como o defensor de teorias de perfeccionismo estéril que exige, com gastos excessivos, a reedificação duma parede, quando ela já não existia antes do sismo, com materiais tradicionais, para depois a rebocar e cair. Ao tomarmos tal atitude desacreditamo-nos e perdemos credibilidade para outras situações, pelas quais valerá a pena lutar.

Outra coisa seria aceitarmos que sejam abandonadas cantarias e outros materiais existentes, que escaparam, por exemplo, ao sismo, para serem substituídos por modelos de cimento e betão, como temos todos notícia que foi feito no claustro, já restaurado, do convento de S. Gonçalo.

Não posso ainda concordar que o Instituto defenda e sugira que os serviços dos Monumentos Nacionais sejam chamados a superintender na recuperação do património local, quando temos diante dos olhos a obra efectuada no solar da Madre de Deus, feita por aqueles serviços e que é, incontestavelmente, a obra, de todas as que se executaram em monumentos, depois do sismo, aquela que maiores atropelos efectuou. Não só demoliu partes importantes da estrutura do edifício, que haviam escapado ao sismo, como descaracterizou todo o interior do solar, transformando-o numa casa afrancesada, que nada tem a ver com a genuína e tradicional arquitectura regional.

Sou também frontalmente contra a ideia do Instituto eleger, como modelo a seguir, as opções tomadas nos anos 40 a 50, quando sabemos que nessa década e posteriormente se demoliram desapidadamente edifícios significativos da história e da malha urbana da cidade, que me limitarei a citar, o Convento da Graça e o Patio dos Estudos, mas aos quais poderia acrescentar outros mais.

Quanto a restauro e recuperações dessa época, não podemos esquecer que se fizeram, num contexto absolutamente diferente, quando não havia a emergência de reconstruir uma cidade. Mesmo assim e não

deixando de admirar principalmente a recuperação do Solar dos Bettencourt, também se podem apontar opções que vão contra os textos internacionais, nomeadamente a carta de Veneza.

Gostaria até de pormenorizar. Não creio que seja lícito dizer-se que a recuperação do Solar dos Bettencourt se fez sem ter em conta que nele se instalaria uma biblioteca, um arquivo e um museu, mas que essas instalações se moldaram ao monumento recuperado, quando está à vista de todos, que se construiu de novo, ainda que numa forma cuidada, uma área significativa, nos pátios e redutos do Solar e se fizeram desaparecer as cozinhas e outras dependências.

Isto para não aludir ao restauro da igreja de S. Sebastião, onde se optou, contra todas as regras internacionais, por apagar séculos de história que, bem ou mal, estavam testemunhados naquele monumento, transformando-o numa bela igreja gotico-manuelina, como se o tempo tivesse parado no séc. XVI.

Por outro lado, não podemos ficar indiferentes, e devemos tomar uma posição contra certas situações, remediáveis umas, irremediáveis outras, que estão diante dos nossos olhos.

É inaceitável e vai à revelia da legislação em vigor e do mais elementar bom senso, que passados treze anos do sismo, seja pura e simplesmente demolida a fachada dum casa, das mais antigas e castiças da cidade, na Rua do Rego, sem qualquer controlo para a recuperação futura e aproveitamento das belas janelas de ralos e portadas do séc. XVII. É das matérias que o Instituto tem o direito, e o dever, de tomar posição pública, para que não seja conivente com tal barbaridade, que nos transforma nos "Cafres da Europa".

Não deve também passar sem protesto a decisão da Administração de construir um edifício enorme, no pátio do Solar dos Remédios, para expansão da área coberta daquele monumento, quando esse novo edifício afrontar o Solar, e pior do que isso, descaracterizar toda a malha urbana do bairro do Corpo Santo deixando na silhueta da cidade, vista do mar, uma nódoa desconcertante para a leitura do conjunto. Lembro que foi precisamente pela harmonia do conjunto, mais que pela monumentalidade, que a cidade foi classificada pela UNESCO. É também por isso inaceitável que seja a Administração Regional a tomar uma decisão, que neste caso

dependia somente da sua vontade, que põe em causa essa mesma harmonia. Tal atitude não deve passar sem uma condenação, pelas instituições culturais, como a nossa, e a denuncia de que é uma prova da falta de respeito aos compromissos livremente aceites, quando propôs a classificação da cidade.

Porque também tem sido matéria das nossas, merece atenção especial a questão da conservação dos monumentos castrenses, incontestavelmente os mais característicos do conjunto citadino. Devido à sua exposição à furia do mar e vento, mais do que aos estragos do sismo, a sua recuperação e conservação é muito onerosa e requer uma vigilância constante.

Temo que a Região não tenha meios próprios que lhe permitam fazer esse trabalho e por isso acho que este é um dos casos mais gritantes em que terão de funcionar as responsabilidades do Estado português na conservação do património. Nesse sentido deveria ir a opinião do Instituto.

Mas não podemos fechar os olhos à responsabilidade directa das Forças Armadas, como utentes desses bens, e consequentemente os mais directos responsáveis pela sua conservação. Não é de esquecer a manutenção que o Exército faz do Castelo de S. João Baptista e a Marinha, do Castelinho e é digna de louvar a acção que esta última levou a cabo na consolidação do pano de muralha daquele forte, numa manifesta prova de que lhe compete a preservação desse monumento.

O mesmo não se poderá dizer das obras levadas a efeito do Castelo, na parte monumental, sem qualquer respeito pela legislação regional. Refiro-me à recuperação do palácio do Governador, na praça de Armas, que decorreu sem qualquer acompanhamento das estruturas legais existentes.

Mas para além do que já está recuperado e daquilo em que decorrem obras de restauro, convém não esquecer que ainda existem vários edifícios que aguardam intervenção. Alguns desses edifícios, ainda que muito danificados, são importantes como marcos culturais e não deverão ser esquecidos.

A minha opinião é que o Instituto devia tomar uma posição pública sobre a matéria, na qual teria em devida conta as dificuldades em se conseguirem as verbas necessárias para as intervenções, sugerindo, por exemplo, formas concretas de as alcançar.

São os mais importantes desses edifícios, para os quais temos o dever e o direito de chamar a atenção, o convento de S. Gonçalo (claustro do séc. XVI), o claustro, igreja e portaria do convento da Conceição (propriedade de Sta. Casa da Misericórdia) e a igreja e claustro do convento dos Capuchos (propriedade da irmandade da N^a. S^a. do Livramento). São ainda propriedade regional um conjunto de edifícios civis, na cidade, que uns são importantes como património cultural e outros são meramente dignos de nota no conjunto. Nos primeiros estão incluídos três solares, o da Rua do Marquês, o dos Coelho Borges na Rua do Morrão e outro da mesma família na rua de Jesus. Dos segundos lembro casas na rua Francisco Ornelas números 10 e 14, na rua do Galo n^o 92.

Sugiro que se proponha ao Governo Regional a alienação dos incluídos na 2^a categoria e a utilização desses fundos para a recuperação dos incluídos na 1^a categoria, utilizando pelo menos um para instalação do Arquivo, dando-se assim seguimento a uma deliberação que foi por nós aprovada.

Um último apontamento sobre a recuperação do património móvel e decorativo que tem vindo a decorrer com dignidade e inevitável morosidade. Principalmente as talhas das igrejas foram profundamente danificadas com o sismo e com a degradação que se seguiu. Algumas, nomeadamente as das igrejas da Conceição das Freiras e de Sto. António dos Capuchos, temo que sejam irrecuperáveis, mas outras, têm vindo a ser repostas com êxito, nomeadamente as da Igreja do Colégio. Contudo uma preocupação não pode deixar de ser enunciada. Qual o horizonte temporal para a recuperação das telas e das talhas mais significativas, que julgo serem as do Colégio e Conceição?

*

* *

Deixei para uma abordagem em separado os problemas surgidos com a recuperação e restauro do Convento de S. Francisco, porque eles ocuparam uma sessão, pelo menos, do nosso plenário e foram aqueles

que mereceram uma mais cuidada discussão, levando-nos mesmo a fazer uma visita às obras.

Do convento de S. Francisco está recuperada a igreja e várias dependências que, na minha opinião, apesar da polémica que levantou, nomeadamente entre os consócios do Instituto, se pode considerar ser uma obra satisfatória e que em nada envergonha, tendo até valorizado aquele conjunto.

Prosseguem agora obras de recuperação e restauro do convento.

Sobre este edifício, sobre a sua construção e sobre a sua traça inicial temos muitos mais elementos disponíveis do que aqueles que na reunião foram invocados e incontestavelmente de muito melhor qualidade. Sem grande esforço dei uma vista de olhos sobre as crónicas dos nossos historiadores clássicos, nomeadamente Maldonado e Agostinho Montalverne e fiquei a saber bastante, como por exemplo, onde se situava a decantada enfermaria, uma das maravilhas do velho convento.

É também possível, em autores do séc. XIX e em historiadores posteriores, ter ideia das sucessivas alterações que se introduziram no edifício, para o adaptar às funções na área educativa.

Sobressai, efectivamente, a planta de 1862, que foi observada na nossa reunião.

Não sendo contra, antes me parecendo que teria interesse, uma investigação sobre este edifício e as suas alterações, que poderia ser encomendada a uma equipe, não creio que os resultados viessem alterar profundamente a questão central.

No restauro e recuperação não faria sentido defender-se que ele deveria ser trazido á sua configuração conventual. Antes de mais porque o edifício, ao longo de mais de século e meio, teve outras utilizações e sofreu enormes modificações. Por outro lado, porque se trata de instalar no seu interior um museu e colecções já existentes, não sendo desejável que, por uma recuperação que seria sempre em parte imaginativa e na quase totalidade postiça, se pusesse em causa aquele fim.

O que me parece defensável e o que aliás, no essencial, tem sido feito, por aquilo que vimos, é que se preservem os vestígios da época conventual, que ainda existem.

Foram tomadas opções de ordem museológica, que serão discu-

tíveis (não me posso pronunciar sobre essa matéria) mas que por si só não alteram em nada aquilo que do velho edifício existia e que, por isso mesmo, são legítimas.

Acho que o Instituto deveria recomendar vivamente que os materiais primitivos (aqueles que não caíram com o sismo e aqueles outros que são recuperáveis), sejam reintegrados na obra e não se repita a sua substituição por modelos de cimento, como, infelizmente, foi já feito em algumas janelas da fachada virada para o Jardim público.

Foi também muito discutido se seriam ou não aceitáveis algumas intervenções arquitectónicas modernas, que alteram a estrutura do edifício. Uma já foi feita, na traseira, a outra está programada para um dos pátios. É matéria difícil, mas que julgo que não deve ser totalmente condenada, desde que a obra fique devidamente assinalada. Digo isto porque a não efectuação dessa intervenção poria em causa a exposição de parte das colecções, como nos foi explicado. Eu pessoalmente optaria, à primeira vista, por uma solução contrária que levaria à não intervenção e consequentemente à não exposição de parte das colecções, mas parece-me legítima a decisão contrária.

Do que não tenho dúvida é que é absolutamente aceitável a não reconstrução de divisorias interiores, que haviam sido, ao longo dos séc. XIX e XX, demolidas e que agora impediriam a tomada de opções museológicas.

Depois do que nos foi dado ver e daquilo que está sendo feito e já está projectado, parece-me que não há razão para que o Instituto tome qualquer posição condenatória da obra em curso. A única acção que se poderia fazer, seria no sentido de reforçar a ideia da necessidade de preservar ao máximo os elementos existentes e reduzir as intervenções que modifiquem as estruturas.

Angra do Heroísmo, 5 de Maio de 1993.

José Guilherme Reis Leite

Acta da primeira reunião extraordinária
de mil novecentos e noventa e três.

Aos vinte dias do mês de Julho, de mil novecentos e noventa e três, na cidade de Angra do Heroísmo, e na Sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de S. Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião extraordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do estatuto. Eram dezassete horas e trinta minutos. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Monjardino, presidente; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, tesoureiro; Coronel Helder Vagos Lourenço, Governador do Castelo de S. João Baptista; Padre Dr. João Maria Mendes; Dr. Jorge Forjaz; Dr. José Guilherme Reis Leite, secretário; Dr. José Leal Armas; Dr. José Olivio Mendes Rocha, director do Museu de Angra do Heroísmo; Dr. José Orlando Bretão; Valdemar Mota. Justificou a sua ausência, o consócio João Afonso.

Foi distribuída a acta da reunião anterior, que depois de lida foi aprovada. Passou-se à ordem do dia que contava de dois pontos: Preparação do colóquio Os Açores e o Atlântico e apreciação de propostas pendentes. Em relação ao primeiro ponto o presidente deu conta duma conversa que teve em Lisboa com o Prof. Borges de Macedo, referente à organização do colóquio e na qual se fixou a data para este evento entre seis e dez de Outubro, sendo o dia sete, oito e nove os dedicados aos trabalhos e os outros reservados às viagens. Ficou também decidido que o Prof. Borges de Macedo contactaria o Dr. Freire Antunes e o presidente os historiadores americanos. Informou que já fizera várias tentativas mas que não haviam, por enquanto, sido frutíferas. Contactara já a Universidade dos Açores, nomeadamente o Doutor Luis Andrade, com quem discutira os temas a tratar, incluindo a preparação dum roteiro do Arquivo do Comando Militar, o que não pareceu exequível devido ao estado deplorável do mesmo.

Lembrou que o Instituto Histórico tem que apresentar também uma comunicação, para a qual gostaria de ter a colaboração de vários consócios e que um tema curioso e vital seria o interesse alemão pelos

Açores na 2ª Guerra Mundial, principalmente pelos portos artificiais. Para isso já soubera que não seria possível contar com o arquivo da Junta do Porto de Ponta Delgada, por este se encontrar desorganizadíssimo, mas que iria contactar o Arquivo do Ministério das Obras Públicas em Lisboa. Propôs, por último, a formação dum grupo de apoio à direcção para a organização do colóquio. este grupo foi constituído pelos consócios, Padre Dr. João Maria Mendes, Dr. Jorge Forjaz, Dr. José Orlando Bretão, Dr. Rui Meireles e Valdemar Mota, e terá a colaboração do Museu de Angra através do seu director.

O consócio Padre Dr. João Maria Mendes propôs que simultaneamente com o colóquio se comemorasse os cinquenta anos da vinda dos ingleses e americanos para os Açores com uma exposição dos aviões que para aqui foram deslocados nessa época e a eles se agregassem aviões do futuro. Sobre este assunto houve uma troca de impressões, pois parece muito difícil conseguir-se tal, mas o presidente ficou de contactar o comandante aéreo para, através da Associação da Força Aérea, que já anunciou que iria comemorar essa data, se coordenar as duas iniciativas e estudar a hipótese da exposição de material aéreo.

Por proposta do presidente não se tratou do segundo ponto da ordem do dia.

O presidente informou que estivera em Lisboa e Évora, na sua qualidade de presidente do Centro UNESCO dos Açores, quando da visita do Director Geral, Prof. Frederico Mayor, a convite do governo português. O consócio Dr. Jorge Forjaz sugeriu que seria interessante trazer a Angra a exposição sobre Gungunhana que presentemente está aberta ao público na Torre de Belém.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão quando eram dezoito horas e trinta minutos, de que lavrei a presente acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

O Presidente,
Álvaro Monjardino

O Secretário,
José Guilherme Reis Leite

Acta da primeira reunião ordinária
de mil novecentos e noventa e quatro.

Aos trinta e um dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e quatro, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, ao Largo de Santo Cristo, em segunda convocatória por à hora indicada para a primeira não se achar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião ordinária de mil novecentos e noventa e quatro, convocada nos termos do Artº 1º do Regulamento Interno e com a seguinte ordem de trabalhos:

Apreciação e votação do Relatório do Presidente, Contas e Gerência de mil novecentos e noventa e três e Plano de Trabalhos para mil novecentos e noventa e quatro.

Estiveram presentes : Dr. José Olívio Rocha, Dr. Victor Duarte, Coronel Vagos Lourenço, Sr. João Dias Afonso, Dr. José Leal Armas, Pe. Dr. João Maria de Sousa Mendes, Sr. Valdemar Mota (Tesoureiro), Dr. Álvaro Monjardino (Presidente), Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias (Secretário).

A Reunião teve início quando eram dezassete horas e trinta minutos.

Foram distribuídos os Relatórios do Presidente e de Contas de mil novecentos e noventa e três e o Plano de Trabalhos para mil novecentos e noventa e quatro acompanhado da respectiva Previsão Orçamental.

Antes da Ordem de Trabalhos, teceram-se algumas considerações sobre o avanço do projecto de monumento idealizado pelo escultor Antonio Dacosta.

A Acta da Sessão anterior, depois de lida, foi aprovada por unanimidade.

Passou-se, em seguida, à apreciação do Plano de Trabalhos para mil novecentos e noventa e quatro.

O Consócio Dr. Victor Duarte comunicou a atribuição de um subsídio especial de 4.000.000\$00 destinado à edição do III volume da “Fenix Angrence”. Ficou deliberado iniciarem-se já as diligências com vista a essa edição.

Passou o Sr. Presidente, em seguida, à apresentação do Colóquio

“ Uma Reflexão sobre Portugal”, relatando uma conversa havida com o Sr. Professor Doutor Borges de Macedo e as sugestões daí resultantes. O Colóquio, baseado numa série de conferências, será realizado, em princípio, em Setembro, indo ser contactadas algumas personalidades.

Na apreciação do Plano de Trabalhos passou-se, em seguida, à análise do convite, feito pela S.R.E.C., no sentido de o Instituto organizar um outro Colóquio, de maiores dimensões, integrado nas Comemorações dos 600 Anos do Nascimento do Infante D. Henrique.

O Presidente, referindo que o Instituto considera uma grande honra o convite feito, indicou que a proposta constante do Plano de Trabalhos encara este Colóquio numa perspectiva dupla. Do ponto de vista das comemorações de D. Henrique, será interessante analisar o Infante como povoador e organizador; doutro ponto de vista e, considerando que as estruturas iniciais de povoamento são, de algum modo, as bases longínquas da autonomia, contribuir para a reflexão sobre essas mesmas bases no âmbito das comemorações que certamente serão levadas a cabo.

Foi designado o consócio Francisco Maduro-Dias para coordenar a Comissão Organizadora, enquanto o Sr. Presidente e o Consócio José Reis Leite, agora durante algum tempo radicado em Lisboa, assegurarão a ligação com o Presidente da Comissão Científica que ficou aceite ser também o Sr. Professor Doutor Borges de Macedo.

A reunião terminou quando eram dezanove horas, lavrando-se a presente acta que vai assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretário do Instituto, que a elaborei.

O Presidente,
Álvaro Monjardino

O Secretário,
José Guilherme Reis Leite

RELATÓRIO DO PRESIDENTE

I

REUNIÕES

1. Durante o ano de 1993, o Instituto levou a efeito as duas reuniões ordinárias previstas no seu Estatuto, e três reuniões extraordinárias.
2. A primeira reunião ordinária realizou-se a 5 de Março, nela se aprovando o relatório das actividades de 1992, e as respectivas contas, e bem assim o plano de trabalhos para 1993. A apresentação de uma exposição feita pelo Presidente Honorário sobre as obras de recuperação do convento de São Francisco levou a que os trabalhos desta reunião se prolongassem no dia 12 do mesmo mês, tendo nessa altura sido feita uma vista às obras em curso naquele edifício.
3. A 2ª reunião ordinária realizou-se a 23 de Maio, nela se dando balanço ao cumprimento do Plano Anual. Levantou-se nesta reunião um problema que vem preocupando o Instituto, e que respeita à situação de risco em que se encontrava o arquivo do Comando Militar dos Açores. Foi apresentado um documento da autoria do Secretário do Instituto sobre a recuperação do património construído da cidade de Angra.
4. A primeira reunião extraordinária realizou-se a 20 de Julho, para preparação do colóquio "Os Açores e o Atlântico" e apreciação de propostas pendentes, matéria esta que todavia não chegou a ser tratada.

5. A segunda reunião extraordinária realizou-se a 10 de Setembro, para tratar de dois assuntos: o problema, então surgido, da mencionada criação de um museu militar nos Açores, e a preparação do colóquio "Os Açores e o Atlântico", tendo sido dadas informações sobre o processo de criação daquele museu pelo sócio Director Regional dos Assuntos Culturais, e apresentado o programa definitivo do colóquio.
6. A terceira reunião extraordinária realizou-se a vinte de Dezembro. Nesta reunião foi eleita a Mesa do Instituto para o biénio de 1994/95, sendo também eleitos um sócio honorário e dois correspondentes.
7. A Mesa reuniu em 13 de Fevereiro, 22 de Maio, 4 de Setembro, 19 de Setembro, 13 de Novembro e 11 de Dezembro, para tratar de assuntos de administração corrente e especialmente ligadas à preparação do colóquio.

II

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS

1º - *BOLETIM*

8. Durante este ano conseguiu-se a publicação do Boletim de 1989 estando em fase de acabamento gráfico os de 1990 e 1991, basicamente constituídos pelas actas do colóquio realizado no primeiro desses anos.
9. Esta recuperação do atraso que vinha a verificar-se represen-

ta uma razoável aproximação ao cumprimento deste ponto do plano anual, e resulta da afectação a estefim da quase totalidade das receitas do Instituto.

2º - *DILIGÊNCIAS PARA O FINANCIAMENTO DO INSTITUTO E DA EDIÇÃO DA "FENIX ANGRENSE"*.

10. Apesar do projecto da Secretaria Regional da Educação e Cultura no sentido de ser incluído no plano para 1993 um programa especial para financiar a conclusão da FENIX ANGRENSE (III Volume), tal não foi possível, em consequência das conhecidas dificuldades financeiras da administração regional. Desta maneira, o subsídio concedido ao Instituto permitiu apenas corresponder à primeira das suas prioridades editoriais, que respeitava ao Boletim.
11. Contudo, regista-se que, exactamente no fim do ano, foi comunicado ao Instituto pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais ter sido possível apurar um saldo que se destinaria, em 1994, a financiar a edição daquele III Volume.

3º - *LIVRO DO TOMBO DE SÃO FRANCISCO*

12. Não se completou ainda a leitura e a transcrição a cargo do sócio correspondente Dr. José Pereira da Costa.

4º - *REORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO E SEGUNDA DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTES*

13. Não se realizou a reorganização da biblioteca, por indisponibilidade do pessoal do museu.
14. Efectuou-se a segunda distribuição de excedentes por insti-

tuições culturais e educativas da Região com a colaboração dos serviços competentes da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Nem assim foi possível libertar o espaço pretendido, pelo que será necessário proceder a mais uma distribuição.

5º - *ACTIVIDADES DO CENTRO UNESCO*

15. A actividade do Centro UNESCO reduziu-se à realização de conferências públicas, que em 1993 não puderam acompanhar o ritmo mensal mantido no ano anterior. As conferências realizadas foram as seguintes:

– em 21 de Janeiro, "Os Italianos nos Açores - séculos XV e XVI", por Pierluigi Bargaglio;

– em 19 de Março, "Cinquenta anos - Estalinegrado: mito e realidade de uma batalha", por Gustaf Van Manen;

– em 7 de Maio, "A comunidade portuguesa de New Bedford (1860-1920)", por Maria Teresa Silvia Vermete;

– em 4 de Junho, "A passagem de Colombo por Santa Maria no regresso da sua primeira viagem, em Fevereiro de 1493", por Jacinto Monteiro da Câmara Pereira;

– em 16 de Novembro, "Terramotos e catástrofes naturais na História", por Bernard Vicent (em colaboração com o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo e com o Rádio Clube de Angra).

16. O presidente do Instituto acompanhou a visita que o Director Geral da UNESCO fez a Portugal no mês de Julho, assistindo a sessões de trabalho havidas em Lisboa, no dia 8, e à cerimónia da criação do Centro UNESCO de Évora, no dia 9.

6º - *IV COLÓQUIO "OS AÇORES E O ATLÂNTICO"*

17. O Colóquio, comemorativo do cinquentenário da chegada de forças militares estrangeiras aos Açores durante a segunda guerra mundial realizou-se, como estava programado, nos dias 7, 8 e 9 de Outubro, em articulação com comemorações havidas na Base Aérea nº 4, e contou com o patrocínio do Ministro da República, da Secretaria Regional da Educação e Cultura e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
18. Realizado em moldes simplificados e menos ambiciosos que os anteriores, o colóquio foi aberto pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, em representação do Ministro da Presidência e da Defesa Nacional, e encerrado pelo Ministro da República. Constatou-se de seis conferências - as cinco primeiras seguidas de debate - cujos autores e temas foram os seguintes: Donald J. Steven, "F. D. Roosevelt and the Azores dilemma"; Luis Andrade, "A aliança inglesa e a neutralidade colaborante de Portugal"; Álvaro Monjardino, "Açores: cinquenta anos de presença militar estrangeira"; António José Telo, "Os Açores e a NATO"; José Freire Antunes, "Os Açores na diplomacia Portuguesa-Estados Unidos"; e Jorge Borges de Macedo, "Para uma teoria das ilhas na Civilização Ocidental - o caso dos Açores".

7º - *ACÇÕES ATINENTES À PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO*

19. Estas acções limitaram-se às tomadas de posição referidas nos # 2 e 3 supra. O Presidente do Instituto manteve-se ao corrente do progresso dos trabalhos - de que foi dando conta ao Instituto - para o monumento aos descobridores, sobre uma ideia e um esboço de António da Costa, que está a cargo da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

20. O Governo Regional dos Açores decidiu que o Hospital de Angra do Heroísmo recuperasse o seu antigo e histórico nome de Hospital de Santo Espírito, facto que não poderá dissociar-se dos esforços nesse sentido desenvolvidos por este Instituto, sobretudo no ano de 1992.

8º - *QUOTAS*

21. A sua cobrança fez-se sem problemas significativos.

III

FACTOS RELATIVOS À VIDA DO INSTITUTO

22. Faleceram a sócia honorária Dra. D. Maria Olímpia da Rocha Gil e o sócio correspondente Padre António Joaquim de Freitas.

23. Foi eleito sócio honorário o Professor Doutor Jorge Borges de Macedo.

24. Foram eleitos sócios correspondentes: o Doutor António José Telo e o Dr. Augusto de Ataíde.

25. Continuaram os trabalhos da Comissão para as Comemorações do Milénio do Atlântico, de que o Presidente do Instituto é secretário coordenador, tendo-se realizado três reuniões, todas elas em Lisboa.

26. O consócio João Dias Afonso, tendo sido eleito académico correspondente da Academia Portuguesa de História, apresentou, a quatro

de Novembro de mil novecentos e noventa e três na mesma Academia, uma comunicação - incluída na celebração dos 450 anos da chegada dos portugueses ao Japão - subordinada ao tema do Protomártir da Companhia de Jesus no Império do Sol Nascente, Beato João Baptista Machado, designadamente no particular da recente localização exacta do martírio resultante de pesquisa arqueológica de dois sacerdotes, um católico e outro xintoísta. Na mesma sessão comemorativa foi apresentada outra comunicação relacionada também com portugueses no Japão a cargo do Embaixador Lemos de Macedo.

27. Valdemar Mota proferiu uma palestra intitulada “ o Pastel Açoriano e a Tinturaria “ no decorrer do VIII Curso para animadores culturais na área do folclore, decorrido em Angra do Heroísmo, de 9 a 20 de Agosto de 1993, numa organização do Gabinete de Emigração e Apoio às Coudades Açorianas. Proferiu igualmente uma Conferência que teve lugar nos Paços do Concelho desta Cidade, em sessão solene, comemorativa do 141º aniversário da Associação Comercial de Angra do Heroísmo (hoje Câmara de Comércio) sob o título “ o Comércio dos Açores numa perspectiva Histórica”.

28. O consócio Emanuel Félix Borges da Silva foi homenageado a 25 de Abril de 1993 pela Casa dos Açores da Nova Inglaterra, sendo orador o Professor Vamberto de Freitas (da Universidade dos Açores) e seguindo-se um recital de poemas por vários intervenientes;

A 26 de Abril proferiu uma conferência na SMU, North Dorthmuth (Universidade do Estado de Massachusetts) sobre a “ Nova Poesia de Expressão Portuguesa” a convite do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras, em que foi também orador João de Melo com o tema “Nova Ficção de Expressão Portuguesa”;

A 24 e 27 do mesmo mês, participou em “mesas redondas” , na Brown University, Providence, sobre a literatura e a identidade cultural dos Açores, no contexto da Cultura Portuguesa, a convite do Departamento de Estudos Portugeses e Brasileiros da mesma universidade;

454 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

A 29 de Abril participou numa “ mesa redonda”, com participação de João de Melo, Vamberto de Freitas e Adelaide Baptista, na Câmara de Comércio de San José (Califórnia) por iniciativa da comunidade potuguesa daquela cidade;

Entre 30 de Abril e 2 de Maio de 1993, Emanuel Félix participou no Simpósio do Centro Português de Cultura, no “Radisson Hotel”, Visalia (California), com a comunicação : “ Aculturação, Dinâmica e Perenidade nas Tradições Populares” ;

A 5 de Junho, foi apresentada na Casa dos Açores em Lisboa, a 2ª edição (refundida e actualizada) da Antologia Poética A VIAGEM POSSÍVEL (Ed. VEGA, Lisboa, 1993) precedida da leitura, por Eduíno de Jesus, de um trabalho de sua autoria sobre “ A Poesia de Emanuel Félix no contexto da Poesia Portuguesa dos Últimos 50 Anos”. Na mesma ocasião realizou-se um, recital de poesia por Àlamo Oliveira, destacando-se igualmente as intervenções de EM Melo e Castro e Arq.to Nuno Teotónio Pereira;

A 11 de Junho realizou-se uma sessão de homenagem a este nosso consócio, no auditório grande do Instituto de Novas Profissões, de Lisboa, por iniciativa de professores e alunos daquela Instituição, sendo orador o Poeta Pedro Alvim e seguido de um Recital por um grupo de alunos.

RELATÓRIO DE CONTAS DO IHIT - 1993

RECEITAS

Saldo do Ano anterior	2.756.844\$50
Caixa	27.469\$50
Juros	66.995\$00
Venda de publicações	436.316\$00
Quotas	211.470\$00
Subsídio SREC	4.000.000\$00
Total	7.499.095\$00

DESPESAS

Água	8.805\$00
Luz	13.058\$00
Expediente	30.895\$00
Encarregada de expediente	12.000\$00
Transporte e correio	265.786\$50
Edições	
Boletim 1989	2.811.432\$00
Boletim IHIT 1988	2.657.000\$00

456 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Quota ICOMOS	30.000\$00
Centro UNESCO	117.100\$00
Conferências, passagens e alojamento	81.934\$50
Total despesas ...	6.028.011\$00
Saldo a transferir para 1994	1.471.084\$00
Total	7.499.095\$00

"Os Açores e o Atlântico"

Receitas	864.000\$00
Despesas	779.260\$00
Saldo a transferir para o IHIT	84.740\$00

Saldo a transferir para 1994: 1.555.824\$00

O Tesoureiro,
Francisco dos Reis Maduro Dias

PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 1994

DESPESAS

Expediente Instituto	400.000\$00
Centro UNESCO	350.000\$00
Edições	
Boletim de 1991	3.000.000\$00
Boletim de 1992/3	4.000.000\$00
Colóquio Internacional	
"Uma Reflexão sobre Portugal"	1.500.000\$00
Preparação do Colóquio a realizar no início de 1995 .	650.000\$00
Subtotal	9.900.000\$00
Projecto Especial	
III Volume "Fenix Angrence"	4.000.000\$00
Total	13.900.000\$00

RECEITAS

Saldo transferido de 1993	1.555.824\$00
Quotas	200.000\$00
Venda de edições	350.000\$00
Juros	100.000\$00
Subsídios	11.694.176\$00
Total	13.900.000\$00

O Tesoureiro,
Francisco dos Reis Maduro Dias

Acta da segunda reunião ordinária
de mil novecentos e noventa e quatro.

Aos oito dias do mês de Agosto de mil novecentos e noventa e quatro, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, ao Largo de Santo Cristo, em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar a maioria dos sócios, realizou-se a segunda reunião ordinária de mil novecentos e noventa e quatro, convocada nos termos do Artigo 1º do Regulamento Interno e com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apreciação da execução do Plano para mil novecentos e noventa e quatro;

- Preparação dos colóquios a realizar em Setembro de mil novecentos e noventa e quatro e Fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco.

Estiveram presentes: Ten. Coronel Abílio Dias Afonso; Dr. José Orlando Noronha Bretão; Sr. Valdemar Mota; Dr. Leal Armas; Dr. José Reis Leite; Dr. Álvaro Monjardino; Dr. Maduro Dias.

Foi lida e aprovada a Acta da reunião anterior.

Passou-se, em seguida, à leitura da correspondência recebida, donde se salienta, a comunicação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, referindo que a cidade de Florianópolis se pretende geminar com Angra, para o que iniciou o respectivo processo.

Quanto ao ponto primeiro de ordem de Trabalhos, foi apreciada a situação dos diversos trabalhos em que o Instituto se encontra empenhado, nomeadamente os Boletins, o III volume da "Fenix Angrense" e o Monumento idealizado por Dacosta.

Passando-se ao segundo ponto o Sr. Presidente informou do andamento do colóquio "Uma reflexão sobre Portugal" cuja realização se prevê para o fim da semana de vinte e cinco de Setembro.

As personalidades contactadas assegurarão um painel abrangente.

Quanto ao colóquio comemorativo dos seiscentos anos do nascimento do Infante, o Sr. Presidente apresentou um esquema proposto pelo

Professor Borges de Macedo. O esquema aponta para várias secções subordinadas ao tema O Mundo do Infante D. Henrique.

O esquema definitivo que permitirá à Comissão organizadora iniciar os seus trabalhos deverá estar pronto no fim do mês de Agosto.

Foi encerrada a reunião quando eram dezoito horas e cinquenta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Secretário do Instituto, que a elaborei.

O Presidente,
Álvaro Monjardino

O Secretário,
José Guilherme Reis Leite

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ENTRADAS
NO INSTITUTO EM 1993/1994

- «Azores Economic» - Instituto de Investimento e Privatizações dos Açores
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» - Série 107, nº 1-6 Junho/Julho 1989
- «Cadernos do Nordeste, Sociedade, Espaço, Cultura - Minhas Terras e Gente» - Ciências Sociais, Abril 1986
- «Cadernos do Nordeste» - Vol. 1, nº 1 - Ciências Sociais 1987
- «Cadernos do Nordeste» - Vol. II, nº 2,3 - Ciências Sociais 1989
- «Cadernos do Nordeste» - Vol. 3, nº 1,2 - 1990
- «Revista Islenha» - (especial) nº 12, Janeiro/Junho - Funchal 1993
- «Jornal do Exército» - nº 403 - Julho 1993
- «A Donzela das Cinzas» - (comédia) - *Norberto Ávila*
- «Impressões de Boca» - *Álamo de Oliveira*
- «Epifanias Silêncio de Évora Psoltério do Sul» - *Armando Emanuel Monteiro*
- «Permanências» - *Judite Jorge*
- «As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores - *Luis Menezes*
- «Índice das Variedades Açorianas» - Corrigidas por José Torres (Série manuscrita)
- «Revista de Guimarães» - Publicações da Sociedade Martins Sarmento Vol. 100
- «Boletim de Filologia» - Tomo XXXI (1986-1987)
- «Contribuição Estatística para a compreensão do Culto do Espírito Santo»
- «Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional - Um estudo de campo a três ensaios breve» - *José Maria Cabral Ferreira*
- «Agronomia Lusitana» - Vol. 43 1^{os} 1-4 - 1988
- «Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina» 3^a Fase, nº 10 - 1991
- «Antecedentes Históricos da Companhia de Infantaria da Horta no Âmbito da Defesa Militar da Ilha do Faial» - 1992

- «Boletim do Núcleo Cultural da Horta» - Vol. X - 1991-1992
- «ICOMOS» Nouvelles - News, Vol. 3, nº 2 - Juin/June 1993
- «Exportação de louça do Prado para Galiza 1750-1830» - Cadernos da Glória 2/92 - *José Viriato Capela*
- «O Paso de Oleiros Portugueses a Galicia: A sua viaxe polo derradeiro século, Introdução à conferência de Luciano García Alén», no Salão Nobre da Câmara em 23 de Novembro pelas 21.30 horas - Museu Aberto 2/1990
- «ICOMOS» Nouvelles - News, Vol. 2, nº 3 - Out. 1992
- «ICOMOS» Nouvelles - News, Vol. 3, nº 1 - Mars 1993
- «ICOMOS» Nouvelles - News, Vol. 3, nº 2 - Out. 1993
- «Göteborgs Etnografiska» - Museum Årstryck 1989/1990
- «Revista Islenha» - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas nº 11 - Jul.-Dez. 1992
- «Poetas Açorianos (Século XX)» - Exposição elaborada pela Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada - 1992
- «Fontes Unesco», nº 40 - 1992
- «Revista Portuguesa de História» - Tomo XXVII - Coimbra 1992
- «Revista do Instituto Geográfico e Cadastral», nº 11 - Lisboa 1992
- «Fontes Unesco», nº 42 - 1992
- «Cadernos do Nordeste» - Vol. 4, nº 6-7 - 1997
- «Petrópolis - Relatos Históricos»; *Chalita de Oliveira Casadei*
- «Los Estudios del Folklore Canário (1880-1980)»; *José Pérez Vidal*
- «Teófilo Braga (1843-1924) Testemunhos duma vida e duma Obra» - Exposição
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» - Série 106º, nº 1-6 Jan-Jun. 1988
- «Cerâmica Açoriana» - Catálogo 2; *Isabel Maria Fernandes*
- «Insulana»; Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. XLIX-1993
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» - Série 107º, nº 7-12 Julho-Dez. 1989
- «Catálogo de Microfilmes» - Arquivo Regional da Madeira - 1994
- «Rwanda Historia J'un Jenocidi Programat»; *Vecenc Fisas* - nº 32 - 1994
- «Maravilhas dos Açores» em cromos

462 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» - Série 105º, nº 1-6 Janeiro/Junho 1987
- «III Semana de Estudos da Cultura dos Açoriana e Catarinense» 30/10-4-1989
- «Rede de Cidades Europeias dos Descobrimentos»
- «Revista Islenha» - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlanticas nº 13 Julho-Dezembro 1993
- «Poetas Açorianos (Século XX)» - Exposição elaborada pela Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada - 1992
- «Livro da Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos dos Escravos da Cadeinha»; *Miguel de Figueiredo Corte-Real*
- «Os engenhos de Farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina»; *Nereu do Vale Pereira* - 1993
- «Hospital do Espírito Santo da Misericórdia - Subsídios para o seu Inventário Artístico 1494-1994»; *Francisco Ernesto de Oliveira Martins*
- «ICOMOS» Nouvelles - Conseil International des Monuments et des Sites
- «Zumblick - uma história de vida e de arte»; *Lélia Pereira da Silva Nunes*
- «Catalónia» - Cultura, nº 39, Out. 1994
- «Revista Islenha» - Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlanticas nº 14 Jan-Jun. 1994
- «Arquipélago» - Revista da Universidade dos Açores - Línguas e Literatura, Vol. XIII - 1992-1993
- «ICOMOS» News - Vol. 4, nº 2 - July 1994

INDICES

AUTORES

ANDRADE, Luís - A Aliança Inglesa e a Neutralidade Colaborante de Portugal	13
Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Cinquentenário da Vinda de Forças Britânicas para os Açores	131
CÂMARA, José Bettencourt da - Cartas de Luís Ribeira a Francisco de Lacerda	357
FONSECA, Aurélio da - IV Colóquio «Os Açores e o Atlântico»	9
MATA, Inocência - Uma Reflexão sobre Portugal - Um Olhar Africano sobre Portugal	203
MONJARDINO, Álvaro - Açores: 50 Anos de Presença Militar Estrangeira	33
MONJARDINO, Álvaro - Uma Reflexão sobre Portugal	193
MONJARDINO, Álvaro - No Encerramento de Uma Reflexão sobre Portugal	231
MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque - Perspectivas sobre Portugal - Imagem a partir do Brasil	211
MOTA, Valdemar - Fortificações da Ilha Terceira	239
PINTO, Mário - IV Colóquio «Os Açores e o Atlântico»	189
PINTO, Mário - Uma Reflexão sobre Portugal	235
SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás - Portugal desde España - Una Reflexion	221

464 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

TELO, António José - Os Açores e a NATO	77
TEMPEL, Frederich J. P. - Influência da Malária e a Verminose na Colonização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Litoral Sul de Santa Catarina	329

ASSUNTOS

ARTIGOS

<i>IV Colóquio «Os Açores e o Atlântico» - Aurélio da Fonseca . . .</i>	9
<i>A Aliança Inglesa e a Neutralidade Colaborante de Portugal - Luís Andrade</i>	13
<i>Açores: 50 Anos de Presença Militar Estrangeira - Álvaro Monjardino</i>	33
<i>Os Açores e a NATO - António José Telo</i>	77
<i>Cinquentenário da Vinda de Forças Britânicas para os Açores - Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo</i>	131
<i>IV Colóquio «Os Açores e o Atlântico» - Mário Pinto</i>	189
<i>Uma Reflexão sobre Portugal - Álvaro Monjardino</i>	193
<i>Uma Reflexão sobre Portugal - Um Olhar Africano sobre Portugal - Inocência Mata</i>	203
<i>Perspectivas sobre Portugal - Imagem a partir do Brasil - Fernando Augusto Albuquerque Mourão</i>	211
<i>Portugal desde Espanha: Una Reflexion - Nicolás Sánchez-Albornoz</i>	221
<i>No encerramento de Uma Reflexão sobre Portugal - Álvaro Monjardino</i>	231
<i>Uma Reflexão sobre Portugal - Mário Pinto</i>	235
<i>Fortificações da Ilha Terceira - Valdemar Mota</i>	239

466 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

<i>Influência da Malária e a Verminose na Colonização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e do Litoral Sul de Santa Catarina</i> - Frederich J. P. Tempel	329
<i>Cartas de Luís Ribeiro a Francisco de Lacerda</i> - José Bettencourt da Câmara	357

DOCUMENTOS

Consulta - Igreja de Nossa Senhora da Guia	393
Consulta - Igreja do Colégio dos Jesuitas	409

VIDA DO INSTITUTO

Acta da Primeira Reunião Ordinária de 1993	415
Relatório do Presidente de 1993	419
Plano de Trabalhos para 1993	428
Acta da Segunda Reunião Ordinária de 1993	432
Acta da Primeira Reunião Extraordinária de 1993	443
Acta da Primeira Reunião Ordinária de 1994	445
Relatório do Presidente de 1994	447
Acta da Segunda Reunião Ordinária de 1994	458
Relação das Publicações entradas no Instituto em 1993/1994 . .	460

FOTOCOMPOSIÇÃO
e IMPRESSÃO
em OFFSET

 *Tip. Açor, Lda.*

500 ex.

JANEIRO 1999

Depósito Legal 63267/98

